

**MAIÊUTICA
HISTÓRIA**



UNIASSELVI

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89130-000 - INDAIAL/SC
www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Curso de História

Publicação de Divulgação Científica e Cultural do Núcleo de Educação a Distância do Centro
Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

UNIASSELVI 2015

Reitor da Uniassevi

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Hermínio Kloch

Editor-Chefe

Prof. Evandro André de Souza

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Evandro André de Souza

Graciela Márcia Fochi

Jean Carlos Morell

Paulo César dos Santos

Thiago Rodrigo da Silva

Editoração e Diagramação

Eloisa Amanda Rodrigues

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

Joice Carneiro Werlang

Nélson Dellagiustina

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

Prezados leitores! Com satisfação apresentamos o mais novo número da Revista Maiêutica de História. Nesta edição, novamente ofertamos publicidade aos bons Trabalhos de Graduação apresentados pelos acadêmicos de nosso curso, que se espalham por várias regiões do país, dos pampas até os seringais. Assim, a variedade de temas e abordagens a respeito da história enquanto ciência, e de sua importância nas salas de aula, possibilitando o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres estão presentes nos diversos artigos escolhidos.

Nesta apresentação, também queremos parabenizar, não apenas aos acadêmicos, que de forma ímpar demonstraram talento e potencial para a construção de textos historiográficos, como também ao belo trabalho desempenhado pelos tutores externos, que ofertaram atenção, zelo e responsabilidade na formação dos graduandos, cujo trabalho final de sua formação acadêmica apresenta a qualidade que poderá ser comprovada com a leitura atenta das pesquisas que aqui se tornam públicas.

Outra importante questão, retratada na presente edição da Revista Maiêutica, é o fortalecimento das linhas de pesquisa apresentadas no curso, que são: História da Mulher e Relações de Gênero, História do Tempo Presente, Dinâmicas do Ensino de História e História Regional. Neste sentido, aproveitamos para anunciar a intenção da criação de uma nova linha de pesquisa, que surge da demanda social e científica da contemporaneidade, a linha de pesquisa em História Ambiental.

Assim, através da Revista Maiêutica, o Curso de História/ Modalidade EAD da Uniaselvi, busca demonstrar sua seriedade no trato com a Educação Superior, intentando sempre formar os melhores profissionais que atuarão nas salas de aula da educação básica, possibilitando a construção de uma sociedade mais democrática, com jovens mais conscientes de suas capacidades e talentos e que devem utilizá-los para a construção de um Brasil melhor.

Evandro André de Souza
Coordenador do Curso de Licenciatura em História

Equipe Editorial da Revista Maiêutica
Graciela Márcia Fochi
Jean Carlos Morell
Paulo César dos Santos
Thiago Rodrigo da Silva



SUMÁRIO

1 O USO DA TECNOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR COM ÊNFASE NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - The technology in school environment with an emphasis on teaching and learning history Aline Lisboa Clarindo	7
2 AS CONDIÇÕES FEMININAS NO BRASIL COLONIAL - Conditions of women in Brazil colonial Julia Knapp Baseggio Lisa Fernanda Meyer da Silva	19
3 POVOS INDÍGENAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL SERRANA: algumas considerações - Indigenous and drovers people in training of cultural identity of planalto serrano de Santa Catarina: some considerations Silmara Luciane Miranda Dario Moreno Aires dos Santos	31
4 CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL NO POVOADO DE LAGOA D'ÁGUA EM FEIRA DE SANTANA-BA: dos anos 50 aos dias de hoje - Culture, memory and cultural identity in the village Lagoa D'Água in Feira de Santana-BA: 50 years to today Robson Clei Santos Lopes Karine Teixeira Damaceno	43
5 NOVEMBRADEIRA: a luta pela democracia - Novembrada: the struggle for democracy Cristiane Maria Machado da Silveira Eloisa Barreto Klein	63
6 A PERMANÊNCIA E A DEFESA DA IDENTIDADE RELIGIOSA, CULTURAL E ARQUITETÔNICA DOS PORTUGUESES COLONIZADORES DO SÉCULO XVIII NO DISTRITO DA ENSEADA DE BRITO – PALHOÇA - The stay and identity defense of religious, cultural and architectural of portuguese settlers in the XVIII Century district of Enseada do Brito - Palhoça Robson Ferreira Fernandes Eloisa Klein	79
7 MALTEZA S - O CAVALO DE TROIA AOS LAGUNENSES - Malteza S - The trojan horse on lagunenses Débora dos Santos Florêncio Faria	99

8 A QUESTÃO DO ESTADO LAICO E O USO DE SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM SALAS DE AULA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA FAUSTA GARCIA BUENO - The laico state and use of religious symbols in classrooms in a perspective of Public School Fausta Garcia Bueno

Glauber B. de Almeida

Maria Auxiliadora de Oliveira Siqueira 113

9 IMIGRAÇÃO ITALIANA & IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO DE CASO EM NOVA TRENTO-SC - Immigration & Italian catholic church: a case study in Nova Trento-SC

José do Nascimento

Eloisa Klein 125

O USO DA TECNOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR COM ÊNFASE NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA

The technology in school environment with an emphasis on teaching and learning history

Aline Lisboa Clarindo¹

Resumo: Este trabalho tem como pressuposto refletir a seguinte temática: “O uso da tecnologia no ambiente escolar com ênfase no ensino-aprendizagem de História”. É uma temática que está voltada para as transformações e exigências sociais no meio educacional, uma vez que, a evolução das novas tecnologias acaba por refletir no meio educacional. Desse modo, o presente trabalho propõe discutir a relação entre o ensino de História e as novas tecnologias, com enfoque nas concepções pedagógicas sobre o processo de ensino-aprendizagem e a contribuição metodológica das novas tecnologias para o ensino de História. Para tanto, o objetivo do mesmo é mostrar a importância de se usar as tecnologias como ferramenta pedagógica, capaz de dinamizar o espaço sala de aula durante o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, a sala de aula não é um simples espaço de transmissão de informações, mas um ambiente de vivências e de troca de conhecimentos entre professor e alunos. Por isso, faz-se necessário um novo modelo educacional que permita e apresente resultados positivos na formação dos alunos. Também serão apresentados ao longo deste trabalho, relatos de alguns professores da rede municipal de ensino que abordam sobre o uso da tecnologia na sala de aula e por fim, será feita uma breve discussão apresentando o resultado geral e as considerações finais desse trabalho.

Palavras-chave: Escola. Recursos tecnológicos. Ensino-aprendizagem de história.

Abstract: This work has the premise the following theme "The use of technology in the school environment with an emphasis on teaching and learning history." It is a theme that focused on the transformation and social requirements in the educational environment, since the evolution of new technologies ultimately reflect in the educational environment. Thus, this paper aims to discuss the relationship between the teaching of history and new technologies, focusing on pedagogical conceptions about the process of teaching and learning and the methodological contribution of new technologies for teaching history. Therefore, the purpose of it is to show the importance of using technology as a pedagogical tool capable of boosting the classroom space during the process of teaching and learning, since the classroom is not a single space transmission of information, but an environment of experiences and exchange of knowledge between teacher and students. Therefore, it is necessary a new educational model that allows and show positive results in the formation of students. Will also be presented in this work, reports of some teachers of municipal schools that deal on the use of technology in the classroom and finally, a brief discussion presenting the overall result and the final considerations of this work will be done.

Keywords: School. Technological resources. History learning.

Introdução

É perceptível hoje um movimento muito grande de tecnologias no meio social. Assim, pensando na inserção que os recursos tecnológicos alcançaram e vêm alcançando na sociedade, é que se fomenta a meta de inserção delas no espaço escolar.

Os alunos de hoje frequentam espaços em que a informação se propaga de maneira muito rápida. Essa nova geração que se encontra na idade escolar cresce em meio a tecnologias, assim, é natural a relação que se estabelece entre alunos e a tecnologia. Daí a necessidade de usá-las como uma ferramenta pedagógica para o processo de ensino-aprendizagem, no caso em questão, de história.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

É fundamental destacar uma problemática bem visível no processo ensino-aprendizagem de história, onde seu ensino ainda se volta ao tradicionalismo, ou seja, é um processo mecânico e decorativo, onde o aluno ainda fica submetido a decorar conceitos e datas. Logo, surge a necessidade de reflexão deste ensino, ou seja, qual a importância do uso da tecnologia como ferramenta pedagógica para o ensino de história?

O processo de ensino-aprendizagem precisa acontecer de maneira dinâmica e reflexiva, na qual esteja em sintonia com o cotidiano que se perpassa no meio social, até mesmo porque ensinar história é criar condições para que o aluno aprenda a andar com seus próprios pés. Portanto, cabe destacar aqui, que as reflexões deste trabalho serão em cima desta problemática.

A partir desta visão, é importante destacar que a sala de aula não é um simples espaço de transmissão de informações, mas um ambiente de vivências e de troca de conhecimentos entre professor e alunos. Por isso, faz-se necessário um novo modelo educacional, modelo esse que permita a utilização das tecnologias nas propostas de ensino-aprendizagem.

Desse modo, destaca-se que o interesse por esta temática surgiu a partir da vivência realizada nos estágios supervisionados nas escolas públicas deste município (Cametá). Foi no cotidiano dessas vivências em sala de aula, que observamos a necessidade e a importância de se usar as tecnologias como recurso pedagógico, uma vez que, elas permitem uma maior dinamização, e também por fazerem parte da rotina diária das pessoas em quase todos os lugares, permitindo assim, uma maior interação e comunicação entre as pessoas.

Objetiva-se com este trabalho apresentar e refletir sobre o uso dos recursos tecnológicos relacionados ao ensino de história, com o intuito de mostrar a importância destes em sala de aula, permitindo assim, novas práticas de ensino, pautadas em um novo paradigma educacional.

No que diz respeito à estruturação do trabalho, o mesmo abordará os seguintes tópicos: Primeiramente introdução. Como segundo tópico, teremos: Por que devemos fazer uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem? Esse tópico apresentará algumas informações que dizem respeito à importância de se usar as tecnologias como ferramenta pedagógica no espaço escolar.

O terceiro tópico denomina-se: Reflexões acerca do cenário tecnológico e os professores. Nele, serão refletidos a respeito da formação e posicionamento do professor diante das tecnologias.

O quarto tópico trata dos pontos positivos da tecnologia no ambiente escolar. Nele serão apresentadas várias informações que dizem respeito aos pontos positivos da tecnologia como ferramenta pedagógica em sala de aula.

O quinto tópico chama-se: Os recursos tecnológicos nas aulas de História. Dentro deste serão apresentados alguns exemplos de tecnologias que são possíveis de serem usadas em sala auxiliando na prática do professor.

O sexto tópico irá abordar sobre os relatos dos docentes de algumas escolas do município de Cametá. Esses relatos foram adquiridos por meio de observações e diálogos realizados durante alguns estágios supervisionados. Este tópico tem por objetivo analisar as opiniões desses docentes que já apresentam alguma experiência em relação à realidade vivenciada no espaço escolar.

Já o sétimo tópico apontará os materiais e métodos utilizados para a realização deste trabalho. O oitavo refletirá sobre os resultados e discussão referente às teorias e aos relatos docentes e, por fim, serão descritas as considerações finais, que apontam o resultado geral das discussões apresentadas ao longo desta escrita.

Por que devemos fazer uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem?

Atualmente a presença tecnológica no meio social está bastante visível. Diante dessas

inovações, que estão espalhadas pelo mundo e acabam por dominar nossa sociedade é que se caracteriza um dos focos deste trabalho, ou seja, seu uso também deve estar presente no ambiente escolar, no caso, no processo de ensino-aprendizagem de história.

Muitos alunos encaram o ensino de História como uma disciplina mecânica e desestimulante. Além do mais, consideram tal matéria de forma desarticulada do presente e do cotidiano em que estamos vivendo, bem como, de maneira decorativa.

Para tanto, a partir destas informações é que se ressalta a importância do uso dos recursos tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, precisamos desmistificar essas ideias, criando situações para que passem a perceber que a História é vida. Nesse sentido, há de se considerar que é um trabalho árduo, pois exige tempo, dedicação, inovação e ousadia nesse processo, onde é necessário resgatar o prazer de conhecer o passado remoto e recente, para que possamos entender os fenômenos da realidade social e política que nos cercam cotidianamente.

Partindo deste viés, é que se aponta o uso da tecnologia como recurso pedagógico para proporcionar aos discentes um novo olhar sobre o processo de ensino de história. Dessa forma, Pocho (2010, p. 10), afirma que, “já que as tecnologias fazem parte do nosso dia a dia, trazendo novas formas de pensar, sentir e agir, sua utilização na sala de aula passa a ser um caminho que contribui para a inserção do cidadão na sociedade, ampliando sua leitura de mundo e possibilitando sua ação crítica e transformadora”. Logo, as palavras da autora reforçam a ideia de uso das tecnologias no âmbito educacional.

Pocho (2010, p. 17) ainda reforça esta ideia ao dizer que:

Consideramos que as tecnologias merecem estar presentes no cotidiano escolar, primeiramente porque estão presentes na vida, e também para: (a) diversificar as formas de produzir e apropriar-se do conhecimento; (b) ser estudadas, como objeto e como meio de se chegar ao conhecimento, já que trazem embutidas em si mensagens e um papel social importante; (c) permitir ao aluno, através da utilização da diversidade de meios, familiarizar-se com a gama de tecnologias existentes na sociedade; (d) serem desmistificadas e democratizadas; (e) dinamizar o trabalho pedagógico; (f) desenvolver a leitura crítica; (g) ser parte integrante do processo que permite a expressão e troca dos diferentes saberes. Para isso, o professor deve ter clareza do papel delas enquanto instrumentos que ajudam a construir a forma de o aluno pensar, encarar o mundo e aprender a lidar com elas como ferramentas de trabalho.

Nesse sentido, entendemos que as tecnologias não podem ser usadas apenas como objeto de consumo, mas também como ferramentas que auxiliam no processo educativo dos alunos. É um instrumento que além de diversificar o processo de ensino-aprendizagem, deixa o aluno bem mais próximo das transformações que a sociedade vive. Até mesmo porque a escola, sendo um lugar de produção e socialização dos saberes, não apenas prepara o indivíduo para a escolaridade, mas também para o campo de trabalho e para a vida social.

Trabalhar com as tecnologias educacionais em sala de aula é tornar as aulas mais dinâmicas, facilitando a aprendizagem dos alunos. Contudo, o professor deve fazer uso desta, sabendo incorporá-las da maneira mais correta a fim de que esta incorporação torne-se apropriada e beneficie a aprendizagem dos alunos.

Assim, a tecnologia apresenta um significado amplo, é muito mais do que um simples recurso educativo, é também uma relação entre tecnologia e todos os meios/recursos disponíveis para se alcançar um aprendizado consistente.

A tecnologia educacional tem como base o desenvolvimento do ser humano, junto ao constante processo de mudanças na sociedade, através da elaboração de novos concei-

tos, técnicas que buscam elaborar uma nova visão do sistema educacional. O desenvolvimento dessa nova tecnologia tem vários enfoques, todos associados à inovação na educação que englobam desde a avaliação do aluno, planejamento e aplicação de modelos psicológicos, até a propagação das informações em meios de comunicação. (NETTO, 2005, p. 13-14).

Para o autor, a incorporação da tecnologia na educação deve vir no sentido de auxílio ao ensino-aprendizagem, favorecendo a apropriação do conhecimento.

Mas, é de suma importância destacar aqui que, segundo Moran (apud JARDIM; CECÍLIO, 2013, p. 3):

As tecnologias de comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar a informação mais relevante. Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados dos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, os adapta à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria o conhecimento com ética.

Desse modo, as tecnologias caracterizam-se como suporte ao trabalho do professor em sala de aula, além de deixar as aulas mais descontraídas, fugindo assim, do ensino tradicionalista.

No entanto, há de se considerar que a tecnologia sozinha não mudará nada, mas ela precisa estar incorporada a outros elementos, como formação docente, gestão democrática e boa estrutura tecnológica. Enfim, seu uso é de suma importância para o ensino-aprendizagem, pois além de possibilitar melhorias no ensino, também contribui com a democratização do saber.

Reflexões acerca do cenário tecnológico e os professores

Como já ressaltado anteriormente, as tecnologias estão impactando cada vez mais a vida moderna com seus reflexos na educação. Neste cenário de mudanças, há necessidade de repensar o papel da escola, uma vez que, o modelo tradicional de ensino já não atende às demandas.

Neste contexto, cabe-nos mais uma indagação: Como os docentes devem se posicionar diante deste cenário tecnológico?

É um questionamento que preocupa, de certa forma, alguns pesquisadores e estudiosos, pois, ainda existem muitos professores que não estão preparados ou não sabem como agir diante dessas novas tecnologias. São professores que muitas vezes não deram prosseguimento em sua capacitação, ficando à mercê do ensino tradicional, aquele em que o professor fala e o aluno escuta, sem direito de pronunciamento.

As mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no final do século XX despertaram novas exigências educacionais, tanto nas escolas de educação infantil, fundamental e médio quanto nos bancos universitários.

A escola deve estar no compasso do desafio de adotar as inovações tecnológicas no cotidiano escolar dos alunos. Nesse sentido, Carlos Lima Ferreira (apud MOURA, 2009, p. 4) destaca:

Constitui-se hoje, para os educadores do ensino fundamental e médio, um desafio muito grande, ensinar alunos que têm contato cada vez maior com os meios de comunicação e sofrem a influência da televisão, rádio, jornal, *video games*, [...] computadores, redes de informação etc. Como produzir uma boa aula? [...] Como romper com as imposições de um ensino que parou no tempo?

Realmente é de se considerar que ainda é um desafio o uso da tecnologia, mas não só no ensino de história, como todas as disciplinas requerem que o professor tenha conhecimento e saiba utilizar as ferramentas tecnológicas. Daí a necessidade de o professor saber utilizar as tecnologias em sua prática docente, não somente como recurso didático, mas como ferramenta adequada a todo o processo pedagógico. Ou seja, é preciso desenvolver um ensino de história na perspectiva crítico-dialética, olhar o passado construindo o presente, “despertando para a possibilidade de uma nova construção de fazer história tornando o ensino-aprendizagem mais atraente e criativo”. (CARMO apud MOURA, 2009, p. 5).

O ensino de história precisa ser valorizado, pois é uma disciplina que tem muito a nos oferecer, no sentido de repassar conhecimentos e informar os vários caminhos históricos, fatos, ações e histórias ocorridas em nossa sociedade.

Embora haja indícios de que o uso das tecnologias tenha sido lento ou ainda não foram incorporados totalmente às práticas pedagógicas, os professores devem se dispor a refletir sobre sua ação, planejando e elaborar uma proposta de trabalho comprometida com a qualidade de aprendizagem, na qual possam utilizar os recursos tecnológicos que se apresentem para eles.

Para Tajra (apud KLOCH; JUNIOR, 2010, p. 192), “os professores precisam estar abertos para incorporar essa nova realidade e estarem abertos para mudanças. Sua nova postura é de facilitadores e coordenadores do processo de ensino-aprendizagem”. Melhor dizendo, os professores, no caso, de história, precisam inovar em sala de aula e fazer com que as temáticas sejam abordadas de maneira mais dinâmica e descontraída.

Enfim, apesar de muitos professores ainda não estarem preparados para o aporte das tecnologias no ensino de história, mas, os mesmos devem sensibilizar-se a respeito das mudanças de papéis vinculados à presença das tecnologias na educação, devendo assim, estarem dispostos a experimentar novas formas de ensino, ou seja, o professor precisa desenvolver diversas metodologias, onde passe a despertar o interesse, estimule a criatividade, observação e a problematização do conteúdo a partir do auxílio dessas ferramentas pedagógicas.

Os pontos positivos da tecnologia no âmbito escolar

A relação entre homem e tecnologia está cada vez mais acelerada, diante do advento dessa realidade é que se busca um entrelaçamento entre educação, tecnologia e ensino-aprendizagem. É necessário ter um ensino que esteja em harmonia e sintonia com o nosso tempo. A tecnologia educacional traz para a escola estímulo ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Assim, “o ensino ativo permite que o aluno desenvolva a sua capacidade de ser crítico, de se expressar, de questionar, de criar e de ter autodisciplina nas tarefas escolares, contribuindo para que a atividade parta para a construção coletiva”. (FERREIRA apud MOURA, 2009, p. 6). Nesse sentido, é visível o aumento de interesse dos alunos em participarem das atividades propostas pelo professor.

De fato, as tecnologias educacionais tornam a escola um espaço mais atrativo para os alunos, fazendo com que as aulas não se tornem monótonas e cansativas, cria-se um ambiente de educação facilitadora e inspiradora, onde o aluno está interligado com o professor através de uma aula onde as informações, conhecimentos e saberes andam interligados e assim facilitam o ensino-aprendizagem do alunado.

Para tanto, além do estímulo e participação dos alunos no processo ensino-aprendizagem, o uso tecnológico em sala de aula também apresenta como ponto positivo, o contato dos discentes com linguagens variadas. Os diversos recursos tecnológicos apresentam linguagens diferentes para a transmissão de informações e esse contato é de suma importância para o crescimento do aluno.

Ainda neste viés dos pontos positivos, veja os itens apresentados por Jardim e Cecílio (2013, p. 9):

- Permite que o professor mostre várias formas de captar e mostrar o mesmo objeto, representando-o sob ângulos e meios diferentes: pelos movimentos, cenários, sons, integrando o racional e o afetivo, o dedutivo e indutivo.
- Facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa.
- Emerge uma necessidade de formação continuada para os professores, como forma de apoio a eles, para que possam não apenas receber um novo recurso na escola, mas também conhecer suas potencialidades e utilizá-las para o processo de ensino e aprendizagem.
- Oferece meios de atualizar rapidamente o conhecimento, estender os espaços educacionais, ampliar oportunidades onde os recursos são escassos.
- Na desigual intimidade que os alunos e professores demonstram pelas TICs, pode haver um efeito benéfico, pois a cada professor entusiasmado em aprender e fazer diferente podem associar-se alunos mais colaborativos e solidários.
- A oportunidade de estar em contato, ainda que virtual, com comunidades de outros estados ou até mesmo país, pode facilitar os jovens a entender e aceitar realidades, culturas e modo de viver diferentes dos seus.
- Mudar a ênfase de um currículo formal e impessoal para exploração viva e empolgada por parte dos estudantes.

Assim sendo, percebe-se que as tecnologias educacionais facilitam o ensino-aprendizagem do aluno, fazendo com que ele se motive mais facilmente a aprender, pois o aluno já está inserido em um mundo tecnológico, fazendo com que uma aula com metodologia educacional tecnológica seja um diferencial para a compreensão de certos conteúdos por esse público jovem conectado.

Portanto, o uso das tecnologias educacionais pode trazer uma nova “cara” para a educação, pois ajuda no ensino-aprendizagem do alunado e na motivação da construção do conhecimento por parte desse aluno, além de dar sentido para tal conteúdo que está sendo abordado em conjunto com as tecnologias.

Os recursos tecnológicos nas aulas de história

Diante da diversidade tecnológica espalhada no meio social, seria difícil elencar todas, mas, no quesito educacional é possível destacar alguns, tais como: computador, internet, redes sociais, *e-mails*, vídeos, televisão, *slides*, ferramentas *on-line*, entre outras.

Para tanto, é válido destacar que a tecnologia sozinha não mudará o processo de ensino-aprendizagem, ela não é a detentora da educação, ela necessita do empenho do processo para ser aplicada.

Neste sentido, Coscarelli (apud JARDIM; CECÍLIO, 2013, p. 7) afirma que:

É importante deixar claro que os bons resultados da nova tecnologia dependem do uso que se faz dela, de como e com que finalidade ela está sendo usada. Não se pode esperar que o computador faça tudo sozinho. Ele traz informações e recursos, cabe ao professor planejar a aplicação deles em sala de aula.

Assim, de acordo com Brunner (apud JARDIM; CECÍLIO, 2013, p. 7), a tecnologia aliada em sala de aula “consiste na condução de um aluno através de uma sequência de afirmações e reafirmações de um problema ou corpo de conhecimentos que aumenta a sua capacidade de perceber, transformar e transferir o que está a aprender”.

Logo, é preciso reconhecer que os recursos tecnológicos favorecem o desenvolvimento de uma série de capacidades e permitem o contato com linguagens variadas.

A TV, o vídeo e o *slide*, juntamente com o computador, são recursos tecnológicos de comunicação e informação muito importantes para o desenvolvimento de atividades nas aulas de história, pois através deles é possível apresentar uma série de informações ao aluno. O uso desses recursos permite um contato maior com a linguagem audiovisual, dando vida aos cenários das histórias descritas nos livros. Assim, Moran (apud MOURA, 2009, p. 6) afirma que “a força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que captamos [...]”. Logo, mais uma vez, afirma-se a necessidade de se buscar e fazer uso de novas propostas de ensino.

A internet também é instrumento que processa e potencializa muitas informações, pesquisas, produções textuais e a divulgação. O contato do aluno com este recurso ganha mais dinamismo e, o processo de leitura acontece de maneira mais prazerosa. Através da internet, novos caminhos se abrem para o trabalho do professor. O uso do *e-mail* nas atividades de sala de aula pode ser um exemplo desses novos caminhos. Enfim, antes de adotar novas tecnologias no seu trabalho educacional, o professor precisa, primeiramente, definir o que ensinar, porque ensinar e como ensinar a história. E com uma sólida fundamentação teórica para que suas práticas não se tornem meras repetições de conteúdos pouco atraentes.

Relatos dos docentes em relação ao uso da tecnologia em sala de aula

Os relatos descritos ao longo deste tópico foram adquiridos por meio de entrevistas realizadas com alguns professores da rede municipal de ensino, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio que foram obtidos durante os estágios supervisionados.

Foi uma entrevista oral, na qual foi possível constatar ao longo dessa conversação que os professores têm conhecimentos e sabem da importância de usar os recursos tecnológicos em sala de aula.

Uma das perguntas lançadas aos docentes foi a seguinte: O uso da tecnologia em sala de aula é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, portanto, você faz uso desses recursos? A partir desta indagação o professor A diz que:

Sim, eu faço uso desses recursos, até mesmo porque o uso dos mesmos faz com que a aula se torne mais dinâmica e interativa. Os alunos sentem-se mais motivados em aprender e também dialogam dando seu ponto de vista e suas opiniões a respeito da temática abordada na aula. Enfim, a aula de história se torna mais atrativa e isso de fato é muito bom para o crescimento dos alunos.

A partir da visão do professor A, constata-se que o mesmo tem conhecimento da importância de se usar novas propostas de ensino, para que os alunos tenham maior interesse em aprender, e até mesmo para que a sala de aula não se torne um lugar cansativo.

É importante destacar a seguinte fala do professor B:

Eu gosto de fazer uso de *data show* e computador durante minhas aulas, mas infelizmente a escola em que trabalho não dispõe de muitos recursos, ficando assim, o uso dessas ferramentas muito limitado. É necessário que se faça agendamento na secretaria da escola, pois a instituição dispõe apenas de 1 (um) *data show* e 1 (um) computador, e tem que atender 6 (seis) turmas. Então acaba não atendendo a todas as necessidades da instituição.

Para tanto, é visível o interesse por parte do professor, mas infelizmente muitas escolas

ainda não têm suporte tecnológico. Isso acaba dificultando os professores de elaborarem projetos e planos de aulas pautados no uso de tecnologias.

O professor B, diz que: “Sempre que possível eu faço uso de *data show* nas aulas de história. Os alunos gostam, pois as aulas ficam mais descontraídas e interessantes, uma vez que, o *data show* permite que se trabalhe com textos e imagens. Logo, isso acaba aguçando o interesse dos alunos”.

Mais uma vez se percebe o interesse dos professores pela tecnologia em sala. Tanto o professor A quanto o professor B argumentam que as aulas acabam se tornando mais interessantes e menos cansativas. Seus argumentos estão de acordo com as teorias elencadas acima, que afirmam que o ensino de história deve ser mais dinâmico.

É de suma importância destacar neste momento a fala do professor C:

Eu considero de extrema importância inovar em sala de aula. O uso de ferramentas tecnológicas deixam as aulas mais legais, até mesmo porque a tecnologia já faz parte da nossa vida diária. Infelizmente a escola não dispõe desses materiais. Portanto, isso faz com que eu acabe usando o livro didático e algumas apostilas xerocadas. Mas, seria tão bom se as escolas disponibilizassem variados recursos pedagógicos.

Nesse caso, o professor apresenta interesse em usar recursos tecnológicos em suas aulas, mas infelizmente a instituição onde ele trabalha não dispõe destes materiais. Daí o mesmo acaba limitando o seu processo de ensino e aprendizagem apenas no uso de livros e apostilas.

Para tanto, diante desta fala, apontarei as palavras do professor D. Ele destaca que:

Eu adoraria fazer uso de tecnologias nas minhas aulas. Gostaria de tornar as aulas mais atraentes e divertidas. Mas, infelizmente a escola não tem computador, *data show*, televisão, entre outros recursos tecnológicos que eu e os demais professores possam fazer uso em sala de aula.

Essas palavras reforçam ainda mais a fala do professor C, que também não faz uso de tecnologias pelo fato de a escola não dispor desses materiais.

Analisando de maneira geral as falas dos professores, é notório que todos apresentam interesse em trabalhar de maneira mais descontraída em sala de aula, mas nem todos têm a oportunidade de usar diferentes ferramentas.

Ainda com relação à pergunta sobre o uso da tecnologia. O professor E destaca que: “Reconheço a importância da tecnologia no meio social e também em sala de aula. Eu não faço uso delas em sala de aula, porque não sei lidar com elas, não sei manuseá-las. Faço de tudo para que minhas aulas sejam menos cansativas para os alunos e para mim também”.

Mesmo sabendo que a tecnologia faz parte da vida diária dos seres humanos, ainda existem pessoas que acabam não sabendo usá-las, como no caso acima demonstrado.

A partir das informações destacadas, há de se considerar que os professores reconhecem a necessidade e a importância de se usar as tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, muitas escolas não disponibilizam essas ferramentas, logo, acabam por limitar o trabalho do professor.

Talvez seja um grande desafio para as escolas acompanhar as exigências da sociedade, mas ela precisa começar a modificar suas propostas curriculares, optando por um processo pedagógico de inovação, disponibilizando assim variadas ferramentas pedagógicas para as práticas dos professores.

Por fim, o uso das tecnologias está sendo cada vez mais crescente na sociedade, logo, a escola não pode ficar à mercê desta situação.

Materiais e métodos

No que diz respeito aos métodos deste trabalho, vale ressaltar que o mesmo é de cunho qualitativo. Nesse sentido Deslauriers (apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32) salienta que:

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Assim, a pesquisa qualitativa não está preocupada em descrever quantidades, mas apresentar a compreensão das ideias dos diversos autores abordados ao longo do trabalho.

Com relação aos instrumentos usados para a coleta das informações, foi feita uma pesquisa de campo na qual se fez uso da entrevista, bem como, pesquisa bibliográfica para a base teórica.

Segundo Ludke; André (apud ROCHA, 2004, p. 3), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Ainda neste viés, Chizzotti (apud ROCHA, 2004, p. 3) salienta que “a entrevista dirigida em pesquisa é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las”.

No que diz respeito às informações teóricas descritas ao longo deste trabalho, destaca-se a pesquisa bibliográfica, a mesma é feita por meio de leituras que extraem as ideias dos autores que abordam a temática em questão. Essas informações serviram como base teórica para este trabalho. Por fim, é um trabalho que tem por base as ideias de vários teóricos.

Resultado e discussão

As transformações tecnológicas que surgem no meio social acabam refletindo na educação, impondo questionamentos no papel da escola. Questionamentos esses voltados para a tecnologia como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem.

Questionamentos referentes a esta situação que foram lançados aos professores da rede municipal de ensino e, as informações obtidas neste trabalho apontam que os professores reconhecem que as tecnologias estão avançando aceleradamente no meio social e tornando-se uma exigência no espaço escolar, pois o seu uso faz com que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais dinâmico e isso realmente foi constatado por meio da entrevista oral com os docentes.

Sendo assim, faz-se necessário que as escolas estejam frente às exigências da sociedade. O computador, a televisão, o celular, o *e-mail*, a internet, as redes sociais, entre outras, não podem ser vistos apenas como um veículo de transmissão de informações, mas também como uma poderosa ferramenta pedagógica capaz de transformar a prática docente com resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse caso, é necessário destacar que o professor de história antes de adotar qualquer tecnologia no seu trabalho educacional, precisa, primeiramente, definir o que ensinar, por que ensinar e como ensinar a história, bem como, uma boa fundamentação teórica, para que seu uso não se torne mera repetição de conteúdos pouco atraentes.

Os desafios sempre vêm acompanhados de barreiras e obstáculos, portanto, nesta situação, cabe ao professor e também à escola como um todo, buscar novos caminhos e dispo-

nibilizar novas ferramentas que visem melhorias no trabalho educacional, para que assim, a formação dos discentes seja significativa no meio social que estamos vivendo.

Considerações finais

A partir de tudo o que foi descrito no corpo deste trabalho, ressalta-se mais uma vez a importância de se usar a tecnologia no ambiente escolar, pois a mesma é uma ferramenta pedagógica que dinamiza o ensino de história, tornando-o mais interessante e atrativa aos olhos dos alunos. Esta afirmação torna-se de fato verdadeira, a partir das teorias apontadas ao longo deste trabalho, bem como, por meio dos relatos dos docentes.

Assim sendo, o professor de história frente a várias definições do seu campo de trabalho, precisa estar se reestruturando, ou melhor, buscando novos caminhos que visem melhorias para seu trabalho. Essa é uma realidade que não pode deixar de ser contemplada pelos responsáveis em educação, fundamentalmente para obter um benefício educativo em sua incorporação aos âmbitos formativos. Neste sentido, destaca-se que as mudanças pedagógicas serão necessárias para o desenvolvimento de novas competências na escola, até mesmo porque o papel da escola é formar seres humanos críticos e refletivos, dentro de um olhar a qual a sociedade vive, ou seja, precisa ser um ensino pautado na realidade social em que se vive.

Para tanto, a escola deve estar sempre à frente ou acompanhando as transformações sociais, “não se pode admitir que justamente a escola, local onde se deveria produzir conhecimento, fique à margem da maior fonte de informações disponíveis, e mais, não seja capaz de orientar sua utilização”. (FERREIRA apud FRANÇA, s/d, p. 5). Sendo assim, conclui-se que se faz necessário um modelo educacional pautado na dinamização do ensino e que faça uso das tecnologias como ferramenta pedagógica, uma vez que, os padrões atuais de ensino são incompatíveis na memorização e repetição de fatos.

Referências

FRANÇA, Cyntia Simioni; SIMON, Cristiano Biazzo. **Como conciliar ensino de história e novas tecnologias?** Mestrado em História Social - Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos.../CyntiaSFranca.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

JARDIM, Lucas Augusto; CECÍLIO, Waléria A.G. **Tecnologias educacionais: aspectos positivos e negativos em sala de aula**. 2013. Disponível em: <educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/7646_6015.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

KLOCH, Hermínio; JUNIOR, Vital Pereira dos Santos. **Informática básica e tecnologias na educação**. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2010.

MOURA, Mary Jones Ferreira de. **O ensino de história e as novas tecnologias: da reflexão à ação pedagógica**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0923.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

NETTO, José Paulo. Movimento de reconceituação 40 anos depois. **Revista e sociedade**, nº 84, nov. 2005.

POCHO, Claudia Lopes et al. **Tecnologia educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROCHA, Décio. **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica**: reflexões numa perspectiva discursiva. 2004. Disponível em: <www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/.../896>. Acesso em: 1 jun. 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

AS CONDIÇÕES FEMININAS NO BRASIL COLONIAL

Conditions of women in Brazil colonial

Julia Knapp Baseggio¹
Lisa Fernanda Meyer da Silva¹

Resumo: Esta pesquisa é fruto de análises bibliográficas relacionadas ao tema História das Mulheres, com foco no gênero feminino durante o Brasil colonial. Entende-se por Brasil colonial os anos de 1500 a 1822, período em que o território brasileiro foi colônia de outra nação: Portugal. A dominação do território trouxe consigo mudanças nos hábitos da população indígena que aqui vivia e também causou uma miscigenação da população devido ao relacionamento entre diferentes gêneros étnicos, o que contribuiu para a nossa etnia de hoje. O objetivo desta pesquisa é focar as condições de vida das mulheres que têm suas histórias entrelaçadas neste período: as índias, as africanas escravas e as mulheres nobres portuguesas, expondo temas como sexualidade, trabalho, higiene, vestuário e condições sociais.

Palavras-chaves: Escravas. Índias. Mulheres portuguesas.

Abstract: This research is the result of bibliographic analysis related to the subject history of women during the colonial period in Brazil occurred between 1500 and 1822, when Brazil was a colony of another nation: Portugal. The domination of territory brought with it changes in the habits of the indigenous population that lived here and also caused a miscegenation of the population due to the relationship between different ethnic genres, which contributed to our today's race. The objective of this research is to focus on the living conditions of women who have their stories intertwined in this period: the Indian, African slaves, and the Portuguese noble women, exposing subjects like sexuality, work, hygiene and clothing and social conditions.

Keywords: Slaves. Indians. Portuguese women.

Introdução

Este trabalho é um conjunto de pesquisas e análises relacionadas à história das mulheres. Sabe-se que as mulheres, durante um longo período tiveram suas histórias não contadas e vistas como sendo um passado pouco importante.

Na atualidade, esta visão ganha um novo rumo, com estudos e descobertas de que a história das mulheres teve um papel fundamental desde os primórdios da humanidade. Na pré-história, por exemplo, foram elas que mantinham e cuidavam da alimentação dos grupos, muito mais que os homens, que às vezes retornavam de mãos vazias sem terem tido sucesso na caça. Porém, com o tempo as mulheres passaram de produtoras a proprietárias, primeiramente de seus pais e posteriormente de seus maridos. Não tinham o direito de participar da política, da economia e muitas vezes da vida na sociedade.

Os estudos realizados durante este trabalho têm como foco a mulher na sociedade colonial do Brasil, período que abrange os anos de 1500 a 1822, com o intuito de conhecê-las em seus mais variados papéis e funções: as índias, as negras e as mulheres brancas portuguesas.

As condições das índias com a chegada de colonizadores portugueses ocasionou um relacionamento entre duas etnias, gerando assim uma miscigenação do povo brasileiro. Também é importante refletir como foi fundamental o papel da mulher ameríndia nos primeiros anos do

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

processo produtivo no Brasil, bem como foi forte a sua resistência em se adequar aos novos costumes impostos pelos colonizadores que no Brasil desembarcavam.

As negras, na sociedade colonial, viviam nas casas-grandes e eram muitas vezes as que iniciavam os filhos dos grandes proprietários na vida sexual. Eram amas de leite, cuidavam da casa, prestavam serviços, e muitas vezes ainda eram submetidas às condições de violência sexual. Perto do fim do regime colonial, muitas conseguiam suas cartas de alforria, conseguindo assim, a liberdade depois de anos de escravidão. Mesmo quando livres, ainda encontravam dificuldades em seus caminhos, agora livres, muitas vezes não tinham para onde ir, e acabavam se tornando prostitutas a fim de evitar a fome e a miséria.

Já as mulheres brancas, eram vistas como a elegância da sociedade. Apesar das más condições de alimentação e higiene em que também viviam, eram as responsáveis por preservar os costumes europeus. Eram excluídas assim, também da educação como muitas vezes das próprias organizações sociais.

As colonas, assim dizendo, eram as que mais sofriam em silêncio com a poligamia, pois seus maridos, em diversos casos, mantinham relacionamentos com escravas e índias e, em troca, era exigido das mulheres brancas, virgindade, sutileza, submissão à moral masculina e também castidade. Ou seja, deviam preservar costumes como a fidelidade e a submissão ao marido em uma terra onde a poligamia era praticada diariamente pelos grandes senhores e seus descendentes.

Sabe-se que, apesar das exigências e da dificuldade em manter aventuras, muitas vezes as próprias donas de grandes fazendas, também mantinham relacionamentos sexuais com negros escravos.

O início da colonização e a união de duas etnias

A colonização do território brasileiro por portugueses começou, de fato, no ano de 1532. Os rumos agrícolas, a noção de família e a escassez de mulheres brancas fizeram com que os homens, recém-chegados, convivessem em uma terra de mulheres de cabelos longos, olhos escuros e totalmente nuas, que se distanciava muito da realidade vivida na Europa.

O desconhecimento e a percepção indígena de que os homens fossem deuses de outro mundo, desembarcando em sua costa territorial, despertou assim o interesse de mulheres índias, que, em um primeiro contato, se entregaram aos homens brancos em troca de um pedaço de espelho ou um pente. “Foram sexualidades exaltadas a dos dois povos que primeiro se encontraram nesta parte da América: o português e a mulher indígena”. (FREYRE, 2013, p. 171).

A sociedade indígena recebeu os portugueses em um mundo totalmente diferente do vivido na Europa. A cultura indígena, de forma hospitaleira, recebeu aqueles homens em sua sociedade e ainda permitiu a união com suas mulheres. Este foi o primeiro grande papel desenvolvido pelas mulheres nos anos de 1500 a 1535, período chamado de pré-colonização, onde os homens, primeiro estabeleceram-se como amigos da cultura existente no território, formando assim as primeiras bases da sociedade que viria a ser colonizada.

De acordo com Gilberto Freyre (2013), não seriam tantos, nem tão agudos os impedimentos como os que dificultam entre os europeus as relações amorosas do homem com a mulher. Este relacionamento com as mulheres indígenas eram muito diferentes do relacionamento amoroso na sociedade europeia, onde o cortejo era essencial e as mulheres agiam de forma mais recatada, contrastando assim, de forma totalmente contrária aos costumes da nudez feminina das mulheres nativas aqui encontradas.

“Já aperfeiçoados à poligamia [...] os portugueses encontraram na moral sexual dos ameríndios o campo fácil para expandir aquela sua tendência [...] de viverem com muitas mulheres”. (FREYRE, 2013, p. 61). Ou seja, o espírito aventureiro e a desbravação dos mares,

permitiu aos homens portugueses aquilo que, na Europa e aos olhos da religião era algo inaceitável: o relacionamento com mais de uma mulher. Em uma terra totalmente distante, do outro lado do oceano, os homens conheceram culturas sexuais diferentes e de forma amigável interagiram com elas.

Quanto à força produtiva, foram as mulheres, muito mais do que os homens que asseguraram as produções e a agricultura para a subsistência antes da chegada dos portugueses. O trabalho no campo era quase todo entregue às mulheres, como o de dentro de casa. Eram as mulheres ameríndias que cuidavam do campo, da casa, dos filhos, enquanto os homens tinham suas atividades voltadas mais às produções artísticas. Gilberto Freyre (2013, p. 13) enfatiza que “a produção artística era exclusiva ou principalmente dos homens [...] a construção da oca era seu trabalho mais duro”.

Mesmo quando grávida a mulher indígena servia ao campo e aos homens. Seu papel na produtividade foi de suma importância para a consolidação da monocultura, que mais tarde seria a base da economia colonial.

Figura 1. A submissão da mulher indígena



Fonte: Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/08/brasil-colonial-divergencia-entre-o.html>>. Acesso em: 23 out. 2014.

Na cultura indígena, os meninos eram ensinados a tratar as mulheres de forma inferior, sendo impostos sobre eles ensinamentos e o costume de se considerarem sempre superiores a elas. Ou seja, a submissão da mulher estava também presente na cultura nativa muito antes da chegada dos colonizadores que, viram nos homens índios, uma mão de obra promissora para a sustentação do sistema colonial, o que logo perceberiam terem se enganados.

A aproximação com os portugueses gerou filhos mestiços e a sociedade passou a se concentrar em uma estabilidade patriarcal, onde o homem era o chefe da família. Os anos seguintes da colonização e a formação de um governo português em território brasileiro, fez com que os laços entre indígenas e portugueses fossem rompidos com a tentativa de escravização dos índios. Foram impostos também, através dos jesuítas, novos costumes e hábitos. Os jesuítas, através da religião, queriam catequizar os nativos e impor-lhes novos costumes, com o objetivo

de fazer com que se tornassem civilizados. Os principais hábitos impostos foram os hábitos de higiene, e os hábitos de se vestirem.

As mulheres foram as que mais sofreram com estas mudanças, e foram elas que apresentaram maior resistência a mudarem seus hábitos de nudez para passarem a vestir roupas moralizadas pelos costumes europeus.

Outra imposição foi a divisão sexual do trabalho, as mulheres passaram a ser escravas das famílias, assim, como também, geradoras de filhos fora do casamento dos grandes senhores. E os homens passaram a ser explorados no campo e engenhos. Fato que viria a não dar certo: os homens explorados no campo e as mulheres exploradas em casa, sendo que, eram as mulheres que praticavam e realizavam a agricultura e os homens que se dedicavam às artes e a passagem da cultura e hábitos indígenas aos descendentes.

Assim, com os anos posteriores da colonização, algumas partes da sociedade portuguesa definiram seus territórios aqui no Brasil, mudando-se para esta nova terra. “Atraídos pela possibilidade de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou por vontade própria, muitos europeus”. (FREYRE, 2013, p. 26).

A atração entre as mulheres índias por homens vindo do outro lado do mundo, e vice-versa, acabou gerando uma multiplicação de herdeiros do sistema aristocrático, patriarcal e escravocrata.

Neste contexto, a escassez de mulheres brancas, que vinham junto com suas famílias, deixou de ser uma desculpa para a aproximação das etnias, que ainda acaba acontecendo, porém, agora, esta aproximação se dava por vontades próprias dos indivíduos, e não mais por escassez de mulheres. Surge assim a visão da mulher indígena como escrava sexual destes homens, pois a mesma tinha em sua cultura, uma visão sem impedimentos e tabus sexuais.

Assim, as índias no período colonial, são vistas como objetos sexuais, como símbolos do pecado, com corpos nus, curvas, cabelos pretos e pele parda, em comparação a palidez sem graça das mulheres europeias.

Desde a chegada dos portugueses, bem como de outros estrangeiros, e mesmo após a tentativa de escravizar os indígenas, os homens brancos perceberam que a mulher é que era a principal responsável pelo trabalho duro de subsistência antes dos anos de 1500. Talvez este tenha sido o fator que fez com que a escravização indígena desse errado: os homens eram os responsáveis pelas artes e as mulheres pelo serviço no campo, e durante a sua escravização estes papéis foram invertidos.

Os hábitos de higiene, os truques de artesanato e tecelagem, as receitas alimentares, bem como os cuidados íntimos, foram recebidos pelos colonizadores das mãos das mulheres indígenas, elas foram o elemento mais produtor nas culturas primitivas. (FREYRE, 2013).

A exploração servil e sexual das negras africanas

Quando a escravização do índio falhou, e os colonizadores perceberam que precisariam de trabalhadores mais resistentes, encontraram nos africanos aquilo que procuravam. O tráfico de escravos passou a ser uma prática predominante nos períodos do Brasil colonial. A exploração da África fazia com que milhares de negros e negras viessem parar no território brasileiro sob domínio português. As mulheres, junto com homens, eram trazidas em péssimas condições, sujeitas à fome e a doenças.

Os homens, escravos, eram explorados no campo, com um serviço braçal mais bruto. Já as mulheres eram escravas e concubinas das grandes famílias. Assim surge a separação Casa-Grande e Senzala, que tem uma ligação feita pelas mulheres negras, que muitas vezes, são as que criam e alimentam os herdeiros deste sistema colonial.

Neste contexto é que o homem passa a escravizar e se sobrepor como raça superior aos

africanos que para o Brasil eram trazidos como escravos. Assim acontece a dominação de uma raça sobre outra.

A importação de africanos para o Brasil, além de âmbito econômico teve outro objetivo. Com a escassez de mulheres brancas, o tráfico de mulheres negras se deu com uma nova grande necessidade: trazer para a colônia ventres geradores de uma maior quantidade de mão de obra, contando-se com a ação multiplicadora da poligamia e da miscigenação. (FREIRE, 2013). Ou seja, as mulheres negras recém-chegadas eram submetidas ao domínio dos brancos, foram vistas muito além de meras donas de casas e serviçais domésticas. E como afirma Gilberto Freyre (2013, p. 51): “Não há escravidão sem depravação sexual”. A colonização realizada por homens, quase sem mulheres brancas, fez com que as negras, junto com as índias e as mulatas fossem as responsáveis por multiplicarem a mão de obra colonial. Ao relacionar-se com senhores de engenhos e grandes proprietários, ou até mesmo com os filhos jovens destes, as mulheres escravizadas geravam filhos bastardos que serviriam como força produtora da monocultura colonial brasileira.

A dominação sexual que as negras sofreram durante o período colonial trouxe doenças que passaram a se instalar na sociedade, tanto nas grandes famílias como na senzala. A sífilis se deu na mistura entre muitas pessoas de uma mesma etnia e etnias diferentes, e eram repassadas dos senhores que abusavam das escravas, e estas mesmas passavam aos herdeiros que contraíam brincando entre negras e mulatas ao desvirginar-se aos doze ou aos treze anos. (FREYRE, 2013). Porém, a “sífilização”, termo usado por Gilberto Freyre, se deu no Brasil. As mulheres negras contraíam esta doença dos grandes senhores de engenhos, e este relacionamento entre mais de uma pessoa fez com que uma epidemia fosse espalhada, e assim esta doença foi contraída por diversas pessoas na sociedade brasileira.

A sífilis, doença transmitida pelo contato sexual, era uma coisa natural na colônia, onde o relacionamento amoroso se dava de forma muito livre entre os integrantes do Brasil da época. O contato de etnias consideradas superiores, em relação a etnias consideradas inferiores, durante toda a história foi sempre a mesma: extermínio ou degradação. Assim, a “raça” portuguesa fez, ao impor seus costumes a raças que tinham uma enorme cultura que acabou sendo submetida a novos costumes.

As negras, durante a sociedade colonial, foram responsáveis pela integração dos costumes da senzala com os costumes europeus, vindo com os estrangeiros que no Brasil se instalavam. Deve-se a elas a criação e até mesmo a educação de muitos herdeiros de grandes senhores, bem como os ensinamentos de aspectos da cultura africana e do vocabulário que, ao se misturarem com os costumes e hábitos portugueses, originaram uma cultura nova e híbrida: a brasileira. “Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas”. (FREYRE, 2013, p. 54).

Apesar da forte dominação e da depravação que sofriam, as negras eram vistas como as responsáveis por corromperem a vida sexual da sociedade brasileira. O contato entre negras e brancos e brancas e negros se dava de uma forma muito mais ativa do que entre negros e negras.

“É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para exercitar-se necessita de estímulos picantes, danças afrodisíacas, culto fálicos, orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações”. (FREYRE, 2013, p. 54). Isto explica a enorme atração dos homens brancos na cultura sexual africana, que trazia consigo aspectos muito mais intensos do que os relacionamentos sem graça impostos por uma corte europeia.

Na cultura africana a sexualidade era vista e exposta de forma muito mais aventureira, fato que despertava o interesse dos navegadores e colonizadores portugueses.

Portuguesas - as mulheres brancas da sociedade colonial

As mulheres brancas chegaram ao Brasil colonial muito depois do início da sua colonização. Inicialmente vinham com seus maridos que eram designados a chefes e donos de engenhos e grandes lavouras. Na colônia, as mulheres brancas viviam uma realidade muito diferente que a do mundo europeu, e foram as responsáveis por trazerem e criarem hábitos europeus aqui, do outro lado do oceano.

As mulheres muitas vezes tinham uma vida restrita a cuidar dos seus filhos, junto com suas amas escravas. A educação era precária e os costumes eram os que restavam depois de terem deixado a Europa. Aqui encontravam necessidades e dificuldades tanto na vida excluída da sociedade como também na higiene e na alimentação.

Nos primeiros anos da chegada das mulheres, muitas encontravam seus maridos com filhos gerados por índias e escravas. “Com relação ao Brasil, que diga o ditado: branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”. (FREYRE, 2013, p. 72). A partir disso foi que se estabeleceu uma relação machista de superioridade, e por conveniência de seus maridos, eram tidas como os objetos ou troféus, expostos em longos vestidos. Esta é a imagem que temos de mulheres nobres no Brasil colônia: bem vestidas, espartilhos apertados, e com um sorriso no rosto. Porém, a realidade era muito diferente do que costumam retratar: as condições das mulheres brancas também eram péssimas.

Figura 2. Família colonial brasileira do Rio de Janeiro



Fonte: Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/cotidiano-das-mulheres-negras-no-brasil-colonial.htm>>. Acesso em: 24 out. 2014.

A obra acima é do artista plástico Jean-Baptiste Debret, e representa a família social brasileira no período colonial. Podemos observar as atividades realizadas pelas escravas, e principalmente pela mulher branca, que brinca com crianças negras, que andam junto à sala. Um contraste muito grande de insatisfação feminina é que, muitas mulheres no Brasil colonial, tiveram de criar filhos de seus maridos com outras mulheres.

Se, por um lado, a vida das mulheres brancas casadas era difícil, a das mulheres brancas e solteiras também não eram nada favoráveis. Adotavam práticas de exclusão social exigidas pela família, ou quando engravidavam fora de um casamento eram expulsas e deixadas na rua.

Isso contribuiu para que surgissem prostitutas, pois, a pele branca não as “desqualificavam” a ponto de serem escravas.

Desprovidas de fortuna ou prestígio social, a pele mais clara poderia ser um elemento restritivo adicional, pois na mentalidade vigente não era socialmente concebível que adotassem ocupações consideradas aviltantes e próprias de escravas. Restavam as ocupações intermediárias de costureiras ou fiandeiras, ensinando o ofício quando conseguiam alunas, e assim usando o recurso de formas dissimuladas de prostituição. (CAMPOS, 2007, p. 7).

Com o advento e influência das igrejas, as práticas que até então eram permitidas, como o sexo antes do casamento e a poligamia, passam a ser vistas como pecados e a serem restritas pela igreja. A partir de 1600, surge no mundo a concepção de virgindade antes do casamento.

Basta ver que no Brasil de 1650 não existiam tabus como o da virgindade obrigatória até o casamento. Quebrado em tempos modernos, esse tabu ainda estava por nascer em 1600, e até o século XVIII era difícil achar alguém que se casasse sem antes ter tido relações sexuais. Mas o motivo era bem diferente do atual. É que, naquela época, ter filhos era muito importante. A mulher precisava provar ao homem que era fértil, engravidando antes do compromisso, uma regra consentida por toda a comunidade inclusive pela Igreja, desde que tudo terminasse em casamento. (ALVES, 2011, p. 13).

A partir desta concepção religiosa, de pecado, os pais de moças solteiras passaram a colocá-las em conventos, a fim de restringi-las sexualmente e prepará-las para o casamento. Dentro dos conventos a organização era feminina, ou seja, foi a primeira instituição a ser governada e comandada por mulheres. De acordo com Celma Burille (2010, p. 5): “Nos conventos, as mulheres podiam exercer até cargos de direção e comando. Contavam com a ajuda dos homens para auxiliá-las na administração, mas eram elas que governavam”.

Em um primeiro momento, as mulheres brancas passaram a ter responsabilidades cobradas da família, do marido, da sociedade e uma cobrança fundamental da igreja: a maternidade. Ao aceitar o papel imposto pela religião, as mulheres passaram a ser vistas de maneira importante, por serem as geradoras dos futuros herdeiros daquela colônia. Isso as trouxe também a uma inclusão na sociedade e as privou do abandono. Foram aos poucos conquistando seus espaços e assim surgindo com poderes em uma sociedade amplamente machista.

[...] na colônia, as mulheres brancas passam a ter papel fundamental na liderança social: de negócio, fundadoras de capelas, curadoras, administradoras de fazendas, líderes políticas locais, chefes de família e de política, tinham direito de heranças, seus maridos não podiam dispor da propriedade do casal sem seu consentimento, podiam pedir divórcio dentro dos cânones da Igreja. (BURILLE, 2010, p. 4).

As prostitutas tiveram seu papel destacado na imposição que a religião fez sobre o casamento, que passou a ser obrigatório para adequar uma sociedade à religião. Muitas mulheres e homens casavam sem amor, apenas com a obrigação de gerarem filhos e consequentemente braços para trabalhar. De acordo com Januária Cristina Alves (2011, p. 13):

As prostitutas, por sua vez, foram afastadas do convívio com a comunidade. Antes viviam como as outras mulheres, trabalhando em casa, cuidando dos filhos e dos pais desvalidos. Depois, sofreram dura perseguição. Mas isso não impediu que fossem procuradas pelos homens em busca do prazer e do divertimento vivamente desaconselhados dentro do lar.

A igreja teve um papel fundamental na restrição à sexualidade das mulheres, estas agora deveriam ser recatadas, e isto era uma regra. A fé cristã associava qualquer exposição corporal à prostituição e as mulheres aos olhos da fé, do povo e de Deus deveriam ser as propagadoras dos bons costumes católicos, servindo apenas a Deus e ao seu homem.

A visão de depravação era tida, pela igreja, em relação às negras escravas que eram as culpadas pelos males sexuais da sociedade, bem como a iniciação de meninos na sexualidade e a propagação de doenças. Isto fazia com que as mulheres brancas sofressem uma repressão ainda maior, pois a virtude da senhora branca apoiava-se em grande parte na prostituição da escrava negra. (FREYRE, 2013).

Sobre as mulheres brancas, casadas, recaía a responsabilidade dos partos. Um filho atrás do outro. Um doloroso e contínuo esforço de multiplicação. Também sobre este fato a igreja tem influência, pois proibia o coito interrompido, considerando um pecado infame toda e qualquer relação sexual que vise outro objetivo a não ser o de reprodução. Isto explica o porquê de as negras serem as responsáveis por criarem e amamentarem os filhos de mulheres brancas, que na maioria dos casos com pouca idade, muitas vezes não tinham nem forças para se recuperarem. (FREYRE, 2013).

A mulher passou a ser alvo de uma moral que “esvazia a mulher de qualquer uso prazeroso do corpo” (PRIORE, 1994, p. 16). Os valores impostos pela igreja nortearam as ações em sociedade, modificando os costumes que antes eram considerados livres, sexualmente.

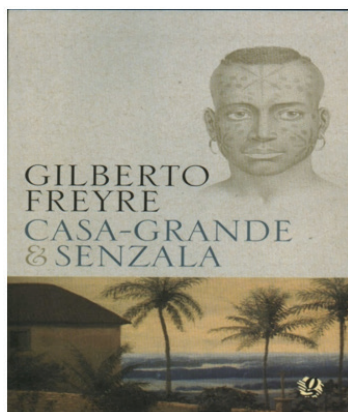
De acordo com Catulo apud Mary Del Priore (1994, p. 18), “É a mulher o centro dos apetites, desejosa de muitas cousas, e se o homem conviver com todos os seus desejos facilmente cairá nos maiores precipícios...” Isso faz da mulher um ser a ser contido pelo bem da sociedade. Os desejos das mulheres levariam os homens a fazerem aquilo que fugiria dos princípios cristãos, e por isto ela deveria ser contida.

Material e métodos

Esta pesquisa foi realizada através de pesquisas bibliográficas e o foco que centrou os objetivos deste trabalho foram estudados através de dois livros, de dois grandes escritores que se dedicaram e produziram uma obra que nos remete como fonte da vida das mulheres no Brasil Colônia: Gilberto Freyre e Mary Del Priore.

Primeiramente, após uma pesquisa aprofundada no livro de Gilberto Freyre: Casa-Grande e Senzala, nos proporcionou um estudo mais aprofundado não somente das mulheres, mas também de toda a sociedade colonial. Não ressaltando apenas a escravidão, mas sim a interação entre duas culturas riquíssimas que deram origem a muitos dos nossos costumes da atualidade.

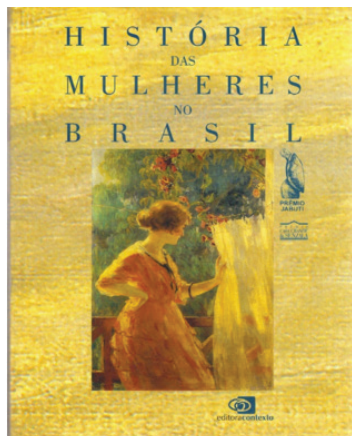
Figura 3. Obra de Gilberto Freyre: Casa-Grande e Senzala



Fonte: Disponível em: <<http://www.cafecomsociologia.com/2010/11/resenha-de-casa-grande-e-senzala.html>>. Acesso em: 24 out. 2014.

Já a obra de Mary Del Priore “A mulher na História do Brasil” busca ressaltar aspectos da vida da mulher em âmbito sexual, subordinado, e expõe uma visão diferente em relação à submissão e a vitimização da mulher na sociedade.

Figura 4. Obra de Mary Del Priore “A Mulher na História do Brasil”



Fonte: Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/livros/livro-historia-das-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 24 out. 2014.

Resultados e discussão

A visão de a mulher servir como propriedade do homem, no Brasil, tem sua origem no Brasil colonial. A mulher deveria ter um papel de exclusão social, de geração de filhos e de submissão ao marido. Esta é a ideia que muitos historiadores antigos tinham sobre a mulher na sociedade colonial, onde o Brasil estava sob domínio português. Ou seja, a mulher não era digna de realizar grandes feitos.

“A mulher [...] só teria papel benéfico dentro deste processo se dentro do casamento e enquanto cumprindo o papel de mãe. Ao fugir da benfeitoria esfera da vida privada ou ao usurpar o poder político como faziam as adúlteras e as feiticeiras, elas tornavam-se um mal.” (MICHELET, apud PRIORE, 1994, p. 12).

Foi apenas a partir de 1970 que a mulher passou a ser alvo de debates e de estudos aprofundados, quando os âmbitos família e sexualidade passaram a ser pesquisados. A partir disso a mulher passou a ser exposta em relação à sua sexualidade, à sua importância e à sua vitimização. Deve-se procurar considerar a questão feminina não como um processo em que foram apenas vítimas do gênero masculino, e sim perceber também, que, apesar das condições de inferioridade, muitas se sobressaíam e decodificavam papéis de poderes informais na sociedade, onde articulavam a sua subordinação: mães, devotas, infratoras, pois os papéis femininos na colônia giravam em torno de maternidade, piedade e sexualidade.

A sexualidade foi um fator que influenciou não só a economia, mas também as relações sociais. A noção de prazer, de atração, de forma efêmera, era a base dos laços de família no Brasil colonial. Esta visão de recolhimento sexual, e de valores, como castidade e virgindade, só passou a ser imposta através da influência da Igreja Católica, que tinha como objetivo conter as relações interétnicas, e impor costumes para uma europeização e a formação de uma base familiar Cristã.

Conclusão

As mulheres tiveram seu papel submetido aos homens durante todos os períodos histó-

ricos anteriores à contemporaneidade. Essa submissão, além de tê-las excluído da sociedade, da economia e da política, formaram as bases sólidas para o mundo. Os valores conservados nas mulheres foram de suma importância para a humanidade: feminilidade, generosidade, sutileza, além de muitos princípios morais.

O mundo, apesar de ser dominado e corrompido, muitas vezes pela ganância dos homens, encontrou um conforto no peito da mulher, que em todos os momentos históricos foi a amiga, a mãe, a mulher. A submissão privou-as de muita coisa, de muitos direitos, de muitas vozes. Porém, foi com a doçura feminina que o mundo evoluiu, tanto que, as mulheres foram o gênero que mais progrediram durante toda a história da humanidade.

Foram generalizadas, subordinadas, reprimidas e ainda assim emergiram na sociedade com tamanha força que o mundo jamais esperava. E é nesse contexto que o sistema colonial brasileiro foi mantido: o peso e as dores foram sustentados pelo colo feminino. A instituição da família foi o que motivou o crescimento tanto econômico como social da colônia que viria a se tornar um país independente.

Nesta colônia, foram elas, as mulheres, que repercutiram os valores e os repassaram para a sociedade. Mesmo dominadas, exploradas, as mulheres não são apenas vítimas desta história. São as principais agentes e responsáveis pelo rumo que a colonização tomou em questão de valores e princípios.

Sendo submetidas ao pai, ao irmão, ao marido e até mesmo à fé cristã, as mulheres foram as transmissoras da cultura, bem como as responsáveis pela formação dos valores masculinos. Homens que aqui chegaram e caíram em tentações pelas índias, não apenas por escassez de opções, mas sim pela carne, pelo desejo, pela paixão a algo que até então jamais tinham presenciado. As negras, principalmente, foram as que contribuíram na criação dos herdeiros, na amamentação e resistiram às maldades impostas pelos adventos coloniais.

Transmitiram também as histórias, os hábitos, os costumes que até hoje vivenciamos. Seja no culto de santos casamenteiros, nas lendas de bicho-papão, nas cantigas e brincadeiras de crianças, como também na própria culinária. Foram destas mulheres submetidas que herdamos, talvez, os melhores traços das nossas culturas. Este aspecto é até hoje presente na vida de muitas mulheres.

O principal papel feminino, tanto branco como escravo, foi o de ser um ventre gerador e multiplicador de braços para as lavouras coloniais. É daí que vem a maior felicidade feminina: ser mãe. Independente dos rumos que a vida profissional tome, ou do tempo que as mulheres dedicam a si mesmas ou a alguém, a vontade e o dom de gerar um filho continua sendo o êxtase da vida feminina na contemporaneidade.

É assim que o Brasil colonial se organizou socialmente, sob mulheres que sustentaram a sociedade com base nas suas emoções, nas suas dores e nos seus pesares. E é disso que herdamos grande parte dos costumes e hábitos das nossas vidas

Referências

ALVES, Januária Cristina. O lado feminino do Brasil colonial. In: ER-2: o espião vira cientista. **Revista Super Interessante**. São Paulo, Abril, v.79, 1994.

BURILLE, Celma Faria de Souza. **O papel das mulheres na organização do espaço social na sociedade colonial**. Oficina do DEB Itinerante. 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/historia/1burille_artigo.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Mulheres coloniais**: Esposas e concubinas numa sociedade escravista. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2459.pdf>. Acesso em: 23 out. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

POVOS INDÍGENAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL SERRANA: algumas considerações

Indigenous and drovers people in training of cultural identity of planalto serrano de Santa Catarina: some considerations

Silmara Luciane Miranda¹
Dario Moreno Aires dos Santos¹

Resumo: Nos trabalhos realizados sobre a formação da região serrana de Santa Catarina, é muito comum exaltar a figura do tropeiro e até a atividade por ele realizada como elementos constituintes da identidade desta região. Entretanto, não se tem pesquisas sobre os povos que já viviam aqui, antes da abertura do Caminho das Tropas ou mesmo da fundação da Vila. Na historiografia local, os povos indígenas aparecem, quando são relatadas as práticas de extermínio, ou, enquanto obstáculo à ocupação da região. Não temos disponível ainda, pesquisas sobre suas vivências. A partir do século XVIII o Brasil Colonial teve mudanças em sua economia, o açúcar, principal produto cultivado na colônia passou a dividir espaço em importância com o ouro descoberto na região das Minas Gerais. Para abastecer a região aurífera era preciso o fornecimento de mantimentos e de animais de montaria, os muares e gado, sendo o criatório destes animais a Capitania de São Pedro, para conduzir o gado até a região das Minas Gerais o governo imperial determinou a abertura de um caminho de tropas pela região dos Campos das Lagens, este trabalho procura levantar alguns aspectos sobre a abertura deste caminho.

Palavras-chave: Povos indígenas. Caminho das tropas. Corredores de taipa. História de Lages-SC

Abstract: In work carried out on the formation of the mountainous region of Santa Catarina, it is very common to exalt the figure of the drover and the activity performed as constituent elements of the identity of this region. However one does not have research on people who have lived here, before the opening of the troops way or even the village foundation. In the local history, indigenous peoples appear when the extermination practices are reported, or, as an obstacle to occupation of the region. We have no available research on their experiences. From the eighteenth century Colonial Brazil had changes in its economy, sugar main product grown in the colony began to share space in importance with the gold discovered in the region of Minas Gerais. To supply the gold region had to supply groceries and riding the animals mules and cattle, and the breeding of these animals the Province of São Pedro to drive the cattle to the region of Minas Gerais the imperial government ordered the opening of a way of troops through the region of Campos das Lagens, this paper seeks to raise some aspects of the opening of this route. The use of local themes in history classes, is presented as an opportunity to contribute to the understanding of identity formation of Planalto Serrano de Santa Catarina, is intended to demonstrate that indigenous peoples issues and tropeirismo are present in family oral tradition, and customs kept in the mountain families.

Keywords: Indian people. Fields. Troops. Local history. Identity.

Introdução

Muitos povos ocupavam as terras do “novo mundo” antes da chegada dos europeus, do Alasca até a Patagônia espalhavam-se inúmeras nações indígenas neste solo. Estima-se que viviam cerca de 50 milhões de pessoas na América na época da conquista. No Brasil, o número de índios era em torno de 6 milhões, destes, segundo dados do IBGE, restam cerca de 250 mil.

A origem destes povos continua sendo investigada, a teoria mais aceita diz que, grupos que viviam no território onde hoje está o Continente Asiático, teriam chegado à América há 40

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

mil anos atravessando o Estreito de Bering, prática repetida em diversas correntes migratórias, outra teoria fundamenta-se que a ocupação da América também teria ocorrido por mar, povos que viviam na Polinésia vieram para a América em embarcações rudimentares, chegando pela costa do Oceano Pacífico, em um processo que também se repetiu inúmeras vezes, fato que teria ocorrido há cerca de 50 mil anos.

Nesse contexto, o Estado de Santa Catarina teria sido povoado, segundo Silvio Coelho dos Santos (1973), através do Vale do Uruguai, por volta de 5500 anos antes de Cristo.

O Planalto Catarinense era habitado por duas nações indígenas: os Xoklengs e os Kaigangs, pertencentes ao denominado grupo Jê, ou Tapuia, pelo lado linguístico. O antropólogo Silvio Coelho dos Santos em estudo que realizou sobre este grupo observa que: “Os Xokleng são um grupo indígena de língua Jê. Também conhecidos como botocudos pelo fato dos homens utilizarem um pequeno cilindro de madeira (botoque) no lábio inferior perfurado, nômades, percorriam as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil”. (SANTOS, 1973, p. 8).

Sobre os Kaigangs, esses também pertencem ao grupo linguístico Jê, aparentados da língua Xokleng. Eram seminômades, viviam da caça e da coleta como os Xokleng, mas, além disso, viviam de uma horticultura, destacando-se a cultura do milho.

Na região serrana, estes grupos receberam outras denominações dos colonizadores, eram chamados, segundo Licurgo Costa, no livro o Continente das Lagens, de: “bugres, índios, selvagens, botocudos, silvícolas, gentios...” (COSTA, 1982, p. 28), segundo ele a designação genérica era a de “Bugre”. O autor descreve alguns hábitos comuns entre os povos que viviam na região “os Xoklengs, viviam da caça, do pinhão e, como todas as tribos nômades, eram grupos coletores e caçadores não permanecendo por muito tempo em um mesmo local”. (COSTA, 1982, p. 28).

Como em todo o Continente Americano, também no Planalto Serrano, foram expulsos de suas terras, mortos, exterminados pelos invasores.

Processo de ocupação do planalto serrano

No século XVIII, o Planalto Serrano não era citado em documentos antigos em sua vastidão, por não conhecerem as terras, apenas denominavam-na como Sertão de Coritiba, foi a partir do caminho traçado por Francisco de Souza Faria, em 1729, com a intenção de ligar o extremo sul do país à região sudeste, que o governo geral passou a ter conhecimento da região.

O autor Cyro Ehlke (1973, p. 22), em seu estudo sobre o Planalto Catarinense, demonstra de que maneira o Planalto Serrano é reconhecido pelo governo central:

A descrição dos campos serranos foi feita também posteriormente por Cristovão Pereira de Abreu em 1733, ao retificar o caminho aberto por Souza Farias, também descreve, salientando aspectos da paisagem, vegetação e disponibilidade de gado que encontrou nos Campos de Cima d'serra, a travessia de Cristovão Pereira de Abreu, inaugura a abertura da 'Estrada Real' ou 'Caminho do Sertão', 'Estrada da Mata'.

Este autor observa que, “é a abertura desta estrada que inicia o povoamento do planalto de Santa Catarina”.

Entretanto, foi somente a partir da vinda de Antonio Correia Pinto de Macedo, encaminhado pelo governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, para fundar uma Vila para atender ao pouso de tropeiros, afugentar índios e fortificar a região dos possíveis ataques castelhanos a partir de 1766, que inicia o processo de ocupação e conhecimento da região do Planalto Serrano, bem como, da área destinada à elevação da Vila.

Foi a partir da instalação da Vila que os limites entre as capitânicas de São Paulo e São Pedro ficaram oficialmente definidos, assim como, os limites dos Campos de Nossa Senhora do Sertão das Lages.

Correia Pinto em manifesto enviado a Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, afirmava:

Que em observância das Reaes Ordens de S. Mag. Que D.s. G.s.
Chegou no anno de 1765 o Exmo. Sr. Gal. D. Luiz Antônio de Souza a restabelecer o governo desta Capitania, e querendo examinar a extensão dos seus limites mandou vir á sua prezença os mais práticos homens dos sertoes e informado da gr. De campanha q' mede de Coritiba até o Continente de Viamão, na distância de 150 legoas despovoadas, logo rezolveo o d. Sr mandar levantar uma Povoação no lugar mais conveniente p. a fazer testa às miçoens expansões e afugentar a imensidade de índios q' habitão aquelas campanhas, p. a não infestarem a extrada geral por onde se tranzitão m. tos milhares de cavaladuras e gados a cada anno. (CASTRO, 1999).

A presença de índios na região dos Campos de Lages levou o governo de D. João VI a expedir Carta Régia em 5 de novembro de 1808, determinando guerra aos indígenas:

Ao oeste da Estrada Real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lages, a maior parte das fazendas estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os índios bugres morto os seus moradores, e outras com o que sejam igualmente vítimas e que até a mesma estrada chega a não se vadeável, senão para viajores que vão reunidos em grande número e bem armados[...]; sendo-me também igualmente presente os louváveis frutos que tem resultado das providências dadas contra os Botocudos, e fazendo-me cada dia mais evidente que não há meio algum de civilizar povos bárbaros senão ligando-os a uma escola severa[...] desde o momento que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios. (CASTRO, 1999).

Diversos grupos indígenas viviam nos vastos campos serranos, comprova-se a presença deles de diversas maneiras, em estudos recentes feitos sobre os índios na região, por concessionárias hidrelétricas, há identificação de sítios arqueológicos em vários pontos do Planalto Catarinense. Existe também um trabalho feito pelo padre Rolin, em 1980, que procura interpretar as inscrições rupestres deixadas nas grutas e cavernas que serviam de moradia para estas comunidades, como a caverna do Avencal em Urubici, na qual o autor procura descrever o que significam aqueles registros.

Para Cyro Ehlke (1973) em tempos remotos terão habitado o Planalto de Santa Catarina, os aborígenes gualacho, bem como os guaiana, os guanaó e os iratin ou iraitin, aspecto que é comprovado pelo antropólogo Silvio Coelho dos Santos (1973) ao observar que alguns autores admitem que os Xoklengs e Kaigangs são originários dos antigos Guaianá ou Caaguá, que dominavam as terras do interior sul do Brasil, à época da conquista.

Deste modo observa-se que os primeiros povos a ocuparem a região do Planalto de Santa Catarina foram índios denominados Coroados e Botocudos pertencentes às nações Xoklengs e Kaigangs.

A partir da preocupação da Corte, que necessitava demarcar o território pertencente à Colônia, e pretendendo criar núcleos de colonização nos campos da serra catarinense, existem documentos que comprovam que, ainda no século XIX e início do século XX, era possível perceber a presença deles na região, a Coroa mandou fazer um levantamento sobre a quantidade, a localização e o comportamento destes povos, solicitando ainda que identificassem seus possíveis aldeamentos.

Em carta enviada em resposta à Capitania que solicitava tais informações, transparece nos projetos de ocupação fundiária a demarcação das terras indígenas, medida que era realizada como um aspecto incentivador para que novos moradores se dirigissem para os Campos d' Cima da Serra:

A Câmara Municipal da Villa de Lages acusa a recepção do ofício de 26 de novembro p.p. Cobrindo um exemplar do Regulamento Nº 426 de 24 de julho de 1845 ano das Missões de Catechese, e civilização dos índios, em cujo ofício ordena a esta Câmara dar os esclarecimentos necessários. (CASTRO, 1999).

A tradição oral também manteve relatos das invasões de índios na sede da Vila, conta-se, por exemplo, que eles vinham regularmente e atacavam as mulheres que lavavam roupas no arroio Carahá e que por isso Antônio Correia Pinto de Macedo, fundador da Vila, teria mandado represar um açude para que as mulheres lavassem suas roupas, estando assim protegidas dos referidos ataques. Este açude recebeu o nome de Tanque, constituindo-se em meados do século XX em um espaço de lazer da cidade, guardado na memória dos moradores da cidade o significado de sua construção.

Também sobre ataques de índios à Vila, é enviado no ano de 1871 um ofício ao delegado municipal registrando o ocorrido:

Neste momento acabo de receber um ofício do inspetor do Quarteirão de Canoas, participando-me ter os índios assaltado uma casa de Izidore José dos Santos na Ponte Alta e a mulher dele. Acusando ter esta recebido duas crianças, e que os ditos índios não se tinham retirado ainda 15.01.1871. (CASTRO, 1999).

O historiador Paulo Pinheiro Machado (2001), em estudo que fez sobre o povoamento do Planalto Serrano, analisa que a relação estabelecida entre colonizadores e indígenas assumia uma forma beligerante, pois a população não reconhecia os indígenas como gente.

O autor Cyro Ehlke (1973, p. 47), salientando a relação estabelecida entre tropeiros e indígenas resalta ataques ocasionados por índios, “botocudos, hostis e sanguinários, vezes sem conta, atacaram tropeiros e povoadores, mormente nas regiões de Lages, Curitibaanos, Campos Novos e ao sul do Rio Negro de um modo geral até 1910 ou 1920, pelo menos”.

Memórias de violência: a difícil trajetória dos povos indígenas

A presença dos povos indígenas no Planalto Serrano começou a ser ameaçada a partir da ocupação da região por tropeiros e paulistas, os primeiros desbravando o Sertão, cruzavam a estrada, com tropas de mulas e gado, trazidos do Rio Grande do Sul para abastecer a região central do país. A presença dos tropeiros, regularmente passando pelos Campos Serranos, se sobrepôs aos povos indígenas que aqui viviam. De acordo com o estudo de Silvio Coelho dos Santos (1973, p. 15), “os Xoklengs somente deixaram de fazer suas incursões a esta área quando ela foi tomada pelas fazendas de criação e pelos roçados dos colonos”.

Contribuindo para o extermínio de índios Kaigangs e Xoklengs, na serra catarinense, foram também os tropeiros que introduziram juntamente com uma medida governamental, segundo Santos (1973), o profissional pago para executar as matanças, os chamados bugreiros, pessoas ágeis no afugentamento ou combate aos mencionados “bugres”.

Bastante comum na tradição oral são os relatos sobre o personagem responsável pela matança de índios no Planalto Catarinense, conhecido como Martim Bugreiro, este homem era pago por tropeiros ou fazendeiros para matar ou afugentar os índios que viviam na região, sua presença foi

marcante no extermínio desses grupos, principalmente na estrada que liga Lages a Florianópolis.

O antropólogo Silvio Coelho dos Santos observa que estes homens, pagos para limpar o sertão da presença indígena, cortavam as orelhas dos índios capturados para receber por índio morto e também como uma forma de comprovar que o serviço foi feito, Santos lembra que era comum dizer na região que “índio só é bom morto”, portanto, segundo o autor, “não era de estranhar que fosse comum a organização de grupos armados para vingar ataques cometidos pelos indígenas”. (SANTOS, 1973, p. 32)

A violência das relações estabelecidas é sintetizada na contratação, tanto do governo, quanto dos fazendeiros que viviam na região, de homens pagos para “caçar” e “matar” índios nestas terras, bugreiros, como eram chamados, tiveram seu sustento matando índios, recebendo conforme o número de orelhas que apresentavam a quem os contratou.

Foi a partir desta prática cruel e aterrorizante que surgiu nessa região a caça de mulheres índias. Uma observação se faz necessária, os homens eram mortos, enquanto as mulheres índias eram pegas a laço ou a cachorro e levadas para forçosamente se “integrarem” à vida nas fazendas, muitas dessas mulheres se tornaram esposas dos fazendeiros, formando assim, os primeiros núcleos familiares no Estado.

O historiador Paulo Pinheiro Machado (2001) ao analisar a ação dos bugreiros observa que os bugres adultos e jovens eram os principais alvos de caçadas empreendidas por fazendeiros ou por bugreiros (caboclos especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes). Só conseguiam escapar da morte algumas mulheres jovens que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros.

Em estudo realizado pela historiadora Cristina Scheibe Wolff sobre a prática de extermínio e captura de alguns indígenas, aspecto que segundo ela ocorreu em várias regiões de Santa Catarina, muitas famílias tiveram sua formação a partir da necessidade dos fazendeiros em ocupar a região e acasalar com as índias capturadas, para esta pesquisadora as relações entre índios e brancos no Sul do Brasil foram marcadas pelo gênero. Neste trabalho tentamos mostrar que apesar da violência, do extermínio, do medo como elemento imaginário que determinava essa violência e este extermínio, muitas mulheres e crianças indígenas foram incorporadas à sociedade “branca”. Seus descendentes não estão hoje somente nas poucas áreas indígenas demarcadas, onde grupos Xokleng, de Kaingang e de Guarani tentam manter seu patrimônio cultural e material, com muita luta e resistência. Eles estão aqui, nas cidades e no campo, em cada família com sua bisavó índia “pega a laço”.

Na pesquisa, Wolff (2001) observa que, para construir uma identidade étnica no estado, que pudesse demonstrar o predomínio da presença branca de descendência europeia, a memória sobre os povos indígenas, ou mesmo os relatos sobre as mulheres pegas a laço foram esquecidas, esta historiadora denomina a memória como uma memória subterrânea, dessas guardadas em gavetas secretas, por baixo de outras coisas, segundo sua pesquisa, histórias que se conta apenas no âmbito familiar, com poucos detalhes: muitas famílias guardam (algumas secretamente) a memória de bisavós índias “pegas a laço” ou “pegas a cachorro”.

O desaparecimento das aldeias, dos grupos indígenas na região foi ocasionado por um modelo de ocupação, onde uma cultura (europeia), e uma atividade econômica (pecuária) se sobrepôs às demais. O processo civilizador europeu, que esteve presente em todo o território nacional a partir da colonização do Brasil, apresentou-se também em Lages, não por acaso precisamos juntar indícios, pistas, relatos sobre a presença de grupos indígenas no planalto de Santa Catarina, tal aspecto demonstra que também nestas terras o etnocentrismo e o genocídio prevaleceram.

Para a historiadora Wolff (2001, p. 8), mesmo a historiografia oficial reconhece as práticas de extermínio, é preciso buscar as táticas de sobrevivência destas pessoas “algumas dessas mulheres são lembradas como parteiras hábeis, pessoas dedicadas à cura das doenças. Ou como

avós sábias, ou ainda como agregadas das famílias poderosas, submissas e fiéis”.

Existe nas memórias de muitas famílias na região um acervo histórico sobre a presença destes grupos indígenas e suas práticas cotidianas, é bastante comum em conversas informais ouvir relatos onde as pessoas sabem que suas avós eram índias, entretanto, estas memórias precisam ser registradas, tiradas do subterrâneo para que possamos compreender como sobreviveram estas pessoas, para que se possa detalhar seus hábitos.

Caminho das tropas

A cidade de Lages, hoje com 248 anos, nasceu a partir de uma necessidade econômica do país, atender os tropeiros que por aqui passavam com gado, vindos do Rio Grande do Sul em direção ao estado de São Paulo. O tropeirismo contribuiu para forjar elementos culturais da região, garantindo também o desenvolvimento da pecuária, sendo esta atividade econômica uma das mais importantes para o município. Este trabalho visa abordar aspectos históricos da abertura do Caminho das Tropas, contextualizado no período do Brasil Império.

Antes mesmo da fundação oficial da Vila, em 1766, já havia relatos de tropeiros que cruzam os campos serranos, no século XVII a região dos “Campos das Lagens”, tornou-se conhecida como registro no Brasil Colonial, quando Souza Faria, ao passar pelos “Campos d’Cima da Serra”, descreveu em seu relato suas impressões do lugar, este relato está presente no livro de Cyro Ehlke (1973, p. 35) sobre a ocupação do Planalto Catarinense:

O sargenteo-mór Francisco de Souza Faria, quando ali chegou em 1729, ao dar abertura à Estrada dos Conventos (depois ‘Estrada Real’, ‘do Sertão’, ‘da Mata’ e outras mais designações), nele encontrou abundantíssimo mel e farto pinhão, dos quais até morreram de indigestão alguns de seus acompanhantes, pelo muito que deles se fartaram. Encontrou ainda, grande quantidade de antas e porcos monteses, afora o gado que vinha das extremidades sul de Lages, antigos ‘Campos da Vacaria’ ou ‘De Cima da Serra’, onde estes foram laçados, anos antes, pelos missionários espanhóis de Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul.

Por este relato é possível perceber a abundância de produtos e animais disponíveis na região, fato que certamente atraiu muitos interessados e contribuiu para a ocupação do planalto serrano antes mesmo da fundação da vila.

O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu ao passar pelos campos de Lages, com 130 pessoas, entre elas tropeiros, peões e capatazes, aprisionou três famílias de índios Tapes, e as remeteu a São Paulo, “teve a cautela de igualmente mandar apreender, nos campos de Vacaria de Lages, perto de 500 vacas, para a manutenção da expedição”. (EHLKE, 1973, p. 78).

A expedição de Cristóvão de Abreu tinha por objetivo facilitar o acesso às tropas de gado, que saíam dos Campos das Vacarias, no atual estado do Rio Grande do Sul, em direção à Sorocaba, capitania de São Paulo, em 1730 estava enfim inaugurada a “Estrada Real”, ligando as regiões sul e sudeste do país, e contribuindo para o povoamento do Planalto de Santa Catarina.

Como observa Machado (2001, p. 15) em estudo que fez sobre a ocupação do Planalto Serrano: “Com o caminho das tropas se formou um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas”. As terras disponíveis nos Campos da Serra Catarinense eram em sua grande maioria desabitadas, chamadas terras devolutas, a ocupação e apropriação das terras na região eram feitas por tropeiros e paulistas, que subiam a serra em direção aos campos no planalto, assim como em várias regiões do país era a posse que legitimava a ocupação, seus sucessores herdaram estas iniciativas.

Os primeiros tropeiros que passaram nos Campos d' Cima da Serra encontraram inúmeros animais arredios, vivendo solto pelas pradarias, este fator foi também um motivador da ocupação destes campos, era preciso fechar mangueirões, domar estes animais e montar as tropas para vendê-los na capitania de São Paulo, uma tropa que não ofereceu custos ao proprietário garantia a este um lucro em moeda corrente que lhe permitiu adquirir outros animais, aumentar a propriedade e construir benfeitorias.

Quando iniciou a ocupação da região, a metragem utilizada para considerar uma fazenda adequada para a criação de gado era de até uma légua, uma légua e meia, podemos dizer que esta região nasceu como um latifúndio, destacando-se em seu processo histórico o nome de algumas famílias, que originalmente se apropriaram de terras na região.

A abertura da Estrada Geral garantiu o desenvolvimento da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens, mais tarde a abertura das estradas que ligavam o Planalto ao litoral através da Serra do Rio do Rastro ou a Estrada de Desterro, permitiu uma maior integração do estado, favorecendo a vinda de novos moradores. Machado (2001, p. 16) observa a este respeito que: “o caminho das tropas possibilitou que houvesse uma grande diáspora de famílias por todo o planalto meridional”.

Tropeirismo

Tropeirismo é a atividade econômica e cultural praticada pelo tropeiro.

Segundo o historiador Claudio Recco (2010): a palavra "tropeiro" deriva de tropa, numa referência ao conjunto de homens que transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia.

Tropeiro iniciava-se na profissão por volta dos 10 anos, acompanhando o pai, que era o negociante (compra e venda de animais), o condutor da tropa. Usava chapelão de feltro cinza ou marrom, de abas viradas, camisa de cor similar ao chapéu de pano forte, manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro, botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger-se nos terrenos alagados e matas. (RECCO, 2010).

O comércio de gado e mulas, através dos Campos das Lagens, forneceu à Vila meios de desenvolvimento socioeconômico, com bastante frequência inúmeros tropeiros cruzavam a Estrada Real transportando animais para serem vendidos nas feiras de Sorocaba.

No início, o que era valorizado do gado concentrava-se apenas ao seu couro, que era levado para o nordeste, com a abertura das minas na região central do país, era preciso oferecer comida para os escravos e mineradores, num primeiro momento o gado era transportado para ser abatido na região sudeste, posteriormente percebeu-se que o charque era mais fácil de ser transportado e o comércio de charque e couros acelerou o desenvolvimento da região sul do Brasil.

A conservação da carne, através do sal incorporado ao corte, permitiu que um número significativo de tropeiros se lançassem na atividade, garantindo a estes rendosos lucros no Brasil Colonial. Mais tarde, quando a atividade com mineração entrou em decadência, a região sul do país passou a abastecer as fazendas de café, que também exigiam grande quantidade de carne para alimentar seus escravos e imigrantes.

O gado arrematado e transportado pelo “Caminho do Sul” foi introduzido nos Campos de Cima da Serra pelos Jesuítas, na região de Lages o gado atravessou o rio Pelotas e se dispersou pela região da Coxilha Rica, provavelmente conduzido por índios das reduções jesuíticas que viviam na capitania de São Pedro.

Os tropeiros que entravam na Vila das Lagens, vindos de Viamão, precisavam pagar

impostos por cabeça de animais que atravessavam o Rio Pelotas, a atividade do tropeiro exigiu uma estrutura administrativa e militar, era preciso construir um registro de cobrança de impostos, o que servia também para demarcar as fronteiras entre a capitania de São Paulo e São Pedro, o Passo de Santa Vitória, principal local de travessia de gado pelo rio Pelotas, permitiu a arrecadação de impostos para a Coroa, bem como, a guarnição militar da fronteira da capitania, contribuindo para defesa de possíveis invasões castelhanas.

O Passo de Santa Vitória foi instalado em 1772, depois que Cristóvão Pereira de Abreu abriu a Estrada Real, ou o Caminho de Viamão, permanecendo como passagem oficial até 1775, quando foi temporariamente desativado, e posteriormente em 1848, definitivamente extinto, outros Passos foram abertos ao longo do Rio Pelotas, mas, sem dúvida o de Santa Vitória foi o que mais significado teve para a integração do Caminho do Sul, por uma lei do Império, a arrematação dos Passos eram feita por um período de 3 (três) anos, para o arremate eram feitos leilões públicos ganhando o direito de cobrar impostos aquele que pagasse aos cofres municipais a melhor quantia, todo passante tinha por direito o acompanhamento de uma guarda para ajudá-lo na execução da tarefa, de cobrar os impostos.

A atividade dos tropeiros foi tão importante para a região de Lages, que mesmo já passados alguns anos de extinção desta profissão na serra catarinense, ainda é possível vislumbrar ruínas e vestígios deixados por estes homens que transitavam pela região, comercializando animais cavalares, muares e bovinos.

Para o historiador Recco (2010) existiam elementos específicos da vida dos tropeiros.

O tropeiro montava um cavalo que possuía sacola para guardar a capa, a sela apetrechada, suspendia-se em pesados estribos e enfeitava a crina com fitas. Chamavam ‘madrinha’ o cavalo ou mula já envelhecida e bastante conhecida dos outros animais para poder atraí-los, era a cabeça da tropa e abria o percurso, com a fila de cargueiros à sua retaguarda; ‘malotagem’ eram os apetrechos e arreios necessários de cada animal e acondicionamento da carga e ‘broaca’ os bolsões de couro que eram colocados sobre a cangalha e serviam para guardar a mercadoria.

Um sinal destes tempos diz respeito ao corredor de taipas construído na Coxilha Rica (SC), que tinha como objetivo impedir que o gado se dispersasse nos vastos campos por onde as tropas cruzavam. Com a utilização de trabalho escravo foi construído esse corredor, que atingiu a extensão de aproximadamente 80 quilômetros, este corredor tinha por objetivo disciplinar a tropa que fazia a travessia dos campos da Coxilha Rica, facilitando sobremaneira o trabalho dos tropeiros, estes muros de pedras tinham por objetivo impedir que o gado que passava se misturasse com o gado já existente na região, facilitava também a travessia, pois o relevo da Coxilha Rica permitia que o gado se dispersasse.

O corredor de taipas da Coxilha Rica fazia parte da Estrada Real, que segundo Marcio Santos (2001, p. 155):

Evoluindo a partir dos primeiros caminhos autorizados pela Coroa, as estradas mantiveram o caráter de vias oficiais ainda por muitas décadas. Reforçaram o caráter legal, de caminho obrigatório para pessoas e mercadorias, agregando o adjetivo ‘real’ ao nome – tornaram-se estradas reais.

O título de Estrada Real possibilitava a travessia de gado e mercadorias com a autorização da Coroa, garantindo a arrecadação de impostos, bem como, a suposta segurança por um caminho oficializado.

Lages nasceu como um caminho de tropas, nossa cultura, nossa culinária está direta-

mente associada a esta atividade, existe, inclusive, a lenda do Ladrão de Cincerro que remete a esta atividade econômica, diz a lenda que quando os tropeiros precisavam pousar na Vila procuravam poteiros de aluguel, alguns proprietários desses poteiros costumavam esconder o cincerro da égua madrinha, dispersando a tropa e obrigando os tropeiros a permanecerem por um tempo maior na região, daí a expressão lageano é ladrão de cincerro.

A atividade econômica associada ao tropeirismo contribuiu para o desenvolvimento econômico da cidade, até a década de 60 do século XX ocorriam em Lages as feiras no mercado público, onde tropeiros de carga de toda a região traziam mantimentos para serem comercializados, vinham produtos como sal e farinha de mandioca, enfim, produtos do interior da região.

Nas famílias serranas elementos referentes aos tropeiros são identificáveis, a culinária local remete a lida do campo ou a lida com o gado, o linguajar, os causos passados de geração em geração, são aspectos que contribuem para a identidade serrana. Observando a composição das refeições tropeiras podemos perceber a influência destes elementos na elaboração da alimentação regional. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho (feijão tropeiro) que era servido com farofa e couve picada. Bebidas alcoólicas só eram permitidas em ocasiões especiais: quando nos dias muito frios tomavam um pouco de cachaça para evitar constipação e como remédio para picada de insetos. Estes são elementos genuínos da cultura construídos pela história de ocupação desta região, onde é muito comum encontrarmos famílias que tiveram seus antepassados envolvidos de alguma forma com o tropeirismo.

Temas locais nas aulas de história: Povos indígenas e tropeiros (Identidades serranas)

Ao apresentar, nos tópicos anteriores, os primeiros moradores do Planalto Serrano de Santa Catarina, sendo os povos indígenas e os tropeiros, como sujeitos históricos que contribuíram para dar feição à região serrana de Santa Catarina, a intenção foi de demonstrar a possibilidade de incluir este tema nas aulas de história.

Quando se busca, através do trabalho historiográfico, utilizar os referenciais elaborados por pesquisadores, temos no Brasil um distanciamento entre o que a academia produz e o que se trabalha em sala de aula, sendo que, na maioria das vezes os debates acadêmicos sequer chegam às escolas.

A intenção deste tópico é demonstrar que é possível incluir temas locais às aulas de história sem fugir dos programas curriculares, nem tão pouco reduzir as aulas a abordagens simplistas, com a intenção de permitir que os estudantes compreendam os processos históricos é preciso que percebam que são sujeitos históricos, que seus familiares ajudaram a forjar esta região. Como observa Jaime Pinsky (2005, p. 25) em relação às abordagens históricas “um modo mais construtivo [...] seria adotar como postura de ensino [...] a estratégia de abordar a História a partir de questões, temas e conceitos”. É muito comum ouvir dos estudantes referenciais familiares sobre os povos indígenas, bem como sobre a atividade econômica ligada ao tropeirismo. Diante desse argumento entendemos que temas tão importantes para compreender a formação do Planalto Serrano possam ser incluídos nas aulas de história. Concordamos com a observação de Jaime Pinsky (2005, p. 29) sobre compromisso político do professor de história, para este autor:

O professor não deve ter dó de abandonar assuntos quando não conseguir uma resposta satisfatória à questão do porquê: às vezes, mostra-se muito mais interessante ‘pular’ algumas páginas do livro didático ou da História [...] e dedicar o tempo [...] das aulas a temas como a ‘situação do índio no Brasil colonial’ (ao invés de ‘capitanias hereditárias’ e governos gerais).

Existem temas que podem ser trabalhados nas aulas de história que permitem ampliar o repertório dos estudantes e oferecer uma educação com significado, proporcionando um maior debate e uma formação cidadã.

Amparada na Lei Nacional nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que regulamenta a obrigatoriedade de temas sobre relações etnicorraciais em sala de aula, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina está sendo reformulada, e em conformidade com a lei nacional que pretende incluir estes temas. Alguns veículos de mídia do estado já levantaram o tema, pois são leis advindas de políticas de reparação que objetivam atender as demandas das populações negra e indígena brasileira no sentido de vislumbrar ações de reconhecimento e de valorização de sua identidade histórico-cultural na educação.

É possível trabalhar esses temas, enfocando os povos indígenas da região, através das aulas de história. Esta proposta pode ser desenvolvida nas turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Os temas propostos apontam relevância histórica e argumentativa para a compreensão da formação cultural da região serrana catarinense.

Entendendo que a formação educacional perpassa as imagens culturais que se constroem, Pinsky (2005, p. 121) observa que: “o ser humano vive de realidades, mas vive também de representações”, os temas aqui propostos nos representam seja para a compreensão da nossa formação étnica, seja para a compreensão da nossa formação econômica.

A seguir, trazemos duas possibilidades de plano de aula para se trabalhar abordando o tema tratado até agora.

Nas Aulas de História um pouco da Minha Família:

Aula 1: A presença dos Povos indígenas na Região

Justificativa: Em muitas casas nesta região se preservam não só as memórias de dor e violência marcadas pela captura de bisavós, como também o conhecimento medicinal e a culinária, saberes passados de geração a geração, pelas bisavós índias, estes saberes podem ser reconhecidos como práticas de ancestralidade indígena. Contudo, é preciso sistematizar uma pesquisa que aborde e privilegie estas práticas percebendo que as referências que se têm na região de saberes e fazeres caboclos remetem a vivências indígenas.

Encaminhamento Metodológico: Ao iniciar os trabalhos, sejam eles sobre a região, sobre os povos indígenas no Brasil ou no Continente Americano, é possível abordar a presença destes povos em nossa região, existem vários referenciais, pistas que demonstram terem vivido no Planalto Serrano de Santa Catarina povos indígenas das nações Xoklengs e Kaingang. Como foi realizado um processo de extermínio nesta região, identificar a presença destes grupos deve contar com a utilização de fontes orais.

Sugestão de atividade:

- Solicitar que os estudantes busquem na memória familiar relatos de mulheres pegadas a laço ou a cachorro.
- Mostrar fotos de “buracos de índios”, as “casas subterrâneas”, para demonstrar que temos estes vestígios na região.
- Fazer um levantamento da Ancestralidade Indígena, através dos conhecimentos medicinais (chás, ervas, pomadas), a culinária regional também pode ser identificada por esta ancestralidade, uma receita que implica a utilização de produtos típicos da região.
- Organizar uma exposição onde cada estudante apresenta seus relatos, traz mostras de ervas medicinais, temperos, e a forma como podem ser utilizados.
- Convidar algum avô para fazer o relato para a turma.

Nas Aulas de História um pouco da Minha Família:

Aula 2: Caminho das Tropas

Justificativa: Morar no Planalto Serrano é conviver com a atividade econômica vinculada à pecuária, e o tropeirismo se constituiu como elemento formador da economia local.

A Coxilha Rica, perímetro rural de Lages, preserva referenciais vinculados à atividade tropeira, são corredores de taipas, cortando os campos, bem como fazendas centenárias que registram em sua arquitetura vínculos com esta atividade econômica que movimentou o sul do Brasil a partir do século XVIII.

Desta forma temos preservada, através das memórias familiares, referenciais sobre os tropeiros.

Encaminhamento Metodológico: Temos no Planalto Serrano de Santa Catarina, elementos culturais genuínos, dentre eles o jeito de falar, a cultura imaterial, até mesmo material que remete à atividade com o gado.

Contudo, estes aspectos precisam ser problematizados e reconhecidos como portadores de significados históricos, aspectos que contribuem para a construção e valorização da identidade do povo serrano.

Sugestão de atividades:

- Termos e expressões empregados na região, nossa variação linguística.
- Utensílios domésticos que remetem à vida no campo.
- Relatos familiares, sobre os tropeiros, sobre a construção das taipas, sobre os mercadores que vinham a Lages vender mantimentos.
- Organizar uma exposição com os estudantes para expor os utensílios reunidos, organizar cartazes sobre os relatos familiares.
- Promover um “café serrano”, onde cada estudante traz um item da culinária regional.
- Convidar algum avô para fazer o relato para a turma.

Considerações finais

A demarcação territorial e a formação humana do Planalto Serrano remetem aos povos que viviam nestas terras antes da chegada dos colonizadores, omitidos muitas vezes pela historiografia oficial, que estabelece como marco temporal a abertura do Caminho das Tropas como início da constituição da região, os povos indígenas pertencentes às nações Xoklengs e Kaingang ainda não são estudados; embora existam memórias e saberes presentes em muitas famílias.

No Planalto Serrano de Santa Catarina, assim como no restante do estado, a constituição de inúmeras famílias se fez, também, com a presença destes grupos étnicos, denominados indígenas.

Em muitas casas nessa região se preservam não só as memórias de dor e violência marcadas pela captura de bisavós, como também o conhecimento medicinal e a culinária, saberes passados de geração a geração pelas bisavós índias, estes saberes podem ser reconhecidos como práticas de ancestralidade indígena. Contudo, é preciso sistematizar uma pesquisa que aborde e privilegie estas práticas percebendo que as referências de saberes e fazeres caboclos que se têm na região remetem a vivências indígenas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639 - de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10639.htm>>. Acesso em: maio 2014.

_____. Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: maio 2014.

CASTRO, Thiago de. **Acervo documental Museu Histórico Thiago de Castro**. Lages, 1999. Disponível em: <http://mtclages.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html>. Acesso em: maio 2014.

COSTA, L. **O Continente das Lagens - Sua história e influência no Sertão da Terra Firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense - bandeirantes e tropeiros do Sertão de Curitiba**. Florianópolis: Laudes, 1973.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M.F. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, UFSC, 2001.

PINSKY, Jaime. Por que gostamos de História. São Paulo: Contexto. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RECCO, Claudio. **O tropeirismo no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>>. Acesso em: maio 2014.

SANTOS, Marcio. **As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Silvio Coelho. **Índios e brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xoklengs**. Florianópolis: Edeme, 1973.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Memórias de um esquecimento**. Florianópolis: FUNPESQUISA, 2001.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

CULTURA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL NO POVOADO DE LAGOA D'ÁGUA EM FEIRA DE SANTANA -BA: dos anos 50 aos dias de hoje

Culture, memory and cultural identity in the village Lagoa D'Água in Feira de Santana-BA: 50 years to today

Robson Clei Santos Lopes¹
Karine Teixeira Damaceno¹

Resumo: O Povoado Lagoa D'Água no noroeste do Município de Feira de Santana/Bahia, distrito de Jaguara – o mais afastado da sede – ainda guarda traços culturais genuinamente sertanejos manifestados principalmente através da música. Este trabalho busca conhecer a cultura dita “popular” e entendê-la melhor à luz de alguns conceitos como: memória cultural, memória coletiva, oralidade, pertencimento, identidade cultural, patrimônio cultural, lugar, idades míticas e história. Em parte, esse esforço de entendimento nasceu da necessidade de poder lidar com o surgimento de um “grupo cultural” de motivação “preservacionista” do forró pé-de-serra naquele povoado, em abril de 2012. Por isso mesmo, sua base é a observação e o convívio com os moradores: principalmente as memórias de seus membros mais idosos. Daí, registramos uma cultura muito rica, repleta de memórias “mágicas” ou “magicalizadas”; num adiantado processo de transformações provocadas a partir, principalmente, dos anos 50 do século passado, por força de uma condição natural: a seca, e, pelo fluxo normal da história. Incluindo-se nele, os avanços do capitalismo e seus desdobramentos para a cultura do Povoado.

Palavras-chave: Cultura. Memória cultural. Manifestações culturais.

Abstract: The Village Lagoa D'Água in the northwest of the city of Feira de Santana / Bahia still has genuinely cultural traits manifested mainly through music. This work seeks to know this so-called culture "popular" and understand it better in the light of some concepts such as cultural memory, collective memory, orality, belonging, cultural identity, cultural heritage, place, age and mythical history. In part, this effort of understanding was born of a need to cope with the emergence of a "cultural group" motivation "preservationist" and “forró pé-de-serra”, in that town, in April 2012. Therefore, its base is the observation and interaction with the locals: mainly the memories of their older members. Hence we recorded a very rich culture, full of memories "magical" or "magicalizadas"; in advance process caused changes from mainly the 50s of the last century - by virtue of a natural condition: dry - and at normal flow of history. If including it, the advances of capitalism and its impact on the town culture.

Keywords: Culture. Culture memory. Culture manifestations.

Introdução

Este é um trabalho na área de concentração História Regional. Seu ponto de partida foi a **dificuldade** e o **incômodo** de entender e de lidar com os problemas verificados com a criação de um grupo cultural a que, sem saber ao certo o que diziam, rotulamos como “cultural”. O grupo nasceu “de fora para dentro” por impulso de duas pessoas (uma delas, o autor deste trabalho) penalizadas em ver o forró pé-de-serra acabar. A enorme contradição entre os problemas, a descrença, uma estranha sensação de “vazio de significado” e, uma enorme riqueza cultural verificada através do convívio e das histórias dos moradores inquietava e exigia respostas. Parecia-nos querer estar a ressuscitar alguma coisa que se houvera perdido no tempo. Por que aquele abismo entre herança cultural e presente? Por que ainda havia sanfona e forrozeiro e não

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

mais havia forró? Por que as rezadeiras praticamente desapareceram? Por que os rapazes nunca chamavam as moças para dançar, só assistiam desconfiados? Por que as festas (ou “brincadeiras” como eles chamam) sumiram? Valia a pena tentar ressuscitar o forró pé-de-serra local? A mentalidade preservacionista não respondia a todas essas questões. Daí, partimos para buscar entender: O que é mesmo “cultura popular”? Qual é mesmo o sentido de “cultural”? Quais os fundamentos de uma cultura? Que caminhos trilhou aquele povo; a que pressões naturais, históricas e econômicas foi submetido?

A partir dos dados obtidos nas entrevistas com moradores, tomamos como referência inicial os anos 50 do último século (época em que os últimos sanfoneiros e tocadores de cavaquinho eram meninos). Assim, iniciamos o trabalho buscando os conceitos teóricos de memória, pertencimento, lugar, identidade, história. A seguir, coletamos histórias do “mundo mágico” ou “magicalizado” dos moradores, onde está bem expressa a herança cultural. Num segundo momento, fizemos um levantamento das manifestações culturais e sua trajetória até aqui, passando pela experiência recente da criação de um grupo “cultural” no Povoado.

As noções de pertencimento, memória, identidade, lugar e história

Cultura tem a ver com noções de: **memória, pertencimento, identidade, lugar e história**. Goody (1977, p. 35 apud LE GOFF, 2003, p. 421), um estudioso da memória, afirma: “em todas as sociedades, os indivíduos detêm uma grande quantidade de informações no seu patrimônio genético, na sua memória de longo prazo e, temporariamente, na memória ativa”. E, o filósofo conservador Roger Scruton (1986, p.156 apud HALL, 2006, p. 48) argumenta que:

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar.

Essa noção de pertencimento remete-nos a outra ideia: a de nação, relacionada à temática da memória. Renan (1983, apud FARIAS, 2011, p. 30, grifos nossos) afirma que “a existência de uma nação importa a **lembrança** daquilo que seus membros compartilham e deliberam como centrais ao **pertencimento** comum ao ente pátrio”. Ainda, segundo Setubal (2008):

A sociedade contemporânea, complexa e globalizada, é atravessada por processos sociais, tecnológicos, econômicos multideterminados, e é na esfera local que esses processos acontecem concretamente. Portanto, cada lugar contém elementos do global e, ao mesmo tempo que dialoga com eles, reorganiza-se com base em características próprias [sua cultura], [...] O patrimônio cultural diz respeito aos legados das gerações anteriores que fazem com que as pessoas sejam da maneira que são; eles formam os modos de falar, de vestir, comer, morar, festejar, construir, rezar, casar. Pela transmissão de seu patrimônio cultural, os membros de um grupo se reconhecem nas gerações anteriores, das quais receberam essa herança repassada à geração seguinte. [...] Por meio da partilha de um patrimônio cultural comum, as pessoas sentem-se pertencentes a um lugar, a um grupo, a uma história. A valorização das histórias, memórias, saberes e fazeres locais permite que crianças, adolescentes e jovens se reconheçam nessa história, possibilitando-lhes a articulação entre passado e presente e entre o local e o global.

Em Lagoa D’Água, nos feriados da Semana Santa, São João ou Ano Novo, pode-se constatar perfeitamente esses fenômenos da cultura. Por conta das fortes e contínuas emigrações, há hoje uma enorme quantidade de gente (nascida ou descendente de nascidos naquela

região) residente em Candeias (região metropolitana de Salvador), São Paulo e Rio de Janeiro, além, é claro, da maioria morando na periferia de Feira de Santana. É comum eles se organizarem para vir todos juntos nessas datas: fazem um futebol entre os moradores de agora e os migrantes. É uma festa: há os encontros; as memórias; as retroalimentações; trazem e levam; misturam-se os tempos; interagem o local e o global. Pode-se observar que não há uma tentativa de consertar o passado, reverter os destinos, reinventar o tempo, mas pode-se apreender no ar e perceber no rosto das pessoas (os daqui e os chegados) um alegre contentamento por estarem “bebendo” todos numa fonte comum. Por fim, como sugere Jacques Le Goff (2003, p.18), a “substância” da história pode ser dividida em três: a procura das ações realizadas pelos homens, aquilo que os homens realizaram e a narração – que pode ser com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária”.

Carneiro de ouro, toca do fulô, botijas e outras histórias

Vistas essas considerações teóricas, convidamos o leitor a entrar num “mundo mágico”: os dois “contadores-condutores” são Seu Gilberto² e D. Maria³; o local é o terreiro de sua casa no Povoado de Lagoa D’Água (que ela muito orgulhosamente diz ter sido conseguida graças a uma promessa de dar caruru para São Cosme e São Damião, promessa essa que ela cumpre há 52 anos, e à venda de muita cocada de licuri); a hora é à boquinha da noite e o dia dessa “viagem” é 20 de abril de 2014: um Domingo de Páscoa. E isto só foi possível por causa da reunião de filhos, nora, e outros parentes e amigos que vieram passar o feriado da Semana Santa com ela. Neste mundo interessa menos a labuta do dia a dia, os conflitos e as paixões do presente. Importa muito mais um passado “mágico” ou “magicalizado” pelo encantamento, pela imaginação, poesia, medo, interrogações, pela fantasia. Esse mundo acontece no tempo e lugar da ancestralidade, do primordial, do divino, do mágico. Porém, jamais no lugar e no tempo da ficção. Todas as histórias contadas são absolutamente vivas e reais. A “viagem” começa pela história do Carneiro de Ouro:

Maria: – Eu vi foi um cordão: pegava lá do ‘Quiji’ até uns certos ‘mei’. Ninguém sabe de onde vinha. Foi Giberto, ‘Pêdo’, tudo ‘pá’ vê. A coisa mais linda! Quando chegou lá... desapareceu.

Gilberto: – É de ouro, ‘incantado’! É vivo. Mudava de lugar. ‘Avoava’, assim; ele pulava daqui ‘p’aquela’ serra lá. Ia bater lá na outa – da Queimadinha. Tinha as quadra de tempo. Teve uma vez que saiu dali, oh! [aponta para o lugar] de Joaquim Braga. Clareou! Abriu aquele fogaréu que parecia um dia. Se a pessoa tiver com a espingarda, diz que se a pessoa atirar, ‘disincanta’. Diz que se a pessoa for perto, cortar o dedo e pingar três pingos de sangue também ‘disincanta’... [interrompido por D. Maria]:

Maria: - não vai esperar... espera é dangol!⁴

Gilberto: - É muita sorte... Eu sei te dizer que na serra tem essa história. [Seria muita sorte lograr, tocar o intangível; desencantar e possuir o Carneiro de Ouro].

E por aí foi, horas de histórias (vistas, vividas ou ouvidas), de gente que à noite, na serra caçando, teve a sorte de bater numa botija de ouro⁵ (“diz que outro, foi um cacho de banana de ouro; a coisa mais linda! Saía lasca de fogo!”); de luz que aparecia e clareava tudo; de “visagens”⁶ e de alma penada⁷ que vinha oferecer botija etc. Essas narrativas são encantadas. Mas, são

² Gilberto de oliveira, 72 anos entrevista realizada 20/04/2014.

³ Maria Sebastiana de Jesus Santos, 81 anos entrevista realizada 20/04/2014.

⁴ Dangol significa nunca, jamais.

⁵ botija de ouro: tesouro enterrado que os mortos vêm mostrar aos vivos.

⁶ visagens: visagens, aparições sobrenaturais, fachos de fogo, animais encantados etc.

⁷ alma penada: aparições de gente que já morreu

ao mesmo tempo, impregnadas do real. A história contada ou vivida está cheia de detalhes da vida individual e social. Jamais são vistas como inverossímeis, exageros, jactância pessoal. Ao contrário, as pessoas têm coisas a acrescentar, muito mais com o fim de referendar do que de corrigir possíveis falhas ou lacunas. Elas servem para reforçar laços afetivos ou de parentesco. Estimulam o instinto gregário. Nelas, transitam o tempo todo passado e presente; o futuro parece sempre menos auspicioso; o passado é sempre a Idade do Ouro⁸, o paraíso perdido... Daí, referências recorrentes do tipo: “naquele tempo que Deus andava no mundo”; “ninguém sabe porque, mas que a coisa mudou, mudou!”; “acabou tudo” e tantas outras.

Ainda dentro dessa nossa “viagem” do lado das narrativas “magicalizadas”, seu Gilberto nos conta sobre a Toca do Fulô:

Conta que Fulô ‘matô’ o cidadão naquele tempo, e naquele tempo era castigado mesmo. Aí, ele correu e foi morar ali. [neste ponto, é ‘corrigido’ por D. Maria: ‘Não! Manezinho correu com ele de noite e levou ele pra lá.’]. Aí, meu tio, Manezinho da Queimada, levava comida pra ele. A nação do povo do passado era bicho! Naquele tempo era tudo mato. Aqui não tinha nada de descoberto, não. Ali, no minador de Silvestre – onde hoje é de ‘Zéu’, dos herdeiro – era cada um ‘calumbi’ dessa grossura, assim, chega caía e enramava pelo chão; lambe-beiço; ninguém entrava; fazia só aquelas vereda. Tinha samambaia, juazeiro; era cada catingueira, carrancudo, aroeira, baráúna, [...] Aqui já teve quixabeira de você ficar assombrado! Aqui, no fundo dessa casa aí onde papai morou, era cada tronco de juazeiro, pau-de-fuso, cipó verdadeiro, baráúna, quixabeira, todo tipo de pau [...] Era no tempo que vaqueiro pra correr com gado era todo encourado: era luva, era gibão, ‘peiteira’, cavalo bem arreado... Ah! Bom!... Naquele tempo pra sair daqui ‘pá’ ir ‘pá’ outro lugar era companheiro de onça. [D. Maria ouve, confirma; acrescenta detalhes puxados da memória. ‘Nêgo’, seu filho, pergunta onde fica essa Toca do Fulô...] Fica ali; entre aquele ‘córgo’ de pau alto, entre uma cabeça de morro e outra. É ali, à direita, onde era a ‘charca’ de Agnelo ‘véi’. É na cabeça do morro onde dá ‘pá’ vê, do outro lado, a casa ‘véia’ de ‘Antõe’ de ‘Tóti’. [...]

Figura 1. Casa velha de túnica



Fonte: O autor (2012)

⁸ Idade do Ouro: idade mítica. “Para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça ou os temores em face do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas e, por vezes, inseriram essas épocas originais ou derradeiras numa série de idades, seguindo uma certa ordem. [...] A época primitiva – quer o mundo tenha sido criado ou formado de qualquer outro modo – é imaginada como uma **Idade do Ouro**. A ela, segue-se lhe um período de decadência que – por vezes, as religiões perspectivam outra idade feliz, no fim dos tempos, quer como o tempo da eternidade, quer como a última época antes do fim dos tempos.” (LE GOFF, 2003, p. 283-284, grifo do autor).

Neste ponto, merecem ser lembrados Le Goff (2003), quando tratando de “memória étnica” preferir reservar o termo “memória coletiva” para os povos sem escrita, e Goody (1977) ao nos advertir de que a memória transmitida nas sociedades sem escrita não é uma memória palavra por palavra. Ao estudar o mito do Bagre, do povo lodagaas, do norte do Gana, ele observou diversas variantes nas diversas versões do mesmo; e concluiu que, nesses casos, a memória “palavra por palavra” aparece como menos útil, menos apreciável do que o fruto de uma invocação inexata. (GOODY, 1977, p. 38 apud LE GOFF, 2003, p. 425-426).

Assim, neste caso das histórias “mágicas” ou “magicalizadas” encontradas entre moradores de Lagoa D’Água, percebe-se que importa menos se foi uma botija de ouro ou se foi um cacho de banana de ouro; se Fulô conhecia a Toca ou se por si buscou refúgio ali ou se foi Manezinho da Queimada quem o escondeu lá. O que importa mesmo, nas palavras de seu Gilberto, é que: “Eu sei te dizer que na serra tem essa história”. Ou “Conta que... Fulô matou um homem e se escondeu naquela Toca”, que ele conhece, sabe onde fica, já foi lá, já levou pessoas lá etc.

Por isso, Le Goff (2003) fala em reconstrução gerativa, ou seja: que gera, que vai se reconstruindo, porém sem perder a essência da história. Poder-se-ia aqui questionar: Mas essas pessoas vivem numa sociedade “com escrita”? Lembremos o fato de que muitos moradores idosos (como seu Gilberto, D. Maria e tantos outros) não são alfabetizados. Aliás, esses são os que mais conhecem e valorizam essas histórias. Eles não estão à margem da sociedade, podem gozar até de grande prestígio social, advindo menos de riqueza econômica e mais de um “*status* de cultura” conferido pela idade, memória, “conhecimento mágico”⁹.

Ela foi parteira por muitos anos: cada menino ou menina que foi “pego” por ela a chama por “Mãe Maria” e lhe toma a bênção.

Observando o grande número de histórias no povoado, acreditamos que pela histórica ausência da escrita (entendendo-se aqui como a alfabetização e o ensino), elas assumem essa característica de mais liberdade e mais possibilidades criativas, mais próprias das sociedades sem escrita.

A “viagem” prossegue, passando por segredos e mistérios de antigas fazendas, como a “Lagoa” e “Algodão” com um passado nebuloso de histórias de escravidão, grossas correntes, castigos, mortes, quartos secretos, coisas esvaídas pelo tempo; como podemos depreender desse trecho da fala de seu Gilberto:

Muitas pessoas de idade que ainda alcançou a escravidão, os familiares contam que ouviam dizer que era comprado mesmo! ‘nêgo’, ‘nêgo’ escravo; que surrava, usava até matar. Aqui mesmo nos Algodão, tem um tanque, de pedra, que foi cavado no tempo da escravidão... Só que hoje, nós ‘pensa’ que estamos ‘liberto’. Mentira! Estamos numa escravidão ‘miserável’! Escravidão de segredo! Como estamos mesmo! Debaixo de pé de político! Eles fizeram a merda tão bem traçada, tão bem amarrada [...]

Nesse ponto, rola uma discussão acerca de liberdade, direito e cidadania nos dias de hoje: não há consenso se ficou melhor ou se piorou. Sua narrativa passa pelas caçadas, pelos usos e costumes, remédios (carne de sagui para quem sofre de coluna... ou de dor de barriga... há controvérsias...) passa pela história do carro-de-boi que ficou para sempre debaixo d’água, dentro do Tanque da Lagoa... Conta-se que, numa seca, no tempo dos escravos, estava-se tirando a lama do tanque: no braço, na picareta, cesto, banguê, carro-de-boi... aí, de noite, deixaram o carro-de-boi “dormir” dentro do tanque. Caiu uma trovoadas que o tanque sangrou¹⁰! E o carro-de-boi ficou para sempre debaixo d’água... Passa também pelas crenças religiosas. Eis um bom exemplo:

⁹ Conhecimento mágico: em oposição ao conhecimento dito racional, científico.

¹⁰ Sangrou: encheu, transbordou.

É assim mesmo, o Diabo é ousado, ‘incucado’, tudo enfim. Diz que ele chamou Jesus a uma aposta: que no fim do mundo ia ganhar mais alma que Jesus Cristo. Aí, Jesus Cristo perguntou: - Com que ‘pudê’ Demônio? - Usando teu nome! É assim, é sujeito mesmo! É o inimigo, é cheio de coisa, é cheio de estratégia!

É história que não acaba mais... o ar é solene, a alma quieta, as atenções estão inteiras. É um momento ritual, sagrado!

A memória cultural é constituída, assim, por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, momentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remontam ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios. [...] a memória cultural é ‘a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos’. (ASSMAN, 2013).

Bem ilustrativa a afirmação de Assman, esses suportes de memória funcionam como “gatilhos para acionar significados”, foi o que ocorreu durante os preparativos para a comemoração dos dois anos de criação do Grupo Cultural Lagoa D’Água¹¹, um dos participantes do Grupo decidiu usar dois pilões velhos achados à toa no quintal da casa de seu Pedro, para decorar o palco improvisado para o forró, na rodoviária¹² de seu Luiz. Como o pilão estava exposto ao tempo há anos, precisou ser raspado de facão, lavado, escovado, lixado e envernizado. Enquanto o serviço de restauração era feito, seu Pedro passava e fitava em silêncio. De repente, iniciou uma narrativa emocionada da história daquele pilão: fora feito de um amargoso “dessa grossura”; o pau (a árvore) fora derrubado de machado lá, naquela “sentada” da Serra Grande (aponta o lugar na serra ao fundo da casa); o pau fora rolado cabeça a baixo por ele e outro compadre, carregado até aqui... Ia-se botando fogo e cavando de facão e machado até virar um pilão; deu três – dois ficara pra ele e o outro ficou para o compadre... enquanto falava, o semblante era sério, a voz carregada. Junto com a história do pilão, vieram mais um monte de outras lembranças daquela época e considerações sobre seu presente, já fizera não sei quantas roças nas terras dos outros (Fazendeiros), já arrancara muito toco, já desmatara muita terra, já plantara muita roça de milho e feijão, já andara por esse mundo todo, pro Reconco, pro Sul¹³; já correrado muito leilão, fizera muita festa... hoje já não presta pra mais nada: está velho, enxerga quase nada.

¹¹ Grupo Cultural Lagoa D’Água: grupo criado no dia 5 de abril de 2012 com o objetivo de conhecer, juntar, estimular pessoas mais velhas que ainda soubessem cantar e tocar forró pé-de-serra; viabilizar com instrumentos, promover apresentações locais e, posteriormente atrair os mais jovens. A motivação inicial era a de preservação.

¹² Rodoviária de seu Luiz: varandado ao lado da venda de seu Luiz que o povo se senta para esperar o ônibus que faz linha para Jaguará e Feira de Santana (sede do Distrito e do Município, respectivamente). Com a criação do Grupo Cultural, o local passou a ser usado também para a apresentação dos forrós.

¹³ Reconco e Sul: referindo-se ao Recôncavo da Bahia, para onde ia muita gente daqueles sertões, fugindo da seca ou em busca de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar. E ao médio sul da Bahia, para trabalhar na lavoura de cacau.

Figura 2. Os pilões de seu Pedro. (da esquerda para a direita: seu Luiz, seu Pedro e seu Gilberto)



Fonte: O autor

O que é mesmo cultura popular?

Arantes (1990, p. 7) afirma que a cultura popular “está longe de ser um conceito bem definido pelas ciências humanas e especialmente pela Antropologia Social, [...]. São muitos os seus significados e bastantes heterogêneos e variáveis os eventos que essa expressão recobre”. Tanto que ele chega a indagar sobre a conveniência (ou não) de se continuar usando-a como rótulo identificador de “não se sabe bem o quê” e se propõe a desmanchar “esse objeto ilusório que Antonio Gramsci denominou, nas suas ‘Observações sobre o Folclore’, de ‘aglomerado indigesto de fragmentos’” (ARANTES, 1990, p. 22). Ele ressalta a dissociação nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, entre o trabalho manual (associado ao fazer, ao povo) e o trabalho intelectual (associado ao saber, ao culto). O trabalho intelectual seria superior ao manual e fazer seria um ato popular e naturalmente desprovido de saber. Segundo ele, essa dissociação é falsa, serve à manutenção da estrutura de classes sociais, pois justifica que uns tenham poder sobre o labor de outros e teriam nascido num momento preciso da história (a Revolução Industrial) e se aprofundado no Capitalismo, como decorrência de sua organização interna: capital *versus* trabalho. Sobre isso, Thompson (1998, p. 13) afirma que:

A tendência dos historiadores dedicados ao estudo dos séculos XVI e XVII é ver o século XVIII como uma época em que os usos costumeiros se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes. O povo estava sujeito a pressões para ‘reformatar’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores, pelo menos era o que se supunha. Mas as pressões, em favor da ‘reforma’ sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe.

Vale ressaltar que Thompson, diferentemente dos outros historiadores, defende a tese de que “a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII.” O distanciamento entre a cultura da plebe e a das camadas superiores da sociedade teria provocado como uma de suas consequências, “o surgimento do folclore como uma investigação da ‘Pequena Tradição’ plebeia, registrando seus estranhos hábitos e ritos”. (PETER BURKE, 1978 apud THOMPSON, 1998).

Arantes (1990, p. 15) afirma ainda que: “Um grande número de autores pensa a cultura popular como folclore, ou seja, como um conjunto de objetos, práticas e concepções (sobretudo religiosas e estéticas) consideradas tradicionais [...]” sendo que outros consideram “essas manifestações culturais tradicionais como resíduo da cultura culta de outras épocas (às vezes, de outros lugares), filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas da estratificação social”; e que dessa forma seu auge teria se dado sempre no passado e só poderia ser interpretada no presente como curiosidade. Resumindo, considera equivocadas essas concepções que, segundo ele, poderiam ser condensadas pelas seguintes frases: o povo não tem cultura ou a cultura popular são as nossas tradições e, vê assim a cultura:

Cultura é um processo dinâmico; transformações (positivas) ocorrem, mesmo quando intencionalmente se visa congelar o tradicional para impedir a sua ‘deterioração’ [ou desaparecimento]. É possível preservar os objetos, os gestos, as palavras, os movimentos, as características plásticas exteriores, mas não se consegue evitar a mudança de significado que ocorre no momento em que se altera o contexto em que os eventos culturais são produzidos. Para que se entenda isso, é preciso que se pense a cultura no plural [‘as culturas’] e no presente [‘aqui e agora’] e que estejam em constante transformação. (ARANTES, 1990, p. 21).

Ainda assim, permanece o impasse, segundo ele insolúvel: Como aceitar a recorrência e a força simbólica dos modos populares de expressão, sem comprometer a supremacia do saber das elites cultas?

Pitombo (2011, p. 89-90) afirma que: “Um dos traços irrefutáveis do presente é o crescente protagonismo que a cultura vem assumindo como instância de legitimação das práticas sociais”. Pitombo tem sua teoria sustentada na visão de outros autores, como Lourdes Arizpe (2001) que vislumbra a cultura como vetor de desenvolvimento, sustentabilidade e governabilidade no século XXI, ou Samuel Huntington (1997) que prevê em tom mais apocalíptico a cultura como a principal fonte de conflitos, intolerâncias e choques civilizacionais.

A cultura popular de Lagoa D’Água: o forró pé-de-serra e outras manifestações

O povoado Lagoa D’Água era antes conhecido como a “Pinicaria” por ser um lugar onde se consertava pinico, bacía etc. Hoje, por conta dos impactos da modernização os moradores se sentem meio desconfortáveis com o nome original.

Nascido aos pés da Serra Grande era uma antiga estrada boiadeira, que vinha de várias regiões do interior dos sertões em direção ao atual distrito de Maria Quitéria, para daí chegar às Feiras de Gado de Conceição da Feira e Cachoeira, e posteriormente Feira de Santana. Região encravada entre serras e os rios do Peixe e Jacuípe, de clima semiárido e caatingas (hoje restam bem poucas áreas com a vegetação original, derrubada para dar lugar a pastos) sempre viveu em função do gado, toda sua cultura gira em torno do universo do gado, da seca, do vaqueiro e do fazendeiro. Hoje ainda, mesmo com as transformações profundas sofridas por um processo de modernização, basicamente são estes quatro elementos (naturais e humanos) que definem os traços culturais e o imaginário dos seus habitantes. Até porque, apesar de vaqueiro e fazendeiro terem se modificado imensamente, os outros dois elementos: gado e seca persistem inalterados. As comunidades vizinhas são: Rio do Peixe, Serra Branca, Riacho do Ouro e Lagoa do Mocambo. É nesse universo onde floresceu uma cultura popular bonita, manifestada principalmente através da música (e suas letras) no forró pé-de-serra à base de sanfona, zabumba, triângulo e pandeiro, nas chulas e no Samba Brasileiro, nos Ofícios de Finado, nas rezas dos Carurus de Promessa de São Cosme e São Damião, nos Sambas de “Cabôco”, nos Reis Roubado, no aboio

do vaqueiro, nas batatas de milho e feijão. A história do lugar passa por anos importantes para seu destino, como:

- A descoberta de petróleo em Candeias, em 1941, e a construção da Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe, concluída em setembro de 1950, atraindo gente que foge das constantes secas e buscam melhores condições de vida.
- A chegada da radiola no local, anos 70.
- O começo do Caruru de Promessa de D. Maria, em 1962, fato positivo, pois ajudou a manter as relações socioculturais do lugar.
- O Golpe Militar de 1964 e suas implicações econômicas e sociais, com a aceleração das migrações para São Paulo.
- A morte de Tunica¹⁴, em 1988.
- A chegada da “Luz Elétrica” em 1989, quando o lugar era ainda simplesmente roça.
- O surgimento do Povoado¹⁵, em 1990, fato que alterou definitivamente o modo de vida das pessoas.

O forró pé-de-serra de Lagoa D’Água é literalmente pé-de-serra, dado a sua localização, ao pé da Serra Branca. Era romanticamente chamado de “Brincadeiras”, tinham um caráter social e lúdico. O traço mais marcante é que era feito dentro das casas. Segundo seu Pedro Menezes de Jesus, 89 anos, casado com D. Maria, aposentado como lavrador rural, morador antigo do povoado, bom cantador, conhecedor de chulas de samba, ficou famoso como bom puxador de leilão.

‘Cumpade’ Tonica, em vida, fazia forró ‘quasemente’ todo dia. O povo saía: um forró na casa de Tonica! Era violão, era harmônica¹⁶ pé-duro... aquela pequena, de Gilberto. [...] fazia uma brincadeira na casa de uma pessoa, não se cobrava ingresso. As pessoas gostavam da folia. Fazia uma brincadeira. Vendia cocada de licuri. O pessoal sabia brincar, o pessoal era mais atencioso. Hoje em dia só tem ‘mulequeira’. Era um forró trincado¹⁷. [...] Era ‘camin-de-roça’. Ia todo mundo: velho, moças, menino, todo mundo.

A alternância desses forrós na casa de compadres tinha uma importante função mantenedora da estrutura familiar e social. Essas festas não aconteciam em clubes ou casas de *show*, tampouco eram espetáculos de rua como as atuais festas ditas “Populares”, do tipo Festas Juninas, Micareta ou Carnaval. Nem como as comercialíssimas Festas de Camisa da chamada “Indústria Cultural” de hoje em dia. A forma como era chamada - “Brincadeira” – era muito apropriada; até se arrumava um jeito de cobrar um ingresso, mas não tinha a natureza industrial, comercial, capitalista das festas de hoje. A festa não era produto de consumo. Hoje, já não há mais ambiente para isso, só é possível nas Vendas dos povoados: assumiu ares de espetáculo porque foi destituído de sua natureza original, de manter e reforçar vínculos familiares e sociais. Hoje, requer um aparato

¹⁴ Tonica: Antonio Ribeiro da Silva, pai dos dois atuais sanfoneiros remanescentes: Luiz de Oliveira e Gilberto de Oliveira. Todos os relatos falam que era um sujeito muito festeiro; possuía uma sanfona pé-de-bode de 4 baixos. Influenciou. Fez seguidores. Era também conhecido por “Pai Vé”; tinha uma vendinha e consertava pinico, candeieiro, bacia de zinco – daí o nome do lugar: Pinicaria, lugar na beira da estrada onde se deixava pinico para consertar.

¹⁵ Curiosamente, o povoado nasceu da fuga para São Paulo: Antonio, filho de Tonica, nos anos 90, de retorno definitivo a sua terra de origem, volta com uma imagem de Nossa Senhora Aparecida na bagagem e a firme decisão de construir uma capela e formar um povoado, dividindo-se a parte da terra dos pais Tonica e Natalina (falecidos) que dava para a Estrada Boiadeira. Dos quatro herdeiros: Antonio, Gilberto, Luiz e D. Maria (afilhada e filha adotiva), Antonio e Luiz tinham lotes a vender. Antonio era pedreiro e, ele mesmo começou a construção da Capela. Não é nenhum exagero afirmar que o verdadeiro fundador do povoado Lagoa D’Água foi Antonio Oliveira da Silva, o filho de Tonica.

¹⁶ Harmônica: sanfona de 8 baixos, sem teclado, conhecida como pé-de-bode ou pé-duro. Atualmente só temos conhecimento de três na região: a de seu Gilberto e a de seu Rosalino (ambos da Pinicaria) e a de D. Dalvinha, da Queimada (nome do lugar).

¹⁷ Trincado: havia bastante, havia com muita frequência.

elétrico de som (caixa de som amplificada, microfones, eletrificação da sanfona etc.), segurança, divulgação, custos com pagamento de sanfoneiro ou zabumbeiro. Tudo isso decorre, principalmente, do fato de as pessoas não estarem mais dentro da festa, dentro da brincadeira, elas estão assistindo. No máximo, elas dançam, participam de algum modo. Mas, não estão dentro, porque não estão dentro da casa de alguém. Isto implica grandes mudanças de comportamento, de valores, de símbolos sociais. D. Maria conta como eram feitas as festas:

Eu e Padrinho (Tonica), a gente organizava uma brincadeira, fazia uns cravo (numa simbologia alusiva ao par romântico – o cravo e a rosa - eram feitos cravos de papel de seda que funcionavam como os ‘ingressos’ e eram vendidos aos homens), corria leilão, vendia cocada de licuri; e a gente brincava até de manhã! Já fiz muita festa! Era muito bom! A gente dançava arrasta-pé ou ‘camin-de-roça’, valsa, bolero, rancheira, suingue¹⁸.

Figura 3. Forró na casa de D. Maria no dia de São Pedro (o forró retornando para dentro da casa)



Fonte: O autor (2013)

O Forró ou Brincadeira, assim como os demais eventos, era espaço e expressão das relações sociais, culturais e de poder. De fato, seu Pedro relata:

Hoje em dia as pessoas não são mais atenciosas como antes. Só querem saber de molequeira. Existe a droga. Existe a cachaçada. A dança de malandra, [...] O homem mais fraco daquela roça era eu... Fazia uma adjunta de gente; era 10, 12, 13, 14 pessoas. A ‘mudernage’ de hoje só quer saber de bater bola, jogar ‘sinuque’ e tomar guaraná. Você não vê um ‘muderno’ daquele saber uma chula de samba, dizer: ‘Vou juntar uns amigos pra fazer uma roça [...] Se os velhos não fizer ninguém mais faz’. Existe a Bolsa Família; a Aposentadoria; a Leitura... quem lê, quem estuda, não quer trabalhar.

É também muito interessante notar que trabalho, religiosidade e festa não estavam dissociados. Tanto que ele relata assim o Reis Roubado¹⁹ e outros eventos:

Levava um Rei na casa de fulano; chegava na porta de noite, soltava foguete. Puxava a sanfona, pandeiro, violão. Juntava aquele batalhão de gente... cantava o Reis. Depois

¹⁸ Suingue: segundo D. Maria, era uma dança em que, alternadamente, o cavalheiro mostrava o pé para a dama e a dama mostrava o pé para o cavalheiro.

¹⁹ Reis Roubado: manifestação com música e samba em louvor aos Reis Magos da Lapinha (presépio) que é levado à casa de uma pessoa sem ela saber, no mês de janeiro (dia 6 de janeiro é o Dia de Reis).

rolava o samba e o forró. [...] A bata de milho – de noite, lua bonita, cantando roda, modinha; tomando café... A Bata de feijão era igual a ‘Boi Roubado’²⁰; era de dia; não havia máquina. Era Batedor e ‘Beatadeira’²¹. [...] Raspa de mandioca²² era diferente de Cantoria.

Se o forró estava ligado à diversão e às relações sociais, o aboio (assim como as chulas) estava ligado ao trabalho. O aboio do vaqueiro é uma música singular: estilo arrastado, meio doloroso, profundo, parece sair das entranhas, de grande intensidade sonora. Sua função inicial era tocar o gado. Tornou-se a expressão da vida: fala da seca, do gado, do trabalho, das festas, do fazendeiro, da vida de vaqueiro, de amores proibidos e de tudo mais. Alvarenga (1938, p. 263 apud MAURÍCIO, 2006, p. 17) afirma que “os aboios constituem um dos mais importantes grupos dos nossos cantos de trabalho rurais”. E acrescenta: “Com eles, os vaqueiros, especialmente do Nordeste e Norte, conduzem as boiadas. Dizem que não há gado bravio que, ouvindo-os, não se acalme e siga o boiador”. Sua base é o canto melódico da vogal fechada “ô” num sobe e desce solitário como de quem chama, evoca.

Em seu livro, *Dicionário Musical Brasileiro*, Andrade (1982, p. 1-2 apud MAURÍCIO, 2006, p. 16) compara o aboio a um arabesco, geralmente livre de forma estrófica; na maioria das vezes destituída de palavras, simples vocalizações interceptadas aqui e acolá por palavras interjetivas: “Êh! Boi êh boi! Ôh! Boi dá! Êh!”. De fato, o aboio, à moda de um arabesco, orna de forma rebuscada, repetitiva e harmoniosa basicamente duas vogais (*ê* e *ô*) e algumas poucas palavras (*boi, gado, manso, brabo*), transformando-as num canto mavioso. Ele é para o gado o “canto da sereia”, que seduz e arrasta. O aboio seria só para tocar o gado, mas toca profundamente a alma, porque é de lá que ele vem. Pude presenciar uma cena inesquecível durante o enterro de um dos últimos a serem tratados pelo título de Vaqueiro. Iraci, meu padrinho de batismo: um homem todo vestido de Vaqueiro (chapéu de vaqueiro, jaleque de manga comprida tipo gibão, perneira, bota e taca de vaqueiro, tudo de couro) de nome Zezé entrou na igreja e pediu para prestar uma última homenagem ao colega de profissão e puxou um aboio longo e solene. Sente-se um certo arrepio. Muita gente pôs-se a chorar. É uma música que toca fundo na alma.

De todas estas manifestações culturais, outrora frequentes no povoado, apenas o Caruru de São Cosme e São Damião persiste com certo vigor. Na comunidade de Morrinhos, perto dali, ainda parece estar mais forte e ainda mantém as características originais descritas por seu

²⁰ Tal qual o Reis Roubado, o Boi Roubado se dava sem o dono da roça saber. Geralmente era levado por um compadre, quase sempre mais fraco economicamente. Era uma espécie de arranjo da estrutura econômica e da sociedade de classes: o mais fraco que levava o “Boi” estava em verdade levando força de trabalho. O mais abastado, que recebia, tinha a obrigação social de oferecer fartura de comida e, por um dia ceder àqueles trabalhadores *status* de patrão. Alguns fazendeiros chegavam a matar um boi para dar comida a tanta gente. Chegava-se na roça antes do sol sair, soltava-se foguete anunciando. Mal clareou o dia começava-se o trabalho; num único dia a roça era feita: capinar, ciscar, cavar, plantar (milho e feijão). Mulheres e crianças participavam. Só ao cair da tarde, a comitiva dirigia-se a casa cantando ao ritmo do facão no olho de enxada e, era recebida pelo dono da casa (e da roça) na porteira de entrada. Uma bandeira branca (improvisada com uma toalha de mesa) enfeitada de flores do mato (conduzida por uma moça bonita) era passada ao “roubador” do boi numa simbologia de que “Seja bem-vindo. Pode entrar. A casa é nossa”. Aí rolava o samba. Naquele cenário, e por alguns instantes as fronteiras sociais e econômicas se relaxavam. Todos brincavam. O rigor sociocultural era momentaneamente esquecido.

²¹ Beatadeiras: a ruma de feijão na palha ia sendo batida com cacetes pelos Batedores cantando, ritmado e circulando; enquanto as Beatadeiras beatavam o feijão, ou seja, peneirando e suspendendo ao vento, separavam o grão da palha. Uma curiosidade: assoviar chamava o vento!

²² Raspa de mandioca: também raspar e moer a mandioca era um processo feito com música. A roda era ligada ao ralo por corda de couro. Girar a roda exigia força e música. O motor a gasolina, e depois a eletricidade, foram fatores que decretaram a extinção da raspa de mandioca original.

Pedro: “Depois que rezava a Ladainha²³, corria o Leilão. Depois comia o caruru e voltava a sambar.” Em Lagoa D’Água resta ainda uma tradição que não se tem conhecimento de haver existido, por exemplo, no vizinho Município de Santa Bárbara: é o Ofício de Finado, rezado aos 7, 14 e 21 dias. Não tem acompanhamento de instrumentos.

A longa marcha para a modernidade: a crise cultural chega ao povoado

Essas manifestações culturais sertanejas expressadas principalmente pela música popular, espontânea, não autoral, transmitida pela tradição oral e seus atores: sanfoneiros, cantadores, sambadores, rezadeiras têm sofrido grandes impactos, conforme vimos (e veremos ainda adiante) nos depoimentos de seu Pedro, D. Maria e outros moradores. Essas memórias só confirmam a constatação de Hall (2011, p. 232):

Na realidade, o que vem ocorrendo frequentemente, ao longo do tempo, é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo. A ‘transformação cultural’ é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente ‘caírem em desuso’ através da Longa Marcha (o longo processo de transição para o capitalismo agrário, e mais tarde, para o capitalismo industrial) para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares.

Apesar disso, em Lagoa D’Água, a cultura popular teima em resistir a essas pressões e por vezes se expressa autêntica, como podemos ver nos elementos da Figura 4, abaixo: sambadores, sanfoneiros, a dona da casa, em pé, de branco, os 7 meninos e os 7 pratos de caruru, na esteira no chão, ao fundo o altar dos santos, bandeirolas.

Figura 4. Caruru de D. Maria



Fonte: O autor (2012)

²³ Ladainha: a Ladainha de Nossa Senhora, cantada em latim estropiado. Algumas mulheres gozam da fama de serem boas rezadeiras, isto porque a reza precisa ser “puxada” e respondida em coro pelos demais presentes. Reza-se também muitos “Benditos”, cânticos de louvor aos santos da Igreja Católica, a religião dominante (mais associada ao Fazendeiro). Entretanto, algumas pessoas “dá Cabôco”, isto é: incorporam entidades, especialmente o Boiadeiro. A origem, natureza e entendimento deste fenômeno é algo muito interessante, mas não cabe aqui esse estudo.

Adiante, trataremos um pouco mais de algumas transformações econômicas, de alguns fatores e de um longo processo de modernização que levaram a isto. Este saber fazer musical era adquirido pelo convívio com os pais e com os mais velhos no decorrer da própria vida. Não se ia a uma escola aprender cantar ou tocar. Aliás, geralmente não se ia a escola alguma. Não se pagava um instrutor para isso. Seu Luiz de Oliveira, 68 anos, relata como se tornou sanfoneiro:

Começou de meu pai, Tonica (Antônio Ribeiro da Silva). Ele tinha uma sanfona pé-de-bode 4 baixos e tocava um pouco. Naquele tempo, os baixos eram como uma colher... Você apertava e as ‘colher’ suspendia para deixar sair o som. Ele levava pras festas, pras rezas. Ele gostava de cantar! Meu irmão Gilberto dava a sanfona dele pra eu ficar pegando. Passei a “brungunzar”²⁴ nas festas. Cheguei a tocar com Luiz Gonzaga (ele já era velho) num circo em Jaguará. Me casei em 1972. Larguei. Vendi a sanfona. ‘As festa acabou’... Chegou a radiola... Acabou mesmo.

Pelos relatos, pode-se ver que não se começava do nada. Pelo convívio, em algum momento, o gosto pela música era despertado. Seu Regis Antonio dos Santos, 79 anos, aposentado como operário urbano por doença laboral, conta:

Eu era menino, tinha um irmão mais velho que tocava cavaquinho. Eu tinha muita vontade de aprender, mas meu irmão não dava. Aí eu peguei um pedaço de tábua, amarrei uns atil²⁵ de badogue²⁶...Eu ouvia o cavaquinho dele; ia esticando a borracha até afinar o meu. Vez que eu pegava uma cabaça, um casco de cuia, botava seis cordas e fazia um violão. Fazia junto com minha irmã Nair (falecida). Ela também chegou a tocar violão. Fui indo, cheguei a tocar até em Trio Elétrico. Aqui na Pinicaria tinha um pretão, um negão de nome Manuel Pires muito bom de violão.

Todos os relatos começam sempre por: “Quando eu era pequeno meu pai me levava pras festas...” Genecarlos de Oliveira Lima, o único mais jovem, com 32 anos de idade, que está se firmando como zabumbeiro no Grupo Cultural Lagoa D’Água, conta como adquiriu o jeito para tocar triângulo: “Meu pai era sanfoneiro e me levava pras festas”. Fica evidente que, sem a manutenção das situações onde esta música esteja viva, não se dará o despertar desse desejo; não ocorrerá este encantamento, este prazer. A sedução é cultural, afetiva e antropológica.

Alguns fenômenos merecem destaque por alterarem a conjuntura familiar, social, econômica e demográfica desta região, e por consequência os padrões e as manifestações culturais:

a) As secas cíclicas e a migração para São Paulo, há famílias inteiras que foram fugindo para São Paulo: um pioneiro foi levando os parentes até só restarem os pais e avós (os idosos).

b) A busca por Trabalho e melhores oportunidades também tangeu gente para o “Sul” (região cacauera da Bahia) e para o Recôncavo, a partir de 1941, com a descoberta do petróleo em Candeias, para trabalhar na construção da Refinaria Landolfo Alves.

Como as manifestações culturais nasciam principalmente dos modos de produção, essas fugas de gente, virando mão de obra de uma economia capitalista, foi esvaziando a população do lugar. Seu Pedro expõe isso com muita propriedade: “O pessoal foi acabando e apareceu esse negócio de máquina pra bater feijão. Batedor foi ficando difícil. Batadeira foi ficando difícil...” E se recorda de João Cardoso, um tio dele, sanfoneiro falecido, pai de Ioiô (já com mais de 90 anos, igualmente sanfoneiro e consertador de sanfona). Também Ioiô mudara-se para a cidade (Feira de Santana) há muitos anos. Outros progressos ou modernidades foram chegando: a luz elétrica; a implantação do poço artesiano e dessalinizador da água, telefone público, linha regu-

²⁴ Brungunzar: mexer; tocar sem ser profissional; atrever-se a fazer algo que não se tem experiência.

²⁵ Atil: atilho; tira de borracha que se usa para amarrar o bodoque; amarrilho.

²⁶ Badogue: bodoque.

lar de ônibus para a sede do município (antes, o transporte era raro ou só por tropa de animais), aposentadoria rural, escola de 2º grau na sede do Distrito e o transporte escolar, Bolsa Família.

Modernidade expressa determinada concepção do moderno, conceitualmente precisa e historicamente definida, exprimindo mudanças nas relações sociais e políticas de valores e comportamentos coletivos. Como substantivo foi concebido para designar a reação aos efeitos da revolução industrial sobre as manifestações culturais. Contrapõe-se ao ultrapassado, velho, antigo. Desdobrou-se de moderno, identificando o novo, o transformado ou o transformador [...]. (NEVES, 2002, p. 11).

O que passou a ser visto como “moderno”? Moderno era possuir uma vitrola e não precisar “fazer” a música: ela já poderia ser comprada pronta e se ouvir (“ser usada”) quantas vezes e na hora que bem se entendesse. Moderno era poder assistir à Copa do Mundo numa televisão-zinha preto e branco na Venda de Luiz. Moderno era comprar o fubá de milho pronto em Feira de Santana. Moderno era botar o filho pra estudar na cidade e escapar à sina sertaneja de tirar o sustento da roça, feita em terras do Fazendeiro, terras que não eram e nunca seriam suas. Era assim que funcionava: o Fazendeiro permitia ao pobre fazer uma roça em suas terras, em troca, ganhava a terra lavrada, sem custos, para a formação de pastos para a criação do gado. Falhando o inverno, pouco perdia o Fazendeiro... o pobre, passaria fome. E o ciclo eterno se repetia, “naturalmente”, ano após ano. Este universo fatalístico está bem expresso na composição de Melo (2014): GABRIELA (2º Canto de o Mendigo e o Cantador): “São treis sorte são treis sina / na istrada desse cristão / são treis irirmã granfina / e de punhal na mão [...] são treis sorte são treis sina/ ai pobre cantadô / são treis irirmã firina²⁷ / a Morte a Saudade a Dô [...]”. E, perfeitamente comprovado no relato, intercalando de largas risadas, quase debochado, de Seu Pedro:

Na seca de 32 (1932) eu já era nascido... Na seca de 32 eu já ‘tava’ arrancando ‘parmito’ de licuri... O que era o ‘parmito’? Era aquela ‘pindobinha’ mole; do olho, moinho. Eu era muito estripulento: pegava uma vara de cansa-cavalo (uma árvore), fazia uma cabeça, marrava um cordão e metia em cima das ovelha [...] O povo botava o nome em mim era Pêdo Malazarte. Não fica quieto. Estripulento. [...] Eu nasci aguado (raquítico). Era seco, ‘isbilitado’ (franzino, debilitado).[...] Minha mãe foi pra Anguera e comprou 10 litro de farinha. Botou uma panela d’água no fogo. Botou pra ferver. [...] Aí, escutei Inês dizer assim: “Ô, Marcelina! Pêdo tá lavado de suor... Deve ser da fraqueza, né...” Aí, escutei minha mãe dizer: “Meu ‘fio’ vai morrer...” Aí, fizeram uma panela de mingau. Tia Helena ainda aguentou levar na boca. Eu, era botando aqui pelo lado da boca e derramando pelo lado de outro. Lá vai. Lá vai. Lá vai... Então, diz o povo que meu nome não era Pedro. Então diz que Pedro não morre...Pra eu não morrer me botaram o nome de Pedro. E por isso me batizaram!

Vó Ana Barbosa Magalhães, completando 100 anos em outubro de 2014, também se lembra perfeitamente de todos aqueles tempos e faz um relato de sua retirada para buscar o sustento para os filhos no “Reconco” (onde trabalhou cortando cana na usina Botelho, Aliança e outras, seu Pedro também foi parar lá). De lá, ela foi parar (numa aventura dramática) em São Paulo, onde morou por muitos anos.

Retornando à ideia do “moderno”: também era moderno, novo, o pobre sonhar com uma casa de adôbo²⁸ e telha, em lugar da de taipa coberta de pindoba de licuri. Mais adiante,

²⁷ Irmã firina: são as três Parcas ou Deusas mitológicas: Cloto, Láquesis e Átropos, que fiavam, teciam e cortavam o fio da vida. Aqui, recebem os nomes de Morte, Saudade e Dô. Sorte, Sina – são imagens fortemente entranhadas na alma do sertanejo: assim como o sol inclemente, a crueza da vegetação, o passar dos anos, o desenrolar imutável da Natureza, a certeza da Morte... coisas a que não se pode escapar... A vida é uma estrada, uma ida ao encontro da Morte.

²⁸ Adôbo ou adobe: tijolo de barro seco ao sol; para dar liga, misturava-se bosta (ainda mole) de boi.

chegaria o bloco de cerâmica. Velho, era consertar pinico e candeeiro, havia os de plástico ou de alumínio. Velho era pisar pôni²⁹, torrar café, cozinhar em panela de barro, quando já havia as de alumínio e até a panela de pressão (inicialmente chamadas de “panela de presilha”). As “modernidades” apareceram numa velocidade estonteante: do candeeiro a querosene ao lampião a gás e à luz elétrica. Da geladeira a gás à atual. Da vitrola a pilha aos modernos equipamentos de som e imagem. Hoje, no Povoado, todas as casas têm o básico de toda casa da cidade: fogão a gás, geladeira, telefone (mesmo com o sinal péssimo, coloca-se uma antena para reforçar o sinal), ventilador, TV (muitas antenas parabólicas). Todos têm celulares, ainda que só haja sinal em cantos determinados, de conhecimento de todos. Há até uns poucos que acessam a internet. Os dois orelhões existentes estão em desuso. O jegue ainda é necessário (e por isso, eles ainda são muitos e são valorizados). As motos (a grande maioria, irregulares) são cada vez mais presentes e já são usadas até para tanger o gado. Os acidentes são igualmente frequentes. As roças de inverno reduziram-se a quase nada: as raras (e pequenas) são feitas por tratores e arados (via Associações de Moradores Rurais ou pagas do próprio bolso). A colheita do milho e feijão também se mecanizou. O sonho de todo jovem é arrumar um emprego na cidade: principalmente seus pais, imaginam que, via Escola/Estudo, isso se tornará possível. Entretanto, muito frequentemente, não se concretiza a tão sonhada “colocação” na cidade (também cheia de gravíssimos problemas). Passa então a imperar certo “desespero”. Bauman (2007, p. 40-41 apud LOBO 2011, p. 18) afirma que a “‘globalização negativa’ cria um universo de ‘excedentes’ humanos que sequer servem para a reciclagem por meio das formações de mão de obra, fazendo crescer enormemente as taxas de migrações e os conflitos daí decorrentes”.

De fato, ao observarmos escolas da rede estadual em bairros periféricos de Feira de Santana/Bahia, verificamos que uma grande parte dos alunos veio de outros Municípios “em busca de uma vida melhor”. Entretanto, a constatação é de que esses alunos e suas famílias vivem gravíssimos problemas sociais, especialmente o desastroso convívio com as drogas e a violência. Ainda, segundo Lobo (2011, p. 19):

A mundialização do Capitalismo tornou global também suas crises inerentes, tais como: a crise ecológica, da ética e de valores, e uma severa crise cultural, em que o gigantesco volume de informações assume o lugar do conhecimento, submergindo vorazmente os saberes tradicionais e populares.

Vale salientar como seu Pedro, analfabeto, foi capaz de perceber e expressar tão claramente todas essas situações. Aliás, na prosa de toda tarde, “nas porta da venda”, como usam falar, todos têm e expressam basicamente essas mesmas percepções.

A Seca, como fenômeno cíclico e climático natural persiste, mas não tem mais aquela força simbólica poderosa e trágica sobre o imaginário e a cultura: marcava na carne e na alma, matava gado e pessoas. Entretanto, novos problemas apareceram, como as drogas e a violência. Restou um vazio populacional e a quebra total dos mecanismos que geravam aquela cultura popular sertaneja.

O que se vê hoje são sedes de antigas fazendas fechadas (com seus donos, geralmente, já os herdeiros dos proprietários originais, residindo em Feira de Santana ou Salvador), idosos saudosistas e jovens consumidores finais de *reggae*, arrocha, pagode etc. sonhando em se mudar para a cidade grande. Exemplo disso é que, nos últimos dois anos, teve que se buscar fora, na vizinhança (na Pedra Grande, caminho de Sete Portas) uma rezadeira para o Caruru de D.

²⁹ Pôni: milho botado de molho na água, de véspera, para ser pisado no pilão, peneirado e fazer o cuscuz. O sertanejo desenvolveu uma habilidade extraordinária para pisar o milho de fazer o cuscuz: pisava-se sozinho, em dupla ou em até três pessoas de uma só vez num mesmo pilão.

Maria. Resta perguntar: Com a morte dos últimos sanfoneiros desta região as novas gerações não conhecerão um forró pé-de-serra ao vivo? Não se verá mais um Caruru de Promessa com suas rezas e seu samba? Não se verá nunca mais um Reis e sua Música? Perder-se-á para sempre toda uma riqueza poética e uma musicalidade sertaneja carregada de valores culturais e estéticos? Quais os rumos que tomará a cultura popular do povoado?

O Poder Público poderia ser peça-chave nesse processo, já que pela Lei Municipal nº 1802/95, que criou a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, está entre suas finalidades Art. II

[...] I Apoiar, juntamente com o Conselho de Festejos Populares, todas as folclóricas e populares do Município; II Promover e organizar as atividades culturais e Artísticas centralizadas no Município mobilizando os meios necessários; III Preservar, situar, ampliar e divulgar o patrimônio histórico cultural e artístico do Município [...].

Há um grande destaque para a Micareta e as Festas Juninas, ambas completamente industrializadas. O Mercado de Arte Popular é um local de venda de duvidoso “artesanato”, mais precisamente de “lembrancinhas de viagem”. A UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana promove o Festival de Sanfoneiros e a Caminhada do Folclore. Consideramos o Festival demasiado estilizado, em forma de competição e espetáculo, acontece longe do alcance do “povoão”, no *campus* universitário. A Caminhada do Folclore vem a cada ano perdendo conteúdo: é um amontoado de grupelhos (alguns visivelmente artificiais, figurativos, de preenchimento, não se sabe ao certo os porquês de estarem colocados ali...), há uma enorme preocupação com a quantidade e com a mídia, mas poucos grupos são genuinamente representativos do Folclore regional. Se não houver mais folclore, como poderá haver Caminhada do Folclore? Se essas manifestações populares morrerem lá onde efetivamente acontecem como poderão ser exibidas numa avenida? Produzir artificialmente grupos ditos “Folclóricos” não é Cultura Popular. Cultura é Vida. É a vida dos povos, que vai sendo construída com a herança dos ancestrais e as criações e recriações do presente. Embora sejam, ambas, iniciativas importantes, não atingem ou são ineficazes para a preservação da cultura popular do povoado. Além do que, Arantes (1990) afirma que ao se produzir o espetáculo, cortam-se as raízes do que, na verdade, é festa, é expressão de vida e liberdade. Consideramos positivo para a cultura popular do povoado a criação do Grupo Cultural Lagoa D’Água em 2012.

O grupo cultural Lagoa D’Água: uma utopia “preservacionista”

Dentro desse contexto que viemos expondo, deu-se o surgimento (de modo “meio artificial”), em abril de 2012, de um movimento de motivação “preservacionista”. Os dois fundadores: Robson Clei dos Santos Lopes e João Evangelista de Lima tinham origem e motivação cultural comum: ambos nasceram na roça (o primeiro, lá mesmo em Lagoa D’Água, quando o lugar não tinha ainda o formato de povoado e; o segundo, no vizinho município de Santa Bárbara). E ambos “tinham pena de ver o forró pé-de-serra se acabar” quando viessem a falecer os dois ou três últimos tocadores de sanfona pé-de-bode.

A forma “meio artificial” decorre de como o grupo surgiu, “de fora para dentro”. O impulso e o dinheiro para começar foram patrocinados por um dos fundadores, não nasceu das inquietações e forças sociais dos próprios moradores. Lançada e aceita a ideia, compraram-se alguns instrumentos, fez-se alguns forrós na Rodoviária de seu Luiz, o grupo foi trazido a participar da XIII Caminhada do Folclore de Feira de Santana etc. Entretanto, havia um “choque de realidade”: Tocar forró pra quem? Tocar forró por quê? E onde? Percebia-se que aquilo que se

estava fazendo já não era mais a “Brincadeira” do passado na casa dos amigos e compadres... o mundo mudara demais. “Descongelar” o passado e dar-lhe mera continuidade? Isto se mostrou algo impossível. Havia alguma descrença. Entretanto, sempre aparecia muita gente nos forrós. A princípio, as pessoas ficavam meio desconfiadas, somente assistindo. Gradativamente, começaram a dançar: exceto os rapazes, que até hoje só assistem de fora. Pouquíssimos se arriscam a chamar uma moça para dançar. Aliás, a constituição das mulheres por idade, parece estar desequilibrada: são crianças, meninas pré-adolescentes, senhoras (mães) e idosas. O que é (ou era) visto socialmente como “moças” são raras, pois migram para as cidades: Candeias, Salvador ou Feira de Santana, mal concluem o ensino médio (na sede do Distrito). Novos atores se agregaram ao grupo (Galego, um despojado cantador e tocador de triângulo, do Rio do Peixe, um outro, meio “zabumbeiro profissional”, um pandeirista boêmio, um velho tocador de violão, todos moradores de fora do povoado). Decidiu-se apostar no antigo sentido da “Brincadeira” e passou-se a fazer vários eventos com este espírito: Feiras de cacareco, Feirinha de plantas de quintal, um concurso chamado “Jovem Cantor”, uma Corrida de Jegue. Fez-se um Passeio à Praia propositadamente para o lazer e a integração. Tudo isso, sempre com um forrozinho. Tentou-se formar novos forrozeiros (jovens) patrocinando a vinda de um menino para a Oficina de Acordeom do CUCA/UEFS (ele desistiu no 2º semestre) e, posteriormente, criando-se uma espécie de “escolinha” de iniciação ao forró pé-de-serra (deu-se lhe o nome de “Tunica”, uma referência dos tempos “áureos” das brincadeiras no lugar). A avaliação não é muito positiva. Não se consegue atrair os jovens. Ainda não se sabe o que acontecerá. Todos os esforços e iniciativas têm dado poucos resultados nessa proposta de formar forrozeiros jovens. Eles, os mais velhos, falam em “dar murro em ponta de faca”. Agora, em abril de 2014, durante a comemoração dos dois anos da criação do Grupo, conseguiu-se fazer uma pecinha de teatro (de improviso) com gente do lugar, além, é claro, do forró. Foi preciso recuperar o telhado da Rodoviária e melhorar o aspecto da Venda de seu Luiz (funciona como a “sede” do grupo). Os custos chegaram a nove mil reais (excluindo-se os eventos, que foram autossustentáveis). A continuidade (e os caminhos, se houver), são totalmente incertos.

Considerações finais

A criação de um Grupo Cultural no povoado há dois anos, deu-se por “pena de ver o forró pé-de-serra se acabar”. O desenrolar dos fatos, entretanto, foi demonstrando que a mentalidade puramente “preservacionista” não ajudava muito. Aquelas ideias de que a cultura dita “popular” teve seu auge sempre no passado e que está em eterno desaparecimento, de que seria folclore, resíduo da cultura culta de outras épocas ou de que forró pé-de-serra é coisa de velhos, coisa do passado, antiquado, fora de moda, além de incomodar demais, não ajudavam em nada. Principalmente, não combinavam com a riqueza cultural observada no dia a dia da vida dos moradores. O próprio nome do grupo parecia “pomposo” demais. No máximo, o que seus participantes podiam enxergar ali, era um “grupinho de forró”. A experiência, entretanto, foi se revelando criadora, dinâmica, gerativa, integradora, complexa, possuidora de conflitos e contradições, viva, mesmo. Intuitivamente, foi se percebendo que não é possível realizar sem o ato de construir e reconstruir.

Ao confrontar as observações diretas e as narrativas de memória dos moradores do povoado com alguns conceitos teóricos propostos no início deste trabalho ficou mais fácil entender os processos de formação da identidade cultural do lugar. Aí nos deparamos com o intrigante questionamento: Se este povo tem uma herança cultural tão interessante, tão rica, tão expressiva, tanto nos seus fundamentos históricos, míticos, antropológicos quanto na beleza estética de suas expressões culturais por que temos hoje essa realidade? Por que chegamos a esse estado

de destruição cultural?

Hall (2011) indica o caminho para as respostas: É um processo ativo, avassalador e intencional de marginalização da cultura popular para atender exigências e necessidades do capitalismo industrial e financeiro. Os relatos e os fatos da vida dos moradores só comprovam essas afirmações! As secas realmente tangeram gente para São Paulo, Salvador e Região Metropolitana e por último para a sede do município. Mas, dados os devidos descontos da história econômica e social do Nordeste brasileiro, com quase três séculos de economia escravagista, monocultura açucareira, ciclo do gado, coronelismo, concentração da terra desde o início da colonização, temas estes que não foram tratados aqui por não serem objeto de nosso estudo, quase tudo é fruto da tal marcha para o “progresso” e para a “modernização”.

A gênese dessas manifestações, se branca portuguesa, negra dos escravos trazidos da África, se indígena dos prováveis habitantes originais ou de um caldeirão dessas misturas, precisava ser investigada. O melhor exemplo disso é o Caruru de Promessa, tem traços predominantes da cultura negra, reza-se para os santos da cultura branca católica portuguesa e, dá-se “Cabôco”, traço tipicamente indígena. Acreditamos que a região é ainda uma desconhecida “ilha” de cultura popular, provavelmente pelo seu relativo isolamento geográfico e distância da sede. Há indícios da existência de, ao menos uma comunidade quilombola (não estudada), localizada às margens do Rio do Peixe, dentro ainda dos limites do distrito de Jaguará, denominada “Fazendinha” e cujo “clã” mais conhecido são “os Tobias”. Há uma gama significativa de palavras que parecem endêmicas do lugar como: criangu (um matinho conhecido em outros lugares por pega-pinto), malunga (matagal rasteiro), pau-de-fuso (calumbi), Quiji (nome rejeitado, não se sabe porque, pelos moradores da localidade Riacho do Ouro), dango etc. Consideramos isso uma curiosidade linguística. Merecia ser estudado. Lá, existem muitas outras histórias maravilhosas que não foram exploradas aqui (como as relacionadas com os mitos da “mãe d’água”, caipora e lobisomem) e que poderiam e deveriam ser usadas no sistema escolar, como defendeu Setubal (2008), possibilitando aos jovens se reconhecerem nessas histórias e poderem articular o passado e o presente, o local e o global, e reforçarem sua identidade cultural.

Esperamos que este trabalho tenha contribuído para melhor conhecimento e compreensão deste universo cultural e possa servir de motivação para o estudo da situação em outros pontos do Município, como no vizinho povoado de Morrinhos que, guarda ainda vivas, muitas dessas manifestações culturais. Feira de Santana precisa urgentemente conhecer, valorizar e preservar o enorme patrimônio cultural que tem.

Entrevistas

Antonia Barbosa Magalhães. Concedida em: 8 dez. 2012.

Genicarlos de Oliveira Lima. Concedida em: 14 nov. 2012.

Gilberto de Oliveira. Concedida em: 20 abr. 2014.

Luiz de Oliveira. Concedida em: 8 dez. 2012.

Maria Sebastiana de Jesus Santos. Concedida em: 20 abr. 2014.

Pedro Menezes de Jesus. Concedida em: 20 abr. 2014.

Regis Antonio dos Santos. Concedida em: 8 dez. 2012.

Referências

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARIZPE, Lourdes. **As dimensões culturais da transformação global**: uma abordagem etnográfica. Brasília: UNESCO, 2001.

ASSMAN, Jan. **Memória Cultural**: o vínculo entre passado, presente e futuro. Conferência realizada no Brasil entre os dias 15 e 21 de maio 2013. Disponível em: <www.iea.usp.br/noticias/memorias-cultural>. Acesso em: 9 abr. 2014.

FARIAS, Edson. Alguns apontamentos sobre o dueto memória e modernidade. In: ALVES, Elder P. Maia (Org.). **Políticas Culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações**: a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOBO, Tancredo. **Sonhos como projetos de vida**. Fortaleza: Boa Ventura, 2011.

MAURICIO, Maria L. A. **ABOIO, o canto que encanta**: uma experiência com a poesia popular cantada na escola, 2006, 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Centro de Ciências Humanas Letras e Arte, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <www.cchla.br/ppgl/imagens/MariaLaura.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2014.

MELO, Elomar Figueira. **Xangai canta cantigas, incelenças, puluxias e tiranas de Elomar**. CD Kuarup Discos, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local**: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Salvador: Arcádia, 2002.

PITOMBO, Mariela. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO. In: ALVES, Elder P. Maia (Org.). **Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2011.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Lei nº 1802/95. Modifica a estrutura organizacional da prefeitura municipal de Feira de Santana, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secretaria>>. Acesso em: abr. 2014.

SETUBAL, Maria Alice. Patrimônio Cultural: memória, saberes e conhecimento. In: **Almanaque um olhar sobre São Miguel Paulista – manifestações culturais, ontem e hoje**. Fundação Tide Setubal, 2008. Acesso em: <www.ftas.org.br/midia/artigo_258.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2014.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

NOVEMBRADE: a luta pela democracia

Novembrade: the struggle for democracy

Cristiane Maria Machado da Silveira¹
Eloisa Barreto Klein¹

Resumo: O presente trabalho aborda como tema a Novembrade, manifestação realizada em 30 de novembro de 1979 em Florianópolis. Para tal pesquisa se fez, primeiramente, um apanhado dos fatos históricos que desencadearam a revolta dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Posteriormente este estudo priorizou entender os motivos que antecederam a Novembrade, assim como os acontecimentos ocorridos no dia da visita do presidente militar João Batista Figueiredo e as ações tomadas pelos governistas, após o protesto. E finaliza-se com uma análise dos fatos históricos.

Palavras-chave: Novembrade. Ditadura brasileira. Ditadura em Santa Catarina.

Abstract: This paper discusses how the theme Novembrade, demonstration held on November 30, 1979 in Florianópolis. For such research was done, first, an overview of the historical facts leading up which triggered the revolt of the students of the Federal University of Santa Catarina - UFSC. Later this study prioritized understand the reasons leading up to Novembrade, as well as the events on the day of the visit of military President João Batista Figueiredo and actions taken by government supporters after the protest. And it concludes with an analysis of historical facts.

Keywords: Novembrade. Brazilian dictatorship. Dictatorship in Santa Catarina.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo fazer a análise histórica da Novembrade, protesto ocorrido em Florianópolis (SC) em 1979. Para isto inicia-se com apanhado geral dos governantes do país em vários períodos que antecedem a revolta de um grupo de catarinenses.

Neste sentido, procurou-se entender a política brasileira a partir da morte do presidente Getúlio Vargas em 1954, período que houve novas eleições e o sucessor foi Juscelino Kubitschek (1956-1961).

O próximo presidente também foi eleito por voto popular, era ele Jânio Quadros e seu vice João Goulart, também conhecido por Jango. Jânio Quadros assumiu em 1961 e devido à pressão popular renunciou em agosto do mesmo ano. O seu vice, João Goulart, que deveria assumir por direito estava fora do Brasil, em uma visita oficial à China comunista, por este motivo a presidência ficou a cargo do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Iniciou assim o golpe contra Jango. Os detentores provisórios da presidência não queriam deixar João Goulart assumir a presidência, alegando que ele era “comunista”. Jango desembarcou no Rio Grande do Sul, onde recebeu asilo político do então governador Leonel Brizola. Entra em vigor neste governo o sistema parlamentarista, que posteriormente, após uma consulta popular, o país retorna a ser presidencialista, e gerido por João Goulart até 1964.

Em 1964 ocorre o golpe de estado e passa a vigorar o Regime Militar no Brasil. Nesta parte do trabalho buscou-se detalhar cada governo do período militar, suas características e feitos.

O primeiro presidente do sistema militar foi Castello Branco (1964 a 1967), em seu mandato ele implantou a censura, sendo um período de forte repressão policial. Neste governo

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselevi.com.br

foram criados os Atos Institucionais, do AI-1 ao AI-4, e a Lei da Segurança Nacional.

O segundo foi Artur Costa e Silva (1967 a 1969), ele manteve a política econômica de Castello Branco, porém seu governo foi marcado pelas inúmeras manifestações populares contra a repressão e diminuição da liberdade. Nesse governo foi criado o Ato institucional 5, que dava poderes totais ao presidente. Este mesmo presidente, em 1969, precisou se ausentar por motivos de saúde, assim, uma Junta Militar que unia as três forças nacionais assumiu o poder temporariamente.

Em outubro do mesmo ano, eleito pelo congresso, assume Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Seu governo foi marcado pelo “Milagre Econômico”, pelas propagandas e a alta censura, principalmente aos artistas.

O presidente seguinte também foi indicado, seu nome era Ernesto Geisel (1974 a 1979). Ele assumiu o poder em um período onde o povo já estava pedindo a volta da democracia, e suas primeiras atitudes no poder foram de suavizar a censura e liberar as eleições para senadores, deputados e vereadores. Porém, os órgãos de inteligência continuavam a prender os opositores do governo.

No fim de seu governo, Geisel indicou um de seus aliados para garantir que o processo de democratização continuasse, o escolhido foi o polêmico João Figueiredo (1979 a 1985). Uma das conquistas deste período foi a Lei da Anistia, o fim do bipartidarismo. Foi neste governo que ocorreu o objeto de estudo deste trabalho, a Novembrada.

Posteriormente, fez-se um apanhado histórico da Ditadura em Santa Catarina e seus governantes.

Em 1964 quando ocorreu o golpe militar o governo estava nas mãos de Celso Ramos, seguido de Ivo Silveira. Após o Ato Institucional-5 as eleições passaram a ser indiretas e o governador indicado foi Colombo Machado Salles. Este governo aconteceu concomitantemente com a presidência de Médici e participou do “Milagre Econômico”. Seu sucessor no poder foi Antônio Carlos Konder Reis, conhecido como um dos mais honestos políticos catarinenses.

No mesmo ano que Figueiredo assumiu a presidência, Santa Catarina também ganhou um novo governador: Jorge Konder Bornhausen.

Foi neste contexto histórico que aconteceu a manifestação ocorrida no dia 30 de novembro de 1979, na capital Florianópolis, que posteriormente ficou conhecido como “Novembrada”.

Neste trabalho teve-se, também, como objetivo, conhecer os motivos que antecederam a revolta, a fim de entender sobre o que realmente aconteceu durante a visita de Figueiredo e as proporções que o movimento tomou. Por isso dividiu-se o tema Novembrada em mais duas partes: O movimento estudantil e Acontecimentos após o dia 30 de novembro.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista com uma pessoa que vivenciou o fato histórico que se trata neste projeto. Trouxemos a entrevista na íntegra (no anexo).

Ditadura militar brasileira

Para melhor entendermos o período histórico brasileiro que culminou na ditadura militar em 1964, procurou-se estudar e compreender os acontecimentos políticos que antecederam o golpe.

O Brasil passou por uma grande alternância de poder após a morte do presidente Getúlio Vargas em 1954. Posteriormente, entre 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito pelo voto popular e seu sucessor Jânio Quadros, também eleito de forma democrática, ou seja, por meio de eleições. Jânio Quadros teve como seu vice João Goulart.

Em outubro de 1960, Jânio Quadros, durante a sua campanha eleitoral tinha um discurso anticomunista e defendia a manutenção da família e da propriedade, o símbolo de sua campanha política era a vassoura, afirmando que ia varrer os corruptos do poder. Todavia, após eleito ele assumiu um perfil totalmente diferente e contrário do que havia pregado durante sua campanha.

Tomou atitudes para restabelecer relações com a União Soviética e com a China comunista, também demonstrou ser contra a expulsão de Cuba socialista da Organização dos Estados Americanos (OEA). Estas posições políticas fizeram com que a aceitação de seu governo fosse diminuindo cada vez mais, porém a “gota d’água” foi a condecoração com Ordem do Cruzeiro do Sul de Ernesto “Che” Guevara, que era comandante da revolução Cubana, sendo que esta condecoração brasileira era a mais alta do país (PILETTI; PILETTI, 1995). A partir destes acontecimentos, consideradas atitudes comunistas à pressão dos militares e congressistas contra o governo de Jânio Quadros se tornou constante, culminando na sua renúncia em 25 de agosto de 1961.

Devido à renúncia do então presidente, de acordo com a constituição brasileira, o vice deveria assumir, ou seja, João Goulart, “este, porém, estava em visita oficial à China comunista, e a presidência foi entregue a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados”. (COTRIM, 1999, p. 327). A partir deste fato teve início a perseguição contra Jango. Os detentores do poder provisório, na época, o acusavam de “perigoso comunista” e pretendiam impedi-lo de assumir a presidência assim que chegasse ao Brasil. João desembarcou no Rio Grande do Sul onde recebeu asilo de Leonel Brizola, então governador daquele Estado, onde teve início uma campanha chamada: “Campanha da Legalidade”, objetivando colocar em vigor a nossa constituição, ou seja, fazer com que João Goulart assumisse seu lugar de direito na presidência da república.

Para encontrar uma solução os favoráveis à posse se mobilizaram, justificando uma ameaça de uma guerra civil e os contrários, chamados de “golpistas” propuseram um acordo: colocar em vigor o sistema parlamentarista. Assim, João Goulart seria o presidente, mas com poderes limitados, sendo que o governante do país seria o primeiro ministro. Jango, como ele era popularmente chamado, aceitou primeiramente e logo depois foi realizado um plebiscito questionando a população sobre a escolha do sistema de governo; parlamentar ou presidencial. A decisão dos eleitores foi a favor do presidencialismo, favorecendo Goulart.

O governo de Jango tinha diversas propostas, como reforma eleitoral, reforma universitária e reforma agrária, mas a constante crise política decorrente do descontentamento dos adversários fez com que o presidente não tivesse tempo para pôr em prática seu projeto, pois “a conspiração para tirá-lo do poder já estava organizada e dela participavam aqueles que se viam prejudicados pelas reformas: as multinacionais, os latifundiários, os militares...” (PILETTI; PILETTI, 1995, p. 81).

Seus adversários utilizam as reformas de João Goulart para fundamentar suas teorias conspiratórias de que o governo era comunista e assim mobilizar a opinião pública contra o então presidente, tudo isso contribuiu para que tivesse início à ditadura e “no dia 31 de março de 1964, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart [...] Sem condições de reagir ao golpe, João Goulart deixou Brasília, em 1º de abril de 1964 [...] dirigiu-se para o Uruguai como exilado político” (COTRIM, 1999, p. 330).

Após o golpe militar o país ficou sob comando de três ministros militares até a escolha do general Castello Branco para presidente da República. Este se tornou presidente de 1964 a 1967. Em se tratando deste período, Schmidt (1999) destaca que as primeiras medidas, deste presidente foram: repressão contra os opositores diretos e indiretos do regime militar e anulação dos decretos sancionados pelo presidente anterior João Goulart.

Também Piletti e Piletti (1995) afirmam que Castello Branco cassou, suspendendo seus direitos políticos, 378 pessoas, entre as quais três ex-presidentes: Juscelino, Jânio e Jango, seis governadores e 55 membros do congresso nacional.

Este período caracterizou-se por uma onda de tensão política onde não se podiam expressar pensamentos em público sob pena de ser preso, torturado e até morto. Cotrim (1999, p. 335) acrescenta que o então governo, neste período “declarou-se inimigo feroz das ideias socialistas ou ‘comunistas’, promovendo forte repressão policial contra várias entidades, entre elas diversos sindicatos [...], e a União Nacional dos Estudantes (UNE)”.

O então presidente, Castello Branco, em seu mandato criou atos institucionais (A.I) e no ato institucional nº 2, que limitava o país a dois partidos políticos, Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era a oposição; Ato institucional nº 3 que estabelecia o fim das eleições diretas; Ato institucional nº 4 que dava poderes ao governo a criar uma nova constituição, esta elaborada posteriormente em 1967 para fortalecer o poder do presidente; e leis em prol do autoritarismo, como a Lei da Segurança Nacional, que tratava como inimigos da pátria qualquer cidadão que se opusesse ao regime militar (COTRIM, 1999).

Em março de 1967 o congresso indicou para sucessor de Castello Branco o general Artur Costa e Silva e seu vice Pedro Aleixo. “O presidente manteve a política econômica de seu antecessor, mas enfrentou uma grande onda oposicionista, inconformada com as restrições à liberdade e com os rumos político-econômicos do país”. (VIEIRA, 2001, p. 248).

A população, descontente, passou a realizar inúmeras manifestações mesmo com a repressão policial violenta. Cotrim (1999, p. 336) cita como “um dos momentos culminantes desse protesto a passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro em 25 junho de 1968. Entusiasmada a multidão gritava palavras de ordem como: ‘o povo unido jamais será vencido’”.

Em setembro do mesmo ano, o deputado do partido MDB, Márcio Moreira Alves, fez um discurso no Congresso Nacional criticando o atual governo e os militares. Cardoso (2012, p. 232) alega que “o governo então pediu autorização à câmara dos deputados para processar Mário Moreira Alves, mas a câmara recusou”. Esta recusa motivou o então governo a tomar medidas para poder reprimir casos futuros e não contrariar as vontades do presidente. Surge assim o Ato institucional 5.

O AI-5 conferia ao presidente da república poderes totais para reprimir e perseguir as oposições. Ele podia fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; legislar em todas as matérias durante o fechamento dos órgãos parlamentares; intervir nos estados e nos municípios sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais; demitir, aposentar, remover funcionários públicos; restringir as liberdades individuais e suspender a garantia do *habeas-corpus*. (COTRIM, 1999, p. 337).

Utilizando o AI-5, como normatização e controle dos conflitos, o governo prendeu várias pessoas e fechou o congresso por prazo indeterminado.

Em agosto de 1969 o presidente Costa e Silva adoeceu e foi impedido de continuar a exercer a presidência. Seu vice Pedro Aleixo, que deveria assumir, sofreu um novo golpe. Os três ministros militares tomaram o poder. Eram eles Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Souza Mello (Aeronáutica). Eles formaram o que se chamou de Junta Militar (PILETTI; PILETTI, 1995).

No período em que a junta militar esteve no poder entraram em vigor 58 artigos, modificando a constituição. Esses davam mais poder ao governo. Vieira Filho (2001, p. 249) cita que “neste triste episódio em que se envolveram as três armas, valia de tudo: delações, torturas, prisões arbitrárias e mortes ocorreram em praticamente todos os estados”.

Em outubro, do mesmo ano, o Congresso foi reaberto e o partido político de extrema direita, a Arena, indicou o general Emílio Garrastazu Médici para presidência. Ele foi eleito pelos presentes, no entanto, os parlamentares cassados pelo AI-5 não estavam lá.

Klanovicz e Klanovicz (2012, p. 114-115) alegam que esse período “em que mais atentados contra os direitos políticos e civis aconteceram [...] Também deve ser lembrado que o

governo investiu grandes somas em campanhas destinadas a se mostrar simpático à população [...]”. Essas campanhas buscavam instigar o patriotismo da população e o lema utilizado era “Brasil: Ame-o ou deixe-o”. Em resumo, ou você apoiava o regime militar ou deixava o país.

A Transamazônica, ponte Rio-Niterói, Usina de Itaipu foram obras utilizadas para passar a falsa impressão de crescimento do país para a população neste período. Esse relativo progresso foi chamado de “Milagre Econômico”.

O presidente Médici se apresentava como um “homem do povo”, torcedor número um da seleção brasileira e apaixonado por futebol. E como exemplo desta popularidade construída a conquista da copa de 1970, pela seleção “canarinho”, é considerada mais uma vitória de seu governo. (BOULOS JUNIOR, 2009).

Enquanto isso “os meios de comunicação – jornais, televisão, rádio, livros, discos, musicais, teatro etc. eram vigiados pela censura, de modo que o que desagradasse ao governo era podado. A ditadura não admitia críticas nem oposição democrática” (COTRIM, 1999, p. 339).

Olivieri (2014) define censura por: “o exame a que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para avaliação sobre a conveniência de serem liberados para apresentação ao público em geral”. Ainda este autor acrescenta que esse controle foi uma grande arma do regime militar e teve um papel valioso para calar os opositores e impedir que mensagens contrárias aos seus ideais fossem divulgadas.

Nesse período muitos artistas sofreram com essa censura e passaram a utilizar-se de frases figurativas para mostrar levar ao povo informações políticas e conscientizar a população. Cotrim e Rodrigues (2012, p. 254) afirmam que “muitos intelectuais, dramaturgos, atores, professores, jornalistas e músicos protestaram contra o autoritarismo dos governos militares”. Um exemplo de resistência ao regime militar foi o cantor Geraldo Vandré, que cantou ‘Pra não dizer que não falei de Flores’, sendo que esta música ficou em segundo lugar do III Festival Internacional da Canção em 1968 no Rio de Janeiro, e posteriormente foi considerada hino da contestação à ditadura.

Schmidt (1999) também ressalta que durante a ditadura muitos artistas fizeram canções que criticavam o regime em vigor. Entre eles estão Chico Buarque de Holanda, Edu Lobo, Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Toquinho, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Nara Leão, Elis Regina, Maria Bethânia, entre outros. Após o AI-5 muitos desses artistas preferiram o exílio para evitar possíveis prisões e torturas, ou seja, muitos destes artistas citados preferiram o auto-exílio indo morar em outros países.

Foi neste período, também, que os grupos guerrilheiros passaram a se organizar para enfrentar o regime político que estava em vigor no Brasil e, como explicam Piletti e Piletti (1995, p. 86), estas guerrilhas assim se caracterizavam: “Os participantes dessa ação eram, em sua maioria, estudantes e operários. Dois tipos de ações foram frequentes: assaltos a bancos, para conseguir dinheiro para luta armada contra o governo, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por presos políticos”.

Como neste período o governo estava gastando mais do que produzia, o falso “milagre” não se sustentou por muito tempo. “A inflação começou a subir e a dívida externa cresceu de forma assustadora. Teve início então uma longa e amarga crise econômica”. (COTRIM, 1999, p. 341- 342). Contudo o que foi mencionado, os militares perderam o argumento de que estavam proporcionando crescimento e desenvolvimento para o país. Dando assim munição para a oposição crescer e exigir a volta da democracia.

Ao final do mandato de Médici, um novo presidente foi indicado e eleito indiretamente, era ele Ernesto Geisel. Sua proposta era um processo lento e gradual de liberação e democratização. Ele iniciou suavizando a censura, liberando os grandes jornais, porém não a extinguiu. Em 1974 houve as primeiras eleições livres, elas buscavam eleger senadores, deputados e ve-

readores. O MDB (movimento democrático brasileiro), partido de oposição conseguiu eleger dezesseis senadores contra 5 da Arena. (PILETTI; PILETTI, 1995). Entretanto, neste contexto de abertura política e indícios de liberdade, ainda coexistiam ações mantidas pelos serviços de informação e segurança que continuavam a procurar e prender os opositores do governo acusando-os de serem comunistas.

“Em outubro de 1975, Vladimir Herzog, diretor de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi chamado para um interrogatório num quartel do exército. Ele ficou lá vários dias, preso [...]. Dias depois, a família recebeu a notícia de que ele havia ‘se suicidado’” (SCHMIDT, 1999, p. 283). Posteriormente foi provado que ele foi torturado até a morte. O mesmo aconteceu com o metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Com a repercussão dos assassinatos ocorridos, o presidente Geisel afastou o comandante militar de São Paulo, general Eduardo d’Avila Melo, acusado de apoiar a linha dura. Já em setembro de 1977, Sylvio Frota (ministro do exército) candidatou-se à presidência com o apoio dos militares, a favor da ditadura, com a intenção de retomar o poder. Geisel logo demitiu Eduardo do ministério para impedir sua candidatura e indicou um de seus aliados para garantir que o processo de democratização continuasse, era ele João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Em 1979 Figueiredo recebeu um país à beira de um colapso, situação agravada pelos preços das mercadorias que sofriam com a inflação diminuindo cada vez mais o poder de compra da população. Schmidt (1999, p. 284) acrescenta que “no primeiro ano de governo, o custo de vida tinha aumentado mais de 70%. Os salários, claro, não acompanhavam essa alta de preços”.

Nesta época iniciava a transição da ditadura para a democracia, logo a censura estava mais branda, o que permitiu que a população começasse a reivindicar publicamente seus direitos e exigir a queda da ditadura e a redemocratização do país contribuindo para que “diante das pressões de grande parte da sociedade organizada, Figueiredo assumiu o compromisso de prosseguir com a abertura política”. (COTRIM; RODRIGUES, 2009, p. 230).

Uma das conquistas destas reivindicações foi a “Lei da Anistia” em agosto de 1979. Esta lei era caracterizada pelo perdão para as pessoas que tinham sido presas, torturadas, mortas, exiladas durante o regime militar, sendo que este perdão era também para os assassinos e torturadores. Porém, os funcionários públicos que se enquadravam na lei de anistia dependiam de autorização especial do presidente para retornarem aos seus antigos cargos (SCHMIDT, 1999).

Com a assinatura desta lei muitos brasileiros exilados retornaram ao país com esperança de melhores condições de vida e menos repressão. Vieira Filho (2001) cita que a população recebeu com carinho os anônimos e também prepararam grandes recepções para os antigos líderes, como: Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola, e personagens como Fernando Gabeira, Celso Furtado e Betinho, que ficou conhecido na época pela música “Irmão do Henfil”, cantada por Elis Regina e escrita por Aldir Blanc.

Outra conquista adquirida neste período foi o fim do bipartidarismo. Extinguindo a Arena e o MDB e criados novos partidos com o intuito de disputar as eleições seguintes. Surgiram, assim, outros partidos políticos, tais como, o PDS (Partido Democrático Social, no lugar da Arena), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no lugar do MDB), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PP (Partido Popular). (COTRIM; RODRIGUES, 2009).

Foi nesta situação de mudanças políticas, incertezas e dificuldades econômicas que ocorreu a revolta em que tratamos neste estudo: A Novembrada.

A ditadura militar em Santa Catarina

No período que ocorreu o golpe de estado de 1964, o governador do estado de Santa

Catarina era Celso Ramos, ele governou o estado entre 1961 a 1966.

Em 1966, com a extinção dos partidos políticos os rivais PSD e UDN se uniram no partido Arena, os representantes dela eram Celso Ramos e Irineu Bornhausen. As oposições reuniram-se no MDB que era comandada no estado pelo deputado Douzel de Andrade (VIEIRA, 2001). Neste período o governo estava nas mãos de Ivo Silveira, que governou o estado entre 1966 a 1971.

Fatos importantes marcaram o governo de Ivo Silveira, sendo que estas ações serviram de exemplo para o restante do país, uma delas foi a abertura de linhas de crédito especial para ajudar os produtores a construírem armazéns para estocar seus produtos, podendo assim vendê-los na oportunidade certa; a outra ação foi a criação da reforma na rede de distribuição de energia elétrica, que em 1966 abrangia 134 localidades passando para 715 em 1968 (Governadores do Estado de Santa Catarina - de 1889 aos dias atuais).

Após a implantação do AI5 no país, as novas eleições não foram mais democráticas e sim por indicação. Em Santa Catarina o governador eleito indiretamente foi o engenheiro Colombo Machado Salles, seu mandato foi de 1971 a 1975. Sua administração foi baseada no cumprimento do “Programa Catarinense de Desenvolvimento” o qual fazia parte do programa do governo federal fazendo com que o “Milagre Brasileiro” tivesse continuidade e que tinha como meta o desenvolvimento do país desde o governo do presidente Médici. Foi neste período construída a segunda ponte ligando a ilha de Santa Catarina ao continente, sendo que essa ponte posteriormente levaria seu nome.

Em 1975, na presidência de Geisel o indicado a governador do estado de Santa Catarina foi Antônio Carlos Konder Reis. Esse período de governo foi marcado por significativas realizações em diversos setores como: educacional, tecnológico, rodoviário, agrícola e energético. Seu lema era “Governar é encurtar distâncias”. Esse governador ficou conhecido por manter a tradição de políticos honestos que até então marcavam a política do estado (VIEIRA, 2001).

No mesmo ano que o presidente Figueiredo assumiu o poder, Santa Catarina também ganhou um novo governador. No dia 15 de março de 1979 assumiu Jorge Konder Bornhausen. Foi durante o seu governo, no mês de novembro do mesmo ano de sua posse que aconteceu o episódio Novembrada.

A Novembrada

Em 1979 o Brasil estava vivenciando um período de mudança. A economia, conforme já citado, estava sofrendo um colapso. A censura parecia estar mais branda, porém ainda existiam as repressões militares. A lei da anistia vigorava, porém não agradava a todos, todavia o regime ditatorial era o regime em vigor.

Entende-se por ditadura: “um termo associado à ideia de governo autoritário, que restringe a liberdade, a cidadania e as formas de expressão. Isso contrasta com a liberdade própria da democracia”. (COTRIM; RODRIGUES, 2012, p. 83).

Florianópolis, capital de Santa Catarina, no ano de 1979 foi palco de uma manifestação popular demonstrando o descontentamento, de grande parte da população, com o atual regime político. Posteriormente este fato histórico foi chamado de Novembrada porque ele ocorreu em novembro.

O nome “Novembrada” já havia sido utilizado antes do acontecimento de 1979. Pereira (2004) cita duas ocasiões: 15 de novembro de 1831, onde revoltosos do estado de Pernambuco se apossaram da Fortaleza das Cinco Pontas, reivindicando a expulsão dos funcionários públicos, extinção das sociedades estrangeiras; 11 de novembro 1955 durante o governo de Juscelino Kubitschek.

A manifestação organizada em Florianópolis foi a terceira revolta popular no nosso país ocorrida no mês de novembro e com objetivo reivindicatório, porém esta se tornou uma das mais conhecidas devido à solenidade organizada para receber o ditador.

Os motivos para a realização do movimento decorrem de várias circunstâncias entre os quais se podem destacar a vontade que muitos participantes tinham de mudar novamente o nome da Capital para o antigo nome: Desterro. Desse modo os manifestantes acreditavam estar evitando uma injustiça, pois o nome Florianópolis derivou de uma homenagem a Floriano Peixoto (Marechal de Ferro). Os governantes ignoraram o fato de que foi de Floriano que partiu a ordem para repressão sangrenta contra os revoltosos de 1894 e o mesmo também, após sufocar a revolta enviou a Santa Catarina o coronel Moreira César que matou todos os revoltosos com muita perversidade. (PEREIRA, 2004), lembrando que os familiares e descendentes das pessoas assassinadas ainda residiam na cidade.

Pereira (2004, p. 30) cita algumas razões que provocaram a insatisfação do povo: “o aumento da gasolina, a homenagem prestada a Floriano Peixoto, as declarações do presidente que não estava preocupado com a impopularidade de certas medidas e a fria resposta dada aos parlamentares em Brasília, deitando por terra as pretensões do Estado”.

Também concorda Vieira Filho (2001) que a visita do então presidente, João Figueiredo, ocorreu em um momento de descontentamento com a situação do Brasil. O mesmo autor cita que a população vinculou erroneamente a vinda do presidente com as homenagens ao General Floriano Peixoto, conhecido pelas atrocidades cometidas durante a Revolução Federalista.

Embora não se tenha um consenso ou um único motivo, pode-se notar que todos os autores, que registraram este fato, citam diversas razões para as atitudes tomadas pelo povo no dia da visita do presidente João Figueiredo.

No dia 30 de novembro de 1979 a comitiva do então presidente iria realizar o trajeto do Aeroporto até a sede do governo catarinense no Palácio Cruz e Sousa. O percurso deveria passar pelo Saco dos Limões e estava preparado com faixas para saudá-lo, contendo frases como “João o presidente da conciliação”, entretanto um grupo de manifestantes mulheres esperou a passagem da comitiva e, esta ao passar, teve início um inesperado “panelaço”. (PEREIRA, 2004).

Ao chegar à sede do governo de Santa Catarina, na Praça XV de Novembro, número 227 no centro da cidade, o presidente foi recebido com solenidades. Durante a recepção os estudantes já estavam protestando em frente à Catedral Metropolitana localizada na Rua Padre Miguelinho, número 55, bem próximo ao palácio do governo.

A fim de ilustrar a manifestação ocorrida na época Pereira (2004) afirma que os manifestantes gritavam frases como: “Abaixo a ditadura”, precedidos por “Abaixo ao Figueiredo o povo não tem medo”, o mesmo autor continua a descrever o acontecido com o avanço dos policiais para tentar conter os manifestantes e os gritos mudaram para “Não fique aí parado você é explorado”, “Cavalo! Cavalo!” e “Fascista! Fascista!”.

Os gritos e cânticos dos manifestantes ecoaram dentro do palácio Cruz e Sousa, sede do Governo na época, e fizeram com que o presidente Figueiredo fosse à sacada verificar o acontecido. O Infográfico – Novembrada 30 anos cita que:

Ainda na sacada, Figueiredo estende a mão direita e aproxima o dedo indicador do polegar, para demonstrar que se tratava de um grupo 'pequeno', mas o povo interpretou como um gesto obsceno. O gesto teria sido o estopim para uma briga generalizada entre simpatizantes do presidente e populares contrariados. Figueiredo perdeu o controle e ficou possesso. 'Xingaram a minha mãe', gritava repetidamente. Intempestivo, desceu as escadas e foi em direção à rua para confrontar os manifestantes.

A instabilidade continuava e mesmo com o apelo da segurança Figueiredo não mudou o cronograma preestabelecido, sendo que “O programa previa o deslocamento da comitiva até o Ponto Chic, a esquina central de Florianópolis, onde serve-se um tradicional café, que seria

provado por Figueiredo”. (VIEIRA, 2001, p. 258).

Assim, de acordo com a vontade do presidente a comitiva seguiu para o Café Chic, também conhecido como Senadinho, rua Felipe Schmidt, número 61, lugar também próximo ao Palácio Cruz e Sousa, entretanto “na caminhada as provocações prosseguiram, como as ocorridas em frente ao palácio Cruz e Sousa. Em poucos minutos, Figueiredo reagiu e começou a pancadaria envolvendo estudantes e comitiva”. (PEREIRA, 2004, p. 48).

Ambos os lados saíram feridos, porém os registros históricos citam em especial a agressão ao ministro de Minas e Energia, Cesar Cals. A escolta seguiu o cronograma dirigindo-se para Palhoça. “A comitiva de carros oficiais não escapa do 'corredor polonês' armado pelos populares, que passam a golpear os carros que partiam”. (INFOGRÁFICO – Novembrada 30 anos).

Mesmo com a retirada dos governantes a população continuou o quebra-quebra. O Infoográfico – Novembrada 30 anos cita que ao meio dia o Centro de Florianópolis parecia uma praça de guerra, a multidão indignada nas imediações da rua Felipe Schmidt, a Praça XV e Largo da Catedral. A multidão apedreja o Palácio Cruz e Sousa. Já na Praça XV de Novembro, onde estava a placa de homenagem a Floriano Peixoto, os manifestantes arrancaram, incendiaram e jogaram contra o palácio esta mesma placa. De acordo com os relatos feitos na época pode-se dizer que o tumulto prosseguiu até às 16h.

O Movimento estudantil

Os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, precisamente membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE), organizaram sim um protesto contra o governo de João Figueiredo e a ditadura militar.

De acordo com a entrevista dada ao Diário Catarinense, Marize Lippel afirma que os integrantes do DCE prepararam “cartas abertas” e faixas para o dia da visita do então presidente. No entanto, no dia da visita muitos alunos já haviam ido embora por ser final de semestre, Marize afirma que “nós não tínhamos mãos o suficiente, ou bem nós entregávamos carta aberta, ou bem a gente segurava as faixas, porque éramos poucos realmente naquele momento”. Na mesma entrevista a estudante também lembra que os governantes (tanto estadual quanto municipal), com a intenção de realizar uma recepção calorosa a Figueiredo, obrigaram as pessoas a participar da recepção na Praça XV, as crianças foram liberadas da escola, os professores levaram suas classes, os servidores públicos pararam de trabalhar para comparecer.

A estudante comentou que com fatídico gesto de aproximar o dedo, realizado por Figueiredo na sacada do Palácio Cruz e Sousa, momento que influenciou na reação dos participantes, pois, realmente o número de estudantes a protestar era pouco na praça, porém a população aderiu ao movimento, seja por concordar com as reivindicações ou por interpretar o gesto do presidente incorretamente. E o resultado da revolta da população já foi mencionado.

Acontecimentos após o dia 30 de novembro

O fato ocorrido no dia 30 de novembro de 1979 foi noticiado de forma polida, visto que ainda a ditadura era o sistema vigente.

A revista Veja (edição 05/12/1979 apud Pereira 2004, p. 74) noticiou da seguinte forma:

Às 19 horas de sexta feira, as principais redes nacionais de televisão receberam uma recomendação para não divulgar as cenas do entrevero entre um grupo de radicais e o presidente Figueiredo e sua comitiva no centro de Florianópolis. O caso mal foi noticiado, os espectadores viram menos, as emissoras não informaram e o governo ficou

satisfeito, pois semelhante prodígio foi conseguido através de pedidos, sem censura.... No ‘Jornal Nacional’, às 19h45min, a Globo limitou-se a colocar no ar os principais trechos da nota oficial do governo sobre o incidente. Por volta das 21h, porém um novo conselho liberou a divulgação das cenas, que as emissoras colocaram no ar em seus últimos jornais, entre as 23 e 24 horas. A razão é simples: As emissoras só tinham filmado o primeiro incidente, em frente ao Palácio Rosado. O segundo no ‘Senadinho’, é o que levou autoridades e manifestantes às vias de fato – e só foi filmado por uma emissora de Florianópolis, a TV Catarinense, que não chegou a gerar as imagens devido às gestões da Embratel. As cenas exibidas pelas redes nacionais não mostraram violências e o som não registra imprecações.

Inicialmente, a imagem mostrada na televisão não expressava o que realmente havia acontecido. Para as pessoas que não presenciaram a revolta, ela parecia ter sido branda e pacata. Porém, para os manifestantes e a população que vivenciou foi frustrante ver o quanto o governo havia abafado o episódio.

A afronta contra o presidente e sua comitiva foi considerada um insulto e um absurdo. As autoridades não “deixaram barato” e prontamente encontraram uma forma de punir os organizadores, no caso os estudantes. Andrade (2010, p. 99) afirma que o governo: “Com base na Lei de Segurança Nacional, processaram sete estudantes, todos líderes estudantis vinculados à gestão do DCE da UFSC”.

A polícia Federal prendeu inicialmente, por ordem de Brasília, cinco estudantes: Marize Lippel, Geraldo Barbosa, Amilton Alexandre conhecido como Mosquito, Newton Dias de Vasconcelos Júnior e Rosângela Koerich. Pereira (2004, p. 108) acrescenta que para os: “familiares e amigos dos estudantes, o maior temor era de pressões psicológicas e até atos de torturas”, como era comum durante o período da ditadura. Os outros dois estudantes que faltavam eram: Adolfo Luiz Dias (presidente do DCE) e Ligia Giovanella (vice-presidente). Eles foram considerados fugitivos e a polícia civil e militar passou a procurá-los.

Os estudantes em fuga foram acolhidos inicialmente na casa do irmão de Ligia, em Blumenau, onde permaneceram até dia 1º de dezembro de 1979. Por questões de segurança seguiram para Rio do Sul onde residia a mãe de Ligia, a senhora Josefina Giovanella. Sempre em companhia do jornalista Dario de Almeida Prado, mudaram mais uma vez para um *camping* em outra cidade, chamada de Ascurra-SC (PEREIRA, 2004).

Enquanto os estudantes estavam refugiados o advogado Nelson Wedekin, Francisco Kuster (integrante do partido MDB) e outros civis buscavam a defesa tanto deles quanto dos outros cinco presos.

Como as autoridades não conseguiam encontrar Ligia e Adolfo, e estavam sendo desmoralizadas, acabou aceitando as exigências feitas pelo advogado Nelson Wedekin. Essas exigências eram: detenção não superior a oito dias (prazo previsto da Lei de Segurança Nacional), prisão especial para todos, visitas diárias de um médico e de um advogado e uma entrevista coletiva no Palácio Barriga Verde, sede do poder Legislativo. Pereira (2004, p. 120) acrescenta sobre os motivos da solicitação da entrevista: “O objetivo era mais de documentar as condições físicas em que se encontravam para eventuais denúncias sobre a ocorrência de violência física durante os interrogatórios”.

No dia 6 de dezembro, uma quinta-feira, os estudantes refugiados se entregaram. Os sete membros do DCE ficaram incomunicáveis, embora tivessem os direitos adquiridos pelas exigências de Ligia e Adolfo. Podiam ler jornais, ouvir rádio e receber a visita do advogado Nelson Wedekin e do médico Waldemar Barbosa, pai de Geraldo Barbosa (PEREIRA, 2004).

Confirmadas as prisões, logo a população passou a apoiá-los e a reivindicar sua soltura. O primeiro apoio foi do Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo de Florianópolis, seguido

pela Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis.

“O confronto político de Santa Catarina e a prisão dos estudantes provocavam reações em vários Estados, principalmente, das entidades do eixo Rio - São Paulo - Brasília”. (PEREIRA, 2004, p. 128). O protesto regional passou a tomar grandes proporções. O apoio dos outros estados tornou as reivindicações não apenas questões discutidas no estado de Santa Catarina e sim se difundiu no Brasil inteiro.

A população buscava a revogação da Lei de Segurança Nacional, o fim da prisão dos estudantes e da repressão do governo.

Moacir Pereira, em entrevista para o *site* do Diário Catarinense, cita que os fatos ocorridos após o “dia 30 de novembro também pesaram contra o governo militar. A reação intempestiva das autoridades, que resolveram prender os sete estudantes que encabeçavam os protestos, foi um ‘gol contra’”.

No dia dez de dezembro do mesmo ano, uma segunda-feira, na Praça da Bandeira, ocorreu o último ato pela libertação dos estudantes. Nesta ocasião ocorreu um culto ecumênico, presidido pelo arcebispo de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, e acompanhado pelo pastor luterano Ulrico Sperb. Neste mesmo dia foi entregue às autoridades um documento com vinte mil assinaturas, pedindo a libertação dos estudantes, e a não acusação deles na Lei de Segurança Nacional.

Pereira (2004) alega que no dia 11 de dezembro cinco dos sete estudantes ganharam a liberdade. Ficou preso apenas o presidente do DCE, Adolfo Dias e Ligia Giovanella. Sendo libertados apenas dia 13 de dezembro de 1979, dois dias antes da formatura de Ligia em Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

“Ao serem libertados, todos os sete estudantes disseram que foram bem-tratados e que não sofreram constrangimentos físicos ou psicológicos”. (PEREIRA, 2004, p. 120).

Após a libertação, os universitários continuaram a responder em liberdade pelas acusações da Lei da Segurança Nacional. Andrade (2010, p. 111) afirma que “realizaram-se vários atos de protesto em defesa dos acusados deste acontecimento. Juristas e políticos de renome passaram a defendê-los”. Entre estes juristas estão o paranaense Rene Ariel Dotti, famoso por defender presos políticos e Heleno Fragoso na época o maior penalista do Brasil.

No dia 17 de fevereiro de 1980 finalmente ocorreu o julgamento perante a justiça militar. O veredicto: absolvição dos sete estudantes por três votos a dois.

O olhar de uma acadêmica sobre a novembrada

Nesta pesquisa optou-se por realizar uma entrevista com Marilucia Wessler dos Santos, acadêmica do curso de História, cujo objetivo foi colher um relato de uma pessoa que estava naquele local, porém não fazia parte do grupo de manifestantes. A principal finalidade desta entrevista foi fazer uso da memória da entrevistada para ampliar a compreensão do tema estudado neste trabalho.

As perguntas feitas à entrevistada estão na íntegra no anexo deste trabalho de graduação. A seguir serão destacadas algumas perguntas e respostas em relação ao acontecimento Novembrada no qual ela vivenciou o acontecido como espectadora. A entrevistada trabalhava em um prédio em frente à Praça XV, local onde ocorreu o episódio que se trata neste trabalho.

Marilucia, na época com 21 anos, no dia que ocorreu a Novembrada estava no 9º andar do prédio, de onde pode assistir todo o tumulto desde o início. Ela afirma que inicialmente ninguém tinha a dimensão do que estava acontecendo, mas aos poucos foram entendendo, pois “os manifestantes deixaram bem claro, através de seus atos, a revolta contra o governo e a ditadura militar. Cantavam ‘menos luxo, mais feijão’ e, também, ‘chega de sofrer, o povo quer comer’ e coisas do tipo”. (Relata a entrevistada).

Conta ela que a polícia militar foi muito agressiva com os manifestantes deixando todos aqueles que assistiam temerosos pelo que estava acontecendo com a população lá em baixo.

Diante desse fato, ainda conta que o Diretor da empresa onde trabalhava comentou a imaturidade do então Presidente João Figueiredo ao reclamar que a multidão havia xingado sua mãe. A entrevistada afirmou que viu o momento quando a comitiva do então presidente estava se deslocando para o Senadinho (Ponto Chic) e um dos integrantes foi atingido com uma pedra jogada pelos manifestantes.

Lembra, também, que todo o ocorrido foi muito comentado nos dias seguintes, Marilucia cita a prisão dos estudantes e principalmente a de Ligia Giovanella.

Quando foi perguntado a ela sobre o período da ditadura, a acadêmica respondeu que nasceu em 1958, portanto em 1964 (ano que iniciou a ditadura), tinha apenas seis anos, “não tinha consciência para entender qual a melhor forma de governo”. Porém a entrevistada lembra que não foi um período fácil. Não havia liberdade de expressão, assim a mesma cita o episódio da Novembrada, e lembra-se do resultado das prisões dos estudantes, enquadrados na lei de segurança nacional. Ela também cita os baixos salários e inflação alta vividos neste período.

Material e métodos

A metodologia desta pesquisa classifica-se quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa de origem exploratória, porque foi realizado um levantamento bibliográfico dos acontecimentos históricos, tanto dos fatos que levaram à revolta denominada Novembrada, quanto da revolta em si a fim de entender esse acontecimento.

Sobre a pesquisa exploratória Gil (1999, p. 43) aponta que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso.

A escolha da pesquisa exploratória foi de suma importância para adquirir um amplo conhecimento a respeito do tema escolhido, proporcionando assim maior aprofundamento do assunto e conseqüentemente adquirir maior familiaridade com a pesquisa em questão e ter elementos para estudar e escrever sobre ele.

Mattar (1993, p. 87) considera que: “A pesquisa exploratória é aquela que permite ao seu pesquisador uma gama maior de conhecimento a respeito do tema ou problema da pesquisa”.

Já quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa é caracterizada como Estudo de Caso, pois se realizou um estudo do assunto em questão tanto em materiais já elaborados como jornais, livros, *sites* confiáveis na internet, como também se buscou outras fontes ainda não publicadas, sendo ainda considerada a história oral como fonte de pesquisa.

Gil (1991, p. 58) caracteriza o estudo de caso como: “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Esta pesquisa torna-se qualitativa, pois ao fazer uso da entrevista se utilizou de uma importante fonte histórica para analisar a subjetividade do ser humano. Por meio do instrumento de coleta de dados escolhido pode-se transpor a opinião do entrevistado a respeito do assunto pesquisado. Esta opinião não pode ser traduzida em números.

Oliveira (1997) sustenta que a pesquisa qualitativa possui um lugar de destaque para as ciências sociais e as inúmeras possibilidades de se estudar fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Nada mais propício que para o estudo da história. Sabe-se que os novos historiadores devem estudar não apenas os fatos, mas o todo, assim este tipo de coleta de dados nos proporciona visões diferentes das já publicadas.

Conforme Goode e Hatt apud Marconi e Lakatos (2002, p. 196), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social com uma conversação”.

A entrevista semiestruturada foi realizada no dia 13 de setembro de 2014 com Marilucia Wessler dos Santos, acadêmica do curso de História. Escolheu-se ela, pois a mesma vivenciou todo o período histórico da “Novembrada”, objeto de estudo deste trabalho. Este instrumento de coleta de dados seguiu um roteiro e foi transcrito durante este trabalho.

Conclusão

O Brasil teve um período político de muitas mudanças na presidência. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros foram os últimos presidentes eleitos de forma democrática antes do Golpe de Estado de 1964 que instaurou o Regime Militar no Brasil até 1985.

Esta foi uma época de muita repressão, tortura e falta de liberdade para a população em geral. Foram feitas leis que ajudavam apenas os governantes e puniam qualquer pessoa que fosse contra o regime. Os Atos institucionais e leis criadas neste período serviam para controlar a população e aumentar o poder do governante, reprimindo cada vez mais a liberdade de expressão.

O descontentamento dos populares ficou evidente em movimentos e revoltas como a dos “Cem mil”, a Novembrada, os atos de guerrilha, as tentativas dos artistas de mostrar sua indignação com o regime político adotado desde 1964.

Embora esse regime tenha durado mais de 20 anos, as pessoas lutaram pela Democracia. E foi em busca desta liberdade que os estudantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) lutaram no dia 30 de novembro de 1979, fatídico dia em que ocorreu a Novembrada.

A visita de Figueiredo à capital buscava melhorar a imagem do presidente. Faixas com o nome João da conciliação estavam espalhadas pela cidade. Um ditador tentando colocar uma máscara de “santo”. E certamente o povo não é burro. O Panelaço foi uma maneira que as mulheres encontraram para reivindicar melhores condições de vida e sua insatisfação com a situação econômica vivenciada naquele momento.

Na época, nas proximidades da Praça XV, em frente à catedral metropolitana, poucos estudantes estavam protestando contra a ditadura, melhores salários, o preço dos produtos e serviços e a inflação. Reclamavam também da homenagem sem noção realizada com a mudança do nome da cidade de Desterro para Florianópolis. Homenageando o marechal de ferro Floriano Peixoto que fuzilou muitas pessoas na ilha de Anhatomirim sem qualquer direito de defesa, eram elas civis e militares. Pessoas essas que, ainda tinham familiares na cidade, o que provocou ainda mais a ira da população.

Estavam lá também crianças, funcionários públicos e curiosos. Porém, tudo se agravou quando o presidente Figueiredo se aproximou da sacada do palácio Cruz e Souza e em frente à população que se encontrava ao redor da Praça XV e aproximou o indicador do polegar afirmando ser uma minoria de manifestantes. O fatídico gesto foi interpretado erroneamente como um insulto e um palavrão pelos presentes e gerou um descontentamento geral. Xingamentos e ofensas foram dirigidos ao presidente. Certamente o gesto foi o estopim da revolta. Ele fez com que o povo descontente com a situação econômica voltasse sua ira contra o governante.

Como mesmo falou a entrevistada Marilucia, as atitudes do presidente foram imaturas. Ele provavelmente, após ouvir alguma ofensa, dirigiu-se para brigar com a multidão alegando que falaram mal de sua mãe. E mesmo com o apelo da sua comitiva quis continuar com o

cronograma e tomar café no “Senadinho”. Lá ocorreu um embate, manifestantes e comitiva se enfrentaram resultando em pessoas feridas e bens particulares danificados. A placa de homenagem a Floriano Peixoto, que estava no centro da praça foi arrancada, queimada e jogada na frente do palácio do governo.

Se o presidente tivesse mais preparado tudo poderia ser diferente. Se ele tivesse escutado os apelos da comitiva e não enfrentado os manifestantes e não ter se dirigido para o Ponto Chic (Senadinho), provavelmente as coisas teriam ficado apenas nas ofensas.

Para piorar a situação as informações foram abafadas, gerando mais curiosidade nos envolvidos. A forma de reprimir e culpar os “responsáveis” pela manifestação foram fictícias, visto que os estudantes não foram os responsáveis e muito menos esperavam que a população chegasse ao ponto que chegou.

Punir com a Lei da Segurança Nacional, estudantes que estavam buscando por melhores condições de vida e o bem da população não era a solução. Na verdade foi apenas para saciar a vontade de Figueiredo por vingança.

Certamente, o povo, ao não aceitar injustiça e toda esta situação só fez com que a aceitação do presidente fosse diminuindo. O apoio contra a prisão dos membros do DCE passou a ser não apenas estadual e sim nacional. As notícias correram até internacionalmente e provaram que quando a população se une ela comprova que é detentora do poder.

A Novembrada colocou em evidência a reivindicação dos estudantes, mulheres e trabalhadores em geral e mostrou para o país que havia solução. Que poderiam lutar por um país mais justo e o retorno da democracia.

Referências

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Abaixo as ditaduras**: história do movimento estudantil – 1974 a 1981. Florianópolis: Conceito, 2010.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História – Sociedade & Cidadania, 9º ano**. São Paulo: FTD, 2009.

CARDOSO, Oldimar. **Leitura da História 9º ano**. São Paulo: Escala educacional, 2012.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: um olhar crítico. São Paulo: Saraiva, 1999.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História**: História Geral do Brasil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Saber e fazer História, 9º ano**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Governadores do Estado de Santa Catarina (de 1889 aos dias atuais) – Governadores.doc. Disponível em: <<http://www.casamilitar.sc.gov.br/governadores.asp>> Acesso em: 16 nov. 2014.

Infográfico – Novembrada 30 anos. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731217,Infografico-saiba-como-aconteceu-a-Novembrada-em-Floriano->

polis.html> Acesso em: 16 nov. 2014.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; KLANOVICZ, Thiago Rodrigo da Silva. **História do Brasil Republicano**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

LIPPEL, Marize. Entrevista Diário Catarinense. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2729835,Pres-a-apos-a-Novembrada-Marize-Lippel-relembra-as-intimidacoes-dos-policiais.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTAR, Frauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVIERI, Antonio Carlos. Censura: O regime militar e a liberdade de expressão. Site Educação UOL. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/censura-o-regime-militar-e-a-liberdade-de-expressao.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

PEREIRA, Moacir. **Novembrada**: um relato da revolta popular. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. Especial Novembrada – Entrevista Diário Catarinense. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/novembrada/19,398,2731123,Para-Moacir-Pereira-Novembrada-e-ra-uma-cri-se-anunciada.html>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida**. Vol. 2. 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SCHIMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

VIEIRA Filho, Dalmo. **Santa Catarina 500**: Terra do Brasil. Florianópolis, A notícia, 2001.

ANEXO

ENTREVISTA:

Entrevistada: Marilucia Wessler dos Santos

1. Você tinha ideia da dimensão do que estava acontecendo?

R.: Não.

2. Qual foi a reação dos manifestantes?

R.: Os manifestantes deixaram bem claro, através de seus atos, a revolta contra o governo e a ditadura militar. Cantavam “menos luxo, mais feijão”, “chega de sofrer, o povo quer comer” e coisas do tipo. Foram agressivos, especialmente porque a polícia militar, sob o comando das autoridades da época: Bornhausen e Amin, tentavam contê-los.

3. Como você definiria a ditadura naquela época?

R.: Eu nasci em 1958, então, em 1964 quando começou a ditadura militar não tinha consciência para entender qual a melhor forma de governo. Todavia, lembro que era muito difícil. Não havia liberdade de expressão, tanto que do episódio da Novembrada resultou a prisão de sete estudantes, enquadrados na lei de segurança nacional. Outra coisa difícil também era viver com baixos salários e inflação alta.

4. Como você e seus colegas de trabalho reagiram diante dos fatos?

R.: Em 1979 eu estava com 21 anos e trabalhava numa empresa localizada na Praça onde ocorreu o evento. Vimos tudo lá de cima (9º andar) em segurança e ficamos temerosos pelos que estavam no tumulto.

A reação do presidente Figueiredo foi muito comentada, até pelo diretor da empresa, que disse não entender a imaturidade do Presidente ao reclamar que a multidão havia xingado a mãe dele. Quando foram ao Senadinho, local de encontro (Ponto Chic) os manifestantes jogaram uma pedra que bateu no assessor do Presidente Figueiredo.

Depois, nos dias seguintes, foi muito comentado o fato da prisão dos estudantes. Lembro bem da prisão de Ligia Giovanella.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A PERMANÊNCIA E A DEFESA DA IDENTIDADE RELIGIOSA, CULTURAL E ARQUITETÔNICA DOS PORTUGUESES COLONIZADORES DO SÉCULO XVIII NO DISTRITO DA ENSEADA DE BRITO – PALHOÇA

The stay and identity defense of religious, cultural and architectural of portuguese settlers in the XVIII Century district of Enseada do Brito - Palhoça

Robson Ferreira Fernandes¹
Eloisa Klein¹

Resumo: A Enseada de Brito se “encaixa” onde os contrafortes do maciço do Cambirela mergulham na baía sul, seu nome se deve ao bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto, que em meados do século XVII ali se estabeleceu. A colônia do bandeirante não prosperou, ele foi mais para o sul, onde fundou Santo Antônio dos Anjos da Laguna, uma das mais antigas povoações do Brasil. Em 1750, quando aportaram na Enseada os primeiros casais açorianos para fundar uma freguesia, encontraram uma centena de “paisanos”, prováveis descendentes dos paulistas de Brito Peixoto e, quem sabe, de náufragos ou degredados. Contemporaneamente, os laços dos colonizadores permanecem ativos e dentro da cultura que irá formar o Distrito. Casas, prédios, vila, praça, igrejas arquitetadas pelos colonizadores portugueses que apresentam laços luso-europeus em todos os caminhos. Na Enseada de Brito está a Igreja Nossa Senhora do Rosário e defronte da mesma uma praça que contempla a história dos açorianos colonizadores. A Enseada de Brito foi a primeira escolha a receber o novo povoado, talvez por reunir uma geografia protegida do vento sul. Sua praça central conserva o traçado original do século XVIII, que irá permanecer até os dias atuais. Esta é uma das primeiras colônias da cultura açoriana e hoje bem atuante no processo histórico.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Enseada de Brito. Colonizadores açorianos.

Abstract: The Enseada do Brito near to Cambirela mountains, its name is due to the São Paulo Bandeirante Domingos de Brito Peixoto that in the mid-seventeenth century there ourselves. The colony bandeirante not prospered, it was further south, where he founded Santo Antônio dos Anjos da Laguna, one of the oldest settlements of Brazil. In 1750, when landed in Enseada do Brito the first Azorean couples to found a parish, they found a hundred "paisanos", likely descended from São Paulo de Brito Peixoto and, who knows, castaways or banished. Contemporaneously, the ties of the settlers remain active and within the culture that will form the District. Houses, buildings, village, square, church architected by the Portuguese settlers who have Luso-European ties in all the way. In Brito Cove is the Church of Our Lady of the Rosary and in front of it a square that includes the history of Azorean settlers. The Baía do Brito was the first choice to receive the new town, perhaps by gathering a protected geography of the south wind. His central square retains the original layout of the eighteenth century, which will remain to the present day. This is one of the first colonies of Azorean culture and active today and the historical process.

Keywords: Cultural heritage. Enseada do Brito. Azorean settlers.

Introdução

O sul do Brasil era uma região praticamente desabitada quando o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, recebeu os primeiros 461 imigrantes açorianos na cidade do Desterro, antigo nome de Florianópolis, em 6 de janeiro de 1848. Oito anos depois, em 1856, terminou o grande ciclo migratório, que resultou na incorporação de 7 mil pessoas à área central e às comunidades da Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, todas na ilha, e também a São José, Enseada de Brito (Palhoça), São Miguel (Biguaçu) e Laguna, no continente. Quando descobriram o Brasil, os portugueses

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

já estavam no norte e na costa da África, nas ilhas do Atlântico e na Índia, mas essas ocupações se davam por razões econômicas e pelo interesse das guerras e da expansão religiosa. Depois da saga de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, houve uma guinada no esforço de colonização, por causa do tamanho do território recém-descoberto. A partir do século XIV, a Terra de Santa Cruz, primeiro nome do país, se tornaria o novo destino das famílias, porque era preciso ocupar o imenso espaço disponível. Foi nessa cruzada que entraram os açorianos, em meados do século XVIII, período em que o sul do Brasil ainda estava sendo disputado com a Espanha.

Nas primeiras décadas após o descobrimento, muitos portugueses vieram atraídos pela ideia de prosperidade e pelo espírito de aventura, mas isso custava caro para Portugal. Nos séculos XVII e XVIII a imigração cresceu por causa da mineração na região de Minas Gerais. A coroa portuguesa aproveitou para estabelecer os limites do território, que era imenso, despojado e cobiçado por outros países europeus.

A década de 1740 pegou o arquipélago dos Açores, então com 150 mil habitantes, numa situação desfavorável, pela redução na produção de cereais. Era uma sociedade pobre, com muitas semelhanças com todas as sociedades pobres de antigamente. As ilhas de onde veio a maior parte das famílias eram as do grupo central: Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa, as menos pródigas na produção de alimentos.

Entre as causas brasileiras para a emigração estão questões políticas e militares importantes. A coroa portuguesa estimulou a vinda de casais jovens, de famílias numerosas, que pudessem fazer o uso das terras e responder pela expansão econômica e social do território. O projeto era unir o Rio de Janeiro ao Rio da Prata, onde se queria estabelecer a fronteira meridional do país. Nesse viés, a Ilha de Santa Catarina, e em especial a freguesia da Enseada de Brito, tinha uma importância estratégica fundamental, pois ficava no meio do percurso e tinha um bom ancoradouro, já então utilizado por corsários e viajantes.

Povoamento europeu a partir do Século XVI

A visita e descrição da área do atual município de Palhoça, pelo homem branco de origem europeia, principalmente na área do atual distrito de Enseada do Brito é tão antiga quanto a presença destes na região. Os naufragos de diversas expedições, incluindo-se os companheiros de Aleixo Garcia, viveram por certo tempo nos campos de Araçatuba, junto a barra sul da Ilha de Santa Catarina, que era um lugar estratégico para acompanhar o movimento das embarcações e fácil de se esconder nas matas, em caso de perigo.

O povoamento por parte do homem branco no município de Palhoça ocorreu inicialmente na área da Freguesia de Enseada de Brito a partir de meados do século XVII, quando esteve habitando a referida baía o bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto, que a abandonou por problemas, indo se fixar em Laguna. Outros vão se fixar na região, de forma isolada, pelos anos seguintes, como Miguel Antunes Prompto, por volta de 1666. Em 22 de julho do ano seguinte (1666) o Capitão-Mor da praça de Santos, Agostinho de Figueiredo, com poderes do marquês de Cascaes, concedeu cartas de sesmarias de meia légua de terra sobre as margens do rio Massiambú, na Terra Firme, e todo o sertão a Miguel Antunes Prompto e treze companheiros de Guaratuba, que lhe requereram como povoadores. Antônio Bicudo Camacho, em 1698, foi outro povoador que requereu terras na região, conforme segue: O Capitão-Mor da Villa de São Francisco Gabriel de Lara fora por este mesmo tempo (1692) substituído por Francisco Francisque. Este Capitão-Mor, como procurador bastante do marquês de Cascaes, deu por sesmaria passada a 11 de janeiro de 1698 ao Capitão Antônio Bicudo Camacho com vinte cascaes, as terras ao sul do rio Massiambú, compreendendo os Campos de Araçatuba. (BOITEAUX, 1919, p. 5).

O primeiro documento conhecido sobre a população que vivia na Capitania de Santa Catarina, após a chegada dos casais Açorianos, data de dezembro de 1750, escrito pelo então Governador da Capitania de Santa Catarina Manoel Escudeiro de Souza, que registra na freguesia de Enseada de Brito a existência de 125 paisanos, ou seja, moradores que não vieram das ilhas dos Açores e que já vivem no espaço territorial da freguesia. Provavelmente, eram estes os descendentes dos pioneiros que haviam se deslocado para a região no século anterior.

Colonização açoriana de 1750 – fundação da freguesia de Enseada de Brito

Em meados do século XVIII, entre os anos de 1748 a 1756, ocorreu a grande imigração açoriana para o Sul do Brasil, com a chegada de mais de 6.000 açorianos, procedentes principalmente da região central do arquipélago de Açores.

Acredita-se que os açorianos que fundaram a freguesia de Enseada de Brito fizeram parte das primeiras levas que chegaram em 1748 e 1749. Ainda que tenham chegado no ano anterior, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito foi oficialmente fundada em 13 de maio de 1750. Portanto, esta é a data mais antiga relativa ao município de Palhoça, comemorando-se, no ano em curso, a passagem dos 264 anos de fundação.

As pesquisas realizadas indicaram que os 496 açorianos que fundaram Enseada de Brito em 13 de maio de 1750 procediam de sete, das nove ilhas do arquipélago dos Açores, com destaque para a ilha do Faial, que participou com 169 pessoas, portanto, representando 34% dos açorianos que foram para a Enseada de Brito, seguidas das Ilhas de São Jorge, com 21% e a do Pico com 18% que formam um triângulo na região central do arquipélago. Esta diversidade de ilhas e freguesias, fez com que os casais trouxessem as rivalidades que existiam entre os ilhéus, gerando os chamados bolsões de resistências, que ainda hoje estão presentes entre as diversas pequenas comunidades que integram o distrito da Enseada de Brito (FARIAS, 1980, p. 8).

As ilhas do arquipélago eram bem povoadas, se considerarmos a extensão e tipo de relevo existente.

A estrutura de freguesias era comum nas ilhas, permitindo que se conheça a origem destes imigrantes por comunidade.

Os primeiros tempos de Palhoça

Palhoça tem suas raízes históricas fincadas já no século XVII, quando os primeiros povoadores começam a chegar à região, de forma dispersa.

O primeiro a tentar fixar uma povoação no território atual de Palhoça foi o bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto que, segundo informações, estabeleceu-se com propriedade na baía de Enseada de Brito por volta de 1653. A probabilidade de isto ter acontecido é muito grande, pois o nome dado à freguesia, quando da sua criação por casais açorianos em 1750, foi Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito.

Tanto este possível povoamento, como outros realizados ainda no século XVII, indicam que mesmo com a presença de famílias isoladas, dispersas pelo amplo território, não eram suficientes para criar uma povoação das mais simples, conhecida por arraial.

Freguesia (Distrito) de Enseada de Brito – 13/05/1750

Os açorianos foram efetivamente os fundadores da freguesia de Enseada de Brito em

13 de maio de 1750, com a inclusão da comunidade na estrutura política e administrativa do Império Português.

Quando da chegada dos açorianos, já viviam na região da Enseada de Brito aproximadamente 125 pessoas, 25% da população registrada em 1750 pelo governador da capitania, Manuel Escudeiro de Souza. Estes 'paisanos' eram provavelmente descendentes dos Vicentistas trazidos por Francisco de Brito Peixoto em 1653, e de outros povoadores que se estabeleceram em propriedades isoladas na região antes dos Açorianos. Recebeu a freguesia de Enseada de Brito 496 açorianos procedentes das ilhas dos Açores: Faial – 169; São Jorge - 103; Pico – 92; Terceira – 66; Graciosa – 41; São Miguel – 19; Santa Maria – 06. (FARIAS, 1980, p. 9).

Numericamente superiores, mas em situação difícil, fundiram-se à população local, impondo alguns de seus traços culturais e incorporando outros. Os limites da freguesia, estabelecidos em 1750 e que se mantiveram intactos até 1846, eram: ao norte, no rio Cubatão, com a freguesia de São José; ao sul no Mato do Pau da Rainha, ao sul de Garopaba; ao oeste com o Sertão; ao leste com o oceano (TOLEDO, s/d).

Mostrando que a comunidade havia se consolidado demograficamente, conseguido organizar-se economicamente, no ano de 1796 foi descrita pelo então Governador da Capitania de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro (1959, p. 12).

Fogos (famílias) – 196, livres – 832, forros – 05, escravos – 242; total de 1.091 moradores. (...) produção econômica: em alqueires – 6.000 de farinha de mandioca, 1.277 de arroz, 1.153 de milho, 577 de feijão, 06 de favas, 150 de trigo; Medidas – aguardente de cana – 4.443; melado – 390; Arrobas – açúcar 486; Algodão – 184, café – 09; pedras – linho – 119. Engenhos e fábricas: fábricas de açúcar – 11, engenhos de aguardente – 25, engenhos de mandioca – 65, atafonas de moer trigo – 39, cortumes de couro – 04.

Os dados indicam que a freguesia da Enseada de Brito apresentava um excelente quadro econômico, com uma média de equipamento (engenhos e fábricas) de 1 para cada 1,4 famílias, representando a média mais alta do litoral catarinense no período.

Em 1840, antes dos desmembramentos territoriais possui uma população de 2.731 habitantes.

De sua área territorial foram desmembradas as freguesias (hoje município) de Garopaba (1846) e parte de Santo Amaro da Imperatriz (1854).

Em 1829, o então Presidente da Província Paulo Miguel de Brito, descreve a povoação da Enseada e seus limites, como segue:

Povoação pequena situada na Terra Firme, à beira-mar sobre a costa que borda a sobredita Enseada, fronteira a ponta Caiacanga-Açu, na Ilha, e quase leste-oeste com a mesma ponta. A Igreja é pequena e antiga, dedicada a Nossa Senhora do Rosário e tem um vigário. O limite desta freguesia pelo norte chega a duas léguas, até o sobredito Aririu, por onde extrema com a freguesia de São José, e para o sul avança até seis léguas, até o lugar chamado Pau da Rainha, nos matos de Garopaba (BRITO, 1932, p. 21).

No ano de 1839, através da Lei Provincial 121, ficaram definidos os novos limites entre Enseada de Brito e São José, que praticamente é o atual limite entre o distrito sede de Palhoça e o distrito da Enseada de Brito, como segue:

Artigo Único – O rio Cubatão fica sendo desde a sua foz até as itapaivas de Antônio

Lourenço o limite entre a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada e o Distrito de S. José, cabeça do termo da Villa do mesmo nome, ficando revogadas para este fim as disposições em contrário (SANTA CATARINA, 1856).

No ano de 1939, portanto 100 anos após, já fazendo Enseada de Brito parte do município de Palhoça, na condição de Distrito, tem-se informações sobre os limites territoriais que se mantêm até hoje:

Entre os distritos de Palhoça e Enseada de Brito, começa no oceano, na barra do rio Cubatão por este acima até a foz do rio Sanga Grande. Entre os distritos de Enseada e Santo Amaro começa na foz do rio Sanga Grande, no rio Cubatão, sob primeiro até sua nascente, daí segue pela serra do Cambirela a nascente do rio Cachoeira do Norte. Entre os distritos da Enseada de Brito e Paulo Lopes – começa na nascente do rio Cachoeira do Norte, por este abaixo até sua foz no rio da Madre; desce por este até desembocar no rio Embahú, por ele abaixo até sua barra no oceano Atlântico (SANTA CATARINA, 1839).

Religião e suas influências

O Distrito da Enseada de Brito, elevada à categoria de Paróquia Nossa Senhora do Rosário, por Alvará Régio do Direito do Padroado de Dom João V, Rei de Portugal, aos 13 dias do mês de maio do ano de mil setecentos e cinquenta (1750).

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário está localizada na cidade de Palhoça–SC, precisamente ao sul, no Distrito da Enseada de Brito, abrangendo 75% do seu território, deste, 80% é área de preservação.

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário desmembrou sua formação do território da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Nazaré de Palhoça. A linha divisória da Paróquia da Enseada de Brito é a seguinte: a norte pelo Rio Cubatão, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Rio da Madre e oeste pelo Parque da Serra do Tabuleiro. Hoje, tem uma população em média de 15 mil habitantes. Fica a 16 km do Centro de Palhoça e suas coordenadas geográficas são: 27° 46' 41" S / 48° 37' 38" W.

A Religião é forte e em função disso dedico, a seguir, aspectos da história religiosa com base na cultura açoriana da Enseada de Brito pesquisados nos documentos que constam na Secretaria da Paróquia da Enseada de Brito, cedidas por Pe. João Elias Antero.

Os padres que trabalharam na Enseada de Brito, como vigários e/ou párocos foram os seguintes:

Pe. Antônio Álvares Bittencourt (1751 - 1758)

Pe. João Borba Fagundes (1751 - 1761)

Frei Afonso Neto (1762)

Frei Manuel da Rosa (1762 - 1764)

Pe. Manuel Pereira Braco (1763 - 1764)

Pe. Antônio Vieira da Silva (1765 - 1768)

Pe. Antônio Correa Vidal (1769 - 1771)

Pe. José Antonio da Silveira (1771 - 1779)

Pe. Francisco Coelho Fraga (1779 - 1783)

Pe. Braneiro Castro de Braga (1779 - 1783)

Pe. Antonio Pavão (1783 - 1784)

Pe. Miguel Gomes Torres (1784 - 1793)

Pe. Antonio Palha (1791)

Pe. Inácio Francisco Xavier dos Santos (1794 - 1796)
Pe. Domingos Francisco de Souza Coutinho (1796 - 1800)
Pe. Frutuoso José da Cunha (1800 - 1801)
Pe. Manuel de Souza Menezes (1801) – Administrou a Paróquia por 4 meses.
Pe. João de Souza Ferreira (1802 - 1805) – Vigário encomendado.
Pe. Manuel José Furtado de Mendonça (1805 - 1826) – Foi nomeado pelo Rei e faleceu no dia 27/02/1832 – sepultado na Matriz da Enseada de Brito.
Pe. Geronimo Francisco Coelho (1807) – administrou a Paróquia por 6 meses.
Pe. Geronimo Francisco Martins de Olinden (1826) – faleceu na Enseada e foi sepultado na Matriz.

Pe. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (1826 - 1859) – Instalada a República Juliana na cidade de Laguna, no ano de 1839, o gaúcho Davi Canabarro determinou que se marcasse imediatamente as eleições para Presidente da República e se constituiu o Ministério. Para Presidente da República foi eleito o Coronel Joaquim Xavier Neves, de São José. Na impossibilidade de se entregar o Diploma de Presidente da República a Xavier Neves, Canabarro sugeriu então a Conveniência de Empossar Pe. Vicente Ferreira, da Enseada de Brito, um respeitado republicano, na qualidade de Vice-Presidente da República Juliana. Convocado, o Pe. Vicente, apesar de já idoso, retirou-se da Enseada de Brito, e a 28 de agosto de 1839 tomou posse do cargo. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (Paranaguá – São José, 12 de janeiro de 1860) foi um padre e político brasileiro. Filho de Antonio dos Santos Pinheiro e Ana Gonçalves Cordeiro era pároco na Enseada de Brito quando estourou a Revolução Farroupilha. Após a tomada de Laguna pelos farroupilhas, concorreu à presidência da República Juliana. O vencedor foi Joaquim Xavier Neves por 17 votos a favor, contra 4 dados ao padre Vicente Cordeiro. Porém, como Xavier Neves estava em São José bloqueado pelas forças imperiais, o padre Vicente Cordeiro assumiu a Presidência. Terminada tempestade revolucionária, Vicente Cordeiro voltou para a Enseada de Brito e continuou a cuidar dos assuntos religiosos. Faleceu em 4 de janeiro de 1860 e foi enterrado na Igreja Matriz da Enseada de Brito.

Pe. Bernardo da Cunha Bernardo Junior (1839 - 1841) – Pároco por ter sepultado Pe. Vicente, em virtude da ausência deste mesmo, devido à Guerra dos Farrapos.

Pe. Macário César D’Alexandria e Pe. José Martins do Nascimento (1859 - 1861).

Pe. Carlos Fernando Cardoso (1861 - 1870) – Vigário encomendado e interino até 1872.

Pe. José Martins do Nascimento (1872 - 1882) – Vigário Colado do Ribeirão.

Pe. João Domingos Alves da Veiga (1882 - 1883) – Vigário encomendado de Santo Amaro – 18/02/1889, natural de Portugal – enterrado na Enseada de Brito.

Pe. Corchngelo Ganarini (1884 - 1900).

Desde 1900, os vigários de Santo Amaro da Imperatriz administraram a Paróquia, e os nomes são os seguintes:

Frei Xisto Meius, OFM (1900).

Frei Humilis Thiele, OFM (1904).

Frei Gerônimo Goldhuhle, OFM (1906).

Frei Osvaldo Schlenger, OFM (1907).

Frei Lucinio Korte, OFM (1909).

Frei Meirando Pierre (1911).

Frei Policarpo Schuhen, OFM (1917).

Frei Gervásio Kraemer, OFM (1920).

Frei Nicolau Leuers, OFM (1921).

Frei Menandro Kamps, OFM (1923).

Frei Clemente Tambtosi, OFM (1926).

Frei Gregório Kurpiek, OFM (1932).
Frei Hipólito Topp, OFM (1934).
Frei Teodósio Krause, OFM (1941).
Frei Anacleto Wiltuschnig, OFM (1941).
Frei Benigno Vodonis, OFM (1942).
Frei Vito Berscheid, OFM (1943 - 1945).
Frei Fidêncio Feldmann, OFM (1945).

Em meados de 1960, Frei Raimundo Roit 1949/60 veio prestar atendimentos pastorais na Enseada de Brito; o Pe. Henrique Wedderhoff, a partir de 1967 teve auxílio do Pe. Eugênio Kinceski, pároco do Sagrado Coração de Jesus – Paulo Lopes. Acerca de 1975, sendo arcebispo Dom Afonso Niehues, com a saída de Pe. Henrique, os padres da Palhoça, da Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré, passaram a atender também a região da desativada Paróquia Nossa Senhora do Rosário, da Enseada de Brito.

Em 1996, por iniciativa do pároco de Palhoça, Pe. Luiz Antônio Caon, iniciaram-se os trabalhos pastorais mais intensos, a fim de reativar a Paróquia da Enseada de Brito. Foram então, designados, sucessivamente, dois vigários paroquiais de Bom Jesus de Nazaré, para prestarem serviços à comunidade da Enseada de Brito de um modo mais especial:

Pe. Ednei da Rosa Cândido – Abril de 1996 a setembro de 1998 – Teve como responsabilidade a reforma da Igreja Matriz.

Pe. José Carlos Dalmas – Outubro de 1998 a julho de 1999, onde veio a falecer nesse último período.

No dia 13 de maio de 2000, em virtude das necessidades paroquiais, é provisionada e reativada pelo Decreto do Exmo. E Revmo. Sr. Dom Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo Metropolitano (cf. Reg. nº 077/00 Livro Prot. nº 17), sendo nomeado como pároco o Pe. Valmir Laudelino Silvano, em 13 de maio de 2000, onde teve sua estadia na Paróquia até julho de 2002. Em 28 de julho de 2002, é nomeado o Pe. Celso Antônio Marquetti, que permaneceu até 30 de janeiro de 2003. No dia 9 de fevereiro, mais precisamente às 10h de um domingo, Dia do Senhor, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Pe. João Elias Antero assumiu a Paróquia, por desígnio de Dom Murilo S. R. Krieger, Arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, para dar continuidade aos trabalhos pastorais iniciados. Ele atuou como pároco da comunidade até o dia 18 de janeiro de 2011.

No dia 30 de janeiro de 2011 toma posse como pároco o Pe. Mauri Costa de Jesus para dar continuidade ao trabalho missionário e paroquial, juntamente com Pe. Josino do Amaral, ocupando o cargo de Vigário.

Aspectos sociais e religiosos

Quando os açorianos se fundiram com a população local da Enseada de Brito, observaram que a sociedade rural da época se apresentava altamente conservadora e preconceituosa.

A ação da Igreja Católica fazia-se presente a cada momento da vida social do indivíduo; zelava a Igreja pelos bens morais e bons costumes. Sem esquecer que os açorianos eram cristãos fervorosos, muito mais praticantes que os portugueses e brasileiros que viviam no Brasil. Desta forma a Igreja centralizava as ações sociais mais significativas. Fizeram com que os paroquianos fossem assíduos membros das atividades culturais promovidas segundo o calendário religioso quando realizavam os contratos pré-nupciais. Igualmente procurou torná-los respeitadores das normas sociais impostas. Constituem-se assim, em fato normal os festejos religiosos mostrarem a verdadeira roupagem da sociedade, haja vista que nessas festanças cada qual procurava apresentar o que de melhor tinha, por ser momento oportuno para todo tipo de

contato social, desde a simples conversa entre as damas até início de namoros entre jovens, realizando-se também entre os homens negócios, como a venda de escravos e de produção. Sintetizando, em torno da Igreja viviam as pessoas da época, respirando a moralidade religiosa conservadora e censora (entre 1778 a 1907).

Nos dias atuais o sentimento religioso vem se perdendo para outras religiões. Apesar disso, as manifestações tradicionais da fé ainda são seguidas na comunidade da Enseada de Brito, elevada à categoria de Paróquia Nossa Senhora do Rosário, por Alvará Régio do Direito do Padroado de Dom João V, Rei de Portugal, aos 13 dias do mês de maio do ano de mil setecentos e cinquenta (1750), as quais são percebidas nas Festas Religiosas, nos símbolos e no folclore local como um todo.

O imaginário do homem açoriano, de aquém e além-mar, era e ainda é, povoado de lendas e mitos, marcados por profundos sentimentos de religiosidade e misticismo.

No dia a dia das comunidades conviviam com os medos, as crendices, a fé e a esperança, a alegria, a dor e as promessas.

O homem do litoral catarinense e dos Açores tinha na fé o grande valor de sua vida. A igreja era para este o centro da vida social e cultural. As missas, novenas, procissões, festas religiosas, cantorias do Divino e de ternos de Reis, os casamentos, batizados e outros acontecimentos em torno da Igreja marcavam suas vidas. Os pagamentos de promessas marcavam o quadro da fé, a coberta d'alma e o luto, o respeito pelos mortos.

Neste universo de relação com Deus, as festas religiosas desempenhavam um importante papel de devoção e agradecimentos por graças recebidas.

A festa do Espírito Santo, tanto nos Açores, como em São José apresenta um forte apelo à fé e à devoção, só comparado à fé no Senhor Jesus dos Passos em São José e Santo Cristo dos Milagres nos Açores.

As comunidades fundadas por açorianos, em Santa Catarina, ainda guardam fortes traços da religiosidade deste povo.

As festas religiosas tradicionais, com destaque para o ciclo/festa do Espírito Santo, festa do Senhor dos Passos, procissão de Corpus Christi, festas de padroeiros, finados, a coberta d'alma e o pagamento de promessas, são marcas da religiosidade do homem litorâneo catarinense.

Festas religiosas na Enseada de Brito

As festas religiosas representavam momentos de confraternizações e negócios nas comunidades em clima de cordialidade e muita fé e devoção.

As festas populares em honra ao Divino Espírito Santo foram introduzidas em Portugal a partir do século XIII, após o casamento de El Rei Dom Diniz com a Rainha Santa Izabel da Aragão. A festa teve como berço a cidade de Alenquer, sendo atribuída a sua instituição à própria Rainha. A partir daí, se espalhou para todo o Império Português. Implantou-se, sobretudo, no Arquipélago de Açores.

Em meados do século XVIII, os açorianos atravessaram o Atlântico e trouxeram à terra de Santa Catarina os seus sonhos, conhecimentos e tradições. Ao lado da saudade, o açoriano transportou no coração a sua religiosidade, sua fé e culto ao Divino Espírito Santo. Este legado secular representa hoje a manifestação mais significativa da cultura popular de Santa Catarina, as festas em honra ao Divino Espírito Santo, realizadas normalmente cinquenta dias após a Festa da Ressurreição, a Páscoa.

A presença das festas do Espírito Santo em Enseada de Brito, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, tornaram a região um importante local de preservação das tradições de origem açoriana, ligadas ao ciclo do Espírito Santo. As cantorias do Divino, com suas letras de fundo

religioso, acompanhando o percurso da bandeira do Divino, tornavam a visita às residências um momento especial de fé e alegria, para um povo profundamente religioso.

Ainda hoje ocorre a visita da bandeira acompanhada da cantoria, principalmente nos finais de semana, mostrando que a par da modernidade técnica, o povo mantém a força da tradição do Espírito Santo, trazida por seus antepassados do Arquipélago dos Açores.

O folião puxava o canto do Divino e os outros três ou mais repetiam. Os versos eram cantados para homenagear ou lembrar-se dessas pessoas falecidas ou em forma de agradecimentos etc., não havia quem não gostasse da cantoria. Os versos eram belos e até emocionavam.

A cantoria da bandeira do Divino, era na Páscoa, saía à bandeira e já iam cantando, era uma festa o acompanhamento da bandeira, vinha muita gente, eles davam donativos. Depois eram todos leiloados. A bandeira é a mesma, outros objetos do cortejo são: o tambor, o tarja, o violão e a viola. A casa que iria receber a bandeira, o pessoal que ali morava, poderia beijar a bandeira.

O festejo da bandeira do Divino começava nove semanas antes, na sexta-feira à noite tinha transladação da imagem. O cortejo partia da casa do festeiro, o veleiro levava a vela.

Abaixo, alguns versos da Cantoria do Divino recolhidos na Enseada de Brito:

A bandeira do divino
Minha bandeira do divino
Em tua casa está chegando
Minha bandeira do divino
E a bandeira do divino
Em tua casa está chegando
Tá levando seus devotos
E a visita desse ano
E tá levando seus devotos
E lembrando seus devotos.

Os devotos aqui chegando
Os devotos aqui chegando para cumprimentar
Este divino, trazendo este divino, na sua casa
para visitar
E a bandeira do Divino
E a andeira do Divino
Toma a tua romaria
Vão visitar a tua casa
Debaixo de cantoria.

Com o passar dos anos foi havendo transformações nesta festa confeccionada pelo povo, que a promove em alegre seu louvor espiritual. Uma tradição secular que a cada ano renova-se com arte, beleza e fé. É a mais tradicional das festas da Enseada de Brito, e a mais antiga do município de Palhoça. Durante quatro dias de entretenimento, acontecem manifestações religiosas, crenças populares, desfiles do cortejo imperial, *shows* musicais, apresentações de bandas, queima de fogos de artifícios, barraquinhas com comidas típicas, artesanatos e muitas outras atrações. O senhor Olavo de Souza, morador e nativo da Enseada de Brito, com 84 anos de idade, conta como acontecia a cantoria do Divino em sua época:

Era na Páscoa; saía a bandeira no domingo, na Semana Santa. As pessoas fechavam as casas e acompanhavam, era tipo de um cortejo, era uma festa. Naquele tempo vinha gente de todo lado e o donativo era a galinha, ovo, dinheiro, depois era leiloado, feito leilão de bolo. A bandeira que percorria as casas era igual a de hoje; a mesma coisa. Acompanhavam também o cortejo, o tambor, a salva, violino, rebeca, violão e viola. Era acompanhado todo trajeto com música.

Símbolos do Espírito Santo

• Água: simboliza e significa a ação do mesmo Espírito Santo. São Paulo confirma: “Fomos batizados num só Espírito”, e “Todos bebemos de um só Espírito” (BÍBLIA, A.T. I Coríntios, 12:13).

• Fogo: “Apareceram, então, umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo” (BÍBLIA, A.T. Atos, 2:3). O fogo simbolizou a energia transformadora do Espírito nos Apóstolos.

• Pomba: “Quando Jesus foi batizado viu o Espírito de Deus, descendo como pomba e pousando sobre Ele” (BÍBLIA, A.T. Matheus, 3:16). O símbolo da pomba, para designar o Espírito Santo, é tradicional na Igreja.

• Vento/Sopro: “Jesus disse de novo para eles: a Paz esteja com vocês. Tendo falado isso, soprou sobre os Apóstolos, dizendo: receba o Espírito Santo” (BÍBLIA, A.T. João, 20:22).

Festa de Nossa Senhora dos navegantes

É a segunda festa mais cultuada no litoral sul do Brasil. Padroeira dos pescadores é levada pelas baías, rios e lagoas nas embarcações, devidamente embandeiradas para participar do cortejo. Segue-se de cortejo até a Igreja. No percurso da procissão são queimados fogos de artifícios. Esta procissão ocorre na Enseada de Brito (Distrito) com forte devoção a esta santa por ser uma comunidade pesqueira.

Procissão de Corpus Christi

A procissão de Corpus Christi é feita com grande beleza cênica e devoção. Os adornos que cobrem o chão, sob a forma de tapetes, confeccionado por flores, serragem, areia e outros materiais, bem como os enfeites nas janelas, sob a forma de colchas, tapetes de tecidos e toalhas bordadas, dão um tom alegre ao evento. Esta é mais uma das festas realizadas na Enseada de Brito, vinda dos Açores.

Nossa Senhora do Rosário – padroeira da Enseada de Brito

A Enseada de Brito é sem dúvida um dos lugares mais antigos.

Sendo Governador da Capitania, o Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, elevou-se à categoria de Igreja Paroquial uma Capela nesta paragem, edificada em honra a Nossa Senhora do Rosário. Por Alvará Régio de 13 de maio de 1750, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.

São de grande valor histórico o Altar-Mor, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, de São Francisco de Assis e São Domingos.

Foi seu primeiro pároco o Pe. Antônio Álvares Bittencourt, no período de 1751 a 1758. A Paróquia foi desativada em 1975. Nesta data, 13 de maio do ano de 2000, em que comemoramos 250 anos de elevação à Freguesia, na solenidade de Reativação da Paróquia, é empossado o novo Pároco, o Pe. Valmir Laudeliano Silvano, por provisão de sua Excelência Reverendíssima D. Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis.

Mito e lenda

A riqueza de estórias sobre bruxas, lobisomem, sereia, boitatá, mula-sem-cabeça, alma penada ou aparições enche o imaginário do homem simples, que recebeu dos seus antepassados uma visão de mundo marcada por superstições e medos do desconhecido, do inexplicável.

Algumas destas lendas vieram dos Açores, verdadeiras sobrevivências da Idade Média. Outras foram incorporadas da população indígena da região. Outras, ainda, foram surgindo com o passar do tempo, resultando do imaginário do homem litorâneo em suas relações com o meio ambiente.

O povo palhocense acredita que possam existir muitos fatos sobre o assunto, passados de geração em geração, que ainda são comentados nos dias atuais.

As pessoas mais antigas acreditavam em bruxaria, e há quem acredite ainda hoje.

Bruxas

Eram mulheres normalmente velhas que se transformavam em bruxas através do tempo para fazerem o mal às pessoas. A ocorrência dos fatos estranhos era o sinal da presença de bruxas na comunidade. Os mais antigos comentam que a mais nova das filhas de uma família que possuísse sete filhas mulheres seguidas seria a bruxa, e esse encanto só seria quebrado se a filha mais velha batizasse a irmã mais nova.

Dona Olga Emília de Souza de 72 anos, moradora de Palhoça, em entrevista nos relata que:

Havia na Enseada, uma mulher que acreditavam fosse bruxa. Alguns pescadores acreditavam que as bruxas costumavam se reunir na 6ª feira de lua cheia, se reunir numa pedra, conhecida por feiticeira, para rir e combinar as maldades que iriam fazer. Um pescador, que suspeitava que a comadre fosse bruxa, para desmascará-la, resolveu fazer fogo sobre a pedra, para que esta ficasse quente e queimasse o bumbum das bruxas quando estas fossem sentar. Na dita noite as bruxas ao sentarem, queimaram-se. O pescador no outro dia foi visitar a comadre e constatou que a comadre tinha dificuldades de andar e não queria sentar. Confirmou que esta era uma bruxa, desmascarou-a e esta perdeu o fado.

Arquitetura luso-brasileira no distrito da Enseada de Brito

O Estado de Santa Catarina é rico em diversidade cultural devido às múltiplas manifestações populares. Sobre o conjunto arquitetônico na Enseada de Brito e nos primeiros povoados de Santa Catarina, a especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos da UFBA, Fátima Regina Althoff (2014) afirma que:

Em todos os sítios históricos do litoral de Santa Catarina vamos encontrar traços urbanísticos – arquitetônicos comuns, diferenciados apenas pela maior singeleza de alguns e o desenvolvimento de outros. E destes elementos os que mais guardam semelhanças são as praças e as igrejas que nelas se encontram. [...]. As praças aqui adotadas foram de traçado regular na forma de retângulo, com seu lado maior perpendicular ao mar, que se opõe em termos de localização à igreja. A arquitetura de caráter civil distribuiu-se pelas laterais, destacando-se as casas de câmara e cadeia. Da praça partiam perpendicularmente as demais ruas, interceptadas por outras no sentido contrário. [...]. Uma característica peculiar na implantação das freguesias diz respeito ao posicionamento da vila voltado para o poente, de costas para o mar [...]. Na arquitetura não se pode afirmar existir uma influência açoriana direta no que aqui se construiu, mesmo porque a gênese das edificações açorianas é a mesma que a de Portugal continental. [...]. Têm-se registro de que em alguns assentamentos a primeira morada do imigrante foi de pau à pique, o que pode ser atestado em documento do Governador Manuel Escudeiro à Corte de Lisboa, no ano de 1751 [...]. O partido arquitetônico adotado em terras catarinenses, em conjunto ou isolado, é o da casa térrea e do sobrado com cobertura em duas águas, cumeeira paralela à rua, em telhas cerâmicas do tipo capa e canal. Das alvenarias de pedra e/ou tijolos, rebocadas e caiadas de branco, sobressaem as aberturas contornadas de cores fortes e vibrantes, vinho, ocre, marrom, verde-escuro e azul-escuro. Alguns detalhes construtivos de origem lusa, muito utilizados, tornaram-se emblemáticos, no entanto são frequentemente associados à morada açoriana-brasileira, como o teto de telhas vã, sem forro, a beira – seveira, espécie de cimalha que funciona como beiral no formato de telhas superpostas, além da terminação em peito

Defesa e proteção legal do patrimônio cultural na Enseada de Brito

A preocupação com a defesa do patrimônio cultural brasileiro já ocorria em meados do século XVIII e teve prosseguimento no século XIX, vindo a amadurecer no terceiro decênio do século XX. Em 1937 foi instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e publicado o Decreto-Lei nº 25/37, com o intuito de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No Estado de Santa Catarina atuou primeiramente na proteção das fortificações militares localizadas na Ilha de Santa Catarina e já em 1938 em outros bens, localizados em Laguna, Joinville e Florianópolis, e ainda em 1985 e 1987, nos centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul. A proteção do poder público representado pelo Estado data de 1980, quando foi homologada a Lei nº 5.846, de Tombamento Estadual. A Fundação Catarinense de Cultura é a instituição encarregada da aplicação desta Lei e da proteção do bem cultural de importância estadual.

Integram o patrimônio cultural catarinense as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O tombamento é um dos instrumentos utilizados para acautelar e proteger os bens representativos destes segmentos culturais, que estão impregnados das marcas de diferentes épocas de nossa história e que dizem respeito à formação da identidade e da vocação histórico-cultural de uma população. Os bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura constituem, assim, manifestações legítimas da cultura catarinense e são considerados de excepcional valor para o Estado.

A defesa das edificações tombadas compete não somente à Fundação Catarinense de Cultura e aos que lidam diretamente com estas: o proprietário, o usuário, o visitante eventual, o vizinho. É importante destacar que o proprietário e o usuário do bem tombado são os responsáveis diretos pela sua conservação, sendo que esta, na realidade, envolve toda a sociedade brasileira, que deve empenhar-se no exercício de sua cidadania para preservar os bens que culturalmente lhe pertencem.

Um dos patrimônios mais estruturados e arquitetados para a prática foi a Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no vão central e centro histórico da Enseada de Brito, tombada pela Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, com alterações da Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, que incorporou a proteção das paisagens.

A preservação na esfera municipal

A arquitetura apresentada na freguesia da Enseada de Brito é fruto de uma história açoriana passada no século XVIII, onde os resquícios e vestígios permanecem até os dias atuais. Políticas públicas para a defesa do Patrimônio na cidade de Palhoça não são viáveis para a preservação das casas e construções da antiguidade. A pior característica é a falta de verba para o manuseio e o cuidado das casas permanentes. Assim, voluntários e colaboradores criam laços para defender a identidade e a memória do povo local. Temos casas que sua fachada permanece intacta, cores fortes e predominantes, característica dos traços açorianos, algumas residências, tal qual a casa da cultura no centro da Enseada de Brito, no seu interior já se utilizam traços modernos e tecnológicos.

O patrimônio cultural de cada comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade. Por isso, cada vez mais os municípios necessitam transformar-se em agentes da pre-

servação de sua própria identidade, garantindo assim o respeito à memória e manutenção de qualidade de vida, sobretudo em seus centros urbanos.

No desenvolvimento dos núcleos históricos, vão se perdendo peças importantes da memória urbana. Se não existirem mecanismos legais de controle e direcionamento deste crescimento, estes centros estarão fadados a desaparecer.

Assim como é imprescindível haver leis, como o Plano Diretor e o Código de Posturas e Obras, que organizam e regulam o desenvolvimento de um centro urbano, é necessário proteger legalmente as edificações e centros históricos da especulação imobiliária, através de leis municipais de preservação.

As leis e iniciativas municipais de preservação devem sempre que possível estar relacionadas com o planejamento urbano e territorial. Seria desejável a criação de zonas especiais de proteção nos planos diretores, a fim de garantir um tratamento diferenciado aos centros históricos, como já acontece com áreas de preservação ambiental.

No entanto, na falta desses instrumentos, é ainda a legislação de tombamento que garante a preservação do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico do município. Ao contrário do que é propagado, o tombamento não imobiliza o desenvolvimento dos centros históricos. A proteção legal de algumas áreas de nossa cidade vem ao encontro à melhoria da qualidade de vida neste centro. As ações de revitalização urbana promovem a valorização dos imóveis e de suas funções. Além disso, o município pode criar e oferecer mecanismos de compensação ao proprietário do bem imóvel tombado ou preservado.

Outro benefício que o município pode lançar mão é do mecanismo de transferência do direito de construir, pelo qual o proprietário pode vender o potencial construtivo da sua propriedade, transferindo para o mesmo lote, quando este comportar, ou para outro terreno.

A prefeitura pode ainda, dentro das estruturas das secretarias de obras, criar equipes de conservação fornecendo mão de obra gratuita visando a execução de pequenos reparos nos bens tombados, cabendo ao proprietário arcar com o material necessário.

Material e métodos

Nas considerações relativas ao corpo do trabalho, salienta-se a importância do estudo e a pesquisa de campo, onde retratam aspectos notáveis para o entendimento da história local. Hoje, no distrito da Enseada de Brito, todos os caminhos apresentados pelas referências foram deduzidos por princípios verídicos e estruturados pelo conhecer significativo das pessoas que são nativas do lugarejo. Os métodos de pesquisa partiram da busca pelo documento original, fatos e eventos contemplados pelos descendentes das famílias colonizadoras, história transmitida pela oralidade e resquícios investigativos na própria localidade, fomentando a importância da pesquisa e do papel histórico e humano.

Todas as metodologias foram abordadas num período de tempo entre o segundo semestre do ano de 2014 e concluídas no mês de dezembro do mesmo ano.

Resultados e discussão - Entrevista

Entrevista realizada pelo acadêmico Robson Ferreira Fernandes à pessoa da Coordenadora e Pesquisadora da Casa da Cultura na Enseada de Brito, Mary Lucia de Souza da Silveira (Profissão: Professora Pedagoga Efetiva no Município de Palhoça, e Pós-Graduada em Educação infantil e Séries Iniciais).

Questionário investigativo sobre o distrito da Enseada de Brito, fundada em 13 de maio (Dia de Nossa Senhora de Fátima) de 1750.

1. Quais são os primeiros questionamentos (conflitos) a fazer sobre o distrito da Enseada de Brito? (Aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos).

R.: O distrito da Enseada de Brito foi fundado em 13 de maio de 1750 por casais colonizadores portugueses (e não por Peixoto de Brito), que diante de uma enseada atracaram seus barcos e criaram um dos primeiros vilarejos mais antigos de Santa Catarina. Esse local atingia os municípios que hoje são Paulo Lopes e São José.

2. Para a história a transmissão oral não deixa de ser valorizada e inserida na historicidade local. Os moradores mais antigos são convictos da tradição deixada pelos seus antepassados ou mais próximos sobre a realidade do local? Existem teses, referências sobre esse lugarejo de fácil acesso?

R.: Alguns nativos e moradores locais ainda sentem dificuldade em trabalhar e situar-se com o novo, o moderno. Alguns moradores trazem o regionalismo e sotaque fortemente nas suas falas; outros se lembram do passado como algo duradouro em suas vidas e em suas memórias. As referências bibliográficas são escassas e raras para o entendimento geral do distrito da Enseada de Brito.

3. Sobre a religiosidade católica do distrito, quais são os maiores desafios e contra-argumentos para a permanência dos laços de origem açoriana no local?

R.: O maior desafio é político, pois o religioso é intrínseco na relação das comunidades da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Atualmente o pároco da Matriz é o frei Rogério Rubick, integrante do Projeto Vida Nueva (ONG).

4. Além de ser tombado pelo IPHAN, o município preza por políticas de zelo e cuidado diante da arquitetura apresentada no local?

R.: A Prefeitura deixa aos ares um rico desígnio da nossa história. As políticas públicas com referência à Enseada de Brito são poucas: não existe uma contribuição financeira para o zelo e cuidado do ambiente. Através da docência efetiva e do voluntariado, as pessoas que trabalham na Casa da Cultura, implantando um coletivo de oficinas e informações da história da Enseada de Brito. As oficinas realizadas na Casa da Cultura são as mais diversas, tais como o trabalho com a cerâmica, a *patchcolagem*, as artes aplicadas, a renda de bilro e o crochê. Hoje em dia a casa contém uma quantidade de 70 alunos².

5. Quais são as festas religiosas (Festa do Divino Espírito Santo) mais valorizadas tradicionalmente pelos residentes da Enseada de Brito? Como funciona: A Bandeira do Divino, Peditório (pedidos para a realização das festas).

R.: Festa do Divino Espírito Santo e a festa de Nossa Senhora do Rosário ainda continuam no distrito da enseada de Brito.

Curiosidades e aplicações ao tema

- Todas as informações são repassadas no ambiente da casa da cultura, algumas pessoas ficaram nas salas das oficinas que são realizadas na mesma. A arquitetura da casa possui algumas partes modernizadas no seu interior e no externo permanecem os laços fortes da presença açoriana no local.

- A casa mais antiga do sul de Santa Catarina fica no distrito da Enseada de Brito.

- A Lei Estadual nº 12.292, sancionada em 2002, fica estabelecido o dia 6 de janeiro como comemorativo devido ao Dia da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina. A principal justificativa é que no ano de 1748, chegaram as primeiras 461 famílias de açorianos na ilha do Desterro - Santa Catarina.

- A maior festa religiosa da Enseada de Brito até então, perante o século XVIII, foi a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Durante a festa, o maior conjunto musical era o de Floria-

² Durante a entrevista com a coordenadora, pude fazer uma análise e interagir com as alunas sobre o tema.

nópolis e eles vinham de baleeiras.

- Os índios nativos da Enseada de Brito estão residindo atualmente no bairro do Pontal, na cidade de Palhoça.

- Alguns corpos da região de Naufragados vieram parar na Enseada de Brito, e hoje em dia estão em Portugal para a análise.

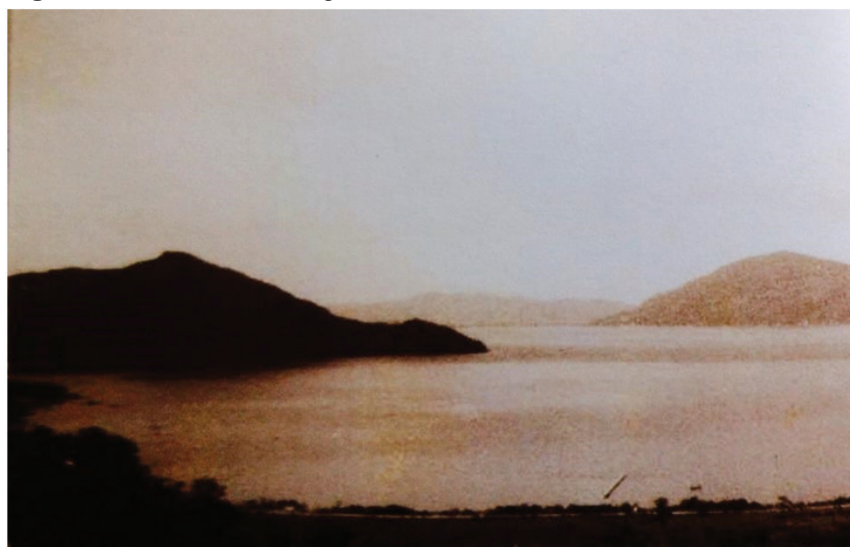
- Algumas pessoas que moram na Enseada de Brito e no município não têm conhecimento dos eventos mais simples e importantes da história da Enseada de Brito.

- A Cerâmica e a renda de bilro são fortes influências no distrito da Enseada de Brito.

- A Casa da Cultura não é uma residência imóvel da prefeitura, é alugada.

Imagens, fotos do distrito da Enseada de Brito

Figura 1. Enseada de Brito, aproximadamente ano 1970



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 2 e 3. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 4 e 5. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 6 e 7. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 8 e 9. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 10. Vista Parcial da Praça Central na Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 11. Altar em honra ao Divino Espírito Santo no interior da Casa da Cultura na Enseada de Brito



Fonte: O autor

Figura 12. Objetos de cerâmica produzidos na Casa da Cultura da Enseada de Brito



Fonte: O autor

Figura 13. Objetos antigos permanentes na Casa da Cultura da Enseada de Brito



Fonte: O autor

Considerações finais

Os apontamentos finais indicam uma sólida relação existente entre o conteúdo apresentado e a determinação concretizada que existiu no percurso do Trabalho de Graduação. Apresentar as atribuições arquitetônicas do distrito da Enseada de Brito não é uma tarefa pontual e finalizadora, depende do administrativo político da cidade para zelar e defender as identidades e memórias do povoado.

A história vivida, há mais de 260 anos, na Enseada de Brito é fruto da colonização dos imigrantes açorianos que se estabeleceram aqui no território para fundamentar seus valores culturais e sociais, marcados pela presença forte dos laços regionais dos Açores.

Entretanto, há controvérsias quando o assunto é a herança deixada pelos açorianos no litoral de Santa Catarina, principalmente na Enseada de Brito. A Enseada de Brito é uma história social ímpar, cujo legado venceu o tempo, perpassou gerações e hoje retrata a alma, o sentir, o fazer, o imaginário de nossa gente. Um patrimônio cultural expresso e retratado por traços sobreviventes de uma longínqua matriz açoriana, perdida no tempo, sem qualquer registro que não o da tradição oral. A marca dos colonizadores que chegaram nos primeiros dias de 1748 está expressa e situada naquilo que sobrou do pouco que eles trouxeram, porque os açorianos eram pobres em termos econômicos e quase nada em termos culturais. Hoje existe uma supervalorização da influência açoriana em torno da capital de Santa Catarina e nos municípios que a cercam.

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense. Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Florianópolis.** Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fatima>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

BÍBLIA SAGRADA. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BOITEAUX, Lucas Alexandre. **Pequena História Catarinense.** Florianópolis: Cysne, 1919.

BRASIL, Luiz Antonio Assis. **Um quarto de légua em quadro**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

BRITO, Paulo Miguel. **Memória Política da Capitania de Santa Catarina**. Florianópolis: Central, 1932.

CARTILHA. **Proteção legal do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: MJ Consultoria, 2004.

_____. **Patrimônio Imaterial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: MJ Consultoria, 2004.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Enseada de Brito – Evolução histórica demográfica, 1778 a 1908**. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.

_____. **Palhoça: natureza história e cultura**. Florianópolis: Editora do Autor, 2004.

_____. **Dos Açores ao Brasil Meridional, uma viagem no tempo**. Florianópolis: Editora do Autor, 1998.

IPHAN. Educação patrimonial. **IPHAN**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

MATOS, Marcos João de. **Raízes açorianas de Palhoça**. Palhoça: Secretaria de Educação e Cultura de Palhoça, 2009.

RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Relatório do Governo da Capitania de Santa Catarina ao Vice-Rei do Brasil, 1797. In Dante Laytano. **Coreografia Catarinense de Dante Laytano. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1959.

SAINT HILAIRE, A. **Viagem à Província de Santa Catarina 1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTA CATARINA. **Leis e Decretos, etc. Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1835 – 1840**. Desterro: Typ. Catharinense, 1856.

SANTA CATARINA. **Leis e Decretos, etc. Resolução de 1º de Janeiro de 1839**, Imprensa Oficial, 1839.

SILVA, Manoel Scheimann. **Senhor Bom Jesus de Nazaré: padroeiro do município de Palhoça/SC: arte, história e devoção**. Palhoça: Editora do Autor, 2006.

TOLEDO, Bento Cortes. **Termo de visita de 1799**. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, s/d.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Notas para o Estudos das Primeiras Praças de Santa Catarina**. Florianópolis: Inedito, s/d.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

MALTEZA S - O CAVALO DE TROIA AOS LAGUNENSES

Malteza S - The trojan horse on lagunenses

Débora dos Santos Florêncio Faria¹

Resumo: O Malteza S é um tesouro que se encontra submerso nas águas do Oceano Atlântico, mais precisamente da Praia do Gi, em Laguna. O início da saga do navio Malteza S ocorreu em uma madrugada fria, em vinte e seis de maio de mil novecentos e setenta e nove, onde o mesmo pode ser avistado próximo à costa lagunense. Foi o início de uma longa trajetória de entraves burocráticos. Durante este período aconteceu um romance entre um tripulante e uma moradora local, fato que acabou dando outra conotação à história. No entanto, assim como na história de *Iliada*, na qual o perigo estava escondido em suas entranhas, o navio grego também possuía sua surpresa dentro de seus porões. Caso os porões estourassem e o óleo se espalhasse pela praia, todo o ecossistema lagunar estaria comprometido.

Palavras-chave: Encalhe. Entraves burocráticos. Maldição do Malteza.

Abstract: The Malteza S is a treasure that lies submerged in the Atlantic Ocean, more precisely of the Gi Beach in Laguna. The beginning of the ship Malteza S saga occurred on a cold morning on 26 May nineteen hundred and seventy-nine in where it can be seen near the Laguna coast. It was the beginning of a long history of bureaucratic obstacles. During this period there was a romance between a crew member and a local resident, fact that ended up giving another connotation to the history of the ship. However, just as in the story of the *Iliad*, in which the danger was hidden in his gut, the Greek ship also had a surprise in their basements. If the holds to burst and the oil from spreading along the beach, around the lagoon ecosystem would be compromised.

Keywords: Laguna beach. Bureaucratic barriers. The curse of the Malteza.

Introdução

Naquela madrugada fria, mais precisamente a 26 de maio de 1979, um navio de bandeira grega encalhou na Praia do Gi, em Laguna. Assim como o Cavalo de Troia, o navio Malteza S num primeiro momento parecia inofensivo, porém, depois, acabou revelando o grande problema que se encontrava escondido em suas entranhas. A maneira como o Malteza S se portou foi semelhante ao que aconteceu na *Iliada*, a epopeia grega em que um cavalo chegou como oferta aos deuses e, posteriormente, se transformou num pesadelo para a cidade de Troia.

A última viagem do navio Malteza S é cercada de muitos fatos estranhos. Seu suposto encalhe e posterior naufrágio é para uns, proposital e, para outros, acidental. Além disso, muitas lendas surgiram em torno da história deste navio, entre as quais, narrativas sobre contrabando de mercadorias advindas da Argentina, histórias de romances que ocorreram durante a estadia dos tripulantes na cidade lagunense e, por fim, contava-se sobre a maldição que assolava as pessoas que se aproximavam do navio.

Partindo desse pressuposto, será abordada, no trabalho, num primeiro momento, a história do navio Malteza S, sua trajetória e encalhe. Depois, a abordagem versa sobre a tentativa de salvar o deteriorado navio, sobre outras questões: os entraves políticos, a má vontade por parte do comandante da embarcação e a ameaça ecológica iminente. E por fim, os mitos que cercavam o navio também integram esta pesquisa.

Este trabalho tem o intuito de proporcionar a desmistificação de alguns fatores que giram em torno desta variação, que ocorreu nas águas da cidade de Laguna. Assim, através de pesquisas bibliográficas, de reportagens e entrevistas da época, objetiva buscar a realidade his-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

tórica deste acontecimento.

Histórico do navio Malteza S

O navio mercante de bandeira grega, Malteza S, foi construído em 1955. A empresa grega Santo Maritime Company era proprietária da embarcação, sendo seu registro de origem o porto de Pirineus, na Grécia. O Malteza teve a letra S agregada a seu nome, para identificar a empresa proprietária do navio.

Quando encalhou nas águas lagunenses já possuía quase vinte e cinco anos de trajetória. Sua metragem era de aproximadamente 160 metros e sua cor, cinza. A ferrugem já se fazia presente em meio a sua pintura. Ficara mais de duas décadas exposto ao mar e à maresia, que aos poucos o consumia.

Sua penúltima viagem partiu da Dinamarca rumo a Buenos Aires, na Argentina. Seus porões estavam cheios de viaturas e ambulâncias para o exército argentino. Depois de descarregar seguiu para o porto de Rosário.

Em 23 de maio de 1979 completou o carregamento com 8.077 toneladas métricas de milho a granel, ocupando cinco de seus seis porões. Segundo Júnior (2010, p. 17):

[...] conforme registro de bordo:
porão nº 1: 933,8 TM; porão nº 2: 1.805,4 TM; porão nº 3: 2.050 TM; porão nº 4: 1.1705,3 TM e porão nº 5: 1.574,8 TM. Já o porão de nº 6 achava-se totalmente vazio. Os registros de bordo também informavam que o navio estava provido de: 348 TM de Heavy Fuel Oil, de 58,5 TM de óleo diesel e de 30.840 litros de óleo lubrificante.

A última viagem do Malteza S não se concretizou. A carga acabou submergindo, junto com o velho cargueiro, nas águas da Praia do Gi, na cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1979.

A última viagem do Malteza S

O navio mercante Malteza S partiu do porto de Rosário com destino ao porto de Gênova, na Itália, com uma pequena escala no Rio de Janeiro, para reabastecimento de óleo e água. A bordo, vinte e nove tripulantes de várias nacionalidades, argentinos, gregos, indianos, colombianos e gambianos, entre outros. Os oficiais, comandantes e a chamada elite da tripulação eram todos gregos.

A viagem seguia tranquila, até que, na madrugada fria do dia 26 de maio de 1979, o tripulante Rafael Tobias Aponte Higuera, de 23 anos e nacionalidade colombiana, sobe apressado para o convés. Por volta das duas horas e trinta minutos daquela madrugada ele informa, que em sua inspeção de rotina na sala de máquinas, percebe que a mesma estava sendo invadida pela água, rapidamente.

Após o aviso, o comandante Emmanuouille Karras fez uma reunião com seus oficiais. Consultando as cartas náuticas, os mesmos conseguiram situar-se e verificaram que estavam navegando próximo ao Farol de Santa Marta, em Laguna, no estado de Santa Catarina, ainda em águas brasileiras. Na reunião, ficou decidido que eles transmitiriam um S.O.S., e tentariam esgotar a água que adentrava a sala de máquinas. No entanto, o volume de água que entrava era superior ao que era retirado.

Com a preocupação de navegar em águas profundas, os tripulantes do navio resolveram rebelar-se contra as decisões tomadas por Karras. A situação tornava-se crítica, a cada hora que

passava. A água estava consumindo a sala de máquinas e o navio já estava adernando.

Segundo Júnior (2010, p. 18): “O comandante ordena para navegar em direção à costa. Notou que passava por uma entrada de barra. Ao longe, uma praia e pequenas casas se distinguem, tendo ao fundo dois morros de mata”. Essa praia avistada pelo capitão Karras era a Praia do Mar Grosso que, naquele momento, estava começando a crescer turisticamente. O Malteza S navegava, agora, em águas mais rasas e próximas à costa. O encalhe se tornava inevitável.

O encalhe e a tentativa de salvamento

O encalhe acabou não acontecendo na Praia do Mar Grosso, mas sim na praia seguinte, na Praia do Gi. Na madrugada da noite do dia 26 de maio os oficiais emitiram um S.O.S. mensagem captada pelo SALVAMAR SUL (Serviço de Busca e Salvamento da Marinha do Brasil), do 5º Distrito Naval, situado em Florianópolis.

Com o pedido de ajuda, foi enviado o rebocador Tritão, da Marinha do Brasil, que naquela ocasião estava atracado no porto de Itajaí. A mensagem recebida foi a seguinte: “Navio Malteza S/S XEP VG, bandeira grega VG com praça de máquinas alagada solicita socorro urgente PT pós estimada 2848S e 4812W VG16 milhas leste do cabo Santa Marta PT suspender fins prestar socorro”. (JÚNIOR, 2010, p. 20).

Quando o Tritão chegou, ficou fundeado a menos de 300 metros do Malteza S. Após inspeção pode-se constatar que o navio já se encontrava 10 graus para BB, com ferro de BE na direção da água na direção NE-SW.

A má vontade por parte do comandante Karras em colaborar com o salvamento do navio era explícita. O mesmo deixou bem claro que não havia enviado o S.O.S para o salvamento do navio, mas sim de sua tripulação. Após muita conversa, o capitão respondeu ao “Questionário de Acidentado”. Sobre sua assinatura fez questão de colocar a seguinte frase: “*No cure, no pay*”. Este termo significa “em caso de insucesso, não haverá pagamento”, expressão usada em casos de salvamento de embarcações.

Após inspeção feita no navio pôde-se constatar que a praça de máquinas já estava com quase cinco metros de água, o motor principal parcialmente inundado e os dois geradores perdidos, ocasionando a falta de energia no mesmo. Além da pouca cordialidade do comandante, o tempo era outro fator que atrapalhava o salvamento do navio.

Os primeiros trabalhos para o salvamento do Malteza S ocorreram no domingo, dia 27 de maio de 1979. A primeira medida tomada foi o requerimento de vinte bocais para lâmpadas à 3ª Companhia de Infantaria do Exército, em Tubarão, que se tornou a única fonte de energia, já que os geradores estavam comprometidos.

O mergulhador que fez a primeira averiguação para o reparo pôde constatar que a válvula que supostamente teria apresentado problema estava funcionando. A água que invadia o navio era proveniente de um rompimento de canalização de 2,5 polegadas que une a flange da válvula ao fundo do mesmo. Após a constatação do fator que causou o encalhe do Malteza S foram enviadas duas bombas “Godiva” (P-300), com o intuito de retirar a água, que já se fazia presente em vários compartimentos da embarcação.

Com a retirada da água foi realizada a primeira tentativa para consertar a válvula danificada. No entanto, não se obteve êxito neste trabalho. Uma segunda tentativa ocorreu, mas diferentemente da tentativa inicial de fazer o tamponamento no interior da embarcação, optou-se em fazê-la na parte externa do navio, na região do casco, mais precisamente no ralo da válvula.

Essa segunda alternativa de salvamento do navio Malteza S era viável, porém perigosa, pois o ralo da válvula estava a 20 centímetros do fundo do mar. As condições marítimas, como a correnteza forte e a baixa temperatura, tornavam a operação ainda mais arriscada para o mer-

gulhador responsável por colocar um bujão de madeira de 2x4 no ralo da válvula.

No dia seguinte foi constatado que o bujão de madeira havia sido arrancado pelo mar. Fazendo nova tentativa colocou-se outro bujão de madeira, só que desta vez foram desferidos golpes de marreta, para garantir que o mesmo não seria desprendido novamente.

Sondagens e análises feitas pelos técnicos da nossa Marinha constataram que o desenralhe deveria ser feito puxando a popa do navio na direção NE. Com o consequente esgotamento da praça de máquinas, a popa da embarcação levantaria o suficiente para o desenralhe. Constatou-se também que uma draga poderia ser utilizada para abrir um canal no costado da embarcação e na sua popa. (JÚNIOR, 2010, p. 23).

Com esses primeiros reparos o Malteza S poderia ser deslocado até o Porto de Imbituba, para realizar os devidos consertos e, assim, seguir viagem.

Várias foram as hipóteses levantadas para o possível desenralhe do Malteza S, mas todas esbarravam na negativa do comandante Karras em contribuir para o salvamento do navio. Com as constantes negativas, o rebocador Tritão foi deslocado para o porto de Imbituba, aguardando o desfecho do impasse e para reabastecimento.

O desenrolar do enralhe do Malteza S

Os tripulantes foram retirados do navio e acomodados em um hotel denominado Farol Palace Hotel, localizado no centro da cidade Juliana. Dos vinte e nove tripulantes, cinco permaneceram embarcados, para garantir a soberania do grego.

Não foi por acaso que os tripulantes foram hospedados no Farol Palace Hotel. Afinal, o proprietário e o filho Monde El Mashni, que tinham nacionalidade árabe, serviram de intérprete aos tripulantes egípcios.

Outra pessoa importante durante a curta estadia da tripulação do Malteza S foi o também comerciante Georgios Damianos Andreadis, de cuja residência o comandante Emmanouel Karras se comunicava com o armador grego. Segundo Júnior (2010, p. 27):

Do total de tripulantes, dois eram mulheres, esposas do cozinheiro e do 2º maquinista, esta com sua filha de 4 anos, de origem grega.

Em princípio, relutantes e silenciosos, evitavam sair do hotel. Aguardavam a qualquer momento suas expatriações. Com os dias se passando, aos poucos, foram sendo contagiados pela hospitalidade portuguesa-açoriana do habitante do litoral da Laguna.

No período em que a tripulação esperava a solução para o problema do enralhe do Malteza S., na cidade de Laguna acontecia a festa do padroeiro da cidade Santo Antônio. Este fato fez com que eles deixassem o hotel e frequentassem as festividades em busca de um lazer.

As saídas dos tripulantes pela cidade eram motivo de alvoroço por parte da população. Todos desejavam obter mais detalhes sobre o inusitado fato. Outro colaborador foi Jorge Anastasiadis, filho de grego e morador local, que sempre acompanhava os estrangeiros em suas saídas pela cidade.

Romance à moda Garibaldi

Talvez o destino seja responsável por fazer de Laguna uma cidade de encontros entre moradores locais e estrangeiros. Assim aconteceu com Ana Maria de Jesus Ribeiro, que se apaie-

xonou pelo estrangeiro Giuseppe Garibaldi, outra história de amor também ocorreu entre uma moradora de Laguna e um estrangeiro, tripulante do Malteza S., cujo nome era Carlos Emilio Corral e que tinha nacionalidade argentina.

Carlos era mecânico no Malteza S e, assim como os outros tripulantes, estava passando seus dias hospedado no hotel Farol Palace Hotel. Em uma de suas saídas à festa da cidade, acabou se enamorando de uma jovem chamada Ângela Maria Rosa, natural de Tubarão.

Em 18 de junho de 1979, o marinheiro Carlos foi expatriado para a Argentina. No entanto, semanas depois retornou a Laguna, casando-se com Ângela em 29 de setembro de 1979. Mas, o amor de Carlos não era como o de Giuseppe, que atravessou o oceano. Meses depois, no final do mesmo ano, deixou Laguna e Ângela para trás e nunca mais retornou a estas terras. “Ângela Maria Rosa Corral, mantendo seu sobrenome de casada, de profissão faxineira, sem bens a inventariar, faleceu em 11/08/2011, aos 39 anos, de insuficiência respiratória, aguda-pneumonia, na Fundação Hospital Santa Otília-Orleans/SC. Morreu longe do mar”. (JÚNIOR, 2010, p. 36).

Ameaça ecológica iminente

Os dias se passaram e o Malteza S permaneceu fundeado da Praia do Gi, sendo engolido, dia após dia, pelas areias e pelo oceano. As fortes ondas provocadas pelo inverno se tornavam uma ameaça. Afinal, os porões ainda acondicionavam óleo, o que, naquele momento, poderiam tornar-se um pesadelo para a cidade que, basicamente, tinha sua economia voltada para a pesca e o turismo.

A situação do navio grego tornava-se cada vez mais crítica, dois porões já estavam com água em seu interior, a praça de máquinas submersa com sete metros de água e a popa recoberta, com aproximadamente cinco metros de areia. Alheio à situação, o capitão Karras permanecia irredutível em relação à ajuda oferecida.

No entanto, um fato inesperado aconteceu em 11 de junho do ano corrente. O comandante Karras retirou os últimos tripulantes e arriou a bandeira grega do mastro do navio, abandonando o mesmo com a alegação de ter sido autorizado por seus armadores. Este ato configurou que o Malteza S não tinha mais soberania grega, o que facilitava uma ação efetiva por parte das autoridades brasileiras. De acordo com Júnior (2010, p. 39):

No dia 05 de junho de 1979, através de seu procurador judicial e advogado Ronaldo Pinho Carneiro, Cary Ramos Valli, técnico em salvamento e obras submersas, de Porto Alegre, requer ao Juiz de Direito de Comarca de Laguna, MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO com notificação judicial, com fulcro nos arts. 796 e 867 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

No dia seguinte, a FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina) deu entrada a uma Ação Popular na Comarca de Laguna.

O prefeito de Laguna, na época, Mário José Remor, a 11 de junho enviou um telex ao Itamarati, requerendo um posicionamento sobre o Direito Internacional Marítimo. No entanto, embora houvesse muita urgência, só a 16 de junho é que obteve uma resposta. Nesta, o Itamarati formalizava permissão para a retirada das cargas do navio Malteza S.

Uma reunião ocorrida a 13 de junho de 1979, feriado em Laguna, dia do padroeiro da cidade, definiu algumas medidas a serem tomadas referentes ao navio. Desta reunião participou também o Capitão Dauri Monteiro, comandante dos Portos de Santa Catarina.

O Prefeito Mario José Remor, num documento, declara sua apreensão relativamente à ameaça ecológica e solicita providências:

[...] sendo laguna o Município que alicerça sua economia no turismo e na pesca, é aflitiva a situação de sua gente, e é em nome dessa mesma gente, para que o futuro não condene nossa indiferença, diante das ocorrências, que solicitamos desse Juízo providências enérgicas e imediatas no sentido de se possibilitar a entrada no navio e consequente retirada do óleo que constitui ameaça de poluição ao meio ambiente e à nossa segurança econômica. (REMOR, apud JÚNIOR, 2010, p. 10).

Juntamente com a documentação enviada ao Juiz da comarca local, foi anexada uma declaração realizada pelo Agente da Companhia dos Portos de Santa Catarina, Tenente Danilo Plácido Camilo, afirmando que, após vistoria técnica no navio, no dia 11 de junho, constatou-se que não havia mais tripulantes a bordo do Malteza S. No mesmo dia da reunião, o Juiz da Comarca de Laguna, Erwin Rubi Peressoni Teixeira despachou o documento. Sendo assim, a primeira decisão aconteceu por meio da Justiça local que, através de ação judicial, pressionou os representantes da companhia de seguros. Ainda, segundo Júnior (2010, p. 46): “Ficou decidido que a empresa Schilling & Cia, de Omar Henrique Schilling, de Porto Alegre, juntamente com o depositário e técnico em salvatagem Carry Ramos Valli, iria retirar, primeiramente o óleo, e depois a carga de milho a granel”.

Após as decisões positivas ajuizadas pela comarca de Laguna e a liberação do Itamarati, observou-se que a retirada do óleo de forma mecânica seria inviável, pois o óleo ainda se encontrava inviolável nos tanques.

Em meio a tantos entraves burocráticos, o milho e o óleo continuavam a fazer-se presentes nas areias da Praia do Gi e em parte do Mar Grosso. O óleo que surgia junto com o milho felizmente era óleo da praça de máquinas e não um vazamento. O tradicional vento nordeste causava pânico, e o inverno estava já se prenunciando rigoroso, com forte ressaca e ondas superiores a quatro metros de altura. Temia-se o pior.

De acordo com Júnior (2010, p. 54), “Recolham-se o óleo misturado à areia, utilizando-se de pás e enxadas, esfregavam-se as pedras dos costões, empregavam-se mangueiras com jatos d’água. O material retirado era depositado em um terreno às margens da BR-101”.

Retirada do milho e do óleo

A empresa Schilling & Cia Ltda. já havia sido contatada pelas autoridades lagunenses para fazer o transbordo da carga. No entanto, o contrato foi assinado apenas a 24 de junho do ano corrente, com a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA.

O mau tempo prejudicou os trabalhos para a retirada da carga, sendo, a 1º de agosto, prorrogada por mais trinta dias. A sequência para a retirada do óleo era a seguinte: em primeiro lugar seria retirado o óleo da praça de máquinas, após, o óleo dos tanques (lubrificantes e diesel) e, por último, o *fuel-oil*. “Se, após esses descarregamentos não houvesse sucesso no reequilíbrio da embarcação, visando rebocá-lo a porto seguro, a carga dos porões deveria ser retirada através de: 1) ensacamento; 2) transbordo direto para barco e utilização de sugadores”. (JÚNIOR, 2010, p. 57).

No dia 26 de junho o tempo contribuiu e iniciaram-se os trabalhos. O coordenador da operação foi o técnico Carlos Alberto Fernandes, da FATMA.

O óleo que estava a bordo começou a ser bombeado manualmente para tonéis, com capacidade para 200 litros. Depois de acondicionado nos tonéis era transportado em barcas e levado até o Porto de Laguna.

Na operação foram utilizados os barcos Dakar, Dom Jaime e Avante. No dia seguinte já haviam sido transportados treze galões. Os trabalhos seguiram, mas agora com a ajuda de outro equipamento, o *cay man*, cedido pela Petrobrás de São Francisco do Sul. Esse equipamento é

uma espécie de saco de borracha que é cheio com ar, em terra, e levado para o navio onde recebe o óleo. O *cay man* é conhecido como “minhocão”. Cada um desses equipamentos comporta até 10m² de óleo. Mesmo com tal equipamento, a operação durou quase dois meses.

O milho estava acondicionado em cinco porões. No entanto, conseguiu-se salvar apenas a carga do porão um, dois e três, contabilizando aproximadamente cinco mil toneladas métricas. Já a carga contida nos porões quatro e cinco foi levada, pelas águas do oceano, até as praias. Aproximadamente três mil toneladas foram recolhidas por populares, que alimentavam seus animais com o milho remanescente nas areias da Praia do Gi e em parte do Mar Grosso.

O leilão da carga

No dia 21 de agosto de 1979, a carga do milho liofilizado de 600 toneladas foi avaliada, por Geraldo Amboni, em aproximadamente Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) o quilo.

No primeiro leilão, que ocorreu a 18 de setembro, não houve interessado na carga, afinal o milho ainda se encontrava parcialmente molhado.

Um segundo leilão foi realizado, dez dias depois. O valor por quilo foi arrematado pelo valor de Cr\$ 0,81(oitenta e um centavos). Segundo o *Jornal Renovador*, nº 26, do dia 17 de novembro de 1979:

O Sr. Nelson Guisi, marido da Prefeita de Treze de Maio, e que também já exerceu por várias vezes o cargo de Prefeito daquele Município, adquiriu grande parte do milho recuperado do cargueiro Malteza S, aproximadamente 500 toneladas, já que o restante desse cereal, a granel, foi atirado às águas. A compra ocorreu em leilão, no Fórum desta Comarca.

O leilão do óleo foi mais complexo do que o da carga de milho. Antes mesmo de ser retirado, no dia 23 de junho de 1979, a FATMA fez um requerimento ao Juizado de Laguna, com medida cautelar para o leilão do óleo. A principal alegação da FATMA era de que a carga era de difícil armazenamento.

O pedido foi acolhido pelo Juiz da Comarca de Laguna, Erwin Rubi Peressoni Teixeira. O leilão foi marcado para o dia 17 de setembro do mesmo ano. O óleo foi analisado por Carlos Alberto Netto, que avaliou a carga:

1º - 475 tonéis de “fuel-oil! nº 1500, com capacidade de 200 litros cada um, no valor de Cr\$ 3,50 o litro, perfazendo um total de 95 mil litros aproximadamente...Cr\$ 3.325.000,00
2º - 500 (quinhentos) litros de óleo lubrificante a Cr\$ 20,00 o litro... Cr\$ 10.000,00
3º - Duas toneladas de óleo diesel industrial, impuro, a Cr\$ 5,00 o litro...Cr\$10.000,00
Total da avaliação: Cr\$3.345.000,00 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros). (NETTO, apud JÚNIOR, 2010, p. 61).

Assim como o leilão do milho, o do óleo não obteve nenhum interessado em sua primeira chamada, ocorrida no dia 31 de outubro. Para o dia 21 de novembro foi anunciado o segundo leilão. O comerciante de Caxias do Sul, Zelmar Colognese, arrematou o leilão, com um lance de Cr\$ 0,54 (cinquenta e quatro centavos) por litro de óleo, totalizando Cr\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros).

Os valores arrecadados em ambos os leilões foram utilizados, quatro anos mais tarde, para pagamentos das custas judiciais e quantias reclamadas pelo advogado, curador e pelo proprietário dos barcos utilizados nas viagens de descarga.

A maldição do Malteza S: mitos e verdades

Muito se especulou a respeito do encalhe ou varação do Malteza S em águas lagunenses. Existem muitas suposições que apontam para o fato de este navio já estar “velho” para navegar. Afinal, eram aproximadamente vinte e cinco anos navegando, exposto à maresia e às intempéries dos oceanos.

Um dos fatores que reforçam a ideia de varação está no fato da má vontade do capitão Karras em aceitar o pronto atendimento por parte do rebocador Tritão, que rapidamente chegou em socorro do navio com problemas. Além disso, um dos primeiros documentos assinados pelo capitão não autorizava o salvamento do Malteza S, apenas de sua tripulação.

Acredita-se que, se o capitão Karras tivesse aceitado a ajuda do rebocador Tritão, o Malteza S não estaria hoje repousando no fundo do mar e servindo como um recife artificial para a fauna local. Segundo o Relatório da Marinha Brasileira sobre o encalhe do Malteza S.:

Houve bastante dificuldade em colocar-se o material a bordo do mercante, em face do total desinteresse, má vontade e até hostilidade da guarnição, que se encontrava fazendo um churrasco na popa e chegou ao ponto de atirar pedaços de carne em cima do pessoal do navio que se encontrava na lancha, na faina de içar as bombas. (JÚNIOR, 2010, p. 71).

Esse relato demonstra que não havia qualquer preocupação com o fato de os porões estarem sendo consumidos pelas águas. Outro fator que pode corroborar a ideia de varação é o seguro da carga do navio. A carga de milho de 8.070 toneladas métricas estava amparada por uma apólice no valor de US\$ 1.200.000.00 (um milhão e duzentos mil dólares).

Ainda citando o mesmo Relatório da Marinha Brasileira, elaborado no dia vinte e sete de maio de mil novecentos e setenta e nove:

Apesar da grande quantidade de óleo na água existente na praça de máquinas, o mergulhador conseguiu alcançar a válvula de fundo apontada como causadora do alagamento, constatando que estava funcionando normalmente e que a entrada de água ocorrera pelo rompimento da canalização de cerca de 2,5 polegadas que une o flange da válvula ao fundo do navio. Cabe aqui a ressalva de que o mergulhador, ao regressar ao navio, informou a este comando que encontrava, junto à citada canalização, uma marreta, um martelo e uma alavanca, material esse identificado pelo tato.

[...] às 16h20m o mercante começou a soltar sinais pirotécnicos encarnados. Rapidamente foi mandada para bordo a equipe do rebocador Tritão, tendo à frente o chefe de Máquinas, para iniciar o esgoto da praça de máquinas e passar um cabo a fim de se tentar o desencalhe.

Ao chegar a bordo, o comandante do Malteza S não permitiu que a equipe do rebocador iniciasse, nem a faina de esgotar a água, nem a de passar o cabo. (JÚNIOR, 2010, p. 71).

Todos esses relatos levam a crer que o que aconteceu naquela madrugada fria de vinte e seis de maio de 1979 não foi apenas uma fatalidade, mas sim uma obra muito bem arquitetada e planejada pelo alto escalão do navio, junto com os donos do mesmo. Afinal, é importante pensar que o navio não afundou, quando estava com seus porões repletos de ambulâncias, com destino à Argentina. E é de suma importância lembrar que o carregamento de milho estava muito bem segurado, o que garantia ao menos conseguir algum valor com a perda do navio, sem ao menos pensar que esta ação poderia destruir toda a economia de uma região que estava tentando desenvolver a área turística como fonte de renda.

Mortes e acidentes ocorridos em torno do navio Malteza S

O misticismo foi um fator muito presente na questão do naufrágio do Malteza S, fato corroborado pelas mortes e acidentes que aconteceram em torno do navio. Foi um total de sete vítimas que, direta ou indiretamente, tentaram chegar próximo daquele que, além de ser considerado um “presente de grego”, tornou-se maldição.

O primeiro acidente ocorreu em vinte e seis de junho de 1979, quando houve a primeira tentativa da retirada do óleo. Neste episódio, na tentativa de colocar uma bomba de sucção para retirada do óleo, a mesma soltou-se e lançou longe o técnico em construção naval Luiz Antônio de Mello Awazu. Como resultado do acidente, o técnico teve sua perna quebrada, sofrendo diversas escoriações.

Outro acidente ocorreu a seis de agosto do mesmo ano, com o advogado Rubens Walter Machado, membro da equipe convocada pela seguradora italiana para examinar a carga de milho. Era um dia em que o mar estava revolto, o que acabou fazendo com que Rubens escorregasse e, através do instinto de sobrevivência, agarrou-se a um pedaço da balastrada do navio, que ainda não havia sido arrancada pelas ondas. “O pavor estampou-se nas faces de todos que presenciavam a cena, surpresos e impotentes”. (JÚNIOR, 2010, p. 78).

Depois dos dois acidentes ocorridos, houve as primeiras baixas. Após a retirada do óleo do navio, iniciou-se a retirada da carga de milho no dia vinte quatro de agosto do ano corrente. O que não estava previsto é que um gás produzido pela fermentação do milho em contato com as águas do mar se tornaria mortal para os trabalhadores engajados no salvamento da carga.

O gás foi emanado depois que um dos operários introduziu uma pá no milho, acidente que matou os trabalhadores Quintino Bertolini, de vinte e nove anos; Almir Arrubez, de vinte e cinco anos; João Miranda, de trinta e um anos e Vanildo Pacheco de Souza, de apenas dezesseis anos. Outros dois operários foram hospitalizados e conseguiram sobreviver.

Sete meses depois mais duas pessoas foram acometidas pela “maldição do Malteza S”. Em um domingo, mais precisamente a vinte e três de março de 1980, outro acidente aconteceu. Em busca de seu irmão desaparecido, Ângelo Zanichelli, de quarenta e dois anos, natural de São Paulo e seu piloto, Valmor Rollando Muller, de vinte sete anos e natural de Jaraguá do Sul, perderam a vida após colidirem o avião “Cessna-150”, de prefixo PT-DSK contra os cabos de aço interligados entre o Malteza S e a praia. Esses cabos conduziam um bondinho que realizava o transporte de peças do navio as quais ainda estavam sendo retiradas. Um avião deste tipo deve voar com altura mínima de 40 metros e, neste caso, eles voavam a 15 metros de altura. Foi a imperícia que ocasionou a tragédia.

Por força do destino tanto Adolfo quanto Ângelo Zanichelli tiveram fatidicamente o mesmo tipo de morte, por queda do avião da qual faziam parte. O acidente de avião ocorrido em Laguna, além da morte de seus dois tripulantes também teve outras consequências. O rompimento dos cabos de aço ocasionado pela colisão atingiu uma Kombi que estava na beira da praia. O veículo era de propriedade de Nereu Geremias de Medeiros, mas além do veículo, algumas pessoas que estavam próximas ficaram levemente feridas.

Os acidentes e as mortes não pararam por aí. Em vinte e cinco de outubro de 1980, a sétima e última vítima fatal foi acometida pela “Maldição do Malteza S”. As últimas peças do navio estavam sendo salvas através de boias. Nesse dia, Pedro Cardoso e mais dois companheiros realizavam este trabalho, quando uma forte onda colidiu contra Pedro, lançando-o ao mar. Ainda foi socorrido e levado para o hospital, mas não resistiu e veio a óbito.

O último acidente ocorreu a 16 de janeiro de 1981. O vento sul trazia consigo uma resaca que assolava as praias lagunenses.

Um cabo de aço que ligava o navio à terra, através de um bondinho usado para o transporte do pessoal que trabalhava no interior da embarcação nos serviços de salvatagem, partiu-se.

No final da tarde, sem socorro, pela impossibilidade de atracamento de qualquer embarcação local, o pessoal que se encontrava no navio estava em pânico. Ninguém queria pernoitar na carcaça da embarcação maldita que chacoalhava devido às ondas revoltas. (JÚNIOR, 2010, p. 81).

A solução encontrada pelos trabalhadores foi lançar uma boia ao mar. A correnteza os levava para alto mar, mas, depois de muito esforço e após duas horas lutando contra a fúria do mar, eles conseguiram chegar à terra firme. Estavam assustados com o ocorrido, molhados em virtude das fortes ondas e com início de hipotermia, embora fosse verão naquele período.

Enfim, muitos foram os acidentes e mortes que rondaram o navio Malteza S. Vale ressaltar que todos ocorreram por algum descuido ou imperícia. No entanto, a população lagunense já havia sofrido tanto com aquele encalhe misterioso, trazendo ameaça à ecologia, o que colocava em risco todo o ecossistema do complexo lagunar que o imaginário do povo mistificava todo e qualquer fato atrelado ao navio Malteza S. Outro fator de extrema relevância é o famoso chaveiro usado por muitos jornais da época: “Malteza S o presente ou a maldição grega”. Isso reforçava a conotação ruim, atribuída a todos os fatores que envolviam o navio Malteza S, de bandeira grega.

Conclusão

Ser historiador não é uma tarefa fácil. Mas quem disse que o que é fácil é melhor do que é difícil. Trabalhar com documentos, controvérsias históricas, várias datas e acontecimentos exige habilidade e, acima de tudo, amor pelo que se faz.

O trabalho sobre o Malteza S foi um desafio. São poucas as fontes a serem pesquisadas, fator que não menospreza este trabalho, mas sim o enaltece, como um difusor de uma história recente que foi esquecida, parecendo adormecida nas águas do Oceano Atlântico.

O principal objetivo foi demonstrar que Laguna não pode limitar-se apenas à história da heroína Ana Maria de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi. O naufrágio do Malteza S também deve ser objeto de estudo em diferentes disciplinas, entre as quais História, Geografia, Ciências, Matemática e Língua Portuguesa, afinal, a magnitude e os significados deste naufrágio propiciam a prática da interdisciplinaridade.

Entretanto, o mais triste é saber que nem mesmo a população lagunense conhece este fato histórico, que demonstrou a importância do engajamento por parte dos órgãos políticos municipais da época para que prontamente fossem resolvidos os problemas provenientes do suposto naufrágio do Malteza S. Suposto, porque, como foi registrado nesta pesquisa, existem fatos que convergem para ocorrência de variação e não de naufrágio por acidente.

Entre os motivos do naufrágio (variação), podem ser apontados dois: o tempo de uso do navio, e principalmente a questão do seguro da carga. Entre os que tiveram alguma atuação no sentido de evitar grandes danos ao Município de Laguna, a maioria não apresenta uma resposta que elucide com clareza o naufrágio do Malteza S., no entanto, evidências históricas apontam na direção de um naufrágio proposital, seguido de variação.

Referências

DEFOE, Daniel: **Robinson Crusóé**: a conquista do mundo numa ilha. 10. ed. São Paulo, 1993.

HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Martins Claret, 2004.

HOMERO. **Odisseia**. Coleção Leão. v. 549. São Paulo: Ediouro, [s.d].

HUGO, Victor. **Os trabalhadores do mar**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

JORNAL O ESTADO. Florianópolis: edições dos meses de junho a agosto de 1979; e março de 1980.

JORNAL DA SEMANA. Florianópolis: edições dos meses de maio a julho de 1979.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Diários Associados. Florianópolis: edições dos meses de junho, julho de 1979.

JORNAL O RENOVADOR. Laguna: diversas edições do ano de 1979 e 1980.

JORNAL SEMANÁRIO DE NOTÍCIAS. Laguna: diversas edições do ano de 1979.

JÚNIOR, Valmir Guedes. **A última viagem do Malteza S**: encalhe, ameaça ecológica, burocracia e mortes. Laguna: Copiart, 2010.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick ou a Baleia**. São Paulo: Abril, 1972.

SABER. A saga do navio Malteza S. Laguna: CRF Publicidade e Marketing 1, ano 1, set. 2010.

SOUSA, João Batista Monteiro de. **O porto de Laguna nos séculos XVIII e XIX**. 2004. 49 f. Trabalho de Pós-Graduação (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) – Fucap, Capivari de Baixo: 2004.

SWIFT, Jonathan. **Viagens de Gulliver**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

ZUMBLICK, Willy. **Aninha do Bentão**. Florianópolis: IOES- Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A., 1980.

Anexo

Entrevista com Valmir Guedes Júnior, autor do livro: “Última viagem do Malteza S.”

Perguntas:

1. Qual motivo levou você a reunir toda a documentação existente sobre o encalhe e, posteriormente, o naufrágio do navio Malteza S e escrever o respectivo livro?
2. De acordo com suas pesquisas, qual sua opinião sobre o real motivo que levou o navio Malteza S. a encalhar na costa catarinense, mais precisamente em Laguna?
3. Em relação ao motim dos marinheiros, ocorrido dentro do navio, segundo suas pesquisas, eles temiam por sua vida ou estavam indignados com a suposta sabotagem?
4. O comandante do navio Malteza S, Emmanouel Karras, demonstrou, desde o primeiro momento, má vontade para com o salvamento do navio. Depois de ter emitido S.O.S e tendo recebido ajuda do rebocador Tritão da Marinha Brasileira, o comandante afirmou que o S.O.S era apenas para o salvamento de sua tripulação. Você, como jornalista e escritor sobre o assunto,

acredita que, durante esse meio tempo do pedido de S.O.S e a chegada de ajuda, tenha ocorrido algum fato que levou o comandante a tomar essa decisão?

5. Acreditava-se que, entre o milho a granel, existiam vários objetos contrabandeados da Argentina. Você acredita que essa informação procede ou era apenas um mito que se formou em torno desse naufrágio?

6. Um dos marinheiros acabou se relacionando com uma moradora local, segundo relatos de seu livro. Você acredita que ele fez isso para poder disseminar uma ideia de mistério e caça ao tesouro?

7. Alguns populares atribuíram as mortes acontecidas ligadas ao navio Malteza S à maldição existente. Qual sua opinião a respeito deste fato?

8. Na sua opinião, a atitude do Prefeito de Laguna e do Juiz da Comarca, na época, foram adequadas à urgência de solucionar o encalhe e posterior naufrágio?

9. A respeito da história do Malteza S o que mais impressionou você?

Resposta dada:

O encalhe do navio repercutiu muito em Laguna e foi manchete nos principais veículos de comunicação no Brasil. O navio encalhado foi mostrado no Jornal Nacional, da Rede Globo, maior audiência na época. Com o passar do tempo e a ameaça do derramamento do óleo, o assunto continuou no noticiário. Equipes de reportagem foram deslocadas para cá. Depois aconteceram as mortes.

Fui guardando grande parte do material que era publicado. Os anos passaram, a carcaça da embarcação ficou lá na Praia do Gi, como a lembrar os fatos.

Naufrágios de embarcações sempre despertaram curiosidades ao longo da história. Quando dos 30 anos, reportagens em jornais reavivaram o tema. Foi quando me decidi a retirar de velhas pastas o material que eu tinha, tive acesso ao processo e pude entrevistar algumas pessoas mais diretamente envolvidas.

Nunca se provou que o encalhe foi proposital, mas tudo leva a crer que tenha sido. O valor do seguro era alto, o navio velho (25 anos) e a negativa do comandante em ser ajudado pelo Rebocador Tritão, da Marinha Brasileira, são indícios fortes. Se tivesse aceitado a ajuda, o navio Malteza S teria sido retirado facilmente das areias da Praia do Gi. Outro forte indício foram os objetos encontrados: um martelo, uma marreta e uma alavanca junto à canalização, e à flange da válvula por onde entrou a água.

Se existiu alguma combinação para um acidente (sabotagem) proposital no navio, a maioria da tripulação não sabia, evidentemente. Com o navio encalhado e ameaçando sucumbir, temiam por suas vidas.

O próprio Relatório da Marinha demonstra que houve má vontade por parte do comandante do Malteza S em receber ajuda. Bem provável que não contava com a rapidez com que o rebocador Tritão atendeu ao chamado de S.O.S, já que estava perto, no Porto de Itajaí.

Nunca ficou provado se houve algum contrabando. Os tripulantes ficaram vários dias hospedados na cidade e retiraram seus pertences da embarcação, como rádios, televisores, gravadores, objetos de uso pessoal que traziam em suas cabines. Muitos desses objetos foram negociados, vendidos, até porque ficava inviável eles retornarem de ônibus e avião com esses objetos. Durante muito tempo, comentou-se sobre a venda de motos, que teriam vindo no meio do milho a granel, mas nunca ficou provado.

Os marinheiros ficaram alguns dias hospedados na cidade, aguardando suas repatriações. Ficavam na frente dos hotéis, lanchonetes. Alguns deles começaram a participar das novenas em honra ao padroeiro da cidade Santo Antônio dos Anjos. Eram motivo de curiosidade. Havia colombianos, argentinos, gregos. Onde estavam formava-se logo uma roda de pessoas, querendo saber mais. Foi certamente assim que um marinheiro argentino conheceu a moça lagunense.

As mortes ocorreram por descuidos e imprevidências, acidentais. Quatro operários, por causa do gás emanado do milho, sem uso de máscaras apropriadas; o piloto e passageiro do pequeno avião, pelo voo rasante na praia, chocando-se contra o cabo de aço usado para o transporte de materiais; e a sétima morte foi por afogamento, quando um sujeito caiu de uma boia.

O Prefeito Mário José Remor e o Juiz da Comarca Erwin Rubi Peressoni Teixeira podem ser considerados heróis. O primeiro, porque mobilizou centenas de pessoas, autoridades do Brasil e até do exterior, quanto ao encalhe e a posterior ameaça de derramamento do óleo, um desastre ecológico sem precedentes no sul do Brasil, se tivesse acontecido; já o juiz da Comarca, aguardava um desfecho para o caso, que envolvia Direito Internacional. Mas ninguém tomava providências. Reuniões e mais reuniões se sucediam, mas não se chegava a um veredito. O juiz Erwin, então, tomou providências. Mandou entrar no navio e nomeou um depositário para, com máxima urgência, retirar o óleo.

Se mais alguns dias tivessem se passado, o desfecho poderia ter sido trágico e todo um ecossistema lagunar, sua piscosidade em siris, camarões e peixes, estaria comprometido, afetando a vida de milhares de pessoas.

Sem dúvida, o enredo da retirada do óleo, que apavorou toda a cidade, e os acidentes e mortes, que ao longo do tempo foram acontecendo, criaram uma atmosfera de mistério, de tristeza, que o povo, por muitos anos, atribuiu à maldição do navio.

Material complementar

1. Mapa das Praias

Mapa das praias de Laguna



Fonte: Disponível em: <<http://mapasblogpost.com/>>.

2. Local com a medida exata da distância do local do naufrágio. Disponível em: <http://valmirguedes.blog.uol.com.br/arch2010-12-01_2010-12-31.html>.

3. Malteza S. Disponível em: <http://www.popa.com.br/_2010/NOTICIAS/index_jul10-ago10.htm>.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A QUESTÃO DO ESTADO LAICO E O USO DE SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM SALAS DE AULA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA FAUSTA GARCIA BUENO

The laico state and use of religious symbols in classrooms in a perspective of Public School Fausta Garcia Bueno

Glauber B. de Almeida¹
Maria Auxiliadora de Oliveira Siqueira¹

Resumo: O trabalho busca retratar o posicionamento dos alunos da Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno quanto à matéria facultativa de ensino religioso, bem como, a utilização de símbolos em sala de aula. Durante a pesquisa foi relatada a miscigenação religiosa com maior índice ao catolicismo, sendo pontuada a manifestação dos alunos quanto à tolerância ao credo de cada um. Quanto à matéria facultativa de ensino religioso não houve oposição, sendo relatada a necessidade do ensino da religiosidade como forma de oferecer conhecimento sobre as diversas religiões. No tópico do uso de símbolos, apesar do catolicismo representar a maioria, percebeu-se a manifestação de tolerância e respeito a outras crenças.

Palavras-chave: Catolicismo. Símbolos religiosos. Ensino de religião.

Abstract: The work seeks to portray the placement of students of the public school Fausta Garcia Bueno as the optional field of religious education and the use of symbols in the classroom. During the research it was reported religious miscegenation with the highest rate to Catholicism and scored the manifestation of the students as tolerance to the creed of each one. Regarding the optional field of religious education there was any opposition, being reported the need of teaching religion as a way to provide knowledge about different religions. The topic of the use of symbols although Catholicism represent the majority, realized the manifestation of tolerance and respect for other faiths.

Keywords: Catholicism. Religious symbols. Religious education.

Introdução

O divino e o sagrado sempre permearam o universo sociocultural, tornando as religiões presentes em diversas épocas históricas. Dentro desse universo sociocultural religioso, recorta-se o cenário brasileiro, formado por uma mistura de raças e credos que acabaram por tornar fértil o campo da religiosidade e estímulo à tolerância.

Nessa linha buscou-se verificar um núcleo específico, qual seja o meio escolar à ocorrência dessa mescla de culturas de forma a verificar o posicionamento de alunos de uma escola estadual, no caso a Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno em Campo Grande.

Por meio da coleta de dados, com perguntas e respostas, objetivou-se apresentar o posicionamento de alunos do ensino fundamental e médio da citada escola quanto à tolerância religiosa sob dois aspectos, aulas da disciplina de ensino religioso e a utilização de símbolos religiosos nas salas de aula.

O Ensino Religioso e a utilização de símbolos

Conforme os dados divulgados em junho de 2012 que fazem parte do Censo Demográfico

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

co 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a religião com maior número de adeptos no Brasil, cerca de 124 milhões de pessoas, é a católica, o equivalente a 64,4% da população. Nesse sentido, importa relatar brevemente as razões históricas dessa estatística para compreender o uso de símbolos e a implantação da disciplina facultativa de ensino religioso nas escolas brasileiras e o Estado brasileiro laico.

Breve consideração histórica do catolicismo no Brasil

O período do descobrimento, destaque aos anos 1500 a 1600, não interrompeu a continuidade das missões católicas romanas, pois a Europa ficou pequena para os movimentos religiosos. O período é caracterizado pela ampliação do mundo, conhecido pela busca de novos caminhos para o comércio, descobrir novas terras, colonizá-la e cristianizar os povos pagãos eram as metas.

Nas expedições, comandantes militares e exploradores levavam consigo representantes da igreja, a fim de cristianizar os povos que iam sendo descobertos e subjugados, cuja evangelização consistia na imposição de novos ritos religiosos, pouco explicado para os povos conquistados levando a uma religiosidade superficial e numa diversidade religiosa que permanece ainda hoje em grande parte da América Latina.

No período de 1500 a 1800, a educação religiosa foi desenvolvida como ensino da religião oficial para ser utilizada na evangelização dos indígenas e catequese dos negros, tudo era conforme os acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal. A aliança feita entre o Estado Português e a Igreja Católica resultou no poder político, o rei detinha o poder espiritual sobre seus súditos, deles exigia doações e taxas para a igreja, esquema que gerou a adesão ao Cristianismo, instalando, assim, a Crisandade no Brasil.

Nesta época o catolicismo foi sendo gestado em meio a conflitos religiosos, pois predominava o ensino escolar dirigido, somente pela Igreja Católica, por meio das Ordens e Congregações Religiosas, sendo que os Jesuítas tiveram exclusividade, como missionários oficiais da Coroa Portuguesa, na ação religiosa do Brasil.

Como instrumento de pacificação política e acomodação ao esquema, a religião foi se constituindo numa crisandade dependente de Portugal, os interesses religiosos e políticos se uniram debaixo da soberania real, proporcionando a expansão e solidificação do catolicismo no Brasil.

Laicidade do Estado brasileiro

O Brasil é formado por costumes, usos e práticas criadas pelos povos que colonizaram essa nação, destacam-se os povos originários (indígenas), povos europeus e africanos. Esses grupos étnicos trouxeram contribuições linguísticas, tradições alimentares e culturais, valores, ritos religiosos, música, danças, vestimentas etc., que cooperaram mutuamente com a formação da cultura brasileira.

Dessa mescla de culturas, o catolicismo ocupou posição de destaque no espaço político e social, face sua colonização, como já exposto, entretanto, para garantir o respeito e a liberdade a todas as outras religiões o Estado brasileiro passou a exercer constitucionalmente a laicidade para acomodar a liberdade de crença, de expressão e de consciência.

No campo da legalidade de reconhecimento dessa diversidade cultural e religiosa o artigo 5º, inciso VI, da Constituição brasileira se apresenta como fundamento.

Em outra frente o ensino religioso também foi legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, conforme artigo 33 da LDB 9.394/96.

Com essas previsões legais, várias comunidades religiosas vêm buscando valorizar suas

raízes para redimensionar seu papel na sociedade brasileira de forma a ampliar e conquistar fiéis.

No Brasil, a laicidade visa garantir a liberdade de expressão e respeito a todas as religiões, logo, o estado laico não é um estado ateu, mas sim um estado onde se respeitam todos os credos e sua exteriorização.

Sob o aspecto jurídico, a laicidade teve início no ano de 1890, com o Decreto nº 119-a, sendo tal condição confirmada posteriormente com a Constituição de 1891 e todas as demais, inclusive a atual, datada do ano de 1988, que traz em seu artigo 19 o seguinte texto:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Tais artigos consagram o estado laico e como toda ordem jurídica recebe interpretações. Lopes (2009) trata do assunto, ressalta que estado laico seria como um estado governado sem interferência de princípios religiosos, sem religião oficial ou qualquer coisa nesse sentido que possa influir nos rumos de governo, onde ele, necessariamente, não reconhecerá a religiosidade de seus cidadãos, que não influenciará nas decisões governamentais.

Trata-se de um estado que se mantém neutro e imparcial no que se refere aos temas religiosos, todavia, ignorar os posicionamentos religiosos dos cidadãos pode criar uma situação de intolerância religiosa, pois, para que exista tolerância é necessário que todos concordem mutuamente com as regras pela qual ela é exercida.

Robert Audi apud Lopes (2009) apresenta três princípios fundamentais do estado laico para uma sociedade democrática e livre: I) A liberdade de crença; II) A igualdade entre os cidadãos; III) A neutralidade do Estado.

Apresentadas essas premissas, pode-se entender que se um grupo de adventistas do sétimo dia for judicialmente buscar o direito de fazer provas de concurso público em dia não sagrado a eles, deverão fazê-lo com base no artigo 5º da Constituição Federal, inciso VIII e não com base em texto bíblico.

Como se observa, no estado laico as religiões se submetem ao ordenamento de tolerância religiosa, não sendo aceito que as instituições passem a operar a partir dos pressupostos religiosos de apenas uma maioria.

Entretanto, numa visão ampliada em que uma religião se sobrepõe a outra, os reflexos podem ser danosos, como descreve Almeida (2008) argumentando que desde 1891 o catolicismo não é mais a religião oficial, mas sobrevive um reconhecimento estatal implícito do catolicismo, como a tradição religiosa do feriado oficial de Nossa Senhora Aparecida.

Apesar dos princípios constitucionais da liberdade religiosa e da separação entre Igreja

e Estado serem adotados, esses princípios, por vezes são desrespeitados pela ação Legislativa ou pelo silêncio do direito a respeito da religião.

A partir dessas premissas e na seara do ensino religioso é possível levantar o seguinte questionamento: o Tratado entre a Santa Sé e o Brasil onde se prevê o ensino religioso é contrário à doutrina do estado laico? O uso de símbolos religiosos em órgãos públicos fere a laicidade do Estado?

Aspectos da normatização da disciplina do ensino religioso nas escolas

Destacam-se apenas dois artigos constantes do citado tratado, que foram explanados por Lopes (2009):

Artigo 11: A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa. §1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação.

O autor comenta que o artigo gera interpretação polêmica, pois apresenta uma interpretação de que as instituições públicas de ensino prestarão, incondicionalmente, o ensino religioso católico e de outras confissões. Nessa linha, o princípio da igualdade ficaria prejudicado, já que o ensino católico seria preservado ao passo que o de outras religiões necessariamente não. Seria atacado ainda o princípio da neutralidade, tendo em vista, que estaria o Estado estabelecendo uma aliança com determinada religião.

A demonstração de preferência por parte do Estado poderia interferir, mesmo que indiretamente na liberdade de crença, uma vez que o aluno seria impelido a responder provas conforme os ensinamentos da doutrina católica e não de acordo com a sua crença própria, sendo passível de discriminação por parte dos professores, seja na sua nota ou em comentários em sala.

O segundo artigo explanado por Lopes (2009) é o art. 12:

§ 1º. A homologação das sentenças eclesiásticas em matéria matrimonial, confirmadas pelo órgão de controle superior da Santa Sé, será efetuada nos termos da legislação brasileira sobre homologação de sentenças estrangeiras.

A República Federativa do Brasil declara o seu empenho na destinação de espaços a fins religiosos, que deverão ser previstos nos instrumentos de planejamento urbano a serem estabelecidos no respectivo Plano Diretor.

Nessa seara o autor entende que o artigo tem importância menor dentro do estudo, porém pode apresentar problemas quando se nota que haveria o ônus do Estado brasileiro em se destinar espaço para fins religiosos no plano diretor, apresentando benefício indireto à Igreja Católica, tendo em vista que é incabível e impraticável que cada município destine espaço a cada religião existente, de forma que tal artigo beneficia claramente apenas uma religião. A tendência é que a religião beneficiada seja a de maior presença e mais aceita, a se entender, na maior parte do Brasil, a Igreja Católica.

Nesse sentido cabe a explanação do professor Bruno Flávio Carmo Lopes (2009) que relata o breve contexto histórico da religião no cenário educacional, argumentando que a presença da Igreja Católica foi tão forte na educação, em razão da vinda de professores de Portugal, na sua maioria padres, que, quando se estabeleceram as aulas de religião de acordo com a confis-

são dos estudantes ou interesses dos familiares, a sociedade já tinha em sua mente que o correto, o não pecado era seguir os princípios católicos.

O interesse da metrópole era ‘salvar’ do pecado o Brasil ‘recém-descoberto’, introduzindo, de maneira dogmática, os ensinamentos da Igreja Católica, sem existir uma preocupação com as letras e as ciências. Não se deveria aprender a pensar por si só, mas apenas aceitar o que se determinavam o Estado e a Igreja. O Padroado Régio foi a confirmação da presença católica na legislação educacional, já que o Estado mantinha sua aproximação com a Igreja. Sendo assim, em 15 de outubro de 1827, D. Pedro I ‘propunha que os professores deveriam cuidar da leitura, da escrita, dos princípios da moral cristã e da doutrina da Igreja católica Apostólica Romana’. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 50).

Com a República, houve a separação entre Estado e Igreja e, sob influências dos ideais positivistas de Rui Barbosa, o ensino deveria ser leigo, e qualquer confissão religiosa, já que haveria liberdade de culto, deveria ocorrer nos seus templos e não nas escolas. Por pressão da Igreja católica, o decreto de 30 de abril de 1931 fazia retornar as aulas de religião segundo a confissão do aluno ou interesses da família. (OLIVEIRA et al., 2007). Com Getúlio Vargas, através da Constituição de 1934 foram decretadas: a obrigatoriedade do Ensino Religioso, mas com caráter facultativo, a sua presença em horários normais segundo a confissão do aluno. A engenhosidade de Vargas, procurando agradar a todos para a sua permanência no poder, influenciou a conciliação entre Estado e Igreja com o projeto de Lei Orgânica de 1941, o qual diferenciou o culto religioso das aulas de Ensino Religioso.

A primeira LDB, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, colocava de novo o Ensino Religioso como disciplina, a qual deveria ser ministrada nos horários normais das escolas oficiais e com caráter facultativo. Os estudantes, que formariam classes com qualquer número, teriam respeitada sua preferência religiosa e as aulas seriam ministradas pelas Igrejas, sem gastos para o Estado. Na ocasião, a presença no Brasil das Igrejas Protestantes causaria algumas dificuldades. Com a ditadura militar, a Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, o Ensino Religioso, presente nos horários regulares, deveria compor área de estudos que integrava as aulas de Moral e cívica, Artes e Educação Física. O período militar, do ponto de vista da educação religiosa, caracterizou-se pela base ecumênica e por um caráter político a favor ou não do governo autoritário. Em algumas partes do Brasil, havia um interesse na preparação do professor a nível superior, mas continuava a confusão entre escola e comunidades religiosas. O debate envolvendo professores acerca do caráter pedagógico do Ensino Religioso passou a tomar corpo com a constituição de 1988, quando o país entrava na fase de redemocratização. O Ensino Religioso no Brasil, por lei (art. 33 da Lei nº 9.394/06 e Resolução nº 02/98 do CNE - Conselho Nacional de Educação, de 7 de abril de 1998), deve constar no rol das disciplinas escolares. Os profissionais devem ser preparados, não somente para respeitar a diversidade religiosa, bem como para estimular uma consciência antirracista. A religião não pode continuar se apresentando no ambiente escolar de forma inibidora de diversas experiências culturais. É comum assistirmos comemorações de festas juninas nas escolas que, por possuírem um conteúdo doutrinário de homenagem a santos católicos, terminam inibindo a participação de estudantes de outras matrizes religiosas. (LOPES, 2009).

No tocante à parte legislativa, que se filia a ideia da religiosidade vinculada ao Estado, importa trazer à baila a matéria publicada no *site* da revista escola da editora abril que apresenta uma linha do tempo que mostra como a questão é tratada na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases, segundo Neto (2013):

Primeira fase 1500-1889

Regime jurídico de União Estado-Religião, nesse caso, a União com a igreja Católica 1549 - Trazidos pelo governador geral Tomé de Souza, chegam ao Brasil seis missionários jesuítas liderados por Manuel da Nóbrega. Em Salvador, fundam o colégio da

Companhia de Jesus, a primeira de centenas de escolas públicas e gratuitas espalhadas pelo Brasil. Originalmente essas instituições seriam para os indígenas, mas eles frequentavam apenas as unidades de fazenda, onde serviam de mão de obra para os jesuítas. Os colonos reivindicaram as escolas para educar também seus filhos e se tornaram seus usuários exclusivos.

1759 - Os jesuítas são expulsos de Portugal e dos territórios pelo Marquês de Pombal. O ensino público passa às mãos de outros setores da Igreja Católica. 1824 - Começa a vigorar a primeira Constituição do país – ‘Constituição Política do Império do Brasil’ - outorgada por D. Pedro I no dia 25 de março de 1824. A carta estabelece que a religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império.

Segunda fase 1890-1930

Regime jurídico de Plena Separação Estado-Religiões

1890 - O Decreto 119-A assinado pelo presidente Manoel Deodoro da Fonseca, proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa e consagra a plena liberdade de cultos.

1891 - Começa a vigorar a primeira Constituição republicana que define a separação entre o Estado e quaisquer religiões ou cultos e estabelece que ‘será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos’. Também se proclama que todas as religiões são aceitas no Brasil e podem praticar sua crença e seu culto livre e abertamente.

Terceira fase 1931-2008

Regime jurídico de Separação Atenuada Estado-Religiões

1931 - Decreto de Getúlio Vargas reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas de caráter facultativo. Em resposta, foi lançada a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, composta por representantes de todas as religiões, além de intelectuais, como a poetisa Cecília Meireles.

1934 - É promulgada uma nova Constituição, cujo artigo 153 define: ‘O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais’.

1946 - A Constituição que passa a valer em 18 de setembro diz: ‘O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável’.

1961 - A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) propõe em seu artigo 97: ‘O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva’.

1967 - A nova Constituição Federal diz: ‘O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio’.

1969 - A emenda constitucional número 1/1969 mantém a mesma redação da Constituição de 1967.

1971 - Na segunda LDB (5692/71) consta: ‘Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto a primeira o disposto no Decreto-Lei nº 369, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus’.

1988 - A nova Constituição diz, no artigo 210, parágrafo primeiro: ‘O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental’. O artigo 5 define: ‘é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias’. No artigo 19, consta: ‘É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter

com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

1996 - O texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), de dezembro de 1996, definia: 'O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa'.

1997 - Em julho, passa a vigorar uma nova redação do artigo 33 da LDB 9394/96 (a lei nº 9.475): O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Quarta fase - 2009

Regime concordatário?

2009 - Aprovação pelo Congresso Nacional do Acordo Brasil - Santa Sé, assinado pelo Executivo em novembro de 2008. O acordo cria novo dispositivo, discordante da LDB em vigor: 'Art. 11 - A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa. §1º O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação'.

Utilização de símbolos religiosos em órgãos públicos

Nessa seara apresenta-se, resumidamente, a abordagem dos pontos de vistas como forma de despertar o debate.

Para o Ministério Público Federal a ostentação de símbolos religiosos seria uma ofensa à liberdade de crença dos cidadãos. Além disso, o órgão argumenta que a Constituição Federal determina que o Brasil é um Estado laico, ou seja, não há vinculação entre o poder público e a religião, cabendo ao Estado proteger todas as manifestações religiosas sem tomar partido de alguma. "Quando o Estado ostenta um símbolo religioso de uma determinada religião em uma repartição pública está discriminando todas as demais ou mesmo quem não tem religião afrontando o que diz a Constituição".

Trata-se de espaço público e segundo o Ministério público o Estado brasileiro é laico desde 1891, e o catolicismo deixou de ser a religião oficial e a sociedade brasileira não é composta apenas por cristãos. Representantes de outras religiões, agnósticos e ateus merecem, como qualquer objeto religioso, que não precisa ter presença em edifícios oficiais, todo o respeito.

No mesmo sentido ressalta que a opção religiosa pertence à vida privada das pessoas, e ao desejarem essa opção tem o livre arbítrio de ir aos templos religiosos ou museus onde ocorre a manutenção de ornamentos religiosos, sendo o espaço público para todos os cidadãos.

Numa outra vertente observa que tais símbolos são patrocinados com o dinheiro público,

logo, mesmo aqueles que não pactuam de determinada religião acabam por contribuir financeiramente no seu patrocínio. Reforça ainda que a ideia de democracia é concebida como o regime jurídico de defesa dos direitos fundamentais das minorias que merece mais proteção do Estado.

É certo ainda que o Estado não pode embaraçar as religiões, logo, apesar do tradicionalismo e maior número de fieis todos devem seguir os preceitos da Constituição Federal, inclusive os católicos, haja vista que infere condições de consciência, haja vista que em outros tempos o totalitarismo causou muitas perseguições e mortes sob o símbolo da cruz.

Trata-se a exposição de tais símbolos de uma vinculação a um sentimento subjetivo individual e deve ser protegido porque diz respeito a dimensões culturais que podem interferir em todo um cenário político e social, haja vista que a religião ou seus símbolos podem influenciar a decisão do legislador em temas relacionados ao divórcio (filhos fora do casamento), aborto, células tronco. Desta forma, cabe ao Estado permitir as escolhas e não pactuar ideais religiosos.

Por outro lado, a manifestação dos eclesiásticos do catolicismo que defendem a utilização de símbolos religiosos, e no caso os símbolos da maioria cristã, a argumentação é de que a ofensa é subjetiva, e o símbolo religioso não ofende, mas representa uma cultura de perdão, misericórdia e faz lembrar o maior crime da humanidade, logo, se questiona quem ofendeu? Não há ofensa nos símbolos, mas sim, não há compartilhamento daquela doutrina ou fé.

Nesse sentido, entende-se que deve prevalecer a tolerância para com o grupo de maior tradição e número, o que revela a opção democrática por essa religião. Ir de encontro com esses ideais da maioria cria-se sim a repressão e a intolerância.

Destaca-se ainda nessa argumentação que quem não acredita não se ofende, porque aquele símbolo não tem valor para ele.

Já no campo da legalidade, afirma que não há expressamente previsão legal que impeça a utilização de imagens ou símbolos em repartições públicas, mas que a Constituição garante o pluralismo de religiões e o tradicional e cultural e do maior número tem o direito de representar sua vontade, como em toda democracia, logo, ao retirar tais símbolos de órgãos públicos estaria ofendendo a maioria.

Como se observa, o tema suscita questões profundas por envolver um sentimento religioso formado por diversas culturas.

Posicionamento escolar quanto à matéria facultativa do ensino religioso e uso de símbolos religiosos na escola

Por meio de entrevistas foram realizadas as seguintes perguntas a alguns professores:

1. Considerando a diversidade religiosa existente no Brasil, na sua opinião, há no meio escolar intolerância religiosa?
2. Você é favorável ao ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas?
3. A democracia fica prejudicada quando uma maioria professa um tipo específico de religião?
4. Democracia e religião são compatíveis?
5. O Estado brasileiro permite a igualdade e liberdade para todas as religiões?
6. Você é favorável ao uso de símbolos religiosos nos órgãos públicos?

Foram entrevistados um total de 4 (quatro) professores que ministram aulas no ensino médio e fundamental.

Da possibilidade de justificativa quanto aos questionamentos houve preferência por parte dos entrevistados apenas por respostas objetivas, como sim ou não.

No item relativo à questão 1 – Todos responderam não, alguns comentando que não há interferência religiosa, logo, não há manifestação de intolerância.

No item 2 – Os professores entrevistados se manifestaram favoráveis ao ensino religioso, mas numa concepção abrangente, qual seja que se fizesse uma abordagem de todas as religiões de forma a expor os conceitos como forma de compreensão desse campo, todavia, sem qualquer tipo de direcionamento específico de religião. Um manifestou-se contra, em razão da dificuldade de inserção dessa facultatividade na grade que exige um grande número de aulas.

No item 3 - A manifestação foi no sentido de ser possível uma interferência religiosa, todavia, no Brasil a convivência se mostra tolerante.

No item 4 - Houve manifestação de que é possível, desde que sejam respeitados todos os credos.

No item 5 - Como a constituição garante essa igualdade e laicidade, não há conflitos religiosos.

No item 6 - Todos se posicionaram contrários ao uso de qualquer símbolo em locais de visibilidade pública.

Das respostas, constata-se que, apesar da Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno não oferecer a disciplina de ensino religioso, em razão da grade direcionada à preparação do aluno para cumprimento da meta de ensino estabelecida pela secretaria de ensino, bem como aprovação em vestibular, foi ressaltada a relevância e importância de se passar alguns conceitos sobre as religiões e a religiosidade, sem qualquer direcionamento a uma específica.

Tal conhecimento seria benéfico como conteúdo humanístico que se entrelaça em todas as outras matérias, mesmo para aqueles que são ateus, quando o conhecimento seria válido como forma de fundamentar, argumentar e compreender o universo da religiosidade.

Quanto à utilização de símbolos religiosos, apesar da maioria professar a religião católica, houve uma leitura tolerante e apaziguadora dos entrevistados quanto à não utilização de símbolos religiosos nos órgãos públicos, de forma a atender todas as crenças.

Cabe destacar que foi observado nas salas onde são ministradas as aulas e nas salas que compõem a parte administrativa, a ausência de símbolo religioso.

Conclui-se que há, naquele meio escolar, uma convivência pacífica e tolerante quanto às religiões, seja por conta da falta de destaque para o ensino religioso ou demonstração optativa por algum tipo de crença, ficando a temática num estado pacificado.

Conclusão

No Brasil, é notório que o catolicismo é a religião historicamente majoritária, logo, tem destaque e relevância cultural na religiosidade, todavia não se quer dizer que as outras religiões sejam menos importantes, pois participaram na formação da cultura da sociedade brasileira.

A relevância das religiões deve passar também pela sensibilização da comunidade escolar e ser preparada para o exercício da autocrítica, autoavaliação e troca de experiências e concretização da tolerância.

As comunidades religiosas devem ser valorizadas em suas raízes em razão da dimensão de seu papel na sociedade brasileira, pois os grupos em minorias são grupos sociais presentes no nosso dia a dia.

No tópico relativo à utilização dos símbolos religiosos a questão tem enfrentado questionamentos jurídicos depende de decisão da corte maior no Brasil, logo não está pacificada, estando em amadurecimento no campo das discussões.

O Ministério Público Federal anunciou no dia 31/01/2013, que recorreu da decisão judicial de 1ª instância que negou a retirada de todos os símbolos religiosos de repartições públicas federais no Estado de São Paulo. O recurso foi apresentado pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Segundo a apelação, a ostentação dos símbolos religiosos "ofende a lai-

cidade do Estado e atenta contra os princípios constitucionais da liberdade, da igualdade e da impessoalidade".

Da mesma forma ocorre com o pacto Brasil-Vaticano que ainda não foi pacificado, e está em análise junto ao Supremo Tribunal Federal para análise de sua constitucionalidade frente ao Estado laico.

Da pesquisa realizada junto à Escola Estadual Professora Fausta Garcia Bueno, constata-se que não há relevante discussão religiosa quanto à utilização de símbolos ou aulas facultativas de ensino Religioso.

Referências

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. **Liberalismo Político, Constitucionalismo e Democracia**. Minas Gerais: Argvmentvm, 2008.

AUGRAS, Monique. **O Duplo e a Metamorfose**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890**. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Revogado pelo Decreto nº 11, de 1991. Vigência restabelecida pelo Decreto nº 4.496 de 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **O Índigena na formação da família brasileira**. Do Livro: “Casa, Grande & Senzala”, Editora Record, 28. ed., 1992.

LOPES, Bruno Flávio Carmo. **O tratado Brasil - vaticano à luz da doutrina do estado laico**. UNIP, 2009. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3931>. Acesso em: 28 mar. 2013.

LOPES, Bruno Flávio Carmo. Religiões afro-brasileiras: reflexões histórico-culturais e a influência sobre o ensino religioso. 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iS4aytpTUOMJ:artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_19106/artigo_sobre_religioes-afro-brasileiras--reflexoes-historico-culturais-e-a-influencia-sobre-o-ensino-religioso+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: mar. 2013.

NETO, Lauro. **Ensino religioso é obrigatório em 49% de escolas públicas contra a lei**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/leis-brasileiras-ensino-religioso-escola-publica-religiao-legislacao-educacional-constituicao-brasileira-508948.shtml>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

SOUZA, Rainer. **Catolicismo** - Equipe Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/religiao/catolicismo.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

SOARES, M. L. **Sincretismo afro-católico no Brasil**: lições de um povo em exílio. *Revista de Estudos da Religião*, SP, n. 3, p. 45-75, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. São Paulo, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

IMIGRAÇÃO ITALIANA & IGREJA CATÓLICA: UM ESTUDO DE CASO EM NOVA TRENTO-SC

Immigration & Italian catholic church: a case study in Nova Trento-SC

José do Nascimento¹
Eloisa Klein¹

Resumo: Este Trabalho de Graduação trata de objetivar a relação entre imigração italiana e a religião católica a partir do estudo de caso do município de Nova Trento, no período de 2005 a 2014. Para tanto, foi adotado o Método Bibliográfico, isto é, jornais, documentos dos Arquivos Públicos e Eclesiásticos, Dissertações, Teses e outras referências de estudos acadêmicos além da história oral. As informações construídas com os dados obtidos foram sistematizadas em três capítulos que tratam de alguns aspectos da unificação italiana, buscando analisar os aspectos religiosos e a interferência da Igreja Católica no dia a dia dos camponeses e a vinda destes para o Brasil, no grande êxodo italiano, no final do século XIX, para fazer la Merica, afirmando-se como um local para que os descendentes de italianos fizessem a cucagna.

Palavras-chave: Imigração. Religião. Turismo. Madre Paulina.

Abstract: This paper has the objective to observe the relationship between Italian immigration and the Catholic religion from the case study of the city of Nova Trento, from 2005 to 2014. Therefore, the Library method was adopted, with a reading of documents like newspapers, documents Public Records, Ecclesiastical, dissertations, theses and other references to academic studies and oral history. Information constructed with data obtained were systematized in three chapters dealing with some aspects of Italian unification, trying to analyze the religious aspects and the interference of the Catholic Church in the daily life of peasants and the coming of these to Brazil, the great Italian exodus at the end of the nineteenth century to america, asserting as a place for the Italians descendants.

Keywords: Immigration. Religion. Tourism. Madre Paulina.

Introdução

“Os verdadeiros intelectuais ou são alinhados com o poder, tentam abrir seu caminho no mundo, ou têm uma relação crítica com o poder e precisam testá-lo, interrogá-lo e, sobretudo, expor as consequências propositais ou inconscientes do poder”. (HALL, 2003, p. 3).

A ideia principal desta pesquisa é investigar alguns aspectos que envolvem a história da imigração italiana em Nova Trento, de forma a destacar como se constituíram as relações entre imigração e religiosidade no período de 2005 a 2014.

Pesquisar um evento histórico no momento em que ele acontece é uma tarefa muito instigante. Envolver-se com as fontes, geralmente mais acessíveis que as encontradas pelos historiadores de épocas distantes, conduzem o pesquisador por entre caminhos até recentemente pouco explorados. Nesse trajeto, os grandes mistérios quanto à interpretação da linguagem são abolidos, uma vez que os símbolos são conhecidos e vivenciados pelo pesquisador, inserido no contexto que pretende apreender.

[...] o pesquisador é contemporâneo do seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

fundamental, que ordinariamente separa o instrumento intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história. (CHARTIER, 1998, p. 24).

A história do presente, que tem como característica básica a presença de testemunhos vivos, suscita crescente interesse e inúmeros debates, cujos objetivos são os de definir uma metodologia, fundamentos e princípios desse enfoque historiográfico, e justifica-se pela vontade de entender os impactos das transformações aceleradas das últimas décadas e reagir a eles. (CHAUVEAU, 1999).

A história sobre os planos, as ações e as experiências referentes à imigração italiana constitui-se, sem dúvida, numa história do tempo presente, pois seu cerne se encontra nas duas últimas décadas. Se por um lado as facilidades são grandes, devido à farta documentação, por outro, o grande desafio do pesquisador, neste estudo, foi o de dar sentido às leituras bibliográficas e ao *corpus* documental.

Para alcançar tal meta, buscamos o conhecimento na pesquisa bibliográfica, fizemos a leitura dos planos para o turismo das administrações públicas estaduais e municipais do estado de Santa Catarina, que se mostraram fundamentais, sobretudo aqueles referentes aos últimos 14 anos, quando começa a surgir de forma mais relevante a preocupação com o turismo religioso no Estado. Assim, buscamos nos periódicos estaduais e municipais as tessituras e seus possíveis diálogos, certamente conflituosos, como marco inicial para dar visibilidade às contradições e mostrar os embates ideológicos sobre o tema.

As fontes escritas, como os jornais, foram pesquisadas no Arquivo Público do Estado, na Biblioteca Pública de Florianópolis e na do Município de Brusque. Na Cúria Metropolitana de Florianópolis, na Matriz de Nova Trento e no Santuário buscamos os registros documentais, enquanto que no Arquivo da Assembleia Legislativa estão os documentos referentes às mensagens de cada Governador em relação ao município abrangido nesta pesquisa.

No uso da metodologia da história oral, não se pretende radicalizar e entender o relato dos testemunhos como “aquilo que realmente aconteceu”; tampouco se tem a pretensão de preencher os vazios que a tradição historiográfica, eclesiástica ou não, deixou em Santa Catarina. Neste sentido, usar as fontes orais para encontrar a “verdade” seria dar uma visão muito simplista para a complexidade do uso da história oral. Antes, essa é entendida como “uma fonte documental a mais para o trabalho do historiador e, como tal, sujeita aos mesmos cuidados que dedicamos a outros materiais, reconhecendo suas potencialidades e colocando sempre as questões advindas de nossas problemáticas de investigação”. (CHARTIER, 1998, p. 20).

A renovação dos estudos históricos ganhou força a partir da Escola dos *Annales*, justificando o uso da micro-história, que entre outras coisas, tinha como pretensão compreender as relações entre um objeto individual ou particular dentro de um meio mais geral. Seguindo o pensamento de Giovanni Levi, tem-se que a micro-história não procura

sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para um fenômeno mais geral. (LEVI, 1992, p. 158).

Pretendemos, nesta pesquisa, compreender o processo particular da imigração italiana dentro da perspectiva da religiosidade. A descrição entre imigração italiana e religiosidade a partir do estudo de caso do município de Nova Trento, no período de 2005 a 2014, está intimamente relacionada com o paradigma de mercado. A visão de mundo volta-se para a religiosidade, na qual se encontra um novo filão de consumo e possibilidades econômicas para o municí-

pio, visto que a primeira santa do Brasil morou na região. Com isto, pode-se perceber em Jean Baudrillard (1991, p. 47) usa o termo da “mensurabilidade da felicidade” no mundo moderno, em busca de meios que se legitimam no “espelho” e “vitrine”, onde o homem fica absorto na imagem refletida do espelho e contemplativo na vitrine. Com o turismo, os territórios nacionais e internacionais se reconhecem e se relacionam, as migrações se multiplicam, os modos de vida se padronizam. A mobilidade social no espaço torna-se uma condição de existência. Dessa forma, observa-se a influência do planejamento turístico sobre o desenvolvimento da urbanização de Nova Trento, já que essa atividade exerceu influências determinantes para o progresso socioeconômico da região.

Devido ao curto espaço de tempo e à complexidade do tema, optou-se por limitar o estudo ao Santuário de Santa Paulina, visto que a canonização e a criação desse santuário em 2002 fizeram com que a região adquirisse maior importância no cenário nacional, proporcionando um maior fluxo de pessoas que procuram o Estado.

Foram excluídos outros Santuários, como o de Nossa Senhora de Azambuja, em Brusque, e o de Nossa Senhora do Bom Socorro, em Nova Trento, não por serem considerados pouco importantes, pelo contrário: acredita-se que, por serem os mais antigos do Estado, carecem de estudos mais aprofundados que permitiriam a compreensão de fenômenos ligados à colonização italiana da região, sob a ótica da religião. Além disso, a importância do Santuário de Azambuja para a Arquidiocese passa pela construção do Seminário, do Hospital, da Gruta, do Asilo, do Hospício e do Morro do Rosário, importantes para a propagação Mariana e a romanização² da população, realizada em sua maioria pelo clero enviado pela Sé romana. Os padres estrangeiros, como os franciscanos jesuítas e do Sagrado Coração de Jesus também atuaram em outras regiões do Estado, além de Brusque. O mesmo se pode dizer com relação aos padres teuto-catarinenses formados em São Leopoldo e Pareci Novo, no Rio Grande do Sul (ALVES, 2014).

Na ambiguidade das ações governamentais, os administradores públicos têm se preocupado em demonstrar interesse no Santuário, mas com pouca praticidade quanto ao que compete a ele, principalmente com relação às vias de acesso ao monumento. A economia do município e de seus circunvizinhos, até indiretamente no âmbito regional, esperavam da imagem de Santa Paulina a solução para seus problemas econômicos. Por outro lado, constitui-se em motivo de orgulho para os neotrentinos ter em sua “casa” a primeira santa brasileira como mola propulsora para alavancar o município e, desta maneira, a cidade toma pequenas decisões particulares. Com isso, se resumem alguns capítulos de glórias e conquistas, nos quais não haveria espaço para homens e mulheres comuns participarem do grande espetáculo da história como sujeitos ativos.

É proposto aqui não preencher essas lacunas, mas mostrar as possibilidades de outras versões para a história da imigração e do Santuário de Santa Paulina, pois “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. (BENJAMIM, 1995, p. 223).

Para fins didáticos, a pesquisa foi dividida entre os Fios Condutores da Imigração Italiana e o Rumo à Cuccagna, foram abordados alguns aspectos da unificação italiana, buscando analisar os aspectos religiosos e a interferência da Igreja Católica no dia a dia dos camponeses e a vinda destes para o Brasil, no grande êxodo italiano, no final do século XIX, para fazer *la Me-*

² Do reconhecimento do Brasil à Proclamação da República, o catolicismo foi a religião oficial do Brasil, devido ao acordo conhecido como *Padroado*, firmado entre o Papa e a Coroa portuguesa. Neste tipo de acordo, todas as terras que os portugueses conquistassem deveriam ser catequizadas, mas tanto as igrejas quanto os religiosos se submetiam à Coroa portuguesa em termos de autoridade, administração e gerência financeira. Com a proclamação da República, foi declarada a independência do Estado em relação à Igreja e foi instituída a liberdade de culto, sendo o Brasil declarado um estado laico. A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja no Brasil busca fortalecer-se com a Sé romana, separando-se cada vez mais do Estado segundo um modelo inspirado no Concílio de Trento e do Vaticano I. Esse processo é conhecido como *romanização*.

rica. Abordou-se, também, a formação da Capela de São Jorge, logo em seguida mudada para Nossa Senhora de Lourdes por questão devocional e imposição dos padres jesuítas, firmando suas raízes até na data presente em Nova Trento. A fim de compreender os motivos e o processo de instalação desse centro religioso, foram utilizados autores como Roselys dos Santos, Renzo Maria Grosselli, Rovílio Costa, Michel Lacree, Michel Foucault e tantos outros.

Por fim, o entrelaçamento entre história e religião, há algum tempo, despertou, no pesquisador, por experiências pessoais, buscar essa relação; fé e turismo, como quando grupos de peregrinos pernoitavam em Gênova - Itália para seguirem até Lourdes, na França. Desde então, tornou-se inquietação sobre as diversas razões que levam as pessoas a realizar essas viagens. Ao identificar esse fenômeno também no Brasil, em Santa Catarina, especialmente no Santuário de Santa Paulina, encontrou-se um vasto campo ainda pouco explorado pela historiografia. Com a consciência de que a história é um tipo de conhecimento humano, e como tal sujeita a erros e acertos, arriscou-se buscar alguma luz por além da neblina que encobre a trilha do conhecimento, com a certeza de que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. (BENJAMIM, 1995, p. 224).

Alguns fios condutores da imigração italiana

Como os pássaros vão de um continente a outro no mudar das estações, assim o homem deixa sua terra para descobrir em outros países a felicidade e a melhoria da própria existência. Porém, enquanto os animais migram sem obstáculos, os homens nem sempre são livres para deixarem as suas casas. (FINARDI; BUZZI, 1976, p. 45).

Esta jornada, a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, começa com a metáfora das ervas daninhas de Gilles Deleuze e Felix Guattari, entretanto, isto não simboliza que os imigrantes italianos fossem danosos, procurou-se, aqui, demonstrar como eles saíram da Itália e como se adaptaram por estes recôncavos, bem como foram transportados nas asas do tempo e teceram seus fios e rizomas em novas paragens a partir da segunda década do século XIX.

Neste sentido vale diferenciar o sentido os diferentes sentidos do conceito de árvore na visão de mundo ocidental e na visão de mundo oriental.

É curioso como a árvore dominou a realidade ocidental e todo o pensamento ocidental. O Ocidente tem relação privilegiada com a floresta e o desmatamento. O Oriente representa uma outra figura: a relação com a estepe e o jardim. Não existiria no Oriente algo como um modelo rizomático que se opõe sob todos os aspectos ao modelo ocidental da árvore? O rizoma, ao contrário da árvore que é fixa e rígida, é uma cultura de tubérculos que procede por fragmentação e multiplicidade. No Ocidente, a árvore plantou-se nos corpos, endureceu e estratificou até os sexos. Ao contrário, no Oriente, o rizoma é uma libertação da sexualidade, não somente em relação à reprodução, mas também em relação à genialidade. Nós do Ocidente perdemos o rizoma ou a erva. E conforme Henry Miller, a erva daninha é a Nêmesis dos esforços humanos. Entre todas as existências imaginárias que nós atribuímos às plantas, aos animais e às estrelas, é talvez a erva daninha aquela que leva a vida mais sábia [...], a erva existe exclusivamente entre os espaços não cultivados. Ela preenche os vazios, ela cresce entre e no meio das outras coisas. A flor é bela, o repolho útil, a papoula enlouquece. Mas a erva é o transbordamento, ela é uma lição de moral. (DELEUZE, 1996, p. 29).

Com essa metáfora inicia-se este TG, que sintetiza a vinda desses imigrantes e pode ser aplicada no estudo dessa primeira fase, destacando-se alguns fenômenos da construção do

Santuário de Santa Paulina, em Vígolo – bairro de Nova Trento. E há que se recordar que o solo nesta localidade do Estado de Santa Catarina, é o lugar de enraizamento de um grande número de retirantes neotrentinos, lombardos, poloneses e tantos outros.

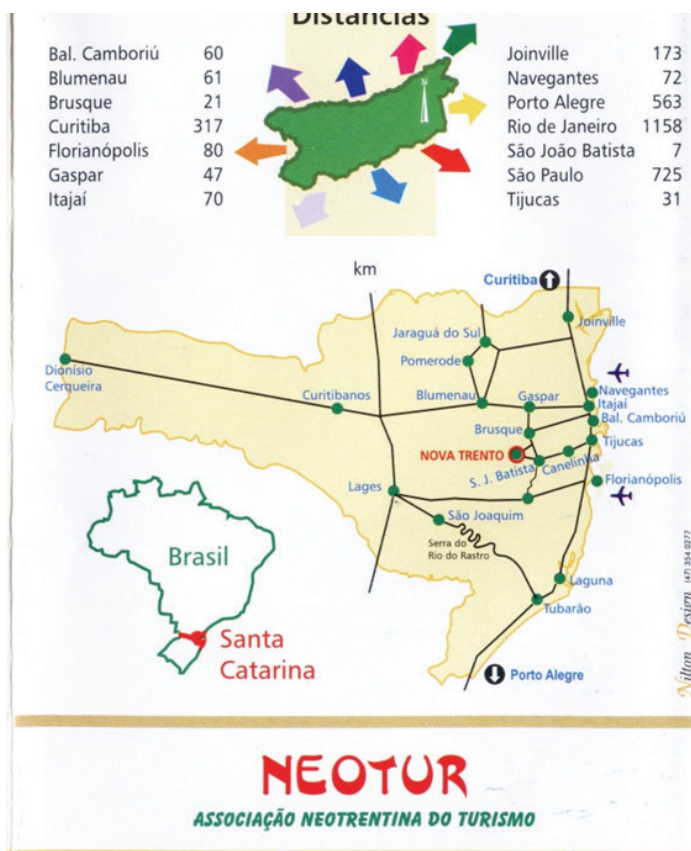
Nova Trento situa-se no Vale do Rio Tijucas, distante aproximadamente 84 quilômetros da capital catarinense, Florianópolis. Os maiores centros urbanos ao seu redor são Brusque, 21 quilômetros ao norte e, à nordeste a cidade de Tijucas, distante 31 quilômetros pela rodovia SC 411, estando, também, a 60 quilômetros do Balneário Camboriú, pela rodovia SC 411 e BR-101.

A sua extensão territorial é de 431 quilômetros quadrados, e é situada nas seguintes coordenadas geográficas: 27°17'09" de latitude sul e 48°55'17" de longitude oeste. O município é composto por três distritos: Distrito Sede, Distritos de Aguti e Claraíba. Eles possuem, respectivamente, uma área urbana de aproximadamente 39 quilômetros, além de 391.52 quilômetros de área rural. A altitude média de Nova Trento é de 30 metros acima do nível do mar. Sua população, segundo censo de 2000, é de 9.853 habitantes, sendo 63% urbana e 37% rural, com uma densidade demográfica de 23.99%.

Limita-se ao norte com Botuverá e Brusque, ao Sul com Major Gercino e São João Batista, à leste com Canelinha e à oeste com Leoberto Leal e Vidal Ramos. A maioria dos limites geográficos do município é natural: rios e montanhas. A comunicação terrestre se dá pela ligação entre os Vales do Rio Tijucas e Rio Itajaí.

Na Figura 1, a seguir, é possível visualizar o município, sua localização no estado de Santa Catarina e seus limites territoriais.

Figura 1. Localização geográfica do município de Nova Trento (SC)



Fonte: Neotur – Associação Neotrentina do Turismo (2000)

Unificação Itália e seus processos

O município de Nova Trento é considerado um dos três principais polos de colonização italiana no Estado de Santa Catarina³. Porém, é preciso apontar, antes, alguns fenômenos da história da Itália⁴ nos anos que precederam a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil. Para compreender historicamente a emigração italiana no final do século XIX não basta estudar a história política da Itália, mas, também, devem-se conceber alguns elementos do cotidiano dos italianos por volta de 1861, ano da Proclamação do Reino da Itália.

No contexto de transformações políticas o advento da doutrina cristã romana ocupava papel central na vida e no imaginário da sociedade; tal ocupação se dava pelo clero para combater os males e a imoralidade na sociedade (SANTOS, 1999, p. 217). Para Bronislawo Baczko, o imaginário serve como referencial de controle da vida coletiva e de exercício da autoridade e do poder. Ele acrescenta que a representação do imaginário social é sustentada pela sua hegemonia, e que “qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar certo controle sobre os seus circuitos de difusão”. Essas práticas eram um elo de sustentação, “representações da ordem social, dos atores sociais e das relações recíprocas [...], das instituições sociais em particular que dizem respeito ao exercício do poder” (BACZKO, 1985, p. 309 e 313).

A formação do Estado Italiano trouxe consigo medos, intranquilidades e utopias⁵. Nesse mundo de crise, Rovílio Costa (1981, p. 90) relata que “os imigrantes italianos, em sua terra natal, eram protegidos pelos párocos. Tinham igrejas organizadas, com coral, orquestra, local de encontro”. Mediante esses signos organizativos de união, os italianos se revelam portadores de simbologias dentro da corporeidade do significado maior que é a Igreja Católica, que se outorga a verdadeira representante de Deus na Terra, como Igreja Militante⁶.

Diante de incertezas políticas e sociais do Regime Monárquico Italiano (1861 a 1946)⁷, a vida dos camponeses continha muitos obstáculos, tais como uma alimentação pobre e à base de milho, crise e praga na uva e bicho-da-seda, o aumento da população que agravou a falta de produtividade dos terrenos montanhosos já de difícil manuseio. Se junta a esses fatores os altos impostos cobrados pelo governo central, a industrialização tardia que trouxe novos elementos e aboliu antigas tradições e impeliram os camponeses a buscarem outras formas de sobrevivência, talvez, devido às exaustivas jornadas de trabalho de 13 horas ou mais. Diante dessa realidade, o refúgio para a grande maioria foi a busca pelo consolo divino que se dava de muitas

³ Informações coletadas no Sebrae Nacional - Plano Integrado de Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Nova Trento. Nova Trento, 2005. p. 11.

⁴ Torna-se complexo traduzir, da língua italiana para o português-brasileiro, certos conceitos geográficos, pelo que apresentam e representam. Será adotado neste TG o vocábulo *regione(i)* em vez de Estado(s), e *provincia(e)* como circunscrição administrativa constituída de um conjunto de pequenos centros menores, sendo o mais importante desses o *Capoluogo(ghi)* (capital); *paese(i)* será adotado como vilarejo ou aldeia.

⁵ Utopia: do grego *ου* = nenhum e *τοπος* = lugar. Segundo alguns teóricos da sociologia, as utopias estariam relacionadas “a uma insatisfação com uma determinada situação e o desejo de romper com o presente, com o fim de operar transformação na sociedade.” (Tradução própria). (MORSELLI, 1981. p. 211).

⁶ Segundo o Catecismo Católico do Vaticano I, os fiéis que estão na terra devem ainda lutar pela sua salvação eterna; formam a Igreja Militante. Os santos do céu já alcançaram a coroa da vitória; constituem a Igreja Triunfante. As santas almas do purgatório devem ainda sofrer as penas da purificação; constituem a Igreja Padecente. In: (**Catecismo Católico**. 1963. p.110-111). Já no Catecismo do Vaticano II, a definição de Igreja Militante, Triunfante e Padecente se encontra de forma implícita. In: (**Catecismo da Igreja Católica**. 2003. §. 1180, 1185, 1186, 2691).

⁷ A atual Itália que conhecemos, que faz parte do G8, não era assim compacta antes da sua unificação. Ao sul compunha-se o Reino das duas Sicílias, compreendendo Sicília e Nápoles, sob o domínio dos Bourbons. No centro, os Estados Pontifícios, governado pelo Papa, e ao norte, o Reino do Piemonte-Sardenha, governado pela casa Savoia e Parma sob o comando dos Bourbons do *Reino das duas Sicílias*. O Vêneto era domínio do Império Austro-húngaro; Módena e Toscana eram dirigidas por duques que defendiam os interesses austríacos. In: (CAPPELLI, 1988, p. 287).

formas, através da intensa presença do clero. A busca mais comum era a religiosidade como experiência pessoal, aberta para novos horizontes de maneira relativamente autônoma em relação à realidade social, através da qual o Papa Pio IX encontrou, nas devoções religiosas como o Sagrado Coração de Jesus e Mariana, um vasto campo para combater as ideias do liberalismo nascente na Itália e também em toda Europa, sendo um subterfúgio concreto para continuar a hegemonia do clero (LIBANIO, 2001).

Tanto a Cidade Eterna como muitas outras cidades que abrigavam Santuários estavam presentes no imaginário popular. Assim, Roma se transforma em lugar de criação teológica (MADRE MATILDE, 1986). Além disso, assume uma dimensão catequética, combatendo as formas políticas consideradas negativas, tais como o liberalismo e o progresso, que iam contra o poder constituído da Igreja Militante. Dessa forma, a busca pelo sagrado se reflete nos lugares já predeterminados pela ação sagrada e, concomitantemente, histórica, sendo Jesus Cristo visto como fonte de Água Viva, que restaura a vida e sacia a sede de cada um dentro da fraternidade e da solidariedade.

A busca pelo divino se dava não somente nas horas mais necessitadas, como na doença ou na seca, mas também quando ocorriam quaisquer fenômenos fora da compreensão dos camponeses, no seio da família ou no meio da comunidade. Estes fenômenos se refletiam no cotidiano, pois além de o dia a dia ser revelação do mistério divino, a doutrina católica era tida como transposição da ordem cósmica e das necessidades materiais e espirituais dos crentes. Tal doutrina, em geral, subvertia as relações de confiança dos camponeses. Essa subversão se dava mediante a ótica da devoção, principalmente com a imitação da vida dos santos, porque eles “ensinam que sofrendo, com resignação, as contrariedades, as perseguições, santifica-se a alma” (BERTELLI, 1995, p. 30). As confissões eram outra maneira de controle, já que por elas os padres sabiam o que ocorria ao seu redor e estavam prontos para condenar e advertir (in) diretamente do púlpito, através dos sermões, com base no que fora ouvido nos confessionários, constituindo-se tal prática em uma espécie de rede de informações.

O camponês, como indivíduo, projetava sua vida na Igreja e esperava que ela o conduzisse até o Paraíso. A recompensa, segundo sua concepção, viria através da prática da religião, como bem último. A Igreja aproveitou-se dessa dependência psicológica reforçando a fé religiosa, na qual o clero, de um modo geral, apoiava, resumindo no lema dos Jesuítas, *Ad maiorem Dei gloria* - para a maior glória de Deus. Este *moto* era utilizado embasando todos os documentos e falas da congregação jesuítica e, também, era usado em circunstâncias nas quais era necessária a intervenção da Instituição Católica.

A religiosidade camponesa é fruto da imagem reproduzida da “densidade dos problemas que atacam a condição rural” (FIORES, 1989, p. 1153), e mantida pelo sistema da não compreensão ou até mesmo a ingenuidade de se perceber a ação sacralizadora da Igreja, no sentido em que aquele que estivesse fora da sociedade perfeita, ou seja, desse invólucro institucional era condenado à excomunhão. Não estar em comunhão com o outro era estar fadado à danação eterna. Enfim, se alguém estivesse fora dessa promessa da religião cristã no seu dia a dia, seria condenado e, sendo subjugado, haveria repercussões nas relações afetivas e no ambiente natural onde se vivia. Daí a importância de seguir a doutrina e, através dela, ter um vínculo com o mundo sobrenatural.

As práticas religiosas dos camponeses advinham da instituição católica, que era responsável por eles e por isso se deixavam controlar pelos padres. A Igreja no período medieval e no início da idade moderna era tida como sociedade perfeita e que se contrapunha às ideias liberais.

Com as transformações políticas e sociais que estavam acontecendo na Itália e no mundo europeu na metade do século XIX, os camponeses, sem a segurança da bênção dos agentes sacralizadores, estariam fora da comunhão, da proteção divina, pois era através dos atos litúrgi-

cos, como a missa e os atos devocionais, que eles poderiam se considerar salvos como, também, seus bens materiais. Por isso, a necessidade de imitar a vida de Jesus Cristo e a dos Santos (Leão XII, 1959). Assim, o homem se tornaria coparticipante da criação e membro dependente dessa sociedade perfeita. Toda essa catequese estava presente nos sermões e na atividade missionária da prédica em (re) evangelizar os fiéis através da metodologia direta de ser observado: Deus nos vê, Ele escuta os corações em uma espécie de panóptico foucaultiniano (FOUCAULT, 1984).

Na referida forma de manipulação do sagrado⁸, a população era vista com importância pelo sistema econômico que estava se definindo, o liberalismo. A Igreja, com os seus códigos e representações, daria à população sustentação nas crenças tradicionais feitas e construídas nos vários Concílios realizados dentro do seio dela, visto que ela estaria mais próxima da vida camponesa e medieval⁹, de onde brotou, desenvolveu e permaneceu com seu tradicionalismo¹⁰ e, portanto, consequentemente ligada à manifestação do sagrado que se revela, ou seja, a hierofania.

Na nação emergente italiana, fragmentada e impregnada pela religião católica romana, a Igreja, com todo o seu aparato, e com a maneira de representar a sua totalidade e poder, fincada na tradição, por sua vez, era em si um conjunto de regras estabelecidas e absorvidas pelos aldeões, pela vida religiosa e litúrgica, e pelos anciãos ou reis que estavam no poder. A modernidade¹¹ substituiu as regras da política, da economia, da ideologia e, principalmente, as do âmbito da cultura e da estética, novas regras surgidas da rotina da vida na fábrica ou dos regulamentos da organização burocrática (LYON, 2005). Na ótica de Dominique Julia,

[...] os sociólogos do começo do século XX constatavam a decadência das crenças tradicionais frente ao desenvolvimento do pensamento científico, mas retornavam, ao mesmo tempo, de maneiras variadas, à velha ideia de Augusto Comte, segundo a qual as sociedades só podem manter estrutura e coerência por meio de crenças comuns que reúnam os membros da comunidade. (LE GOFF, 1995, p. 107-108).

Novos ares políticos na Itália

Em 1847, um ano após a eleição do Pontífice Pio IX, Giovanni Mastai Ferretti (1792-1878) se contrapôs ao Estado. Nesta contraposição a Igreja usou a ferramenta das crenças como forma de manter a sua hegemonia e como princípio para atuar, assim participar da vida política, e seu magistério para legitimar-se. Por meio dessas crenças manteve-se a herança que pesa so-

⁸ Por sagrado se entende a faculdade natural que o homem tem de idealizar, substituir o mundo da realidade por um mundo diferente para onde se transporta pelo pensamento. Apenas o homem tem a faculdade de conceber o ideal e de o acrescentar ao real. O que define o sagrado, e também o ideal, é o fato de ser acrescido ao real, ao profano. Essa dicotomia entre o sagrado/profano assegura a sólida ligação entre os homens e torna possível a ordem social. Cf.: (DURKHEIM, 2000, p. 19-21).

⁹ A Idade Média não existe. Foi criada *a posteriori*, pelo século XVI, que se via como responsável pela retomada da cultura greco-latina. O termo *medium aevum* foi empregado pela primeira vez por humanistas italianos para designar o período entre a Antiguidade Clássica e o Renascimento do séc. XVI. Tais humanistas afirmavam ser esse um período de *tenebrae*, marcado pela suspensão do progresso iniciado pelos gregos e romanos: estava criado o mito historiográfico da idade das trevas, um período intermediário, caracterizado pela barbárie, ignorância e superstição. Felizmente, a Nova História vem libertando a época medieval de todos os rótulos que a haviam deformado. Naturalmente, nesse estudo será utilizado o termo Idade Média não no seu sentido original, dado pelos Renascentistas, mas como um período com características próprias, que propiciou, entre outros elementos, o nascimento das línguas neolatinas e das literaturas, a criação das universidades e das instituições bancárias e o surgimento de cidades e de uma arte com características renovadoras. Ver: (FRANCO JUNIOR, 1996).

¹⁰ Por tradicionalismo entende-se, em geral, uma postura conservadora comprometida unilateralmente com a tradição, ou seja, com o passado. Ver: (ZILLES, 1989, p. 34).

¹¹ O termo modernidade tem uma história longa, vem do termo latino *modernus*, e já aparece no V século d.C., para distinguir o cristão oficial presente do romano pagão passado.

bre o seu domínio político, mantendo-se no ambiente como detentora e defensora de seus limites geográficos. O Estado Pontifício estava minado de corrupção e abandono, provocados pelas divisões internas da Igreja e também pelos meeiros, que tomavam as terras cuja posse outrora era da Igreja. Tal modo de agir refletiu e se fundamentou nos seus procedimentos, bem como no discurso contra a unificação política, administrativa e espacial da Itália, num espaço sociocultural impregnado de dúvidas e incertezas.

No início de 1861, a Câmara do Novo Parlamento Italiano, composta de 443 deputados, aprovou a lei de um só artigo: o rei Vitorio Emanuel II (1820-78), como soberano da Sardenha (1849-61) e da Itália, assumiu para si e para os seus descendentes o título de regente da Península (MONTI, 1998). Segundo Antonio Bracanti, no mesmo ano, a lei foi sancionada pelo soberano que acrescentou a fórmula: *re d'Italia per grazia di Dio e volontà della Nazione* - rei da Itália pela graça de Deus e vontade da Nação. O regente tomou para si o título de *Vitorio Emanuel II* ao invés de *Vitorio Emanuel I*, para sublinhar a continuidade da monarquia. A unidade da Itália não tinha sido finalizada ainda, faltavam Roma e Veneza. O Conde Camillo Benso Cavour (1810-1861), primeiro ministro do reino do Piemonte, representante dos grupos liberais e progressistas, em 1852, tornou-se o artífice da unidade italiana (ROMANO, 1998). Um debate provocado na Câmara, pelo mesmo ministro, em meados de 1861, concluiu-se com o voto da opinião pública, que aclamava Roma como capital nacional.

Além disso, houve um grave dissídio entre Cavour e Giuseppe Garibaldi (1807-1882) a propósito da organização das tropas voluntárias que zarpariam de Gênova-Quarto e desembarcariam na Sicília, com a *spedizione dei Mille* (MONTI, 1998). A denominação *dei Mille* dada à expedição ocorreu em razão de que mil homens vieram de todas as partes do norte da Itália, principalmente de Bergamo-Lombardia, para se juntar a Giuseppe Garibaldi. Esta expedição entraria no *Regno delle Due Sicilie* (Nápoles e Sicília) e iria em direção ao Estado Pontifício para conquistá-lo, dando-se a Questão Romana.

O ultimatum do Piemonte na questão romana

Unida com o Papa, a França, “filha mais velha” da Igreja Católica, veio em socorro do Estado Pontifício. Porém, mesmo com a participação francesa e de grupos dirigentes peninsulares, Roma foi tomada pelos revolucionários. Giovanni Visconti Venosta (1831-1906), ministro do exterior do jovem reino, reconheceu que a Questão Romana foi o vínculo que diminuiu a liberdade de ação para tornar dependente a política italiana da francesa (BRACANTI, 1985).

A Questão Romana foi colocada no dia seguinte à proclamação do Reino da Itália, no fim de outubro de 1860. Camillo Benso, conde de Cavour, declarou-se confiante de que “o exercício da liberdade esperada por todos e lealmente praticada produzirá uma grande manifestação no espírito, nos sentimentos, com respeito à sociedade civil” (CAVOUR, 1929, p. 54). Ele tentou influenciar o pontífice Pio IX (1792-1878) de modo a reconciliá-lo com a sociedade nascente e, em vista dessa coexistência, em Roma, o papado seria transformado, assumindo uma posição pacífica em relação ao poder político (JUNKES, 2000, p. 95).

Por outro lado, segundo Guido Zagheni (1999, p.128), “a Questão Romana está ligada não somente a uma questão jurisdicional e a um problema territorial, mas também a um problema religioso”. Em março de 1861, Cavour (1929, p. 54) repetia: “Roma, Roma deve somente ser capital da Itália”. Declarava, todavia, que Roma “ia de encontro com a França” e que “sem a união de Roma com o resto da Itália, esta poderia ser interpretada, por partidos católicos, da Itália e fora dela, como sinal de submissão à Igreja”.

Houve um embate entre as duas concepções do mundo político na Itália: de um lado o Ministro Cavour, que morreria em 6 de junho de 1861 e, do outro, o Papado com o seu repre-

sentante, Pio IX. Nessa dicotomia, encontrou-se a legitimação do chefe do Estado Pontifício, remanescente do poder temporal da Igreja Católica na Idade Média. O poder do Estado, então, foi constituído por direito pela família Savoia.

No impasse entre o papa Pio IX e a unificação italiana, nota-se que Cavour se legitima como libertador, de acordo com o pensamento dos liberais, no qual o indivíduo tem poder de escolha. Ao falar-se de indivíduo, fala-se de modernidade, de redes, de contatos. A Igreja como instituição durante o processo de unificação italiana, coloca-se no coletivo, ou seja, de volta às suas origens camponesas, fixando-se no tempo e na tradição. Como o novo era visto como não consagrado, abusivo e depreciativo, evidentemente ela fez-se prudente diante da modernidade e da industrialização. Esse momento se vê muito bem retratado na fala do jornal *Le Siècle*:

Colocamos como princípio que a indústria é essencialmente protestante: ora, vós o sabeis, todo protestante entrará no martírio do fogo. O catolicismo, do qual somos os mais ilustres representantes na terra, gosta apenas do trabalho agrícola, e isto pode ser compreendido: o camponês é ignorante, supersticioso, fácil de conduzir. Ele crê sem dificuldade em todos os nossos milagres. Ao passo que vossas cidades, vossas usinas, são locais de perdição. (LACREE, 2002, p. 35).

A investida prosseguia, através de ataques dos que queriam a unificação, isto é, os liberais, para dar cada vez mais visibilidade à força dos antiliberais, na figura do Papa, e, assim, satisfazer o leitor do jornal *Le Siècle* que iam a favor do Pontífice romano. O Ministro, depois de ter tentado inutilmente um acordo com o Papa, quando este na realidade parecia replicar politicamente as declarações daquele no parlamento, não chegou a uma conclusão definitiva sobre a inserção de Roma no novo reino. Em 18 de março de 1861, Cavour declarava aos cardeais que “já há muito tempo se pede ao Sumo Pontífice que se reconcilie e se ajuste com o progresso e com o liberalismo, como vem sendo chamada a ‘moderna civilização’” (VIVANTI, 1982, p. 101). Também um acordo semelhante com o socialismo emergente seria impossível, já que este era visto pela religião católica como pai e propagador fecundo de infinitos e intermináveis erros, como instrumentos do demônio.

O desencontro entre as aspirações italianas e a tenacidade da defesa papal do poder temporal não era realmente uma mera disputa territorial, mas assumia o caráter de uma batalha, uma luta entre duas concepções de mundo. Cavour, aceitando as principais ideias universais do liberalismo, objetiva conquistar também os ânimos de seus adversários. A Igreja fazia sua contraposição, mediante sua tradição e seu milenário magistério. Em sua defesa estava o poder temporal, não somente do Papa, mas também dos Bispos de todo o mundo. Reunidos em Roma, em junho de 1862, estes estabeleceram uma condição irrenunciável para a defesa da Igreja e, segundo Earle Cairns, uma “declaração de inefabilidade papal no Concílio Vaticano I, assinalando o ápice da obra de Pio IX” (CAIRNS, 1995, p. 336).

Já no modelo para a sociedade política, como podemos observar, a contraposição à civilização moderna, enunciada por Pio IX, é solenemente proclamada na encíclica *Quanta Cura* publicada em 1864, trazendo em anexo o *syllabus* (PIO IX, 1959). Este ia além dos problemas pontifícios relacionados ao poder temporal. Não era somente uma garantia para a independência do Papa, era também o modelo de um governo que, com suas particulares instituições e com a sua ação de combater a propagação de uma cultura condenada pela sua incredulidade e pelos infinitos erros, fazia-se inconciliável com a doutrina Católica.

Ainda podemos observar que a Igreja sabia oferecer a alternativa entre a Monarquia nascente e o Despotismo, nos quais as classes dirigentes da sociedade ficavam cada vez mais longe da fé e procuravam manter a ordem, observando e seguindo a desdivinização do quotidiana-

no e introduzindo, no meio social, as vantagens da industrialização, trazida da Inglaterra com a Revolução Industrial:

[...] tu, indústria, qualquer sejas; tu, arte associada ao homem, qualquer que seja o nome que te dão; tu, invenção de alguma necessidade; tu, processo revelado por certo cálculo e certo acaso; tu, método que elogiamos há ainda poucos dias; tu, produto que não devias ter rival; tu, enfim, conjunto geral dos recursos do homem, comparece diante do Juiz. O momento chegou. (LACREE, 2002, p. 30).

O Socialismo, o Comunismo e o clero-liberal, principalmente na França e na Itália, eram considerados sumariamente como pestilência, sendo reprovados em documentos pontificais como erros com “gravíssimas expressões” (CAIRNS, 1995, p. 15). Tais erros eram todos julgados, evidentemente, dentro do *syllabus* porque ele, por si só, regia o que a Igreja Católica queria. Por outro lado, esta mostrava a preocupação de atingir um por um aqueles que eram considerados os chefes da moderna civilização, e repelia a todos sem remissão.

O embate de posições e de ideais, que separou a Igreja da vida italiana, teve consequências graves também no plano político. O endurecimento das opiniões do Papa em relação ao liberalismo impossibilitou a negociação e, com maior razão, aumentou a oposição e o compromisso das partes.

De fato, parecia difícil a possibilidade de Roma chegar a ter as duas condições colocadas por Cavour: consentimento francês em deixar Roma e retornar para França ou aceitação por parte do Pio IX. A política italiana acabou por encontrar-se em um impasse: atacar Roma ou não (ROMANO, 1998).

Em tal sentido agiu Giuseppe Garibaldi, em agosto de 1862, quando se movimentou com algumas centenas de voluntários da Sicília em marcha contra Roma. A tentativa se voltou contra as forças regulares, sobre os montes da Calábria, onde o revolucionário dos dois mundos foi ferido e não poucos dos seus homens morreram no campo de batalha.

Seguiram-se, ao ocorrido, duríssimas polêmicas, não abrandadas nem pela anistia. A aventura garibaldina foi completada sem o consentimento do rei e do primeiro ministro, Urbano Rattazzi (1808-73; *Presidente del Consiglio*, 1862-1867). A partir desse acontecimento, é feito um acordo com a França, em 1864, para a retirada das suas tropas de Roma, fato conhecido como a Convenção de Setembro. Com o atraso da unificação italiana, surge, para o camponês, pela quase ausência do aparato governativo, a possibilidade da emigração, porque uma coisa eram as batalhas para a unificação nos grandes centros, outra era a realidade dos camponeses abandonados nos Alpes, Apeninos, planícies do Norte, Centro e Sul da Península.

A Itália está feita: agora é preciso fazer a sua população

O movimento migratório na Europa aconteceu em vários países. Em geral, pode-se afirmar, primeiramente, que os países que se demonstraram capazes de atuar em um relevante desenvolvimento industrial nos últimos anos do século XIX tiveram um forte aumento da população, com uma alta taxa de natalidade (LAZZAROTTO, 1971).

A emigração e a imigração foram fenômenos típicos da fase de passagem de uma estrutura essencialmente agrícola a outra, lenta e essencialmente industrial. Em segundo lugar, a migração se esgotou porque a industrialização chegou a um nível de determinação de forte absorção de mão de obra e diminuição da taxa de nascimentos.

Os países que sofreram um desenvolvimento industrial tardio e insuficiente tiveram um aumento dos nascimentos de filhos em razão do trabalho agrícola, visto que os pais viam na

procriação a possibilidade de aumentar a de mão de obra e os filhos eram uma saída legítima, aprovada pela Igreja Católica, que dizia que a prole era o sinal da benção de Deus sobre os homens. Tal fato se caracterizou em muitas famílias que, com isso, permaneciam fornecendo produtos humanos para a imigração. “Sadios, laboriosos e moralizados” (MADRE MATILDE, 1919, p. 2), estas eram as exigências feitas pelos agentes imigratórios e a Itália fez parte substancial deste contexto.

Para avaliar com clareza o caso italiano, deve-se antes de tudo lembrar que, no momento da Unificação, a Itália sofria um desequilíbrio populacional bastante intenso. Grosselli (1987, p.12) relata que “[...] os camponeses europeus emigraram porque a sociedade em que viviam tinha assumido características tais que não mais permitiam a sobrevivência de formas de vida e de valores que tinham sido deles durante séculos”, e os meios relativamente limitantes da sua economia ainda prevaleciam atrasados e rudimentares.

Além do desequilíbrio econômico, apresentava-se outras circunstâncias de caráter local, como a língua, observando-se que o italiano *standard*, oficial, ou, comumente, a língua de Dante Alighieri, não era muito praticado pela população, com poucas exceções. Mais utilizados eram os dialetos. Este contexto se agrava pela falta de estradas que ligassem os *Paese* às *Province* dava oportunidade à migração temporária de operários como carpinteiros, pedreiros, entre outros (ALVIM, 1986). Tais trabalhadores eram provenientes, sobretudo, das zonas alpinas e pré-alpinas, migrando em direção à França, Suíça e aos países da Europa Central.

A esta migração, essencialmente por trabalho de temporada, se acrescenta, nos trinta ou quarenta anos precedentes a 1861, uma limitada emigração permanente, podendo-se ver, com isso, que a Itália já conhecia o processo migratório dentro do seu contexto. Como afirma Zuleica Alvim (1986), a grande duração da imigração, que levou à formação dos núcleos relativamente consistentes de imigrantes italianos na França, na Tunísia, no Egito, na Argentina, no Brasil e no Uruguai, ocasionou a diminuição da população local, ou seja, no país de origem houve um esvaziamento populacional.

No rastro dessa velha corrente, a emigração se intensificou, sendo que em torno de 1870 a movimentação destes grupos de trabalhadores das zonas alpinas e pré-alpinas e dos mais desfavorecidos do *Mezzo giorno* peninsular, o sul da Itália. Ainda, depois de 1880, quando se acentuou o crescimento demográfico, este fato coincidiu com uma grave crise agrária. Movimentaram-se, então, migrantes de todas as *regioni*, mas sobretudo daquelas setentrionais. Vieram vênets, lombardos, do Trentino-Alto Ádige e do Friuli-Venezia Giulia (FROSI; MIORANZA, 1993). Ao mesmo tempo, cresceu consideravelmente a migração transoceânica, a qual se tornou ainda maior no período entre 1870 e 1895, anos caracterizados por uma grave crise econômica geral. Simultaneamente, mas em medida menor, crescia a emigração temporária, em direção à França e depois em direção à Alemanha e a outros países europeus, para trabalhos edíficos, viários e ferroviários e também industriários.

O grave fenômeno econômico e social intensificou-se depois de 1895, e alcançou proporções gigantescas de expatriados, no período do final do século XIX e início do século XX, no Brasil e em outros países (FROSI; MIORANZA, 1993).

A base de tudo isso, como já se acenou anteriormente, decorreu de numerosas causas. Entre as principais, destaca-se o contínuo e forte aumento da população italiana, com uma densidade por quilômetro quadrado inferior somente àquela da Inglaterra, da Bélgica e da Holanda, países economicamente muito mais progressistas e ricos. Ressalta Roselys Isabel Correa dos Santos o “atraso da indústria italiana e do comércio, incapazes de absorver a excelência de mão de obra” (SANTOS, 1999, p. 40). Fulvio Finessi (2002, p. 29) destaca que “o aumento demográfico, seguido da falta de territórios férteis e das altas taxas de impostos foram motivos que se juntaram ao desejo de melhorar a condição de vida e conseguir a emancipação financeira”.

Além disso, havia as pestes que atacavam as produções agrícolas, aumentando consideravelmente a pobreza. Assim, a opção foi, em certas localidades, a migração como solução dos problemas naturais e políticos.

O início da Odisseia italiana fora das colunas de Hércules

Com o Decreto nº 6.663, de 17 de junho de 1874, entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto, autorizava-se a odisseia dos imigrantes europeus para o Brasil, que se iniciou em grande escala por volta da década de 70, em direção ao Sul do Brasil, embora já fosse observado um pequeno fluxo de italianos e outros estrangeiros em *terrae Brasilis* anteriormente. Mas, antes de chegarem à sua nova Ítaca, onde “corre leite e mel”, os italianos precisavam sair do território de batalha que eram os portos europeus (NARDONI, 1960, p. 132).

No contexto italiano, Gênova era um dos portos mais procurados, por estar ali a sede da emigração, e, lá, a partida da terra natal era muitas vezes dilacerante. Pode-se conhecer, com Grosselli (1987, p. 229), um desses momentos: “Esta manhã, às 5 horas e meia vi uma multidão de gente vagueando pela cidade; uns cantavam, outros blasfemavam, outros arrastavam mulheres e crianças chorando, em suma, parecia o fim do mundo”.

Com a saída das suas terras, os imigrantes vendiam o que tinham ou deixavam tudo para trás e seguiam de trem até os portos que as companhias de imigração indicavam.

Os trentinos do Tirol Austríaco zarparam dos portos de Gênova, norte da Itália, enquanto outros partiam do porto francês de *Le Havre*, norte-ocidental da França. (SERPA, 2000). E assim foram os trentinos do *Mare Nostrum* em direção às colunas de Hércules, em busca de um mundo desconhecido e rico de fantasia, a terra prometida: *cuccagna*¹².

Os imigrantes navegavam pelo Oceano Atlântico numa viagem que, se tudo corresse bem, duraria em torno de 30, 40 dias ou até mais. Assim, os degredados filhos de Eva iam à busca da sua *Mérica*, com sua sina e sonhos, esperando aportar em berços esplêndidos, utopias estas construídas a partir das promessas dos agentes migratórios na Itália, como Pietro Tabacchia e o mais famoso dentre eles, Joaquim Caetano Pinto Junior. Segundo Giralda Seyferth (1990, p. 22), este último era “agente encarregado de recrutar emigrantes europeus, que tinha como finalidade colonizar o Sul do país e, em São Paulo, suprir as necessidades de mão de obra enfrentadas pelas grandes fazendas de café por ocasião da abolição da escravatura”.

Os agentes tinham “plenos poderes para alistar as famílias que quiseram emigrar e encaminhá-las para o Vale do Itajaí” (MARQUES, 1978, p. 45). A Colônia de Blumenau mantinha em Trento, Norte da Itália, o agente Joaquim Caetano Pinto, para a imigração trentina. Anos se passaram e se intensificou a imigração, como relata Santos (1999, p. 63): “se observam deslocamentos individuais de pessoas destas regiões, ou mesmo nada comparável com o que viria a acontecer a partir, principalmente, do referido ano de 1875”. Esta data é considerada a da grande leva de imigrantes por estas paragens e para tantos outros continentes.

Rumo à *Cuccagna*

“Milho de pipoca que não passa pelo fogo continua a ser milho de pipoca para sempre”.
(Ditado popular)

Do continente europeu vieram muitos imigrantes. Do Norte da Itália vieram vênnetos, lom-

¹² *Cuccagna* significa um lugar fabuloso onde se come, se bebe e se diverte à vontade, lugar de prazer e de riqueza, abundância de tudo; vida prazerosa e alegre; nas festas de interior, pau de sebo na qual se sobe para se apoderar de um prêmio colocado no topo do mesmo. Cf. **Dizionario Garzanti di Italiano**: con una grammatica essenziale in appendice. Bologna: Garzanti, 1994. p. 340. [Tradução própria].

bardos e trentinos, habitantes das regiões de onde afluíram os maiores contingentes de almas, que seguiam para o Sul e Sudeste do Brasil. Os do Sul da Itália foram para outros países e, em menor escala, para o solo brasileiro. A maneira como eles vieram foi um tanto desastrosa. A desorganização imperava nos portos brasileiros, sem uma estrutura adequada para recebê-los: “faltavam intérpretes para prestar as devidas informações sobre a disponibilidade de terras nas colônias de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, ou para indicar a disponibilidade de trabalho assalariado, nas fazendas de café, em São Paulo” (GROSSELLI, 1987, p. 432).

Segundo Baldin (1999), aqueles que desembarcavam no porto de Santos eram destinados ao estado de São Paulo, para trabalhos agrícolas, e os que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro seguiam para os diversos pontos do Brasil. Assim, os emigrantes com destino à Colônia *Itajahy* Príncipe Dom Pedro aportavam no Rio de Janeiro e seguiam por mar até Desterro, a capital, hodierna Florianópolis, e daí para Itajaí, cidade portuária, porta de entrada para os vales de Itajaí-Mirim com o Itajaí-Açu e o Vale do Rio Tijucas.

A colonização europeia em Brusque fez parte do projeto de ocupação do Vale do Itajaí-Mirim e seus vales, e se intensificando em torno da segunda metade do século XIX. Para esse fim, o Governo Imperial incentivou a vinda de imigrantes de origem europeia, principalmente alemães, italianos e poloneses, vistos como trabalhadores ideais para promover o desenvolvimento da região.

A fundação de Brusque data de 04/08/1860, quando um grupo do Sul da Alemanha chegou a Vicente Só, antigo nome do município. Deu-se, então, início à Colônia *Itajahy* que, em 17/02/1890, ganhou oficialmente a denominação que tem hoje, em função do nome do seu diretor, Francisco Carlos de Araújo Brusque (CAMPOS, 1960).

Os trentinos partiram de Brusque, e se estabeleceram temporariamente no quilômetro 16, atual distrito de Claraíba. Os imigrantes que ficaram em Brusque instalaram-se em barracos de pau-a-pique no porto de Itajaí. Observa-se também, nos escritos de Madre Matilde, CIIC¹³, que “quando nossos pais chegaram da Europa ficaram três meses em Brusque, fazendo estradas nestas terras desertas, onde os animais silvestres tinham livre domicílio” (MADRE MATILDE, 1919, p. 21).

Enquanto isso, para o grupo trentino, foram assinaladas terras para colonizar em Alferes, antigo nome de Nova Trento, no Vale de Tijucas, que foram imediatamente povoadas e nomeadas com a ressignificação dos nomes das terras deixadas: Vígolo, Bezenello, Valsugana e tantos outros. Quando os imigrantes trentinos tomaram posse de suas terras, já existiam presentes no local assentamentos indígenas, uma madeireira norte-americana, instalada ali entre 1833 e 1838, e ocupantes de outras nacionalidades (GROSSELLI, 1987).

A vida dos imigrantes era árdua e laboriosa, mas na colônia de Nova Trento houve uma perspectiva de funcionalidade superior a de Brusque. Havia “a viabilidade do rio do Braço¹⁴, em cujas margens se desenvolveu o centro urbano de Nova Trento, afluente do rio Tijucas” (GROSSELLI, 1987, p. 485).

A navegabilidade do rio do Braço fez com que esta se destacasse das outras colônias. Foi também, no entanto, razão do seu enfraquecimento econômico, devido ao assoreamento do rio e às secas, e por causa das autoridades que não viam com bons olhos a abertura de estradas entre os dois centros vizinhos, de Nova Trento a Tijucas. Toda a dificuldade vivenciada não estava no contrato firmado com Caetano Pinto, que prometia terras para cada família e subvenção do governo para abertura de estradas e espaços para casas e lavouras nas colônias. As complexidades relacionadas à nova terra, aos costumes, à língua, ao clima subtropical e a todos os obstáculos na instalação da co-

¹³ A sigla CIIC significa: Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição.

¹⁴ Rio do Braço banha Nova Trento e sua extensão são de 115 quilômetros, nasce no município de Leoberto Leal, passa por Nova Trento, São João Batista e desemboca em Tijucas.

lônia e adaptação dos colonos¹⁵ eram imensas. Ao se transferirem da sua pátria, os imigrantes procuraram se agregar pela religião, passando a ser caracterizados pela forte religiosidade. O significado da religião, para eles, era o de uma âncora em meio a um mar de turbulência diante do desconhecido e o de apoio para a transposição/transformação de uma nova vida num outro país.

Os rizomas dos jesuítas em Nova Trento

Nova Trento dependia administrativamente da Colônia *Itajahy* até 1881. Quanto à questão religiosa, pertencia à paróquia de São Luiz Gonzaga, em Brusque, que por sua vez, estava subordinada à arquidiocese de Curitiba¹⁶. Segundo o texto manuscrito de Madre Matilde, os padres eram responsáveis pelas almas dos neotrentinos, sendo apenas um deles alemão: “[...] Padre Alberto Gattone foi que disse a primeira missa na recente colônia, na localidade Aliança, a 12 quilômetros de Nova Trento [...]” (MADRE PAULINA, 1986, p. 54). Madre Matilde (1919, p. 22) afirma ainda que:

Sucedeu-lhe o padre Arcângelo Ganarini, tirolês da Diocese de Trento [...]. Porém, ficou pouco tempo [...]. Em 1879 chegou do Colégio São Luís de Itu, enviado pelo Reverendo padre Vicente Cogumelli, Superior da Missão dos padres da Companhia de Jesus da Província Romana, o padre Augusto Servanzi, com ordem de abrir uma residência [convento] em Nova Trento.

Os religiosos da Companhia de Jesus, presente no Vale do Rio Tijucas, eram de nacionalidade italiana pertencentes juridicamente à “Província romana, em Nova Trento, que foi administrada até 1913 [...] depois passou a ser atendida por representantes da missão alemã. Então, o Município foi elevado à dignidade de Província, em 1927” (LUTTERBERCK, 1977, p. 80) situação que perdura até os dias atuais. Isso ocorreu “em razão do fechamento da casa em Florianópolis e os jesuítas foram transferidos, em janeiro de 1879, para a vila que surgia, na foz do ribeirão dos Alferes” (MARCHIORI, 1989, p. 5).

Desde 1879, ano de entrada dos Jesuítas em Nova Trento, o retiro de Santo Inácio era realizado, todos os anos, por homens e mulheres, moços e moças. Observa-se que a religião era perpetuada pelos Exercícios Espirituais, seguindo o método de Santo Inácio de Loyola, pregado aos neotrentinos. Esses exercícios serviam de controle político, econômico e social.

Nova Trento, como “município se deu a sua elevação em 1892, em 1875 foi criado como distrito colonial, e em 1885 com a Lei nº 1.074 criaria a freguesia e o distrito de paz que foi um passo” (PIAZZA, 1950, p. 23) para a sua elevação. Quando da sua criação, o município era conhecido como um convento municipalizado pela existência de três congregações religiosas; uma feminina: a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição (CIIC)¹⁷, e duas

¹⁵ Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes foram chamados de colonos pelo Governo Imperial. O termo designa aquele que cultivava a terra. Ver: (BOSI, 2000, p. 11).

¹⁶ O Papa Leão XIII, com a Bula *Ad universas Orbis Ecclesiae*, em 27 de abril de 1892, criou o Bispado do Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba, sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro, com o território do Paraná desmembrado do Bispado de São Paulo e o de Santa Catarina, do Bispado do Rio de Janeiro. O 1º Bispo de Curitiba foi Dom José de Camargo Barros. E a 19 de março de 1908, pela Bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, do Papa Pio X, era criada a Diocese de Florianópolis, desmembrada da de Curitiba. O 1º Bispo de Santa Catarina foi Dom João Becker. Ver: (A **Arquidiocese de Curitiba** (sic): **na sua** (sic) **história**, 1956, p. 20).

¹⁷ A CIIC foi fundada por Amábilis Lúcia Visintainer (Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus) e Virgínia Rosa Nicolodi (Madre Matilde da Imaculada Conceição) em 12 de julho de 1890, aceita pela Igreja, através do Bispo Dom José de Camargo Barros, em 18 de dezembro de 1895, e reconhecida definitivamente pelo papa Pio XII, em 27 de outubro de 1947.

masculinas: os Irmãos da Congregação do Santíssimo Coração de Jesus, CSCJ¹⁸, que eram conhecidos como Robertinos, e os próprios padres jesuítas, assinando como S.J.¹⁹, que atendiam espiritualmente os dois Institutos e todos os municípios católicos, como também os da região circunvizinha. Por isso a alcunha de Convento Municipalizado, já que outros municípios eram desprovidos espiritualmente do clero, e assistidos pelos “padres leigos” ou “padres da capela”, como eram chamados no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, eram conhecidos como “Capelão”, “Sacristão” ou “Ministro”. Estes eram os colonos que sabiam ler ou que tinham certo carisma para tal função (GROSSELLI, 1987).

Em vários pontos de Nova Trento se observam construções de edifícios religiosos que, “em brevíssimo tempo, os Jesuítas fizeram surgir no município como igrejas, capelas, oratórios, dois institutos religiosos” (DALL’ALBA, 1983, p. 94) e santuários²⁰ que, sob a ótica eclesiástica, não eram reconhecidos como tal pelo Ordinário local, e sim pelo povo, por devoção. Eram dois: o de Nossa Senhora do Bom Socorro, no Morro da Onça, que logo em seguida foi denominado Morro da Cruz, por ter sido posta uma cruz pela comemoração da virada do século XIX para o século XX; e o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, em Vígolo. Ambos os Santuários foram eleitos pela devoção popular, primeiramente, e depois pelo Ordinário local, ou seja, pelo Bispo.

O Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, no Morro da Cruz, conhecido popularmente como o ‘da Santa’, tem as suas festas nos dias três de maio e quinze de agosto. A sua construção se deu mediante o desejo do Pe. Alfredo Russel, S.J, que, a 24 de março de 1901, ao benzer a Cruz do Século, plantada no cimo do Morro da Onça, pronunciara uma oração na qual lembrou o ‘Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro de Ruem na França e das grandes graças que aí dispensava a Santa Virgem aos seus devotos’. (PIAZZA, 1950, p. 84).

Relata Piazza que “os colonos se coligaram e por 300\$000 rs. adquiriram do Governo as terras (236, 485m²) onde se ergueu, primeiramente, modesta capela e, hoje, se ergue o imponente santuário” (PIAZZA, 1950, p. 84). Ênio de Oliveira Matos ressalta que “em 1905, Dom Duarte Leopoldo e Silva, então Bispo Diocesano de Curitiba, sob cuja jurisdição estava todo o estado de Santa Catarina, oficializou-o como ponto de peregrinações” (MATOS, 1996, p. 144²¹). O santuário foi, no entanto, elevado a tal categoria somente em 1988, em ocasião do Ano Mariano, no dia 15 de junho, por Dom Afonso Niehues, arcebispo de Florianópolis (1967-1991), que oficializara e decretara a criação e previu que o Pároco de São Virgílio, de Nova Trento, exerceria também as funções de Reitor do Santuário.

Já o santuário de Vígolo, que vigolanos e jesuítas denominaram de Nossa Senhora de Lourdes, deu-se primeiramente como Capelinha, dedicada a São Jorge, celebrando-se a sua

¹⁸ A CSCJ foi fundada em 1900 por Roberto Facchini e seis companheiros, conhecidos como Robertinos. Eles tiveram apoio espiritual do Pe. Luis Rossi, SJ. A sua supressão foi feita em 1904 pelo Bispo Dom José de Camargo Barros. Como carisma: Contemplação e Mendicância. (PIAZZA, 1987, p. 452).

¹⁹ S.J, em latim, *Societas Jesu*. Em português, Irmãos e Sacerdotes da Companhia de Jesus ou, como conhecidos popularmente, Jesuítas.

²⁰ O Direito Canônico conceitua Santuário como: Cân. 1330 - a igreja ou outro lugar sagrado, aonde os fiéis, em grande número, por algum motivo especial de piedade, fazem peregrinações com a aprovação do Ordinário local, o Bispo. Ou, ainda, lugar sagrado ou manifestação do sagrado, onde mora a presença de Deus. De acordo com a Bíblia, o Santuário era o lugar santíssimo (Lv. 16,16), quer dizer, a parte mais interna e reservada ao tabernáculo no templo de Jerusalém, embora a palavra se aplicasse também, em sentido genérico, a todo o edifício. Em sentido figurado, chama-se santuário o povo de Deus (Sl. 114, 2), porque Deus mora nele. Por outro lado, também Deus é santuário do seu povo (Is. 8, 14).

²¹ Ver: PIVA (1999).

feira em 23 de abril²², no vale do Alto Alferes, a seis quilômetros da Sede; mais tarde, o lote foi denominado Vígolo. Assim, explica-se tal origem toponímica da Capelinha: como o santo patrono na terra natal dos moradores de *Vígolo Vattaro* na Itália era São Jorge, também aqui os imigrantes colocaram o nome em homenagem a ele.

Pode-se observar que a construção da Capelinha evoluiu com mutirões²³, entre os anos de 1876 e 1879. “A primeira missão pregada pelo padre Servanzi, S.J, foi no Vale de Vígolo, na Capelinha de São Jorge [...] e no fim da missão benzeu com grande solenidade a mesma [...]” (MADRE MATILDE, 1919, p. 22). A Madre afirma ainda que “o povo (os vigolanos) trabalhou alguns anos na construção da Igreja”. A dedicação do santuário a Nossa Senhora de Lourdes deve-se ao sentimento devocional dos jesuítas, por Nossa Senhora ter aparecido a Bernadette de Soubirous, em Lourdes, na França, que faz parte da definição dos dogmas da Imaculada Conceição, desde 1854. E a bênção se deu em 11 de fevereiro de 1895. Segundo o relato do Diário da Residência,

[...] bem cedo, muita gente foi à festa da Virgem de Lourdes. [...] Benzeu-se o novo Santuário, levou-se em procissão a Estátua da Imaculada. [...] Entrado na Igreja, o Pe. Rochi disse algumas palavras ao colocar a estátua no nicho da Gruta. Todo o povo replicou três vezes ‘*Evviva Maria*’. Depois, no Evangelho, pregou o Pe. Manardi. Depois da Missa, seguiu-se a bênção do Ssmo Sacramento. (MADRE PAULINA, 1986, p. 70-71).

Para os vigolanos, a devoção à Maria já vem desde a sua terra natal, no âmbito mediterrâneo, e está ligada a um sentimento materno, à imagem do feminino, de proteção, porque “*la mamma è sempre la mamma*”, simbolizada pela figura arquetípica da Virgem como forma de expressão. Ela é aquela que perdoa, provê tudo e está próxima dos filhos. A mãe de Jesus Cristo, sob o título de Nossa Senhora de Lourdes, vem ao encontro de seus filhos degredados numa atitude de mansidão. Como apareceu a Bernadette de Soubirous²⁴, uma jovem necessitada como eles, os peregrinos acalentavam através dela a nostalgia dos parentes distantes, buscando superar as dores e as provações na nova terra, e conquistar as graças que tanto almejavam para os seus pedidos. Enfim, o mito da Grande Mãe. Assim, percebe-se aqui não uma providência e fé que acolhe, mas uma conveniência como a da futura teologia da prosperidade²⁵, ou seja, *Do ut des*, em que se dá para receber do sobrenatural alguma coisa em troca.

Com a permanência dos jesuítas em Nova Trento, observa-se fortemente que, no cotidiano das famílias dos imigrantes, a religião se faz mediante uma rede de solidariedade²⁶ em que os colonos

²² São Jorge não vem sendo mais comemorado pela Igreja Católica por ser incerta a sua origem. Ver: (BOITEUX, 1929, p. 42). Porém a imagem do santo continua no Santuário, sendo venerada.

²³ Darcy Ribeiro define o “mutirão” como “uma instituição solidária que permite dar e obter a colaboração de outros núcleos nos empreendimentos que exigem maior concentração de esforços. O mutirão institucionaliza o auxílio mútuo e a ação conjugada pela reunião dos moradores de toda uma vizinhança para execução de tarefas mais pesadas [...] é uma forma de associação para o trabalho, mas também uma oportunidade de lazer festivo”. (RIBEIRO, 1995, p. 381).

²⁴ Bernadette Soubirous (1844 - 1879). Conhecida pelas aparições de Nossa Senhora de Lourdes, em 11 de fevereiro de 1858 foi seguida por mais 17 aparições.

²⁵ A Teologia da Prosperidade, de origem norte-americana, além desse nome, é rotulada por seus críticos de *Health and Wealth Gospel*, *Faith movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*, entre outros. Reunindo crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé, essa doutrina surgiu na década de 40. Mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer dos anos 70, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, pelos quais adquiriu visibilidade e se difundiu para outras correntes cristãs.

²⁶ O dicionário Houaiss conceitua solidariedade (S) como “caráter, condição ou estado de solidário. 1) JUR. compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas. 2) Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas ou pessoas, dependentes umas das outras (a S entre o vento e o moinho) (a S entre a corda e os montanhistas). 9) SOC estado ou condição grupal que resulta da comunhão de atitudes, sentimentos, de maneira que o grupo venha a construir uma unidade sólida, capaz de oferecer resistência às forças externas e, até mesmo, de se tornar firme ainda em fase da oposição procedente de fora”. (HOUAISS, 2004, p. 2602).

se doavam em formas de compadrio, ou seja, em ajuda a compadre necessitado que, futuramente, o ajudaria quando por sua vez precisasse. Essa era uma prática antiga, sendo que cada vez que participavam de mutirões, sentiam a alegria de estarem juntos, entrelaçados pelos laços de amizade.

Vale lembrar que as palavras não surgem ao acaso e guardam em si não apenas a origem etimológica, mas também resquícios do tempo no qual surgiram. Nesse sentido, a palavra religião, do latim *re-ligare*, significa unir o céu e a terra, o espiritual e o material. No contexto da imigração italiana para o Brasil, no final do século XIX, a religião era o ponto de ligação entre a Itália, mundo antigo, berço da sua cultura e a nova Pátria, símbolo de um futuro promissor. As práticas religiosas também serviam como elo de comunicação com o sobrenatural, dando força aos colonos, principalmente nos momentos iniciais na nova terra. Nesta, o sofrimento humano se assemelha ao de Cristo, na medida em que a própria vida era oferecida a um lugar desconhecido, sempre na esperança de *fare l'America*.

A Igreja, como instituição, era o ponto que culminava não somente no sobrenatural, mas no político, porque os padres eram conhecidos como os intelectuais orgânicos na concepção gramsciana, que controlavam a sociedade civil (PORTELLI, 1984). A organicidade se dava de maneira prática, como na interpretação da moral e da fé e no modo como esta última poderia ser realizada, e numa visibilidade pela qual a Igreja buscava restaurar o seu domínio junto ao espaço público, devido à marginalização sofrida pela sua separação do Estado (ANTONIAZZI, 1994). Por isso que o sacerdote vinha de manhã, para a missa, e ficava até de tarde. Têm-se relatos de que os padres, antes ou depois da missa, além das confissões, acudiam os fiéis nas mais variadas ocupações. Como escreve Pe. Ganarini:

Além da velha ponte que une as duas margens do Ribeirão Alferes, mais para baixo, vi uma outra que dá passagem a quem vai para a outra margem do Rio do Braço, sobre o qual existe uma terceira ponte com correntes de ferro, para pedestres. Essas duas últimas pontes devem-se à iniciativa dos RR. PP Jesuítas que se puseram à testa do povo o qual com prestação de serviços e contribuições em dinheiro ou de conduzir a bom fim estas duas obras de utilidade pública. (GANARINI apud PIAZZA, 1950, p. 142).

Nesse contexto, os jesuítas fazem parte da romanização, também conhecida como ultramontanismo, como destaca Alves (1988, p. 28) ao afirmar que “os Padres eram construtores, empreendedores socializados na tradição seminarística e religiosa trentina (ou romanizada). Assim, não era incomum entre os padres de mentalidade romanizada a construção de igrejas, de pontes, de escolas paroquiais, de enfermarias, de asilos, de hospitais, e outros”. Nesta perspectiva, “a igreja devia ser compreendida como uma sociedade hierarquizada e autônoma, sob a chefia direta do Pontífice Romano” (AZZI, 1991, p. 226).

Dentro do processo de romanização, o jesuitismo triunfa e foi fato marcante no município de Nova Trento. Tanto que o município era conhecido pelos administradores, em Desterro, como Convento Municipalizado, pela força administrativa dos religiosos, apesar de existirem três entidades: Apostolado da oração, Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição e Banda Musical Padre Sabbatini que formavam a Sociedade Filarmônica Neotrentina. Eles deram continuidade à sustentação da submissão campesina a uma realidade social e política que os imigrantes estavam acostumados a receber na sua terra natal. Esta relação bilateral convinha a ambos os lados; aos imigrantes numa subordinação, já que eram de “índole bondosa e religiosa”, e aos jesuítas, pela condição de mantenedores da ordem e dos bons costumes. (DALL'ALBA, 1983). Esta índole bondosa e religiosa dos imigrantes dava-se não por serem naturalmente cordiais, mas sim por se tratar de uma troca de favores, e por terem vindo dos países europeus que passaram pela Reforma e Contrarreforma, tendo um catolicismo ligado à figura do padre, à

capela e à escola paroquial. “A vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do povo que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência” (HOLANDA, 2005, p. 147).

Essa “proteção” vem também manifestada na Banda Musical Padre Sabbatini²⁷, através da religião católica, com os seus símbolos e seus organizadores, que eram os padres jesuítas e as Irmãs da Imaculada Conceição, como meio de se renovar e de ir ao encontro do processo de aculturação²⁸, embora com pequeníssimas variantes por parte dos imigrantes, e suas repercussões na identidade e na alteridade estabelecida na comunidade.

São com os elementos religiosos e sociais dessas transposições de cultura que eles vivificaram e transpuseram para cá o seu modo de viver. Pode-se dizer que “[...] os habitantes assemelham-se ao quarteirão ou a casa [...] há uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive” (HALBWACHS, 1990, p. 69).

Observa-se, assim, a importância da figura dos jesuítas, que percorriam os vales catarienses e que, desde o final do século XIX, fixaram-se em Nova Trento, onde encontravam grande receptividade por parte dos trentinos, lombardos, bergamascos e de outras nacionalidades. Por onde eles passavam, qualquer palavra de conforto era bem-vinda. Contudo, a religiosidade popular da época expressava-se ainda pela devoção à *Madonna*, ao Rosário, aos santos devotos, procissões e *Via Crucis*. Esta forma simplificada de religiosidade, de desprendimento e abandono dos imigrantes dava sempre margem a “estratégias de poder como: o poder disciplinar, o bio-poder” e a governabilidade da Igreja (FOUCAULT, 1998, p. 104).

As inúmeras viagens que os jesuítas fizeram, em suas andanças por Nova Trento e arredores, uma vez que eles eram os olhos do Papa onde ele não podia estar, tinham o intuito de dar governabilidade e estratégias de poder à Igreja Católica Apostólica Romana dentro do processo de romanização. Eles se fizeram detentores das vidas dos neotrentinos. Quando os padres faziam alguma espécie de visita às comunidades e, por consequência, às famílias, dizia: “por que esse não pode ir pro seminário? Já indicando!” (MARQUES, 2000, p. 20). Existe também um ditado popular em Nova Trento, segundo o qual se repetia “quando nasce um filho, se joga na parede, se colar é pedreiro, se cair no chão é padre. Então saiu daqui também muito padre e muita freira” (ORSI, 2014). Com esses elementos se observa a religiosidade e o domínio da Igreja através dos jesuítas, como fala Dall’Alba (1983), criticando-os como aproveitadores da índole bondosa e religiosa dos imigrantes e apontando-os como a causa da esterilidade de Nova Trento.

Com efeito, e segundo essa perspectiva, Gilberto Freire (2001, p. 96) nos informa:

Em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar no Brasil uma santa república de ‘índios domesticados para Jesus’ como os do Paraguai; seráficos caboclos que só obedecessem aos ministros do senhor e só trabalhassem nas suas hortas e roçados. Nenhuma individualidade nem autonomia pessoal ou de família. Fora o cacique, todos vestidos de camisola de menino de dormir como num orfanato ou num internato. O traje dos homens igualzinho ao das mulheres e das crianças.

Dentro do enraizamento religioso dos neotrentinos, engendrado paradoxalmente no imaginário dos jesuítas, no período do início da colonização, quando eles ditavam a moral sob a égide da Igreja, é cultivada Amabile.

Com a beatificação de Madre Paulina, em 1991, pelo Papa João Paulo II (1978 a 2005), o município, que era predominantemente agrícola, sem representatividade na indústria, experi-

²⁷ A Banda Musical fundada pelo padre Angelo Sabbatini, S.J, em 1890. Ver: (CADORIN, 1992, p. 68-72).

²⁸ A aculturação é o processo de interação entre duas ou mais culturas mediante o qual se dá uma transposição de símbolos, significados, produzindo uma perda de elementos das culturas de origem e gerando uma outra sincrética. Ver: (MOSCONI, 1996, p. 20-22).

menta um desenvolvimento. As madeiras; a viticultura; a sericicultura; os cereais; os feculentos; a cana-de-açúcar; o café; o fumo; as plantas oleaginosas, como, por exemplo, amendoim e mamona; as plantas medicinais; as frutas e verduras; o gado e a indústria de transformação constituíam-se as principais fontes econômicas. A indústria de transformação, ligada à natureza, ofereceu aos neotrentinos os alicerces econômicos (PIAZZA, 1977).

Quanto à indústria têxtil, era fundamentalmente caseira. O bicho-da-seda, trazido com os imigrantes em 1875, estimulou a fiação de seda e a plantação de algodão. A primeira atividade foi premiada e reconhecida tanto nacionalmente quanto no exterior, entrando em colapso com as mortes dos bichos-da-seda e por não ter recebido auxílio governamental ou privado. Tendo falido esse empreendimento, mais uma vez Nova Trento mergulhou num período de obscurantismo. O único farol a brilhar nessa escuridão foi a fiação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, mas esta também sucumbiu na névoa densa do abandono, em 1945.

A indústria de algodão Renaux, em Brusque, absorvia a mão de obra da região. No entanto, como relata Maria Luiza Renaux Hering (1987, p. 81), “em Santa Catarina, onde ainda não se inaugurara nenhuma tradição econômica de destaque maior, o quadro em que deveria nascer e se impor a indústria era bem diferente”. No ambiente neotrentino, a economia seguiu, todavia, outros rumos: o da uva e do vinho, do plantio de fumo, da construção civil e o do comércio, montando a identidade da cidade.

Nova Trento se define com uma tradição agrícola e se firma na construção civil, sem um modo aparente para dar corporeidade à conquista da *cuccagna* para os seus descendentes. As autoridades civis, religiosas e os comerciantes não sentiram de imediato, em Madre Paulina, um filão para promover o desenvolvimento econômico da cidade. Evidentemente, com o aumento de fluxo de pessoas na cidade, viram na religiosa um elemento agregador das necessidades materiais e espirituais dos que para lá corriam para pedir ajuda, graça, proteção e saúde. Com isso, tanto as Irmãzinhas como os empresários locais e, também, os poderes municipal e estadual, perceberam algo novo e fundamental para desabrochar a singularidade do município, por terem a prerrogativa da primeira santa brasileira, mas também a primeira nascida no trentino. São *Vigilio*, o santo padroeiro de *Trento*, que viveu no século XVI, é natural da Capadócia (Turquia).

Com o fluxo crescente de peregrinos²⁹ e de turistas³⁰ à cidade, é forçoso abrir espaço para eles e suas representações. A Igreja local, sob a direção do então Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, Dom Eusébio Oscar Scheid, SCJ³¹ (1991-2001), decreta a Capelinha Nossa Senhora de Lourdes a Reitoria ou Capelania Especial em 19 de março 1997, com o Registro nº 046/97 L. Prot. nº 16.

Com a canonização de Santa Paulina, em 19 de maio de 2002, em cerimônia presidida pelo Papa João Paulo II, no Vaticano, a região do Vale de Tijucas, no município de Nova Trento, adquiriu maior importância no cenário nacional, o que proporcionou um aumento no fluxo de peregrinos e turistas que procuram o Estado de Santa Catarina. O Ordinário local, Dom Eusébio Oscar Scheid, SCJ, que outorgara a Reitoria ou Capela Especial de Nossa Senhora de Lourdes,

²⁹ Peregrinação vem do termo *peregrinus*, “uma substantivação do advérbio *peregre* (de *per* e *ager*). Etimologicamente, indica aquele que se encontra *per agros*, isto é, pelos campos, fora do lugar de residência. Posteriormente, o termo *peregrinus* também foi usado para indicar ‘aquele que saía de sua casa ou de sua pátria’ por um motivo qualquer. Durante os primeiros séculos do cristianismo, *peregrinus* se referia ao estrangeiro, em oposição ao *civis*, cidadão que tem o direito à cidade”.

³⁰ A palavra turista é recente e é associada ao viajante. Inicialmente era grafada como *tour-ist*, no início do século XIX, e o primeiro registro da palavra *sigh-seeing* é de 1847, já acompanhando o agente turista, definido como aquele que “*expects everything to be done to him and for him*” (“espera que todas as providências da viagem sejam tomadas por outrem com vistas ao seu bem-estar”). (BANDUCCI JR.; BARRETTO, 2003, p. 54).

³¹ SCJ, em latim, *Sacerdotum Cordis Jesu*. Em português, Sacerdotes do Coração de Jesus. Explicação completa: Congregação dos Padres do Sagrado Coração.

em Vígolo, em 1997, a decreta Santuário Madre Paulina, com o Reg. Nº 152/98 L. Prot. nº 17.

Por sua vez, o Estado promulga a declaração de Estância Turístico-Religiosa, reconhecida pela Lei Estadual nº 10.568, de 07 de novembro de 1997. Com tal declaração, a intervenção do Estado no órgão que o representa é Santa Catarina Turismo – SANTUR. Foram feitas seis reuniões, com o título: Comissão Governamental de Acompanhamento e Implantação do Plano de Turismo Religioso – Projeto Madre Paulina.

Observa-se o fato de que a religião e o poder governamental se unem e agem concomitantemente. Ao darem-se as mãos, eles possibilitam a teatralização das romarias³² para que se possa usar a cidade “inventada para a acumulação capitalista, não mais a cidade do século XIX que esquadrihava seus habitantes e os constituía em sujeitos produtores de mercadorias. A cidade é ela própria mercadoria à venda” (FLORES, 1997, p. 11).

A mercantilização da cidade se dá pelo viés da imagem de Santa Paulina, pela questão ambiental, com seus múltiplos recursos, e por outra característica original: a culinária italiana. Esse empreendimento é também incentivado por diversos segmentos gastronômicos que, com isso, apropriam-se da cidade de Nova Trento. Os dotes culinários italianos, como a comida “típica”, e a cultura italiana vêm como valor agregador aos atrativos da região.

É, ainda, e principalmente, “considerada capital do turismo religioso³³; nos últimos anos, a segunda Estância Turístico-Religiosa do País, perdendo apenas para a cidade de Aparecida do Norte” (XU, 1999, p. 3), no interior de São Paulo, com a primeira Estância Religiosa do Brasil, o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, considerado uma ‘Meca’ para as peregrinações do catolicismo sul-americano (OLIVEIRA, 2001). A sua localização próxima à rodovia Presidente Dutra, que liga as grandes metrópoles do país, é estratégica, além do fato de ser um Santuário urbano, enquanto o de Santa Paulina é localizado em uma paisagem rural. Seja como for, não é nosso objetivo traçar um paralelo entre os dois Santuários.

Hoje, a religião está contida numa troca de crenças imediatistas, em que o fiel é tratado como consumidor e disputado por diversas igrejas, irmãs separadas, que lidam com estratégias de *marketing*³⁴ para angariar novos seguidores.

Através da procura pelas diversas religiões ou empresas religiosas, como alternativas de fé para resolver seus problemas do dia a dia, os fiéis atendem ao apelo do sacrifício, da promessa e do cumprimento de dívidas com o Ser Supremo, que os leva a vários deslocamentos, como missas a céu aberto, no estilo de megaespectáculos de *rock*, romarias e procissões, acompanhados de grandes esforços físicos para a contemplação da mística e visitas a lugares sagrados, como forma de agradecer e manifestar a Deus o desejo esperado.

Assim, através da dinâmica dos fatos ocorridos durante o século XIX, que tiveram como protagonistas a Igreja e os Estados liberais observam-se a complexidade dos problemas e a dificuldade de contorná-los com atitudes dignas de ambas as partes (ZAGHENI, 1999). Por

³² Romarias ou ramagens constituem uma tradição constante na prática religiosa do povo brasileiro. De origem medieval, as romarias chegaram no Brasil através da cultura lusitana, e têm a finalidade de exprimir a fé e homenagear o santo cultuado. Com muita frequência, essa expressão de fé se manifesta pelo pedido de uma graça ou cumprimento de uma promessa. Deste modo, visita-se o santo tanto para pedir como para agradecer os favores recebidos do céu. “Romaria provém dos termos *romerus*, *romerius*, *romipeta* ou *romarius*, nomes dados aos peregrinos que a partir do século VI se dirigiam para Roma, devido à expansão muçulmana na Terra Santa, interrompendo de certo modo fluxo de peregrinos que para lá se dirigiam”. (AZZI, 1978, p. 77).

³³ Segundo Maria A. Vilhena, “O termo turismo religioso possui uma conotação secularizada e nos remete a uma estrutura de significado que se afirma de fora para dentro do campo religioso. Ou seja, o turismo religioso é externo e vem usado preferencialmente em contextos político-administrativos”. (ABUMANSUR, 2003, p. 35).

³⁴ Segundo Mário Carlos Beni defini *Marketing* “como a totalidade de estudos e medidas que determina a estratégia de lançamento e a sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor, garantindo seu êxito comercial. É mais do que a mera comercialização de um produto qualquer”. (2004, p. 207).

outro lado, havia uma demanda por conta de carências econômicas, uma vez que as pessoas não foram favorecidas como o prometido em suas novas conquistas. A maneira encontrada foi partirem para o trabalho fora dos seus *comuni e provincie*, fora dos confins territoriais onde viviam em situações de privação. Essa maneira de proceder provocou um espantoso processo de migração. E, assim, o homem migrante, acreditando no progresso, encontrou como saída a busca por novas paragens. O seu destino era a tão desejada *cuccagna*. Esse movimento ampliou enormemente os limites da vida e satisfaz uma gama cada vez mais ampla de necessidades. Uma vez realizados, e tendo tornado suas vidas mais repletas, continuam seus descendentes a fazer *la Merica* na figura de Santa Paulina. Esgotando-se a busca pela satisfação das necessidades financeiras ditadas por interesses econômicos, os neotrentinos viram-se favorecidos pela beatificação e canonização de Santa Paulina.

Como somos herdeiros de uma tradição judaico-cristã, a religião nasce no momento em que o homem começa a sentir a morte como problema individual. Aqui, se entende que a sustentação da religião não é a espiritualidade, autenticidade existencial, não é a coragem de arriscar a liberdade, não é a individualidade ou a existência profética, mas o coletivo em forma de clube e de folclore tradicional (DREWERMANN, 2004). A religião está no humano e é necessária porque, para responder a questões absolutamente humanas, precisamos de uma base que a natureza não oferece. Não significa que o ser humano seria um resultado experimental ou ensaio da natureza, mas sim a condição que nos deu de questionamento, para o qual ela mesma não tem respostas (DREWERMANN, 2004).

Assim, a religião constituiu um marco fundamental do início da ocupação, colonização, exploração e urbanização, não só de Nova Trento, mas também das regiões circunvizinhas. E como afirma Nietzsche (1999, p. 434) “[...], foi a moral que protegeu a vida do desespero e do assalto no nada, naqueles homens e classes que foram violentados e oprimidos por homens”. Neste contexto temos todo o processo da diáspora italiana, pelo empoderamento³⁵ da *cuccagna* contraída nos moldes do catolicismo romanizado.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, pretendemos mostrar os fundamentos da imigração italiana, tendo como exemplo a história e a religião em Nova Trento, no período de 2005 a 2014. Para tanto, foi feita pesquisa em diversos arquivos e bibliotecas; entrevistas utilizando-se da metodologia da história oral, bem como respaldo teórico em alguns autores que tratam dos temas aqui abordados.

As noções de imigração italiana e seus aspectos de ofertas de produtos como fator culminante para alavancar Nova Trento, terra onde viveu e trabalhou Santa Paulina, estão em evidência na investigação, como linguagem significativa na evolução humana e atualmente mais forte, como um promissor filão econômico para deslanchar o município. O tema é envolvente; as fontes sofisticadas, e houve uma relação visceral com o método, no entendimento de preocupações que permeiam a visão de mundo de homens e mulheres que buscam o encontro com o eu interior num ambiente de religiosidade, num lugar rodeado pela natureza, cujo interesse

³⁵ Quanto à categoria empoderamento, vem do inglês *empowerment*, e tem sido utilizada por autores que estudam formas de desenvolvimento alternativo. Empoderamento significa fornecer a outros o poder para tomar alguma ação. Na visão sociológica, este procedimento enfatiza a habilidade para lidar com seu contexto, de indivíduos ou grupos. O empoderamento inclui componentes psicológicos, (pessoas esclarecendo seus objetivos e desenvolvendo o sentido de eficácia e desenvolvendo habilidades), componentes sociais, (pessoas ou grupos entendendo o contexto no qual estão operando e desenvolvendo influências e técnicas de poder efetivos). Ver: (FRIDMANN, 1996); (STARK, 1996 apud LISBOA, 2003. p. 23).

em conservá-la caracteriza-o como uma territorialidade ecológica. Aqui se vê a natureza como aquela originária da *physis* para os pré-socráticos, e a natureza humana, como para Carl Marx, que usufrui e é usufruída.

Nova Trento, na sua origem e evolução, apresenta características que justificam um estudo exploratório de sua realidade, até porque ainda não se tem notícia que abordasse as impressões sobre os passantes que por lá caminham em direção ao Santuário de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. A submersão nesse estudo não foi apenas uma busca de fatos inertes do passado, mortos e superados, uma vez que “a única coisa que ela (a História) é realmente boa é em encontros” (SCHORSKE, 2000, p. 242). Neste viés, através das discussões da historiografia atual a respeito da identidade, do conceito de cidadania e da redefinição do sujeito, com base nessa revisitação filosófica, encontramos novas formas de análise. Como da carne, do sangue e dos ossos, ele é consubstancialmente feito da história, e neste contexto, não pode ser compreendido exclusivamente por seus conteúdos físicos ou psicológicos, mas como a “encarnação” de toda a história que o precede (SAFATLE, 2004, p. 8-9).

As lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem, bem como das demais marcas que lhe são correlatas, [...] constituem um caso particular das lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, de fazer/desfazer os grupos. (BOURDIEU, 1998, p. 10).

Através da imigração europeia, a formação de Nova Trento compreende, ainda, o imaginário sobre as construções religiosas. Foram apontados, na pesquisa, o histórico, as tradições e a cultura, fazendo a identificação do povo local, verificando a participação de peregrinos e turistas, visto que são eles que estão determinando a economia local e da região em que se concentra a valorização do evento religioso. Os neotrentinos, que outrora vieram de um país longínquo, fazem parte de um município que se tornou, por sua vez, um local de migração, passando a abrigar e a acolher uma população bastante heterogênea, formada por brasileiros e estrangeiros; enquanto os estrangeiros, como italianos e alemães que vivem e habitam ali ocupam um posto relevante na sociedade neotrentina.

A estreita ligação do município com a Igreja Católica, sendo 95% da população católica, promove entre a população que convive com essa realidade uma imagem da instituição como caritativa e prestativa e ainda faz essas “representações sobre a mesma realidade” (PATLAGEAN, 1990, p. 198). Dentro da perspectiva política, vem ao nosso encontro Hannah Arendt (2008, p. 61): “há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo político”.

Nesse sentido, a construção da narrativa pela História Oral foi capaz de suscitar, e não solucionar, perguntas, demonstrando práticas, estratégias e discursos, no debate sobre o campo questionado. As conclusões não intentam ser o fim único e homogêneo de fatos constatados ou hipotéticos, mas sim um olhar sobre mais uma página que começa a ser escrita no município de Nova Trento.

A saída, para muitos europeus, foi a imigração para os países vizinhos e, depois, para lugares mais distantes, na grande diáspora transoceânica, sendo a América do Norte, Central e do Sul destino de muitos. A *terra brasilis* foi vista graças à ação dos propagandistas no Velho Mundo como uma terra de fartura e bem-estar, a *cuccagna* medieval que atravessou séculos e embalou os sonhos de milhares de pessoas que buscavam uma melhor condição de vida, fazendo assim a sua América. As vantagens oferecidas pelo Governo Imperial acenderam ainda mais

a ânsia dos grupos provenientes, principalmente do Norte da Itália.

Assim, acontece a instalação dos europeus em terras brasileiras. Para o Sul do Brasil vieram italianos, alemães, poloneses e tantas outras etnias. Nesta pesquisa, foram englobados os imigrantes vindos do Norte da Itália, que naquele momento de procurar a *cuccagna e far la Merica*, faziam parte do território da Áustria. Com eles, trazem nos seus baús a sua cultura e a forma de interpretá-la, sendo a religião o agregador maior que norteava a sua razão de ser e de estar. Religando as formas culturais do Velho Mundo com a nova realidade que se apresentava em terras catarinenses, seria possível transportar o modo de vivenciar a religião nas suas paróquias, trazendo para cá os santos e padroeiros cultuados no *paese*, por exemplo. Dessa maneira, dava-se sentido às práticas religiosas vivenciadas antes da imigração, e religava-se de forma vertical Nova Trento à Igreja Triunfante, enquanto na horizontal dava-se a ligação de Nova Trento com a Itália.

Com isso, a necessidade de algo visível para representar a sua fé, para mostrar a direção a seguir e o ponto de reunião, de encontros, de vendas, servia para todos os fins comunitários e econômicos. Logo, as capelas foram sendo construídas, recebendo os nomes dos padroeiros de origem, o que servia para (re)lembrar o que deixaram para trás.

Os neotrentinos, nos primeiros momentos, foram atendidos pelo padre Alberto Gattone, pároco de Brusque. Alguns anos depois, em Nova Trento, foram fincados os rizomas dos padres da Companhia de Jesus, imprimindo um caráter religioso em todos os âmbitos, passando o município a ser conhecido em Desterro como um município conventual. Pode-se até conjecturar a implantação de uma república jesuítica por lá. Na leva dos primeiros desbravadores de 1875, vieram a família Visentainer, da qual uma das suas filhas, Amabile, desabrochada nessas paragens, funda a Congregação das Irmãszinhas da Imaculada Conceição, subindo aos altares, em 2002, para se tornar a primeira Santa do Brasil e de Trento, na Itália.

Vários meios são usados para dar vulto à cidade, fazendo dela um ponto de atração turística a mais, uma vez que, até então, não tinha como se dar visibilidade, tornando-se conhecida do público em geral. Era, antes, uma cidade “nostálgica com o passado” (LE GOFF, 1994, p. 220), sem maior destaque, conhecida como um lugar permeado de italianidade, mas sem representatividade, e berço de formação religiosa, mesmo acontecendo a cada ano a festa de *Incanto trentino*, que não fazia dela um estandarte de expressividade e sim “seletiva, cuja versão é trazida a público através de emblemas de um passado seletivo, pelos fazedores de festas” (FLORES, 1997, p. 46). Os neotrentinos são arraigados no apego aos seus antepassados, identificando-se nas “[...] maneiras de fazer [que] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (CERTEAU, 1994, p. 41).

O seu desenvolvimento no terceiro setor, o comércio, se dá pelas concessões feitas por parte da prefeitura para a implantação das indústrias calçadistas na cidade, desta forma alcançando-o e empregando pessoas oriundas de outros estados e da própria cidade. Já o potencial turístico é baseado na atividade religiosa, ligando-se com os outros polos turísticos da região como Brusque e Balneário Camboriú, entre outros. Nota-se, também, um forte índice de feminização, pela tomada de decisão das mulheres frente ao trabalho administrativo e gerenciador dentro do complexo visível, religioso e comercial. Já os homens, geralmente, vão trabalhar em vários setores e segmentos fora da cidade, muitas vezes até morando onde trabalham e retornando no final de semana. A ação de procurar emprego longe da cidade se dá em função da falta de trabalho, e também por estar na origem dos neotrentinos a busca pelo meio para a sobrevivência longe das famílias, como já vimos, quando os antepassados partiram para terras estrangeiras.

O trabalho que as mulheres executam no comércio está, sem dúvida, ligado à figura de Santa Paulina, uma mulher em uma cidade rodeada pelos seus aspectos bucólicos, com dois Santuários cujos padroeiros são duas santas, a prefeitura governada por uma mulher. Além dis-

so, são as Irmãzinhas que dão continuidade às atividades da Madre Fundadora, reformulando os aspectos naturais do território do Santuário e, com isso, entretendo as pessoas que por lá passam. Sem elas, não seria possível a dimensão holística do Santuário e do Município, sendo o primeiro santuário em toda a América do Sul sob a direção de mulheres. A aparição da Santa e sua divulgação pelas mídias do município permitem um entrelaçar, um casamento; mas este matrimônio não é perfeito, porque as pessoas não param na sede, quase todas seguem até Vígolo. Por outro lado, é lá que se encontram os artefatos cenográficos para o público-alvo, e as Irmãzinhas fazem uso de todos os objetos relacionados à Santa, ou que a possam representar, (re)construindo-os. Desse modo, em Vígolo, se observa a instrumentalização do espaço sagrado por um revestimento econômico, seguindo a tendência do mercado, aproveitando tudo o que se pode elaborar para alavancar o município através da experiência religiosa dos passantes. Dessa forma, os neotrentinos estão dando continuidade à *cuccagna*, tão desejada por seus antepassados, sendo Santa Paulina um instrumento novo para esta realização.

Chegamos ao término da jornada iniciada há vários meses atrás, caminhando a pé pelas ruas e vielas de Nova Trento em direção a Vígolo. Sentíamos-nos “ligados” ao caminhar por lá, lembrávamos o que tínhamos lido e estudado. Depois desse percurso, concluir a pesquisa não significa ter chegado ao seu final absoluto. Pelo contrário. A partir da jornada encerrada, mas não concluída, temos a certeza de que há muito para desvelar, construir, escrever, impulsionar. Esse concluir não significa que o fim de um dia seja ruim; mas, sim, é o momento de relembrar o que ocorreu, as caminhadas feitas, o que se deixou de fazer e sentar para ver os passantes demonstrarem, ao sugar o néctar das flores das Irmãzinhas, o quanto se tem para aprender com o pôr do sol e a espera da aurora. Assim é Vígolo, aprendendo a produzir construindo um cenário rico em contribuições para o turismo e para a economia que não teria sentido sem a beatificação e a canonização de Madre Paulina.

Referências

ABUMANSSUR, E. S. **Turismo religioso**: ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinas: Papyrus, 2003.

ALVES, E. D. **Discurso religioso católico e normatização de comportamentos**: São Ludgero (SC)1900-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

ALVIM, Z. M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo**: 1870-1921. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTONIAZZI, A. et al. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

AZEVEDO, M. Q. **O culto a Maria no Brasil**: história e teologia. Aparecida: Santuário; Academia Marial, 2001.

AZZI, R. **A crise da cristandade e o projeto liberal**: história do pensamento católico no Brasil-II. São Paulo: Paulinas, 1991.

- BACZKO, B. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1985.
- BALBENOT, E. **Liturgia e política**. Chapecó: Grifos, 1998.
- BALDIN, N. **Tão fortes quanto a vontade**. Florianópolis: Insular; UFSC, 1999.
- BANDUCCI JUNIOR, A.; BARRETTO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- BASSETTI, José Eduardo Pioli. **Basílica de Aparecida: Santuário do Brasil**. Florianópolis: Aventura Brasileira, 2004.
- BERNADETTE Subirous. **Le Centuriom**, Paris, 1979. Disponível em: <<http://www.autores-catolicos.org/felipesantossantabernardita.htm>>. Acesso em: 15 set. 2014.
- BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENACSP, 2004.
- BERTELLI, B. et al. **Cultura e Sviluppo: Un'indagine sociologica sugli immigrati italiani e tedeschi nel Brasile meridionale**. Organização de Renzo Gubert. Milano: Franco Angeli, 1995.
- BERTOLINI, J. Paulina: a primeira santa do Brasil. **Jornal de Santa Catarina/ Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 maio 2002. Guia da Canonização.
- BESSEN, J. A. **Madre Paulina: uma surpresa de Deus**. Florianópolis: Mundo e Missão, 1999.
- BOITEUX, H. C. **Esboço Biográfico**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1929.
- BORRIELLO et al. **Dicionário de Mística**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- BRACANTI, A. **Fare Storia-Nuova**. Edizione riveduta e aggiornata III. Firenze: La Nuova Italia, 1985.
- BRIGHENTI, A. **Por uma evangelização inculturada**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

- CAMPOS, C. F. Achegas para a história de Brusque. In: **Álbum do 1º Centenário de Brusque**. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1960.
- CAPPELLI, A. **Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo**: dal principio dell'era cristiana ai nostri giorni. Milano: Hoepli, 1988.
- CAVOUR, C. B. **La questione romana negli anni 1860**: 1861. Vol. I. Bologna: Zanichelli, 1929.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONSTITUIÇÕES E DIRETÓRIO: Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição. São Paulo: Casa Geral, 1997.
- COSTA, R. **Imigração italiana**: vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST, 1981.
- CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. **Introdução ao pensamento sociológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- CADORIN, J. **Nova Trento outra vez ...** Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.
- CHARTIER, R. O olhar do historiador modernista. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites**: o ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- DALL'ALBA, J. L. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Caxias do Sul: EDUCS; Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DREWERMANN, E. **Religião para quê?** Buscando sentido numa época de ganância e sede de poder. Em diálogo com Eugem Drewermann. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- EICHER, P. **Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1999.
- FIORES, S.; GOFFI, T. **Dicionário de espiritualidade**. São Paulo: Paulina, 1989.
- FINARDI, J.; BUZZI, J. **A colonização italiana de Ascurra**: subsídios para a história do município, 1876-1976. Ascurra: Gráfica 43, 1976.
- FINESSI, Fulvio apud SIMONI, Karine. **Sonhar. Viver e recordar**: memórias dos nonos de Xavantina (1920-1950). Florianópolis: Insular, 2002.

FLORES, M. B. R. **Oktoberfest**: Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FOUCAULT, M. **Da arqueologia do saber à estética da existência**. Rio de Janeiro: NAU; Londrina: CEFIL, 1998.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

FRANCO JUNIOR, H. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FRANÇA, M. C. **Pequenos centros paulistas de função religiosa**. Vol. I e II. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 45. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

FRIDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

FROSI, V.; MIORANZA, C. **Dialetos Italianos**: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1993.

GROSSELLI, R. M. **Vencer ou Morrer**: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987.

JUNKES, L. **De Pedro a João Paulo II**: 2000 Anos da Igreja de Jesus Cristo. Florianópolis: L&TJ Paróquia Sma. Trindade, 2000.

HALBWACHS, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Vértice, 1990.

SILVA, A. A. Mulheres no ataque: depoimento. [9 de junho, 1996]. **Revista da Folha de São Paulo**, São Paulo, 1996. Entrevista concedida a Cristiana Couto.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HERING, M. L. R. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí**: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987.

LACREE, M. **O tempo das paixões**: praguejadores e turiferários (1830-1914). Bauru: EDUSC, 2002.

LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1971.

- LEÃO XII. **Encíclica Rerum Novarum**: 1891. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1959.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 3. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1994.
- LE GOFF, J.; NORRA, P. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- LIBANIO, J. B. **As lógicas da cidade**: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé. São Paulo: Loyola, 2001.
- LISBOA, T. K. **Gênero, Classe e Etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2003.
- LUTTERBERCK, J. A. **Jesuítas no sul do Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 1977.
- LYON, D. **Pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo. Paulus, 2005.
- MADRE MATILDE. **História da Congregação**. São Paulo, [s.n.],1919.
- MADRE PAULINA. Biografia Comentada. In: **Positio sobre a vida e as virtudes**. Roma: [s.n.],1986.
- MARCHIORI, T. **Madre Paulina**. Florianópolis: [s.n.], 1989.
- MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARQUES, A. M. **Nova Trento em Canto de Fé**. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- MARQUES, A. N. **Imigração italiana**: edição comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978. Urussanga; [s.n.], 1978.
- MASTRONI, G. **La società italiana dall'unificazione alla Grande Guerra**. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- MATOS, E. O. **Arquidiocese de Florianópolis**: preservando a sua história. Florianópolis: [s.n.], 1996.
- MONTI, A. **I braccianti**. Bologna: Il Mulino, 1998.
- MORSELLI, E. **Dizionario di filosofia e scienze umane**. Milano: Signorille, 1981.
- MOSCONI, L. **Santas missões populares**: uma experiência de evangelização voltada para as massas. São Paulo: Paulinas, 1996.
- NARDONI, F. **La Sacra Bibbia** – traduzione Italiana dai testi originali: Esodo, 33, 3. Italia:

Libreria Editrice Fiorentina, 1960.

NEGRI, T. S. et al. Bem-aventurada Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus: Fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. In: **Anuário 1991 Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição**. São Paulo: Loyola, 1991.

NIETZSCHE, F. **NIETZSCHE: Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

OLIVEIRA, C. D. M. **Basilica de Aparecida: um templo para a cidade-mãe**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

PATLAGEAN, E. A história do imaginário. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PIAZZA, W. F. **Nova Trento**. Florianópolis: Lunardelli, 1950.

_____. **A igreja em Santa Catarina: notas para sua história**. Florianópolis: UFSC, 1987.

PIO IX. **Encíclica Quanta Cura Syllabus: sobre os erros do Naturalismo e Liberalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1959.

PIVA, C. J. **O Santuário Carregado às Costas**. São João Batista: Gráfica Guarany, 1999.

PORTELLI, H. **Gramsci et la question religieuse**. Préface par Jean Pierre Cot. Paris: Éditions Anthropos, 1984.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUEZ, A. A.; CASAS, J. C. **Dicionário Teológico da Vida Consagrada**. São Paulo: Paulus, 1994.

ROMANO, S. **Storia d'Italia dal Risorgimento ai nostri giorni**. Milano: Longanesi & C., 1998.

SAFATLE, V. A vida como reality show. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 2004.

SANTA PAULINA do Coração Agonizante de Jesus: a primeira Santa do Brasil. Florianópolis: Letras brasileiras, 1991.

SANTOS, R. I. C. **A terra prometida - emigração italiana: mito e realidade**. 2. ed. Itajaí: UNIVALI, 1999.

SEBRAE Nacional - Plano Integrado de Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Nova Trento. Nova Trento; Sebrae, 2005.

SCHORSKE, C. E. **Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SCHWIKART, G. **Dicionário ilustrado das religiões**. Aparecida: Editora Santuário, 2001.

SERPA, I. C. **Os engenhos de Limeira: história e memória da imigração no Vale do Itajaí**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

SILVA JÚNIOR, A. M. **Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de Dom Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947 – 1961)**. Assis, 2002.

SIMONI, K. **Sonhar, viver e recordar: memórias dos nonos de Xavantina (1920-1950)**. Florianópolis: Insular, 2002.

SOLIMEO, G. A.; SOLIMEO, L. S. **Rainha do Brasil: a maravilhosa história e os milagres de Nossa Senhora da Conceição Aparecida**. 4. ed. São Paulo: Diário das Leis, 1992.

VIVANTI, C. **Elementi di Storia 3: Il mondo contemporaneo**. Milano: Marietti, 1982.

WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

WILGES, I. **Cultura religiosa**. São Paulo: Vozes, 1983.

WOBETO, A. **Santuários: onde Deus se encontra com os homens**. São Paulo: Loyola, 1982.

XU, D. Cidade aposta no turismo religioso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 6 de abril de 1999, p. 3.

ZAGHENI, G. **A Idade Contemporânea: Curso de História da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.

ZILLES, U. **O problema do conhecimento de Deus**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1989.

Entrevistas

ALVES, E. D. 58 anos. Florianópolis. Entrevista concedida a José do Nascimento, em 2 ago. 2014.

HALL, S. Entrevista com Stuart Hall. **Revista Controvérsia**, Santo André (SP). Entrevista concedida a Heloisa Buarque de Hollanda e Liv Sovik. Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=16761>> . Acesso em: 23 set. 2014.

ORSI, A. J. 45 anos. Nova Trento. Entrevista concedida a José do Nascimento. Nova Trento, 17 ago. 2014.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.